



NÚCLEO DISTRIAL DE BRAGA

**CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO
DISTRITO DE BRAGA**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Braga (2005)

AUTOR

Isabel Adelina Teixeira Amorim, Socióloga
Núcleo Distrital de Braga da Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal

ÍNDICE

PAG.

INTRODUÇÃO	6
1 - BREVE ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	7
2 - POPULAÇÃO	
2.1 - ÁREA, POPULAÇÃO RESIDENTE, FREGUESIAS E DENSIDADE POPULACIONAL.....	20
2.2 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO SEXO E GRUPO ETÁRIO.....	21
2.3 – OUTROS INDICADORES DEMOGRÁFICOS.....	24
2.4 – EMIGRAÇÃO.....	25
2.5 – IMIGRAÇÃO.....	26
2.6 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	30
3 - SAÚDE	
3.1 - INFRA-ESTRUTURAS E PESSOAL DE SAÚDE.....	31
3.2 - RASTREIO DAS PRINCIPAIS PATOLOGIAS.....	33
3.3 – ÓBITOS – PERSPECTIVA GERAL.....	35
3.4 - ÓBITOS POR DOENÇA.....	37
3.5 – ÓBITOS POR ACIDENTES DE VIAÇÃO E DE TRABALHO.....	39
3.6 - TAXAS DE SUICÍDIO.....	41
3.7 - TAXAS DE ALCOOLISMO.....	42
3.8 - DESPESAS DA POPULAÇÃO COM CUIDADOS DE SAÚDE.....	44
3.9 – DESPESA PÚBLICA COM SAÚDE.....	44
3.10 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	47
4 - EDUCAÇÃO	
4.1 - ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO E TAXA DE ANALFABETISMO.....	48
4.2 - EQUIPAMENTOS ESCOLARES, SEGUNDO NÍVEIS DE ENSINO.....	51
4.3 - ALUNOS MATRICULADOS E PESSOAL DOCENTE SEGUNDO NÍVEIS DE ENSINO.....	52
4.4 – TAXAS DE SUCESSO ESCOLAR POR NÍVEIS DE ENSINO.....	53
4.5 - TAXAS DE ABANDONO ESCOLAR.....	55
4.6 - DESPESAS DA POPULAÇÃO COM EDUCAÇÃO.....	55
4.7 - ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR.....	56
4.8 - DESPESA PÚBLICA COM EDUCAÇÃO.....	57
4.9 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	59
5 - EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	
5.1 - POPULAÇÃO EMPREGADA.....	60
5.2 - TAXAS DE ACTIVIDADE POR ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO.....	60
5.3 – TAXA DE EMPREGO TOTAL.....	63

5.4 - TAXA DE EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE.....	64
5.5 – POPULAÇÃO EMPREGADA SEGUNDO A SITUAÇÃO NA PROFISSÃO.....	65
5.6 – POPULAÇÃO DESEMPREGADA.....	65
5.7 – TAXAS DE DESEMPREGO POR GRUPO ETÁRIO E GÉNERO.....	69
5.8 – TAXAS DE DESEMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE.....	70
5.9 – TAXAS DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO.....	71
5.10 – TAXAS DE ACIDENTES DE TRABALHO.....	73
5.11 – NÚMERO MÉDIO DE HORAS DE TRABALHO POR SECTOR DE ACTIVIDADE.....	75
5.12 – NÚMERO MÉDIO DE HORAS DE TRABALHO – TRABALHADORES POR CONTA DE OUTRÉM.....	77
5.13 – REMUNERAÇÕES MÉDIAS.....	78
5.14 – CARACTERIZAÇÃO DO VÍNCULO LABORAL.....	78
5.15 – EMPREGO/ TRABALHO INFANTIL E JUVENIL.....	80
5.16 – MERCADO SOCIAL DE EMPREGO.....	84
5.17 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	87

6 – PRODUTO E RENDIMENTO

6.1 - PIB POR HABITANTE.....	89
6.2 – PIB CRESCIMENTO ANUAL.....	90
6.3 – PIB POR PESSOA ACTIVA.....	91
6.4 – TAXAS DE CONSUMO POR HABITANTE.....	91
6.5 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	93

7 – HABITAÇÃO, CONSUMO E BEM-ESTAR

7.1 - TIPOLOGIA E CARACTERÍSTICAS DOS ALOJAMENTOS.....	94
7.2 – CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTARES, DE CUIDADOS DE SAÚDE E DE BENS CULTURAIS.....	98
7.3 – DESPESA PÚBLICA COM CULTURA E LAZER.....	99
7.4 – DESPESAS MÉDIAS DOS AGREGADOS FAMILIARES, SEGUNDO REGIÕES NUTS II.....	100
7.5 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	103

8 – PROTECÇÃO SOCIAL

8.1 – NÚMERO TOTAL DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E VALÊNCIAS.....	104
8.2 – DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS POR PÚBLICO-ALVO.....	105
8.3 – DESPESA TOTAL DE PROTECÇÃO SOCIAL EM PERCENTAGEM DO PIB.....	114
8.4 – TOTAL DA DESPESA DE PROTECÇÃO SOCIAL POR HABITANTE.....	115
8.5 – PRESTAÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL POR GRUPOS DE FUNÇÕES.....	116
8.6 – TOTAL DA DESPESA DE PROTECÇÃO SOCIAL COM INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA.....	117
8.7 – TOTAL DA DESPESA DE PROTECÇÃO SOCIAL COM DOENÇA E MATERNIDADE.....	119
8.8 – DESPESA DE PROTECÇÃO SOCIAL COM FAMÍLIA.....	120
8.9 – TOTAL DA DESPESA DE PROTECÇÃO SOCIAL COM DESEMPREGO.....	123
8.10 – DESPESA DE PROTECÇÃO SOCIAL COM RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO.....	125
8.11 – PROTECÇÃO SOCIAL COM DOENÇAS OU INCAPACIDADES RESULTANTES DE RISCOS PROFISSIONAIS.....	133
8.12 – TOTAL DA DESPESA DE PROTECÇÃO SOCIAL COM HABITAÇÃO.....	135
8.13 – TOTAL DAS RECEITAS E DAS DESPESAS CORRENTES COM A PROTECÇÃO SOCIAL.....	135
8.14 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	138

9 – TECIDO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

9.1 – ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS.....	139
-------------------------------------	-----

9.2 – SOCIEDADES EMPRESARIAIS.....	141
9.3 – EMPRESAS INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE E NÚMERO DE TRABALHADORES..	142
9.4 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	145
CONCLUSÕES.....	146
BIBLIOGRAFIA.....	154
SIGLAS.....	159
GLOSSÁRIO.....	161
ANEXOS.....	174

INTRODUÇÃO

Este documento constitui um diagnóstico de caracterização sócio-económica do distrito de Braga, elaborado a partir da sistematização e análise de informação estatística.

Atendendo ao facto da realidade social se encontrar em constante mutação, este trabalho tem por objectivo aprofundar e actualizar o conhecimento sobre a realidade social e as condições de vida das populações e das famílias, existentes no distrito.

Recorreu-se à análise e tratamento de dados estatísticos em vários domínios, provenientes de diversos Organismos Oficiais e, de outros tipos de documentos oficiais, que se revelaram fundamentais para a realização deste trabalho.

Sempre que possível teve-se em conta na nossa análise os concelhos que constituem o distrito, assim como por referência o âmbito nacional e regional, e as especificidades do território em análise relativamente a alguns indicadores.

Este relatório é constituído pelos seguintes pontos: enquadramento territorial; população; saúde; educação; emprego e condições de trabalho; produto e rendimento; habitação, consumo e bem-estar; protecção social; e tecido económico e empresarial.

1 – BREVE ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O distrito de Braga, com 2 706 Km²¹ - apenas 3% da área continental portuguesa – estende-se das terras chãs de Esposende à zona montanhosa de Basto.

O distrito engloba uma parcela territorial dinâmica, quer do ponto de vista demográfico, quer do ponto de vista económico (regiões do Cávado e do Ave), ocupando uma posição estratégica de centralidade no território.

Este distrito constituído por catorze concelhos, integra todos os concelhos pertencentes à NUTS III Cávado (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde), os concelhos da NUTS III Ave, à excepção de Santo Tirso e Trofa (Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela) e ainda os concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, pertencentes à NUTS III do Tâmega.

É um distrito marcado por alguma heterogeneidade, consequente, não só da diversidade territorial administrativa existente, como também e particularmente da diversidade pautada por uma certa dicotomia entre concelhos de matriz mais urbana (Esposende, Braga, Barcelos, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Vizela) e concelhos de cariz mais rural (Terras de Bouro, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto) patente no território, com principal ênfase nos domínios da demografia, do grau de urbanização e das problemáticas sociais.



¹ INE, *Censos 2001*.

Segundo o estudo “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental”², no que concerne a tipificação do território nacional em termos urbanos e rurais, todos os concelhos do distrito de Braga (à excepção do concelho de Braga), são caracterizados como sendo do “Tipo 4”, ou seja, « (...) *concelhos demograficamente dinâmicos, com uma população bastante jovem, e grande peso do emprego industrial*». ³. Para além disso, estes concelhos apresentam traços rurais salientes dado que «(...) *a grande maioria da população vive em centros com menos de 5 000 habitantes, e o saneamento básico é deficitário, assim como o acesso à Internet*»⁴.

O concelho de Braga, marcadamente de carácter urbano, é classificado de “Tipo 1”, uma vez que apresenta elevados índices de qualificação do emprego e forte integração na rede TV Cabo.

Quanto a tipificação das situações de pobreza e exclusão social, apresentada neste estudo, mais uma vez o concelho de Braga diferencia-se dos restantes concelhos do distrito, pois *apresenta «(...) níveis de inclusão muito positivos nos domínios da Educação (baixas taxas de abandono escolar e de saída antecipada) e de integração no mercado de trabalho (baixo desemprego), (...) e não apresenta traços de exclusão sobrerrepresentados»*⁵. Este concelho é assim classificado segundo este estudo, de “Tipo 1 – Territórios Moderadamente Inclusivos”.

Pelo contrário, os restantes concelhos do distrito (Amares, Barcelos, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, V.N. de Famalicão, Vila Verde, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vizela) integram-se no “Tipo 5 – Territórios Industriais com Forte Desqualificação”, que se caracterizam pelo facto dos «(...) *factores de risco sobreporem-se aos traços de inclusão, principalmente no que diz respeito ao acentuado défice de integração escolar e de qualificações (...), os rendimentos e a prestação de serviços de acção social (idosos e crianças) situarem-se abaixo dos valores médios nacionais*»⁶. No entanto, estes concelhos apresentam condições ou factores favoráveis à inclusão tais como baixa institucionalização, população relativamente jovem, percentagem reduzida de pessoas com deficiência, e grande peso de famílias numerosas.

O “Tipo 5” integra, para além de outros, todos os concelhos da NUTS III Ave, da NUTS III Cávado (à excepção do concelho de Braga), e da NUTS III Tâmega, à excepção de Resende e Ribeira de Pena.

Segundo o mesmo estudo, os concelhos de “Tipo 5” apresentam uma grande vitalidade demográfica e um grande dinamismo económico de base industrial. Para além disso, a grande maioria da população vive com níveis de infraestruturização deficiente, nomeadamente em termos de saneamento básico, acesso à Internet e telecomunicações. A população caracteriza-se, de um modo geral, como sendo muito pouco escolarizada e qualificada. Os fracos recursos escolares da população residente «(...) *reflectem-se no exercício de profissões desqualificadas, tais como operários, artífices, operadores de instalações e máquinas e*

² Instituto da Segurança Social, I.P. , *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Janeiro de 2005.

Este estudo visa tipificar as situações de pobreza e exclusão social em Portugal Continental, ao nível concelhio, utilizando para o efeito um conjunto de indicadores pertinentes e disponíveis para todos os concelhos. Abarca a diversidade do território nacional, no que concerne as diferentes formas de manifestação de situações de pobreza e exclusão e à sua incidência por tipo de território em termos das suas características mais rurais ou urbanas. Este estudo apresenta dados à escala do concelho tendo por base duas tipologias: uma relativa às situações de pobreza e exclusão, a outra relacionada com a caracterização do território em termos urbanos e rurais.

³ Idem, *Idem*, p.50.

⁴ Idem, *Ibidem*, p.50.

⁵ Idem, *Op.Cit*, p.46.

⁶ Idem, *Op.Cit*, p.46.

trabalhadores de montagem»⁷. Os indivíduos a desempenharem profissões pouco qualificadas ronda os 60%. De um modo geral, estes concelhos também apresentam elevadas taxas de abandono escolar precoce, assim como elevados índices de trabalho infantil.

Também apresentam de um modo geral, elevadas taxas de desemprego de longa duração, com maior expressividade nos concelhos de «(...) *Santo Tirso, Vizela, Mondim de Basto, Baião, Paços de Ferreira, Celorico de Basto, Guimarães e Fafe* (...)»⁸. As elevadas taxas de desemprego prendem-se com a eventual reestruturação de algumas das indústrias, mais exigentes do ponto de vista da qualificação dos recursos humanos, assim como a deslocação de unidades fabris para outros países, e declarações de processos de falência de empresas. Estes factos não se encontram alheios as consequências inerentes da liberalização do comércio mundial de têxteis e vestuário, e a adesão em 2001 da China à Organização Mundial do Comércio. Para fazer face a estas dificuldades, alguns economistas defendem um maior investimento na comercialização, formação e flexibilidade do produto (ex.: produção de marcas com qualidade e design) mas também uma maior cooperação entre empresas para enfrentar os problemas, mesmo que tenha de passar pela fusão entre elas.

Resta acrescentar que, segundo o estudo “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental”, estes concelhos (Tipo 5) apresentam também situações desfavoráveis do ponto de vista das condições habitacionais e dos rendimentos, uma vez que se caracterizam por um elevado peso de alojamentos sobrelotados, facto que está associado ao grande peso de famílias numerosas existentes.

Procurando completar a nossa análise sobre o enquadramento territorial, entendemos pertinente especificar quais as freguesias que constituem cada um dos concelhos do distrito, através da apresentação de quadros (do Quadro n.º 1 ao Quadro n.º 14). O concelho de Barcelos destaca-se ao reunir o maior número de freguesias (89 freguesias), assim como a maior área territorial (379Km²). Em contrapartida Vizela (25 km²), Amares (82 Km²) e Esposende (95 Km²) são os concelhos do distrito que registam as menores áreas territoriais. Terras de Bouro (278 Km²), Cabeceiras de Basto (242 Km²) e Guimarães (241 Km²) também possuem áreas geográficas consideráveis. Os concelhos que possuem um maior número de freguesias são, para além de Barcelos, Guimarães (68), Braga (62), Vila Verde (58), e Famalicão (49).

Quadro N.º 1 – Concelho de Amares: Freguesias e Áreas

Amares	
Freguesias	Área (ha)
Amares	165
Barreiros	304
Besteiros	195
Bico	215
Caires	454
Caldelas	447
Carrazedo	309
Dornelas	326
Ferreiros	190
Figueiredo	322
Fiscal	406
Goães	321
Lago	394

⁷ Idem, *Op.Cit.*, p. 93.

⁸ Idem, *Op.Cit.*, p. 94.

(Continuação)

Paranhos	393
Paredes Secas	189
Portela	179
Prozelo	300
Rendufe	300
Bouro Santa Maria	680
Bouro Santa Marta	961
Sequeiros	308
Seramil	390
Torre	154
Vilela	284
Total – 24 Freguesias	82 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 2 – Concelho de Barcelos: Freguesias e Áreas

Barcelos	
Freguesias	Área (ha)
Abade de Neiva	696
Aborim	390
Adães	251
Aguiar	245
Airó	381
Aldreu	358
Alheira	886
Alvelos	422
Arcozelo	373
Areias	276
Areias de Vilar	604
Balugães	298
Barcelinhos	256
Barcelos	120
Barqueiros	854
Cambeses	341
Campo	250
Carapeços	500
Carreira	371
Carvalho	306
Carvalhos	350
Chavão	200
Chorense	416
Cossourado	641
Courel	546
Couto	360
Creixomil	417
Cristelo	745
Durrães	290
Encourados	438
Faria	301
Feitos	525
Fonte Coberta	256
Fornelos	351
Fragoso	1 394
Gamil	346
Gilmonde	487
Góios	270
Grimancelos	325
Gual	205
Igreja Nova	190
Lama	365
Lijó	543
Macieira de Rates	756
Manhente	371
Mariz	241
Martim	484

(Continuação)

Midões	276
Milhazes	306
Minhotães	335
Monte de Fralães	180
Moure	226
Negreiros	491
Oliveira	546
Palme	972
Panque	681
Paradela	901
Pedra Furada	210
Pereira	447
Perelhal	734
Pousa	613
Quintiães	601
Remelhe	518
Roriz	691
Rio Covo (Santa Eugénia)	303
Rio Covo (Santa Eulália)	331
Tamel (Santa Leocádia)	460
Galegos (Santa Maria)	319
Bastuço (São Estevão)	193
Bastuço (São João)	181
Alvito (São Martinho)	120
Galegos (São Martinho)	310
Vila Fescaínha (São Martinho)	386
Alvito (São pedro9	420
Vila Fescaínha (São Pedro)	316
Tamel (São Pedro Fins)	265
Tamel (São Veríssimo)	380
Sequeade	246
Silva	220
Silveiros	461
Tregosa	505
Ucha	439
Várzea	291
Viatodos	401
Vila Boa	181
Vila Cova	956
Vila Seca	608
Vilar de Figos	376
Vila de Monte	483
Total – 89 Freguesias	379 Km

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 3 – Concelho de Braga: Freguesias e Áreas

Braga	
Freguesias	Área (ha)
Adaúfe	1 016
Arcos	141
Arentim	231
Aveleda	221
Cabreiros	276
Celeirós	236
Braga (Cidade)	28
Crespos	419
Cunha	285
Dume	434
Escudeiros	388
Espinho	499
Esporões	442
Ferreiros	327
Figueiredo	186

(Continuação)

Fraião	322
Frossos	140
Gondizalves	176
Gualtar	379
Guisande	238
Lamações	216
Lamas	85
Lomar	281
Braga (Maximinos)	176
Mire de Tibães	507
Morreira	352
Navarra	224
Nogueira	382
Nogueiró	281
Padim da Graça	335
Palmeira	872
Panoias	115
Parada de Tibães	140
Pedralva	820
Pousada	304
Priscos	372
Real	132
Ruilhe	172
Santa Lucrecia de Algeriz	449
Penso (São Estevão)	216
Braga (São João do Souto)	22
Braga (São José de São Lázaro9	172
Passos (São Julião)	196
Este (São Mamede)	578
Merelim (São Paio)	239
Este (São Pedro)	409
Merelim (São Pedro)	234
Oliveira (São Pedro)	287
Braga (São Vicente)	142
Penso (São Vicente)	206
Braga (São Vitor)	253
Braga (Sé)	33
Semelhe	348
Sequeira	453
Sobreposta	507
Tadim	227
Tebosa	266
Tenões	213
Trandeiras	85
Vilaça	239
Vimieiro	281
Fradelos	146
Total – 62 Freguesias	183 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 4 – Concelho de Cabeceiras de Basto: Freguesias e Áreas

Cabeceiras de Basto	
Freguesias	Área (ha)
Abadim	1 493
Alvíte	697
Arco de Baúlhe	437
Basto	704
Bucos	1 710
Cabeceiras de Basto	2 452
Cavês	2 608
Faia	517
Gondiães	2 165
Outeiro	728

(Continuação)

Painzela	722
Passos	547
Pedraça	1 249
Refojos de Basto	1 304
Rio Douro	4 352
Vila Nune	456
Vilar de Cunhas	1 947
Total – 17 Freguesias	242 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 5 – Concelho de Celorico de Basto: Freguesias e Áreas

Celorico de Basto	
Freguesias	Área (ha)
Agilde	987
Arnóia	2 193
Borba de Montanha	991
Britelo	661
Caçarilhe	602
Canedo de Basto	1 023
Carvalho	751
Codeçoso	944
Corgo	291
Fervença	1 118
Gagos	373
Gémeos	368
Infesta	589
Molares	298
Moreira do Castelo	576
Ourilhe	581
Rego	1 623
Ribas	973
Basto (Santa Tecla)	306
Basto (São Clemente)	1 543
Vale de Bouro	708
Veade	611
Total – 22 Freguesias	181 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 6 – Concelho de Esposende: Freguesias e Áreas

Esposende	
Freguesias	Área (ha)
Antas	697
Apúlia	1 051
Belinho	737
Curvos	345
Esposende	185
Fão	604
Fonte Boa	574
Forjães	886
Gandra	555
Gemeses	551
Mar	254
Marinhas	1 172
Palmeira de Faro	636
Rio Tinto	441
Vila Chã	830
Total – 15 Freguesias	95 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 7 – Concelho de Fafe: Freguesias e Áreas

Fafe	
Freguesias	Área (ha)
Aboim	1 168
Agrela	144
Antime	323
Ardegão	314
Arnil	518
Arnozela	434
Cepães	383
Estorães	797
Fafe	750
Fareja	344
Felgueiras	542
Fornelos	350
Freitas	624
Golães	490
Gontim	568
Medelo	199
Monte	705
Moreira do Rei	1 742
Passos	382
Pedraído	447
Queimadela	788
Quinchães	1 045
Regados	488
Revelhe	492
Ribeiros	562
Arões (Santa Cristina)	355
Silvares (São Clemente)	293
São Gens	1 431
Silvares (São Martinho)	553
Arões (São Romão)	637
Seidões	334
Serafão	697
Travassós	1 019
Várzea Cova	1 168
Vila Cova	583
Vinhós	218
Total – 36 Freguesias	219 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 8 – Concelho de Guimarães: Freguesias e Áreas

Guimarães	
Freguesias	Área (ha)
Aldão	191
Arosa	196
Atães	679
Azurém	241
Balazar	287
Barco	295
Brito	614
Caldelas	272
Calvos	186
Castelões	311
Conde	155
Costa	492
Creixomil	292
Donim	337
Fermentões	384
Figueiredo	211
Gandarela	262
Gémeos	171
Gominhães	206

(Continuação)

Gonça	779
Gondar	231
Gondomar	487
Guardizela	390
Infantas	607
Leitões	331
Longos	705
Lordelo	490
Mascotelos	131
Mesão Frio	462
Moreira de Cónegos	445
Nespereira	438
Oleiros	322
Guimarães (Oliveira do Castelo)	61
Pencelo	237
Pinheiro	151
Polvoreira	321
Ponte	785
Rendufe	522
Ronfe	499
Briteiros (Salvador)	517
Prazins (Santa Eufémia)	251
Briteiros (Santa Leocádia)	508
Airão (Santa Maria)	216
Souto (Santa Maria)	407
Candoso (Santiago)	226
Briteiros (Santo Estevão)	296
Prazins (Santo Tirso)	266
Sande (São Clemente)	579
Selho (São Cristovão)	226
Vizela (São Faustino)	211
Airão (São João Baptista)	282
Selho (São Jorge)	533
Sande (São Lourenço)	267
Selho (São Lourenço)	198
Candoso (São Martinho)	310
Sande (São Martinho)	342
Guimarães (São Paio)	37
Souto (São Salvador)	411
Guimarães (São Sebastião)	45
Abação (São Tomé)	467
São Torcato	1 056
Serzedelo	475
Silvares	276
Tabuadelo	402
Urgezes	341
Vermil	206
Sande (Vila Nova)	296
Total – 68 Freguesias	241 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 9 – Concelho de Póvoa de Lanhoso: Freguesias e Áreas

Póvoa de Lanhoso	
Freguesias	Área (ha)
Águas Santas	274
Ajude	147
Brunhais	344
Calvos	448
Campos	448
Covelas	284
Esperança	368
Ferreiros	488
Fonte Arcada	560

(Continuação)

Frades	413
Friande	514
Galegos	250
Garfe	468
Geraz do Minho	433
Lanhoso	647
Loredo	139
Monsul	339
Moure	115
Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo)	562
Oliveira	458
Rendufinho	886
Santo Emilião	174
São João de Rei	552
Serzedelo	1 075
Sobradelo da Goma	1 023
Taíde	734
Travassos	359
Verim	279
Vilela	418
Total – 29 Freguesias	133 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 10 – Concelho de Terras de Bouro: Freguesias e Áreas

Terras de Bouro	
Freguesias	Área (ha)
Balança	445
Brufe	645
Campo do Gerês	6 238
Carvalheira	993
Chamoim	741
Chorense	751
Cibões	1 516
Covide	1 987
Gondoriz	838
Miomenta	305
Monte	1 426
Ribeira	244
Rio Caldo	1 164
Souto	398
Valdosende	1 096
Vilar	466
Vilar da Veiga	8 364
Total – 17 Freguesias	278 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 11 – Concelho de Vieira do Minho: Freguesias e Áreas

Vieira do Minho	
Freguesias	Área (ha)
Anissó	493
Anjos	1 644
Campos	1 313
Caniçada	649
Cantelães	1 118
Cova	463
Eira Verde	534
Guilhofrei	1 140
Louredo	745
Mosteiro	1 062

(Continuação)

Parada de Bouro	795
Pionheiro	1 196
Rossas	3 239
Ruivães	3 126
Salamonde	839
Soengas	222
Soutelo	629
Tabuaças	800
Ventosa	338
Vieira do Minho	815
Vilarchão	855
Total – 21 Freguesias	218 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º12 – Concelho de V.N. de Famalicão: Freguesias e Áreas

Vila Nova de Famalicão	
Freguesias	Área (ha)
Abade de Vermoim	33
Antas	435
Avidos	230
Bairro	370
Bente	130
Brufe	251
Cabeçudos	320
Calendário	701
Carreira	215
Castelões	360
Cavalões	433
Cruz	382
Delães	230
Esmeriz	375
Fradelos	1 697
Gavião	441
Gondifelos	853
Jesufrei	285
Joane	725
Lagoa	295
Landim	455
Lemanhe	267
Louro	518
Lousado	561
Mugege	298
Mouquim	413
Nine	396
Novais	113
Outiz	287
Pedome	266
Portela	251
Pousada de Saramagos	154
Requião	820
Riba de Ave	283
Ribeirão	1 091
Ruivães	272
Arnosos (Santa Eulália)	268
Arnosos (Santa Maria)	338
Oliveira (Santa Maria)	464
Vale (São Cosme)	631
Vale (São Martinho)	405
Oliveira (São Mateus)	285
Seide (São Miguel)	71
Seide (São Paio)	134
Sezures	226
Telhado	489

(Continuação)

Vermoim	486
Vila Nova de Famalicão	232
Vilarinho das Cambas	950
Total – 49 Freguesias	202 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 13 – Concelho de Vila Verde: Freguesias e Áreas

Vila Verde	
Freguesias	Área (ha)
Aboim Nóbrega	1 173
Arcozelo	367
Atães	298
Atiães	367
Azões	129
Barbudo	482
Barros	269
Cabanelas	621
Cervães	963
Codeceda	375
Couciero	421
Covas	349
Dossaões	394
Das Igrejas	1 336
Esqueiros	158
Freiriz	574
Geme	247
Goãos	357
Godinhaços	655
Gomide	402
Gondiães	327
Gondomar	302
Laje	487
Lanhas	183
Loureira	187
Marrancos	329
Mós	256
Moure	467
Nevogilde	190
Oleiros	374
Parada de gatim	439
Passó	216
Pedregais	276
Penascals	191
Pico	205
Pico de Regalados	355
Ponte	322
Portela das Cabras	234
Rio Mau	372
Sabariz	158
Sande	439
Vila de Prado	560
Oriz (Santa Marinha)	351
Carreiras (Santiago)	256
Escariz (São Mamede)	327
Escariz (São Martinho)	187
Valbom (São Martinho)	266
Carreiras (São Miguel)	185
Oriz (São Miguel)	244
Prado (São Miguel)	535
Valbom (São Pedro)	155
Soutelo	471
Travassós	93

(Continuação)

Turiz	300
Valdreu	1 669
Valões	400
Vila Verde	320
Vilarinho	155
Total – 58 Freguesias	229 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

Quadro N.º 14 – Concelho de Vizela: Freguesias e Áreas

Vizela	
Freguesias	Área (ha)
Santa Eulália	545
São João das Caldas	292
São Miguel das Caldas	520
Ínfias	186
Tagilde	274
Santo Adrião de Vizela	347
São Paio de Vizela	228
Total – 7 Freguesias	25 Km²

Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (www.anmp.pt),
acedido em 24/02/2005

2 – POPULAÇÃO

2.1 - Área, População Residente, Freguesias e Densidade Populacional

Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação - Censos 2001, o distrito de Braga tem uma população residente de 831 366 indivíduos e uma densidade populacional de 352,9 habitantes por KM² (Quadro N.º 15), superior à densidade populacional média do território português que ronda os 110 H/ KM². Ao longo da última década (1991/ 2001) o distrito tem registado um crescimento populacional relativamente significativo – 6,5% (Quadro N.º 16). Verifica-se, no entanto, uma irregular distribuição da população, motivada pelas condições naturais e sobretudo por razões económicas – as oportunidades de trabalho. Neste âmbito, assinala-se a nítida diferença entre os concelhos ditos mais interiores, de carácter mais rural – Terras de Bouro, Vieira do Minho, e Celorico de Basto (à excepção de Cabeceiras de Basto que registou um aumento da população residente, de 9%) que revelam dinâmicas regressivas da população. Em contrapartida os concelhos de carácter mais urbano – Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão – com uma população total de 573 431 habitantes – concentravam em 2001, 70% do total da população residente no distrito.

Quadro N.º 15 - Área, População, Freguesias e Densidade Populacional , em 2001, no Distrito de Braga

Concelhos	Área Total (Km ²)	População Residente (Total)	Freguesias (N.º)	Densidade Populacional (Hab/Km ²)
Amares	82	18 521	24	226
Barcelos	378,9	122 096	89	322,3
Braga	183,2	164 192	62	896,3
Cabeceiras de Basto	241,8	17 846	17	73,8
Celorico de Basto	181,1	20 466	22	113
Esposende	95,4	33 325	15	349,3
Fafe	219,1	52 757	36	240,8
Guimarães	241,7	159 576	68	660,1
Póvoa de Lanhoso	132,5	22 772	29	171,8
Terras de Bouro	277,6	8 350	17	30,1
Vieira do Minho	218,5	14 724	21	67,4
Vila Nova de Famalicão	201,8	127 567	49	632,2
Vila Verde	228,7	46 579	58	203,7
Vizela	23,7	22 595	7	953,6
Total - Distrito	2696	831 366	514	(Média) 352,9

Fontes: INE, Censos 2001
REFTER – Sistema de Gestão de Nomenclaturas Territoriais.

Quadro N.º 16 - População Residente no Distrito, em 1991 e 2001 e sua Evolução, por Concelhos

Concelhos	População residente em 1991 (H+M)	População residente em 2001 (H+M)	Varição População residente entre 1991 e 2001 (%)
Amares	16 715	18 521	10,8
Barcelos	111 733	122 096	9,3
Braga	141 256	164 192	16,2
Cabeceiras de Basto	16 368	17 846	9
Celorico de Basto	21 477	20 466	- 4,7
Esposende	30 101	33 325	10,7
Fafe	47 862	52 757	10,2
Guimarães	143 984	159 576	10,8
Póvoa de Lanhoso	21 516	22 772	5,8
Terras de Bouro	9 406	8 350	- 11,2
Vieira do Minho	15 775	14 724	- 6,7
V. N. Famalicão	114 338	127 567	11,6
Vila Verde	44 056	46 579	5,7
Vizela	20 006	22 595	12,9
Total - Distrito	754 593	831 366	(Média) 6,5

Fonte: INE, Censos 2001

2.2 - População Residente segundo Sexo e Grupo Etário

Como se pode verificar no quadro que se segue (Quadro N.º 17), a população residente é maioritariamente do sexo feminino – 51,4% - o que inclusivé se verifica em cada um dos concelhos do distrito.

Quadro N.º 17 - População Residente segundo o Sexo, em 2001, no Distrito de Braga

Concelhos	Homens	Mulheres	Total
Amares	9 012	9 509	18 521
Barcelos	59 340	62 756	122 096
Braga	78 954	85 238	164 192
Cabeceiras de Basto	8 778	9 068	17 846
Celorico de Basto	9 914	10 552	20 466
Esposende	16 020	17 305	33 325
Fafe	25 322	27 435	52 757
Guimarães	78 436	81 140	159 576
Póvoa de Lanhoso	11 054	11 718	22 772
Terras de Bouro	4 038	4 312	8350
Vieira do Minho	7 285	7 439	14 724
V.N. de Famalicão	62 511	65 056	127 567
Vila Verde	22 519	24 060	46 579
Vizela	11 197	11 398	22 595
Total - Distrito	404 380	426 986	831 366
	48,6%	51,4%	100%

Fonte: INE, Censos 2001

No que respeita à estrutura etária da população, o distrito de Braga é relativamente mais jovem que o conjunto geral do Continente. A população com idade inferior a 25 anos representava em 2001, 35,7% do total da população residente no distrito (Quadro N.º 18), sendo que para o território nacional este valor atingia em 2001, 30,3%.

Ainda a destacar no distrito, o aumento bastante significativo do escalão etário dos “65 e mais anos”, no período de 1997 (que era de 80 820 indivíduos) a 2001 (98 028 indivíduos) que revela uma dinâmica distrital de envelhecimento da população, fenómeno generalizado no território nacional. Para além disso, o grupo dos “25–64 anos”, no distrito, acompanha a evolução dos idosos, apresentando um aumento de 2,5% em relação a 1997 (ano em que se registava 388 840 indivíduos residentes). Pode assim concluir-se pelo envelhecimento da própria população em idade activa.

No entanto, de todas as unidades territoriais do país, o distrito de Braga é daqueles em que a situação se revela menos preocupante, uma vez que o crescimento do escalão etário dos “25 aos 64 anos” é inferior à média nacional que é de 3,3%, e ainda a verificada para os idosos (65 e mais anos) cujo aumento ao nível nacional foi de 2,8% entre 1991 e 2001 (no distrito foi de 1,4%).

«O Fenómeno do envelhecimento demográfico, definido como o aumento da importância relativa de idosos na população total, ocorreu em todas as regiões do país, sendo que apenas o Norte e nas duas Regiões Autónomas se mantém uma proporção de jovens (0-14 anos) superior à de idosos (65 ou mais anos)»⁹.

Quadro N.º 18 - População Residente segundo Grupos Etários, em 2001, no Distrito de Braga

Concelhos	Grupos Etários (anos)				Total
	Menos de 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 ou mais anos	
Amares	3 581	3 146	9 110	2 684	18 521
Barcelos	24 648	20 849	63 443	13 156	122 096
Braga	30 733	26 642	89 053	17 764	164 192
Cabeceiras de Basto	3 534	2 954	8 208	3 150	17 846
Celorico de Basto	3 937	3 510	9 390	3 629	20 466
Esposende	6 680	5 611	17 028	4 006	33 325
Fafe	9 886	8 536	27 319	7 016	52 757
Guimarães	31 245	26 229	85 779	16 323	159 576
Póvoa de Lanhoso	4 478	3 960	10 975	3 359	22 772
Terras de Bouro	1 390	1 251	3 938	1 771	8 350
Vieira do Minho	2 527	2 388	7 020	2 789	14 724
V.N. Famalicão	23 971	19 860	70 201	13 535	127 567
Vila Verde	9 161	7 844	22 673	6 901	46 579
Vizela	4 857	3 598	12 195	1 945	22 595
Total - Distrito	160 628 19,3%	136 378 16,4%	436 332 52,5%	98 028 11,8%	831 366 100%

Fonte: INE, *Censos 2001*

Quando comparada com a estrutura da população total, verifica-se que em 2001, a população do Norte é mais jovem: a proporção de jovens, de 17,5% representava o valor mais elevado do Continente, enquanto que a de idosos representava simultaneamente a mais baixa (14%).

A corroborar tal comportamento, os Índices de Envelhecimento nos concelhos do distrito (expostos mais adiante) apresentavam valores mais baixos (à excepção de Terras de Bouro e Vieira do Minho) que o Índice de Envelhecimento Nacional – 105,5% em 2002 – sendo que a média distrital era de 78,1%.

Com efeito, em 2002, em Portugal a correlação era de 106 idosos para cada 100 jovens, prevendo-se um cenário forte de envelhecimento em 2050, onde se prevê que possa atingir os 395 idosos por cada 100 jovens, ou seja, quase quadruplica face a 2002, duplicando por volta dos anos 2025. Esta tendência de envelhecimento da população só se conseguirá atenuar, mas não evitar, conjugando saldos migratórios

⁹ INE, *Destaque*, “Censos 2001, resultados definitivos”, 21 de Outubro de 2002, p. 3.

positivos e níveis de fecundidade mais elevados, como acontece no cenário de *rejuvenescimento*, no qual se prevê que o Índice de Envelhecimento ronde os 190 idosos por cada 100 jovens em 2050.

Quadro N.º 19 - População Residente, segundo Grupos Etários e Género, em 2001

	Grupos Etários e Género										Total
	Até 14 anos		De 15 a 24 aos		De 25 a 44 anos		De 45 a 64 anos		65 e mais anos		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Portugal	847 553	809 049	751 509	728 078	1 524 917	1 550 500	1 167 944	1 283 074	708 218	985 275	10 356 117
Norte	330 488	314 460	282 841	275 437	567 242	582 960	389 530	429 577	212 830	301 928	3 687 293
Distrito Braga	82 505	78 123	68 677	67 701	132 662	136 030	79 974	87 666	40 652	57 376	831 366
Amares	1 778	1 803	1 606	1 540	2 725	2 760	1 750	1 875	1 153	1 531	18 521
Barcelos	12 673	11 975	10 409	10 440	19 608	20 103	11 256	12 476	5 394	7 762	122 096
Braga	15 766	14 967	13 249	13 393	26 836	28 840	16 005	17 372	7 098	10 666	164 192
Cabeceiras de Basto	1 819	1 715	1 501	1 453	2 570	2 445	1 494	1 699	1 394	1 756	17 846
Celorico de Basto	2 036	1 901	1 808	1 702	2 865	2 767	1 669	2 089	1 536	2 093	20 466
Esposende	3 385	3 295	2 827	2 784	5 077	5 385	3 112	3 454	1 619	2 387	33 325
Fafe	5 016	4 870	4 327	4 209	8 013	8 274	5 143	5 889	2 823	4 193	52 757
Guimarães	16 193	15 052	13 284	12 945	26 540	26 680	15 618	16 941	6 801	9 522	159 576
Póvoa de Lanhoso	2 312	2 166	1 964	1 996	3 293	3 462	2 027	2 193	1 458	1 901	22 772
Terras de Bouro	680	710	640	611	1 083	1 064	855	936	780	991	8 350
Vieira do Minho	1 330	1 197	1 241	1 147	2 011	1 977	1 446	1 586	1 257	1 532	14 724
V.N Famalicão	12 317	11 654	10 022	9 838	21 408	21 557	13 075	14 161	5 689	7 846	127 567
Vila Verde	4 696	4 465	3 993	3 851	6 718	6 825	4 288	4 842	2 824	4 077	46 579
Vizela	2 504	2 353	1 806	1 792	3 915	3 891	2 236	2 153	826	1 119	22 595

Fonte: INE, *Censos 2001*

Retomando a problemática da dicotomia rural/urbano patente no território distrital, observa-se nos concelhos mais rurais, e em comparação com os outros concelhos de carácter mais urbano, um peso superior do escalão etário “65 ou mais anos” e uma expressão inferior do grupo etário da população em idade activa [15–64]. A esta situação estão associados fenómenos de envelhecimento mais acelerado da população, efeito conjunto do aumento do número de idosos e da migração da camada da população em idade activa e em idade de ter filhos, para centros urbanos.

Estas dinâmicas colocam a necessidade de equacionar diferentes estratégias e instrumentos de intervenção nos concelhos ditos do interior, nomeadamente, em matéria de desenvolvimento social, educativo e de empregabilidade.

Através do cruzamento entre os indicadores “Sexo” e “Grupo Etário” (Quadro N.º 19), podemos verificar que nas faixas etárias com menos de 25 anos, o sexo masculino registava maiores índices no distrito. Em contrapartida o peso das mulheres na população residente com mais de 25 anos era superior, principalmente no grupo etário “65 ou mais anos”, representando 58,5% neste grupo.

2.3 – Outros Indicadores Demográficos

Podemos observar no Quadro N.º 20, que em 2002, a Taxa de Natalidade do distrito – 11,8‰ - era superior à Taxa de Natalidade do território nacional que era de 11‰, segundo o Anuário Estatístico da Região Norte. O significativo peso da Igreja Católica nos hábitos e modos de vida das populações, evidencia-se pela baixa Taxa de Divórcio – 1,3 em 1000 casamentos -, pela elevada Taxa de Nupcialidade – 6,6‰ – (superior a Taxa de Nupcialidade a nível nacional, 5,4‰) e pela elevada proporção de casamentos católicos (76,6%). A Taxa de Mortalidade no distrito (9,1‰) era, em 2002, mais baixa que a Taxa de Mortalidade em Portugal (10,2‰). Em contrapartida a Taxa de Mortalidade Infantil no distrito registava em 2000, 7,7‰, valor superior à média nacional – 5,5‰.

Quadro N.º 20 - Indicadores Demográficos

Concelhos	Indicadores							
	Taxa de Natalidade em 2002 (Permilagem)	Taxa de Mortalidade em 2002 (Permilagem)	Taxa Média Mortalidade Infantil em 2000 (Permilagem)	Taxa de Nupcialidade em 2002 (Permilagem)	Proporção Casamentos Católicos em 2002 (%)	Taxa de Divórcio em 2002 (Permilagem)	Índice de Envelhecimento em 2002 (%)	Esperança Média de Vida à Nascimento em 1998 (anos)
Amares	12,2	8,2	6,9	7,3	67,6	0,6	80,6	72,19
Barcelos	11,7	6,9	8,3	6,6	80,9	1,5	57,4	72,51
Braga	13,5	6,3	7,3	6,5	71,2	3,0	60,6	74,06
Cabeceiras de Basto	12,5	12,1	2,6	6,6	81,2	0,9	90,6	73,56
Celorico de Basto	11,3	11,3	9,9	7,0	83,7	1,0	96,7	72,83
Esposende	13,2	7,4	7,8	6,8	75,5	1,5	63,0	74,08
Fafe	11,6	8,6	9,4	6,7	78,5	2,5	75,0	73,17
Guimarães	11,3	6,5	7,5	6,3	83,0	1,9	56,6	73,66
Póvoa de Lanhoso	12,4	8,6	7,6	7,4	74,7	1,0	81,3	72,71
Terras de Bouro	8,9	14,9	11,2	6,1	70,0	0,6	132,3	71,94
Vieira do Minho	10,5	15,5	11,6	5,8	66,7	1,0	115,0	71,85
V. N. Famalicão	12,3	7,0	6,6	6,1	78,9	1,7	61,5	73,04
Vila Verde	12,9	8,7	7,2	7,3	75,4	0,7	77,8	73,51
Vizela	11,2	5,0	3,3	6,0	84,6	0,9	45,5	-----
Distrito (Média)	11,8	9,1	7,7	6,6	76,6	1,3	78,1	73,06
Portugal	11,0	10,2	5,5	5,4	62,5	2,7	105,5	72,3

Fontes: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.

INE, *Estatísticas Demográficas 2000*.

Vanessa Almeida, "Natalidade, mortalidade e esperança de vida à nascença nos concelhos portugueses: uma correcção pela estrutura etária", in INE, *Cadernos Regionais*, N.º 12, 2001, p. 2.

«Em 2002, ao nível de Nomenclatura de unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS II), o valor mais elevado na incidência da mortalidade infantil ocorreu na região Autónoma dos Açores (6,5‰), seguindo-se a região Autónoma da Madeira (5,8‰), a região Norte (5,4‰) e o Algarve (5,1‰)»¹⁰.

No que concerne os Índices de Envelhecimento, eram particularmente elevados nos concelhos de Terras de Bouro e Vieira do Minho, com valores de 132,3% e 115% respectivamente, o que significa que por cada 100

jovens com menos de 15 anos, havia em 2002, em Terras de Bouro cerca de 132 idosos, e em Vieira do Minho 115 idosos.

Embora o fenómeno do envelhecimento da população represente actualmente uma característica da demografia portuguesa, ele tem maior expressividade nas chamadas zonas “recuadas”, ou seja no interior rural, principalmente nas mais afastadas dos centros urbanos.

Em 1998, a Esperança Média de Vida à Nascimento, no distrito era de 73 anos (não se registando grandes disparidades entre os concelhos), média esta semelhante à registada em Portugal (72 anos).

2.4 – Emigração

A emigração ainda é um fenómeno marcado no distrito de Braga, embora em muito menor escala quando comparada com a que ocorreu nos anos 60 e 70. Verifica-se, sobretudo nos concelhos empobrecidos, de carácter mais rural, uma forte tendência para os fenómenos da emigração e do êxodo rural (o que origina o envelhecimento da população). Devido à ausência ou insuficiência de oportunidades de emprego e ao restringimento no acesso a determinados bens e serviços de consumo, as populações, principalmente mais jovens, deslocam-se para os centros urbanos ou peri-urbanos, ou para outros países, procurando assim melhores condições de vida.

Segundo as Estatísticas Demográficas 2002, do INE, no ano de 2002, o fluxo emigratório total em Portugal estimou-se em 27 358 indivíduos. Comparativamente ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de 32,9%. Quanto à distribuição por sexos, é de referir o peso dos indivíduos do sexo masculino (81,8%).

«Os indivíduos que emigram em 2002 saem, sobretudo, do Norte do país, do Centro e da região de Lisboa e Vale do Tejo»¹¹ (Quadro N.º 21). Tal como nos anos precedentes, é nas camadas mais jovens que se concentra a maior parte dos emigrantes, sendo que tanto na emigração permanente como temporária¹², os indivíduos solteiros são os que mais emigram. A França, a Suíça e a Espanha constituem os principais países de destino, sendo que acolheram em 2002, cerca de 63% do total da emigração portuguesa. Em contrapartida, a Alemanha, o Brasil e o Luxemburgo têm perdido uma acentuada importância como países de destino dos emigrantes.

Hoje a emigração é fundamentalmente de carácter temporário, com destino à Europa, de indivíduos (predominantemente do sexo masculino) em idade activa jovem e com o Ensino Básico. Tendo por referência os dois tipos de emigração, a sua distribuição em 2002, foi de 32,2% para a emigração permanente e de 67,8% para a emigração temporária. «Relativamente ao estado civil, constata-se que na emigração permanente os solteiros representam o maior peso (58,9%). No que diz respeito à emigração temporária verifica-se que os solteiros e os casados apresentam respectivamente as seguintes proporções: 63,5% e 31,5%»¹³.

¹⁰ INE, *Destaque*, “Estatísticas vitais – mortalidade infantil – resultados definitivos de 2002”, 27 de Junho de 2003.

¹¹ INE, *Destaque*, “Emigração em Portugal – 2002”, 17 de Junho de 2003, p. 4.

¹² Emigrantes temporários: indivíduos que saíram do país com intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano; Emigrantes permanentes: Indivíduos que se apresentaram com o objectivo de residir no estrangeiro por um período superior a um ano (in INE, *Estatísticas Demográficas 2002*, p. 38).

¹³ INE, *Estatísticas Demográficas 2002*, p. 38.

Na região Norte, entre 1985 e 1991, «(...) os concelhos de mais forte repulsão encontram-se distribuídos da seguinte forma: (...) o Porto, que se encontra inserido num grupo de concelhos bastante atractivos; (...) um grupo de concelhos em continuidade geográfica (só interrompida por Amarante) composta por Montalegre, Terras de Bouro, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto (...); alguns concelhos de Alto Trás-os-Montes (...)»¹⁴.

Recentemente, o distrito de Braga tem verificado um crescimento da emigração, sobretudo por parte dos jovens que não encontram colocação no mercado de trabalho. «Em 2003, 5 600 trabalhadores do distrito de Braga procuraram emprego no estrangeiro, sobretudo em países europeus»¹⁵.

Em Portugal para o ano de 2002, a Taxa de Emigração (número de emigrantes por mil habitantes) foi aproximadamente de 2,7‰. Por tipo de emigração, esta taxa reparte-se da seguinte forma: 0,9‰ para a emigração permanente e 1,8‰ para a temporária. No Norte, tendo em conta que residiam em 2002 (segundo o Anuário Estatístico da Região Norte 2003) 3 691 922 habitantes, e que o número de emigrantes era de 13 075, podemos estipular que a Taxa de Emigração nesta região rondava os 3,5‰, ou seja era superior à média nacional.

Quadro N.º 21 - Emigrantes, por Distribuição Geográfica de Residência (NUTS II) e Sexo, segundo o Tipo de Emigração

Em 2002		Unidade N.º		
Distribuição Geográfica de Residência		Total	Permanente	Temporária
Portugal	HM	27 358	8 813	18 545
	H	22 353	6 897	15 456
	M	5 005	1 916	3 089
Continente	HM	26 285	8 291	17 994
Norte	HM	13 075	4 893	8 182
Centro	HM	6 139	1 367	4 772
Lisboa e Vale do Tejo	HM	5 154	1 647	3 507
Alentejo	HM	1 170	97	1 073
Algarve	HM	747	287	460
Regiões Autónomas	HM	1 073	522	551

Nota: Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas 2002*.

2.5 – Imigração

No que concerne a imigração, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), residiam no distrito de Braga no ano de 2001, 3 612 estrangeiros. No mesmo ano, segundo os Censos de 2001, a população residente era de 831 366 habitantes, logo pode estipular-se que a Taxa de Imigração (Número de imigrantes por 1 000 habitantes) no distrito rondava os 4,3‰.

Em Dezembro de 2003, ainda segundo o SEF, residiam em Portugal 250 991 cidadãos estrangeiros. No distrito de Braga, residiam 3 909 imigrantes (1,6% do total dos estrangeiros residentes em Portugal),

¹⁴ Emília Saleiro; Pedro Campos, "As migrações internas na região Norte", in INE, *Estatísticas & Estudos Regionais – Região Norte*, N.º 6, Set.- Dez. 1994.

destacando-se em primeiro lugar os brasileiros (Quadro N.º 22), seguindo-se os imigrantes provenientes das Ex-colónias portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe), da França, da Espanha, da Alemanha mas também de países de Leste, como a Roménia, a Ucrânia e a Rússia.

No que concerne os imigrantes ilegais, a Inspeção-Geral do Trabalho estima que existe actualmente entre 40 000 a 50 000 trabalhadores ilegais em Portugal, mas as Organizações Não Governamentais apontam para a existência de 100 000.

Segundo um estudo realizado pela Universidade Autónoma de Lisboa¹⁶, os imigrantes produzem em Portugal mais de 5% da riqueza nacional, com as regiões do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo a serem as que mais beneficiam com esta mão-de-obra. A maioria dos imigrantes é utilizada como mão-de-obra pouco qualificada auferindo baixas remunerações. Os números são mais expressivos em sectores como a Construção Civil, onde os imigrantes são responsáveis por 14,8% da produção, e na Hotelaria e Restauração com 11,7%.

Quadro N.º 22- População Estrangeira Residente
no Distrito de Braga, em 2003

Nacionalidade	População Estr. Resid.
Alemanha	261
Austria	19
Bélgica	65
Dinamarca	2
Espanha	326
Finlândia	6
França	343
Grécia	8
Irlanda	4
Itália	113
Luxemburgo	2
Países Baixos	48
Reino Unido	116
Suécia	14
Albânia	1
Antiga República Jugoslava da Macedónia	5
Bielorússia	1
Bósnia-Herzegovina	2
Bulgária	8
Croácia	20
Ex-Checoslováquia	2
Ex-Jugoslávia	5
Ex-URSS	12
Hungria	2
Lituânia	1
Noruega	8
Polónia	10
República Checa	1
República Eslovaca	2
República Federativa da Jugoslávia	1
Roménia	54
Rússia	19
Suíça	22
Turquia	11
Ucrânia	9

¹⁵ Correio do Minho, "Mais de 44 mil sem emprego no distrito", 30 de Abril de 2004.

¹⁶ Eduardo Ferreira, Helena Rato, Maria João Mortágua, *Viagens de Ulisses – Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Universidade Autónoma de Lisboa, 2004.

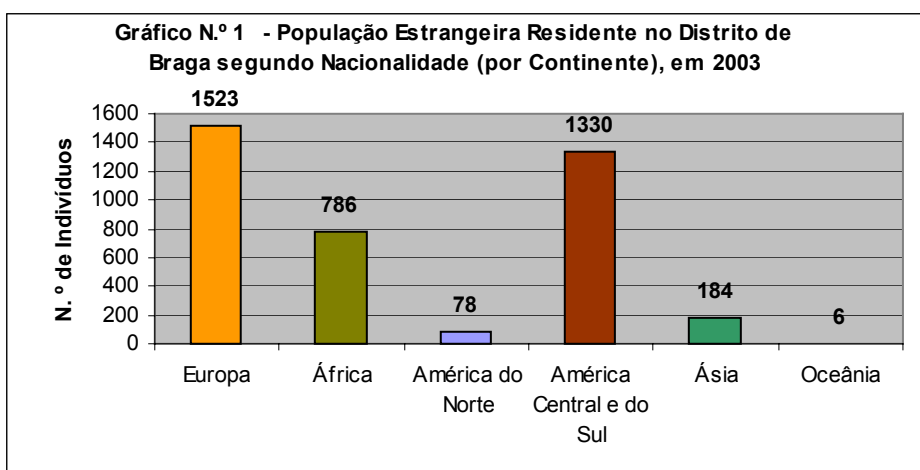
(Continuação)

Angola	333
Cabo Verde	124
Guiné-Bissau	122
Moçambique	66
São Tomé e Príncipe	36
África do Sul	15
Argélia	4
Congo (República Democrática)	17
Congo (República)	12
Costa do Marfim	1
Guiné	28
Líbia	1
Mali	3
Marrocos	6
Nigéria	2
Ruanda	2
Senegal	6
Sudão	2
Togo	1
Tunísia	4
Zâmbia	1
Canáda	15
EUA	59
México	4
Brasil	1 216
Venezuela	55
Argentina	2
Barbados	1
Chile	5
Colômbia	15
Cuba	14
Equador	9
Guiana	1
Honduras	1
Paraguai	5
Peru	2
Salvador	1
Uruguai	3
Bangladesh	27
China	137
Filipinas	1
Índia	6
Irão	1
Japão	8
Paquistão	2
Singapura	2
Austrália	5
Nova Zelândia	1
Total	3 909

Portugal = 250 991 imigrantes

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), *Estatísticas 2003*.

O Gráfico N.º 1, permite-nos observar que a população estrangeira residente no distrito de Braga, é maioritariamente proveniente da Europa, da América Central e do Sul, e de África.



No que concerne ao território nacional, «(...) à semelhança dos últimos anos, também em 2003, merecem particular destaque os nacionais de países do Continente Africano e do Europeu que representavam 47,3% e 30,7% do total de estrangeiros residentes»¹⁷.

Atendendo aos países de nacionalidade, os cidadãos de Cabo Verde eram os mais representativos, seguindo-se os do Brasil, de Angola e da Guiné-Bissau; no seu conjunto estes quatro países eram responsáveis por mais de metade do total de estrangeiros residentes legalmente em Portugal. No que concerne o Continente Europeu, destacavam-se os nacionais do Reino Unido, da Espanha, da Alemanha e da França.

¹⁷ INE, *Destaque*, "População estrangeira em Portugal, 2003", 28 de Junho de 2004, p. 2.

2.6 - Diagnóstico Estratégico

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Forte dinâmica populacional, evidenciada pela densidade populacional (superior a média nacional); - Peso significativo dos escalões etários mais baixos da população; - Taxa de natalidade ligeiramente superior a média nacional; - Taxa de mortalidade inferior a média nacional; - Baixa taxa de divórcio, associada ao elevado peso da Igreja Católica na região; 	<ul style="list-style-type: none"> - Irregular distribuição da população residente, motivada por condições naturais e sobretudo económicas; maior concentração da população nos centros urbanos (Barcelos, Braga, Guimarães e V.N. de Famalicão); - Dinâmica distrital de envelhecimento da população, fenómeno generalizado em todo o território nacional; - Taxa de mortalidade infantil superior a média nacional; - Emigração de jovens dos meios rurais, devido a falta de oportunidades de emprego;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento populacional significativo (entre 1991/2001) - Distrito onde a situação do envelhecimento demográfico é menos preocupante, tendo em conta o panorama nacional; - Peso significativo da população jovem; 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte tendência para o envelhecimento populacional nos concelhos rurais, resultante da elevada tendência para o êxodo rural por parte dos mais jovens; Envelhecimento demográfico acentuado, em particular nos concelhos de Terras de Bouro e Vieira do Minho; - Êxodo rural e alguma emigração (sobretudo temporária por parte de jovens do sexo masculino) que origina desertificação nas zonas rurais; - Problemas de inserção da população imigrante, principalmente proveniente de Leste, embora a taxa de imigração no distrito seja baixa, comparativamente a outros distritos.

3 - SAÚDE

«Desde 1979, Portugal possui um Serviço Nacional de Saúde (SNS) de cobertura universal e gratuita que criou e implementou uma rede de hospitais públicos (85% de todas as camas hospitalares estão situadas no Sector Público) e cerca de 350 centros de saúde. As principais responsabilidades de gestão do SNS no Continente são partilhadas entre o Ministério da Saúde e as cinco Administrações Regionais de Saúde (ARS) subdivididas em 18 Sub-Regiões de Saúde coincidentes com os Distritos Administrativos e tendo responsabilidade de gerir o orçamento dos serviços de cuidados primários de saúde»¹⁸.

Os cidadãos têm livre acesso aos seus médicos de família que têm responsabilidade por um certo número de doentes. Estes médicos desempenham, em princípio, a função de pontos de entrada no sistema em relação aos cuidados de saúde primários, emitindo as referências necessárias para aceder a outros níveis de cuidados. Contudo, as pessoas usam com frequência os serviços de urgência dos hospitais para assim poderem, de uma forma mais célere, aceder aos cuidados de saúde. Mantém-se nos hospitais a existência de longas listas de espera para serviços hospitalares, principalmente consultas externas e intervenções cirúrgicas de carácter não urgente.

O SNS português é financiado através de impostos e o acesso aos cuidados primários e hospitalares é gratuito, sendo, no entanto em alguns casos (exames de diagnóstico, acesso à urgência, etc.) requerido o pagamento de taxas moderadoras. Alguns estratos da população (crianças, grávidas, doentes crónicos, etc.) estão isentos de qualquer pagamento.

3.1 - Infra-Estruturas e Pessoal de Saúde

«Em 2001, Portugal estava equipado com 217 hospitais, 392 centros de saúde, 1 962 extensões de centros de saúde e 496 postos médicos. Existiam, também, 2 556 farmácias e 332 postos de medicamentos em todo o território nacional. Estes equipamentos localizavam-se, maioritariamente, em três regiões do Continente – Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro -, onde se concentrava, também, a maior parte da população residente no país»¹⁹.

Em Lisboa e Vale do Tejo concentrava-se a maior parte dos hospitais, dos postos médicos e das farmácias, ao passo que a região Norte detinha o maior número de centros de saúde (com e sem internamento) e a região Centro se destacava no número de extensões de centros de saúde e de postos de medicamentos. As regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e o Algarve eram as regiões que apresentavam em 2001, os menores números de equipamentos. O Alentejo assumia uma posição intermédia.

No conjunto, o país detinha mais de 43 mil camas de internamento (42 mil nos hospitais e 1300 nos centros de saúde com internamento), a maior parte localizada nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (16 mil camas), do Norte (13 mil) e do Centro (8 mil). Em 2001, cerca de 29 mil médicos e 41 mil profissionais de enfermagem trabalhavam nos hospitais, nos centros de saúde e nos postos médicos existentes em

¹⁸ Pedro Lopes Ferreira, "O sistema português de Saúde", in INE, *Cadernos Regionais*, 1998, p. 6.

¹⁹ INE, *Anuários Estatísticos Regionais, Um Retrato Territorial de Portugal*, 2002, p. 14.

Portugal. A distribuição concelhia do número de médicos em relação ao número de habitantes apresentava valores mais elevados nos concelhos mais populosos: Coimbra (com cerca de 19 médicos por 1 000 habitantes) e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

No que concerne o distrito de Braga, pelo Quadro N.º 23, verifica-se que os maiores centros populacionais, de cariz mais urbano, revelam-se mais e melhor apetrechados em termos de infra-estruturas de saúde, verificando-se o mesmo quanto ao pessoal médico.

Com efeito, Barcelos, Braga, V. N. de Famalicão e Guimarães possuem maior número de centros de saúde, incluindo extensões e postos médicos. Os concelhos de Braga, Esposende, Guimarães e V. N. de Famalicão registam valores mais elevados quanto ao número de médicos por cada 1000 habitantes; quanto ao número de hospitais (oficiais e particulares) existentes, mais uma vez evidenciam-se os concelhos enunciados.

Quadro N.º 23 - Infra-Estruturas de Saúde existentes e N.º de Médicos por habitantes/ Concelho (nº)

Concelhos	Hospitais		Centros de Saúde		Extensões dos Centros de saúde	Postos Médicos Oficiais	Farmácias por 10 mil hab.	Médicos por 1000 Habitantes	Médicos por Concelho de residência
	Oficiais	Particulares	Com Internamento	Sem Internamento					
Amares	-	1	-	1	2	-	1,6	0,6	11
Barcelos	1	2	-	2	18	-	2,1	0,8	97
Braga	1	3	-	3	10	3	2,1	3,8	608
Cabeceiras de Basto	-	-	1	-	2	-	1,7	0,8	14
Celorico de Basto	-	-	1	-	4	-	1,5	0,3	7
Esposende	-	2	-	1	4	-	2,1	1,7	55
Fafe	1	-	-	1	9	-	1,0	0,8	41
Guimarães	1	1	-	2	9	2	1,6	1,6	252
Póvoa de Lanhoso	-	-	-	1	1	-	1,3	0,4	10
Terras de Bouro	-	-	-	1	1	-	3,7	0,5	4
Vieira do Minho	-	-	1	-	2	-	1,4	0,6	9
V.N. de Famalicão	1	1	-	2	12	-	1,6	1,2	155
Vila Verde	-	-	-	1	7	-	2,2	0,3	16
Vizela	X	X	-	1	1	-	1,8	-	1
Distrito	5	10	3	16	82	5	1,8	1	1 280

Fonte: INE, *Censos 2001*

Pode-se deduzir que, o acesso à Saúde não está unicamente dependente das carências económicas mas também da desigual distribuição territorial das infra-estruturas e pessoal de Saúde, que penaliza as populações que se encontram nas zonas mais recuadas (isolamento geográfico – exclusão territorial).

Segundo a Direcção-Geral de Saúde²⁰, em 2001, 512 médicos encontravam-se afectos ao Sistema Nacional de Saúde no distrito de Braga, residentes maioritariamente nos concelhos de Braga, Guimarães, V.N. de Famalicão e Barcelos. A relação entre o pessoal médico e a população residente mostra que, no distrito em média existe um médico por 1 000 habitantes, número considerado manifestamente insuficiente. Os concelhos de Braga (4 médicos), Esposende e Guimarães (2 médicos respectivamente) destacam-se ao reunir o maior número de médicos disponíveis por cada 1 000 habitantes.

²⁰ MS, Direcção-Geral de Saúde, *Centros de Saúde e Hospitais – Recursos e Produção do SNS*, Lisboa, 2001, p. 20.

No que respeita ao pessoal de enfermagem, o distrito de Braga registava em 2001, 528 profissionais ao serviço.

Segundo dados mais recentes, da Sub-Região de Saúde de Braga referentes a Dezembro de 2002, verificamos que de um modo geral, os recursos humanos disponíveis aumentaram ligeiramente em relação a 2001²¹. No entanto continua a verificar-se carências de profissionais na área da Saúde (Quadro n.º 24).

Quadro N.º 24 – Sub-Região de Saúde de Braga: Recursos Humanos Disponíveis em 31-12-2002

	Dotação (N.º de Profissionais)	Efectivos (N.º de Profissionais)	Carências	
			N.º de Profissionais	%
Clínicos Gerais/ Medicina Familiar	529	457	72	14%
Médicos Saúde Pública	54	26	28	52%
Outros Médicos (internos de Int. Compl., médicos da carreira médica hospitalar e Ex-SMS)	-	42	-	-
Enfermeiros	621	546	75	12%
Administrativos	657	646	11	2%
Auxiliar, Ser. Gerais, Operário	363	376	-	- 4%
Outro Pessoal (inclui dirigentes, Técnicos Superiores – de Saúde, de Serviço Social e Reg. Geral - , Técnicos Diagnóstico, Informática e Capelães)	192	103	89	46%

Fonte: Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte), Sub-Região de Saúde de Braga, *A Saúde que Temos – Síntese de Elementos Estatísticos 2002*.

Os estratos profissionais com maior carência de recursos humanos são os médicos de Saúde Pública (52%) e o outro pessoal (inclui dirigentes, técnicos superiores – de Saúde, de Serviço Social e Regime Geral - , técnicos de Diagnóstico, Informática e Capelães) - 46%. Verifica-se também a carência de médicos de Medicina Familiar, na ordem dos 14% e de enfermeiros (12%).

Note-se ainda que, a taxa de feminização em 31-12-2002 situava-se em 73% , atingindo os 90% na classe de enfermagem.

3.2 - Rastreio das Principais Patologias

No que concerne aos casos notificados por doença transmissível de declaração obrigatória (Ver em Anexos, Lista de Doenças de Declaração Obrigatória), no distrito de Braga em 2003, destacam-se a tuberculose respiratória (202 casos), outras salmonelas (29 casos), e a parotidite epidémica (28 casos) – Quadro N.º 25. É na distribuição, semelhante à que se observa para Portugal.

²¹ Em 2001: 512 médicos; Em 2002: 525 médicos.

Quadro N.º 25 - Casos Notificados por Doença Transmissível de Declaração Obrigatória, segundo a Distribuição Geográfica, em 2003

Patologias	Distribuição Geográfica		
	Portugal em 2002	Distrito de Braga em 2002	Distrito de Braga em 2003
FEBRES TIFÓIDE E PARATIFÓIDE	98	3	3
OUTRAS SALMONELAS	328	43	29
BOTULISMO	4	1	1
TUBERCULOSE RESPIRATÓRIA	3 150	188	202
TUBERCULOSE DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL	55	2	1
TUBERCULOSE MILIAR	119	4	2
BRUCELOSE	206	2	8
LEPTOSPIROSE	37	1	0
DOENÇA DE HANSEN (LEPRA)	X	0	1
TÉTANO	11	1	0
INFECÇÃO MENINGOCÓCICA	119	9	3
MENINGITE MENINGOCÓCICA	216	12	7
DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS	X	1	4
SIFÍLIS CONGÉNITA	24	4	3
SIFÍLIS PRECOCE	129	8	4
INFECÇÃO GONOCÓCICA	55	1	0
FEBRE ESCARONODULAR	507	2	0
DOENÇA DE CREUTZFELD-JACOB	2	1	1
SARAMPO	8	1	3
RUBÉOLA	29	5	2
HEPATITE POR VÍRUS A	64	1	1
HEPATITE POR VÍRUS B	155	9	8
HEPATITE POR VÍRUS C	205	6	1
PARATIDITE EPIDÉMICA	298	35	28
MALÁRIA	85	1	3
LEISHANIOSE VISCERAL	13	1	0
TOTAL	6 003	342	315

X = Valor desconhecido

Fonte: ARS Norte, Casos Notificados por Doença Transmissível de Declaração Obrigatória, segundo a Distribuição Geográfica, 2003.

É de ressaltar que, num total de 315 casos em 2003, os casos de tuberculose (respiratória, do sistema nervoso central e, miliar) são os que registam maior índice: no total 205 casos. De qualquer modo, podemos afirmar que a mortalidade por tuberculose está relativamente estabilizada em Portugal.

Comparando os dados registados em 2002 e em 2003, verifica-se que no seu conjunto, os casos notificados por doença de declaração obrigatória diminuíram (de 342 casos para 315 casos), no entanto verificou-se um aumento (pouco significativo) dos casos de tuberculose respiratória, da brucelose, da doença de Hansen (lepra), da doença dos legionários, do sarampo e da malária.

Tendo em conta os números alarmantes registados em Portugal, optamos por apresentar alguns dados sobre os casos de SIDA. De acordo com dados do Centro Europeu para a Vigilância Epidemiológica da SIDA (Paris), actualizados a 31 de Dezembro de 2002, a taxa de incidência de SIDA na União Europeia situava-se em 2002, nos 26,1 casos por milhão de habitantes. Portugal apresentou a maior taxa de incidência, com 76,7 casos por milhão de habitantes (correspondendo a uma estimativa provisória de 771 casos diagnosticados), seguido da Espanha, com 71,3.

Segundo o Instituto Nacional de Saúde (INS), entre Janeiro de 1983 e 30 de Junho de 2003 (um período de 20 anos), foram notificados em Portugal, 10 105 casos de SIDA, 83,2% dos quais referentes a indivíduos do

Em 2001: 528 enfermeiros; Em 2002: 546 Enfermeiros.

sexo masculino (8 410). Em mais de metade dos casos notificados (55%), os indivíduos afectados já tinham falecido (5 554). Os grupos etários onde se observa o maior número de casos notificados, neste período, foram “dos 25 aos 29 anos” (21,4%), “dos 30 aos 34 anos” (21,3%), e “dos 35 aos 39 anos” (16,6%), totalizando estes um valor de 59,3%.

No que concerne os casos verificados por distrito, segundo as Estatísticas da Saúde (INE), registou-se no distrito de Braga, no período de 1 de Janeiro de 1983 e 31 de Dezembro de 2002, 161 casos de SIDA, dos quais 94 já tinham resultado em óbito (Quadro N.º 26).

Quadro N.º 26 - Casos de Sida e Respectivos Óbitos, por Distribuição Geográfica de Residência no Período de 1 de Janeiro de 1983 e 31 de Dezembro de 2002.

Área geográfica de residência	Casos	Óbitos
	V.A	V.A
Portugal	9 459	5 216
Continente	9 318	5 144
Distrito de Braga	161	94

Fonte: INE, *Estatísticas da Saúde 2002*.

3.3 - Óbitos – Perspectiva Geral

Quadro N.º 27 - Óbitos por Doença e por Causa Externa em 2002

Distribuição Geográfica NUTS I, NUTS II	Óbitos		Total
	Doença	Causa externa	
Portugal	100 637	5 621	106 258
Continente	95 552	5 328	100 880
Norte	30 222	1 643	31 865
Centro	26 337	1 450	27 787
Lisboa	24 743	1 211	25 954
Alentejo	9 938	663	10 601
Algarve	4 312	361	4 673
R.A. Açores	2 536	133	2 669
Madeira	2 525	146	2 671
Residência Ignorada	24	14	38
Estrangeiro	312	120	432

Fonte: INE, *Estatísticas da Saúde 2002*.

No ano de 2002, registaram-se em Portugal (num total de 106 258), 100 637 óbitos por doença, e 5 621 óbitos por causa externa (Quadro N.º 27). A região Norte registou 30 222 óbitos por doença e 1 643 óbitos por causa externa (envenenamento, suicídio, homicídio e todos os tipos de acidentes), perfazendo um total de 31 865 óbitos.

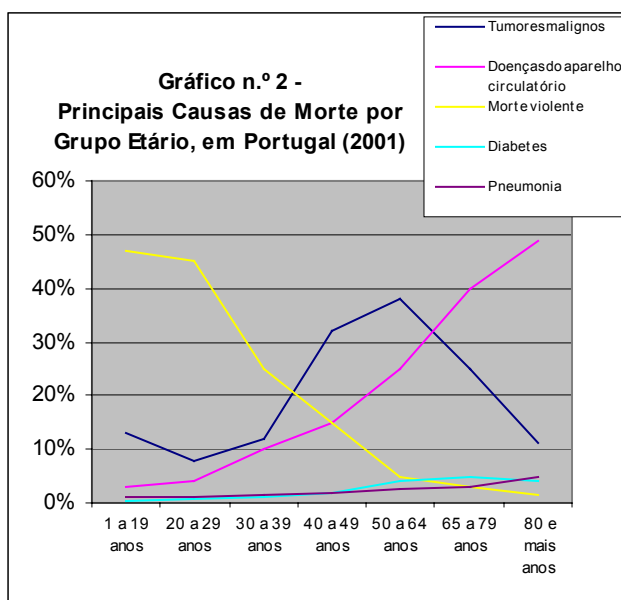
Segundo as Estatísticas da Saúde 2001, as principais causas de morte foram os tumores malignos, as doenças do aparelho circulatório, a morte violenta, os diabetes e a pneumonia, todas elas com uma significância diferente na população, dependendo do grupo etário em questão.

Pelo Gráfico N.º 2 (que ilustra as principais causas de morte por grupo etário, em 2001), verifica-se uma correlação directa e proporcional entre a idade e a morte por doenças do aparelho circulatório, ou seja

conforme vai aumentando a faixa etária também vão aumentando os casos de morte por doença do aparelho circulatório, atingindo quase os 50% no grupo etário “dos 80 e mais anos”. Por sua vez, também parece existir uma correlação directa entre os casos de morte violenta e a idade, mas em sentido inverso, ou seja, os valores mais elevados verificam-se nas camadas mais jovens (“1 a 19 anos” e “20 a 29 anos”), e vão diminuindo progressivamente, até à faixa dos “80 e mais anos”.

Em relação aos tumores malignos, parecem atingir mortalmente, principalmente os indivíduos entre os 30 e os 64 anos.

Os diabetes e a pneumonia, registam de um modo geral, valores bastante mais baixos que as anteriores causas de morte, em todas as faixas etárias, sendo, no entanto causa de morte principalmente entre os mais velhos.



Fonte: INE, *Estatísticas da Saúde 2001*.

À semelhança do que se verifica ao nível nacional, as principais causas de morte no distrito de Braga foram (em 2000) os tumores malignos e as doenças do aparelho circulatório – Quadro N.º 28.

Quadro N.º 28 – Principais Causas de Morte e Taxas de Mortalidade Específica Calculadas por 100 000 Habitantes, segundo Sexo, no Distrito de Braga, em 2000

Causas de Morte	N.º de Óbitos			% em relação ao total de óbitos	Taxas HM
	H	M	HM		
Tumores Malignos	778	499	1 277	21%	157,7
Doenças cerebrovasculares	562	708	1 270	21%	156,9
Sintomas, sinais e afecções mal definidas	450	381	831	14%	102,6
Doenças do coração	384	418	802	13%	99,1
Pneumonia e gripe	152	160	312	5%	38,5
Bronquite crónica, enfisema, asma e outras doenças pulmonares crónicas obstrutivas	118	86	204	3%	25,2
Diabetes	58	105	163	3%	20,1
Doença crónica do Fígado e cirrose hepática	74	40	114	2%	14,1
Acidentes	75	27	102	2%	12,6
Doenças transmissíveis	53	37	90	2%	11,1
Acidentes de trânsito de veículo a motor	40	7	47	1%	5,8
Aterosclerose	13	18	31	1%	3,8
Afecções perinatais	16	9	25	0,4%	3,1
Sida	15	3	18	0,3%	2,2
Suicídios e Homicídios	9	2	11	0,2%	1,4

Fonte: ARS Norte, Sub-Região de Saúde de Braga, *A Saúde que Temos – Síntese de Elementos Estatísticos 2002*.

Com efeito, a principal causa de morte no distrito de Braga, em 2000, foi “tumores malignos”, tendo provocado 1 277 óbitos, entre os quais 778 do sexo masculino. Não muito longe da primeira causa encontra-se “doenças cerebrovasculares”, causa de 1 270 óbitos. Nesta, o sexo feminino regista maior número de óbitos – 708.

Note-se que no mesmo ano, as causas externas (acidentes, acidentes de trânsito de veículo a motor, suicídios e homicídios) foram responsáveis por 160 óbitos.

3.4 - Óbitos por Doença

Em Portugal são essencialmente duas as causas de morte: causas externas (envenenamento, suicídio, homicídio e todos os tipos de acidentes) e óbitos por doença (cancro e doenças cardiovasculares). No ano de 2000, registaram-se em Portugal 105 813 óbitos. A maioria dos óbitos resultaram, como vinha sucedendo nos últimos vinte anos, dos dois seguintes grupos de causas de morte por doença: doença do aparelho circulatório (doenças cardiovasculares), - que continuam a permanecer com a primeira grande causa de morte em Portugal – 40 994 óbitos (39% do total); e tumores malignos, responsáveis por 21 461 óbitos (20% do total).

Em 2000, mais de 54% dos óbitos motivados por doenças do aparelho circulatório ocorreram com indivíduos do sexo feminino, enquanto mais de 59% dos óbitos por tumores malignos respeitaram a indivíduos do sexo masculino.

Segundo Pedro Lopes Ferreira²², em 1998, a Taxa de Mortalidade para todas as doenças vasculares mantinha-se ligeiramente acima da média europeia, sendo a maior para as doenças cerebrovasculares. No que concerne ao cancro, a mortalidade feminina por todos os cancros tinha em 1998, descido ligeiramente desde o início dos anos 70 e era, em 1993, a quarta mais baixa de entre os países europeus de referência. No entanto, Portugal era em 1998, um dos poucos países onde a mortalidade dos homens “dos 0-64 anos” para todos os cancros, tinha crescido durante os anos 80. Os cancros do pulmão e da mama, que tinham valores relativamente baixos, tinham tido um crescimento marcado nos últimos vinte anos.

Segundo o Quadro N.º 29, as principais causas de morte por doença (por Grupos da Lista Básica da CID-9) na região Norte, foram em 2000, por ordem decrescente as seguintes: doenças cerebro-vasculares (6 536); sintomas, sinais e afecções mal definidos (5 016); outras doenças do aparelho respiratório (3 130); tumores malignos dos órgãos do aparelho digestivo e do peritoneu (2 671); doenças da circulação pulmonar e outras formas de doenças do coração (2 326); e doenças isquémica do coração (1 944).

Quadro N.º 29 - Óbitos: Principais Causas de Morte (Grupos da Lista Básica da CID-9) em 2000

	Doenças cerebro-vasculares	Sintomas, sinais e afecções mal definidos	Outras doenças do aparelho respiratório	Doença isquémica do coração	Tumores malignos dos órgãos do aparelho digestivo e do peritoneu	Doenças da circulação pulmonar e outras formas de doenças do coração
Total	20 995	13 151	10 267	9 018	8 276	7 599
Residentes em Portugal	20 950	13 100	10 242	8 925	8 365	7 570
Continente	20 192	12 598	9 559	8 314	7 983	7 115
Norte	6 536	5 016	3 130	1 944	2 671	2 326
Centro	4 430	3 072	3 456	1 225	1 551	1 986
Lisboa e Vale do Tejo	6 837	2 953	1 900	3 990	2 923	2 080
Alentejo	1 538	876	666	754	526	478
Algarve	851	681	407	401	312	245
Açores	427	130	293	373	144	194
Madeira	327	358	384	228	137	260
Residências ignoradas	4	14	6	10	1	1
Estrangeiro	45	51	25	93	11	29

Fonte: INE, *Estatísticas da Saúde 2001*.

Complementando os dados anteriormente referidos, assinala-se que, em Portugal, os óbitos por tuberculose sofreram uma diminuição de 10% entre 1999 e 2000, ano em que se registaram 260 óbitos (face a 289 em 1999).

No que concerne à evolução da mortalidade em Portugal por VIH/SIDA, em 2002 registaram-se 943 óbitos, dos quais 781 eram de homens e 162 de mulheres²³.

No conjunto das doenças endócrinas, metabólicas e transtornos imunitários, a diabetes mellitus tem tido particular relevo em Portugal²⁴. Em 1999, 89% dos óbitos causados por este grupo de doenças deveram-se

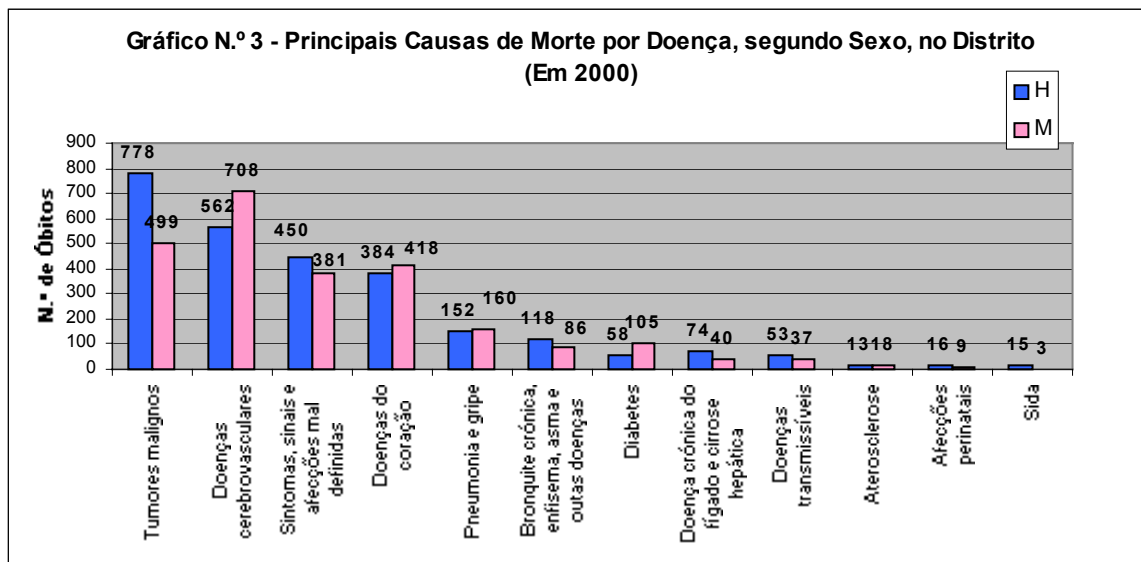
²² Pedro Lopes Ferreira, “O sistema português de Saúde”, in INE, *Cadernos Regionais*, 1998, p. 14.

²³ INE, *Destaque*, “Estatísticas da Saúde 2002”, p. 2.

²⁴ INE, *Destaque*, “Óbitos por Diabetes 1999”, p. 1.

à diabetes mellitus. Entre 1980 (1454 óbitos) e 1999 (3385 óbitos), assistiu-se a um aumento de 133% no número de óbitos por esta doença.

No que diz respeito à doença de Alzheimer, em 2000, mais de 69% dos óbitos por esta doença (426) ocorreram em indivíduos incluídos no grupo etário dos 70 aos 84 anos (cerca de 66%)²⁵.



No que concerne as causas de morte por doença, no distrito de Braga, verificamos pelo Gráfico N.º 3 que, em 2000²⁶, os tumores malignos (com maior incidência nos homens) e as doenças cerebrovasculares (com maior incidência nas mulheres) foram responsáveis pelos maiores índices de óbitos.

Seguem-se os sintomas, sinais e afecções mal definidas (831 óbitos), as doenças do coração (802 óbitos) e, a pneumonia e gripe (312 óbitos).

3.5 - Óbitos por Acidentes de Viação e de Trabalho

Em 2000, as causas externas eram responsáveis por 36,5% dos óbitos em Portugal, sendo que 29% destes foram motivados por acidentes de trânsito com veículos a motor (1 375 casos), dos quais cerca de 58% ocorreram em indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos (796 óbitos). Para além disso, «(...) a distribuição por sexos dos óbitos por acidentes de trânsito com veículos a motor em 2000 foi aproximadamente de 80% para os homens e 20% para as mulheres»²⁷.

²⁵ INE, *Destaque*, "Óbitos pela Doença de Alzheimer 2000", p. 1.

²⁶ ARS Norte, Sub-Região de Saúde de Braga, *A Saúde que Temos – Síntese de Elementos Estatísticos 2002*.

²⁷ INE, *Destaque*, "As causas de morte em Portugal" - 2000", p. 2.

Quadro N.º 30 – Óbitos por Acidentes de Viação em 2002

	Óbitos por acidentes de viação	Óbitos por 100 acidentes de viação com Vítimas
Continente	1 356	3,3
Norte	361	2,7
Distrito de Braga	91	3,0
Amares	2	2,4
Barcelos	16	3,5
Braga	12	2,0
Cabeceiras de Basto	1	1,8
Celorico de Basto	2	3,0
Esposende	7	4,2
Fafe	8	4,7
Guimarães	10	1,8
Póvoa de Lanhoso	5	4,6
Terras de Bouro	-	-
Vieira do Minho	4	5,7
V.N de Famalicão	18	3,8
Vila Verde	5	3,0
Vizela	1	1,6

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.

Em 2002, registaram-se no distrito de Braga (Quadro N.º 30), 91 óbitos resultantes de acidentes de viação (o que corresponde a 25,2% do total dos óbitos resultantes de acidentes de viação ocorridos na região Norte), destacando-se em números absolutos os concelhos de V. N. de Famalicão (18 óbitos), Barcelos (16 óbitos), Braga (12 óbitos) e Guimarães (10 óbitos).

Note-se que em 2002, verificou-se um aumento de 44 óbitos por acidentes de viação, em relação a 2000, ano em que se verificou 47 óbitos.

Quadro N.º 31 - Óbitos por Acidente de Trabalho por Região (NUTS II)

	N.º de Óbitos por Acidente de trabalho	N.º Total de Acidentes de Trabalho
Total	368	234 192
Norte	101	96 475
Centro	76	45 450
Lisboa e Vale do Tejo	134	68 129
Alentejo	14	7 050
Algarve	11	5 676
Açores	2	2 541
Madeira	5	4 115
Estrangeiro	8	1 674
Ignorado	17	3 082

Fonte: MSST, Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP),

Estatísticas em Síntese, Acidentes de Trabalho, 2000.

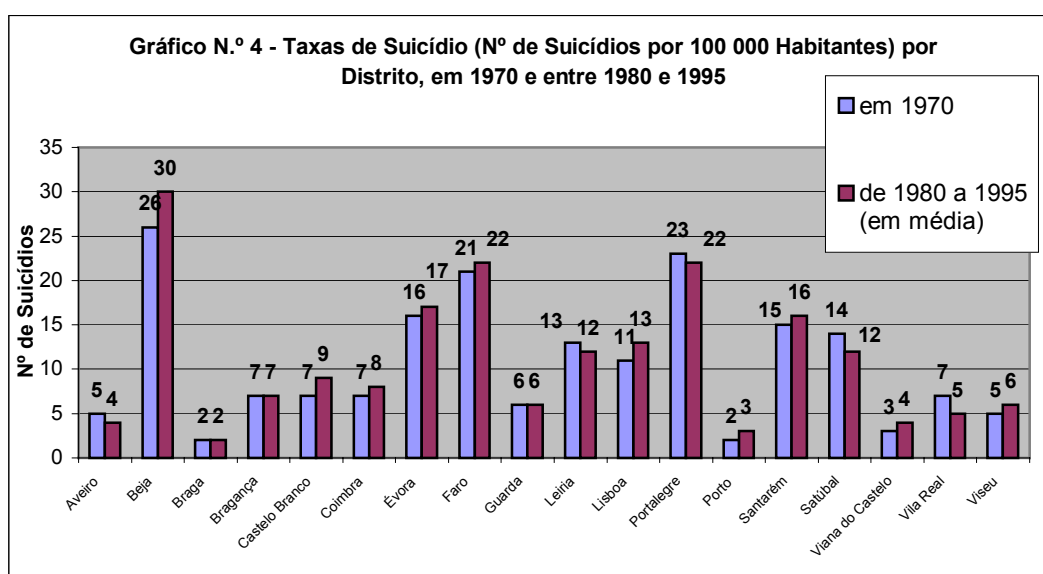
No que concerne aos óbitos por acidentes de trabalho por região NUTS II (Quadro N.º 31), o Norte registou em 2000, 101 vítimas mortais, logo após Lisboa e Vale do Tejo com 134 óbitos.

Segundo dados fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), o distrito de Braga registou tanto em 2002 como em 2003, 10 casos de acidente de trabalho mortal.

3.6 - Taxas de Suicídio

Em 2000, registaram-se em Portugal 525 casos de suicídio. «Cerca de 80% dos casos mortais por suicídio acontecem com indivíduos do sexo masculino (418), fundamentalmente de 50 e mais anos de idade (269)»²⁸. A Taxa de Suicídios em Portugal tem mantido um índice de seis por cada cem mil habitantes²⁹.

No que concerne o número de suicídios por 100 000 habitantes, por distrito «(...) verifica-se uma grande discrepância de valores de distrito para distrito, apresentando os distritos de Beja, Faro, Portalegre, Évora e Santarém (Sul do país) os maiores números, e os distritos do Porto, Braga, Aveiro, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu os menores»³⁰.



Segundo Marília Lucília Carvalho e Isabel Natário³¹, entre 1980 e 1995, o distrito de Braga registava em média, por ano, 2 suicídios por cada 100 000 habitantes; em contrapartida, Beja, por exemplo registava 30 – Gráfico N.º 4.

Encontram-se duas aglomerações, uma no Norte com Taxas de Suicídio bastante pequenas relativamente à globalidade das taxas, e outra no Sul com características contrárias.

Constata-se que o número de suicídios nos distritos de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo e Viseu aumentaram, uma vez que os números registados em 1970³² são inferiores às médias registadas no período compreendido entre 1980 e 1995. Em contrapartida, os distritos de Aveiro, Leiria, Portalegre, Setúbal e Vila Real viram a taxa diminuir. Os restantes distritos, inclusivé Braga mantiveram a mesma taxa.

²⁸ INE, *Destaque*, “As Causas de Morte em Portugal – 2000”, p. 2.

²⁹ Diário de Notícias, “Coimbra é a cidade campeã das tentativas de parassuicídio”, 15 de Abril de 2004.

³⁰ Maria Lucília Carvalho e Isabel C. Natário, “O Suicídio em Portugal: Uma análise espaço-temporal”, in INE, *Revista de Estatística*, 3º Quadrimestre de 1998, p. 62.

³¹ Idem, *Idem*, p. 61.

³² Nota: os dados referentes a 1970 foram obtidos através da publicação *O Suicídio em Portugal no Século XX: Elementos Empíricos para uma Pesquisa*, do Centro de Estudos Demográficos do INE, da autoria de Eduardo de Freitas, 1980.

3.7 - Taxas de Alcoolismo

«Algumas pessoas encontram-se em situação de exclusão social ou de auto-exclusão, em consequência de comportamentos auto-destrutivos. Trata-se de comportamentos relacionados com a toxicod dependência, o alcoolismo, a prostituição, (...)»³³.

Segundo a Sociedade Portuguesa de Alcoologia, o alcoolismo não é uma fraqueza do carácter, nem um vício, mas sim uma doença. «O alcoolismo é caracterizado por uma dependência do álcool (etanol), do ponto de vista físico e psíquico. O indivíduo dependente perdeu a liberdade de se abster do consumo de bebidas alcoólicas, não conseguindo controlar o seu consumo; a necessidade de beber ocupa os seus pensamentos, modificando os seus comportamentos»³⁴. O alcoolismo não é apenas um problema individual, uma vez que atinge no plano afectivo e no quotidiano todos os membros da família.

Quadro N.º 32 - Bebedores Excessivos (em 1996 e em 1998), por Distrito

Região	Distrito	Valor em 1996	Valor em 1998
Centro	Aveiro	11,9	X
Alentejo	Beja	4,7	X
Norte	Braga	11,3	11,3
Norte	Bragança	14,4	14,4
Centro	Castelo Branco	15,1	X
Centro	Coimbra	13,2	X
Alentejo	Évora	4,7	X
Algarve	Faro	4,4	X
Centro	Guarda	15,2	X
Lisboa e Vale do Tejo	Leiria	12,4	X
Lisboa e Vale do Tejo	Lisboa	11	X
Alentejo	Portalegre	4,9	X
Norte	Porto	11,3	11,3
Lisboa e Vale do Tejo	Santarém	6,8	X
Lisboa e Vale do Tejo	Setúbal	10,3	X
Norte	Viana do Castelo	12,4	13,7
Norte	Vila Real	13,7	12,4
Centro	Viseu	13,3	X

X= valor desconhecido

Fonte: Centro Regional de Alcoologia do Porto, *Bebedores Excessivos (em 1996 e em 1998), por Distrito*.

Portugal situa-se em terceiro lugar no ranking mundial em termos de consumo de álcool, tendo à sua frente apenas a Irlanda e o Luxemburgo (CRAN: 2002). Os padrões de consumo estão claramente a mudar. «Coexistem dois grandes tipos de consumo: o consumo tipicamente tradicional de vinho, e em simultâneo emerge um consumo claramente importado da Europa Central e do Norte. Actualmente temos jovens de

³³ Alfredo Bruto da Costa, *Exclusões Sociais*, Gradiva, Fundação Mário Soares, 1998, p. 23.

15/16 e 17 anos (...) a fazerem consumos elevados de cerveja e de bebidas destiladas (bebidas “brancas”)³⁵. Parece existir duas grandes tendências no consumo de álcool em Portugal: por um lado, o consumo do vinho está mais associado as camadas etárias mais velhas; e por outro lado, os mais jovens consomem mais bebidas destiladas.

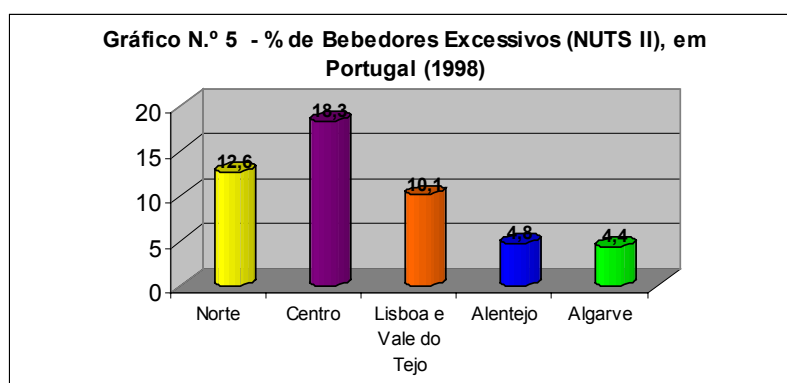
Como se pode verificar no Quadro N.º 32, em 1996, o distrito da Guarda apresenta a maior Taxa de Bebedores Excessivos (15,2%), seguindo-se os distritos de Castelo Branco (15,1%), Bragança (14,4%), Vila Real (13,7%), Viseu (13,3%), Coimbra (13,2%), Leiria (12,4%), Aveiro (11,9%), Braga e Porto (com respectivamente 11,3%).

Analisando os dados referentes aos distritos da região Norte, verifica-se que entre 1996 e 1998, os distritos de Braga, Bragança e Porto não registaram qualquer variação; em contrapartida, a Taxa de Bebedores Excessivos em Viana do Castelo aumentou (de 12,4% para 13,7%) e em Vila Real diminuiu 1,3%.

No Continente, no que concerne às regiões NUTS II (Gráfico N.º 5), o Centro e o Norte apresentavam os maiores índices de consumo abusivo de bebidas alcoólicas. Com efeito, em 1998, a região do Centro (distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu) registava uma média de 18,3% de bebedores excessivos. O Norte, constituído pelos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, registava uma Taxa de 12,6% de bebedores excessivos. Por sua vez, a região de Lisboa e Vale do Tejo (Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal) apresentava um valor de 10,1%. O Alentejo (Beja, Évora e Portalegre) e o Algarve (Faro) registavam baixos valores de consumo excessivo – 4,8 e 4,4 bebedores excessivos por cada 100 habitantes, respectivamente.

Pode concluir-se que o consumo excessivo de bebidas alcoólicas incide particularmente nas regiões do Centro e do Norte de Portugal. Pelo contrário, no Alentejo e no Algarve, os habitantes parecem demonstrar maior moderação na ingestão de bebidas alcoólicas.

No Distrito de Braga, os problemas de alcoolismo são marcados. Com efeito, muitas situações familiares problemáticas têm origem no consumo excessivo de álcool, sendo o consumo de vinho particularmente incidente nos concelhos rurais.



³⁴ Sociedade Portuguesa de Alcoologia, *Alcoolismo na Família*, 1993, p. 3.

³⁵ Zélia Teixeira, Centro Regional de Alcoologia do Norte (CRAN), in *Conclusões do Seminário “Problemas Ligados ao Alcool”* promovido pela Associação Esposende Solidário, 2002, p. 9.

3.8 - Despesas da População com Cuidados de Saúde

Em termos nacionais, a despesa em “Saúde” ganhou importância ao longo de três momentos, representando: em 1989, 3%; em 1995, 4,6%; e em 2000, 5,2% do total do orçamento anual dos agregados familiares.

Em 2000, as despesas médias anuais dos agregados familiares em “Saúde” não apresentavam grandes oscilações entre as regiões (Quadro N.º 33). No Norte, em média a despesa era de 642 Euros por agregado familiar, sendo a região onde menos as famílias gastavam em Saúde - em média 4,6% do total do orçamento anual.

Cerca de 50% da despesa média das famílias em Saúde destinava-se a medicamentos, aparelhos e material terapêutico.

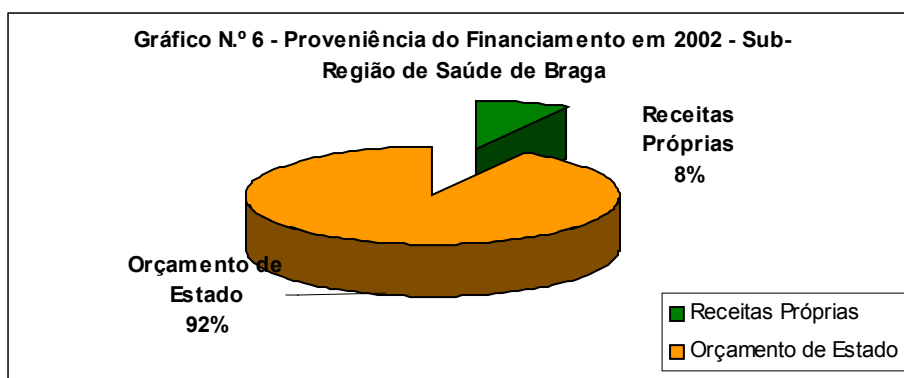
Quadro N.º 33- Despesas médias anuais dos agregados em cuidados de Saúde, por regiões NUTS II, em 2000

	Despesa média (em Euros)	Despesa média (%)
Portugal	719	5,2
Continente	723	5,2
Norte	642	4,6
Centro	664	5,2
Lisboa e V. do Tejo	851	5,6
Alentejo	579	5,3
Algarve	706	6
Açores	676	5,8
Madeira	548	5,4

Fonte: INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000*.

3.9 - Despesa Pública com Saúde

Ao nível das despesas públicas com a Saúde, em % do PIB, Portugal registava em 2002, entre 9% e 10%, enquanto que a média europeia era cerca de 14%³⁶.



³⁶ Ministério da Economia, Gabinete de Estratégia e Estudos, *Despesas Públicas com Saúde em % do PIB, 2002*.

No que concerne ao financiamento da Sub-Região de Saúde de Braga, constata-se que na estrutura da receita evidencia-se desde logo, o facto da quase totalidade do financiamento ter origem na transferência do Orçamento de Estado, através do Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Saúde – Gráfico N.º 6 e Quadro N.º 34.

Quadro N.º 34 – Financiamento em 2001/2002 (em Euros) – Sub-Região de Saúde de Braga

	2001	2002	Varição 2001/2002 (%)
Subsídio Exploração	172 060 942	172 786 254	0,4%
Subsídio Investimento	2 768 500	714 552	- 74,2%
Receitas Próprias			
Prestação Serviços	1 307 408	1 417 567	8,4%
Taxas Moderadoras	1 870 967	1 867 433	- 0,2%
Outras Receitas	9 643 393	12 520 199	29,8%
Total	187 651 210	189 306 005	0,9%

Fonte: ARS Norte, Sub-Região de Saúde de Braga, *A Saúde que Temos – Síntese de Elementos Estatísticos 2002*.

Da análise da estrutura dos custos (Gráfico N.º 7 e Quadro N.º 35), podemos constatar a predominância da transferência de verbas para o sector privado, designadamente para as farmácias privadas (medicamentos) e convencionados (analistas, radiologistas, cardiologistas, ...) que representavam em 2002, cerca de 70% dos custos da Sub-Região de Saúde de Braga.

Quadro N.º 35 – Despesas em 2001/2002 (em Euros) – Sub-Região de Saúde de Braga

Despesas	2001	2002	Varição 2001/2002 (%)
Medicamentos (Farmácias Privadas)	84 782 120	91 857 344	8,3%
Convencionados	58 411 021	64 446 652	10,3%
Pessoal	52 516 524	56 167 298	7%
Outros Custos	23 207 491	22 620 441	- 2,5%
Total	218 917 157	235 091 735	7,4%

Fonte: ARS Norte, Sub-Região de Saúde de Braga, *A Saúde que Temos – Síntese de Elementos Estatísticos 2002*.

Os indicadores de gestão, mostram-nos que o distrito de Braga apresentava, em 2002, um custo total por habitante (291,75 Euros), e um custo de medicamentos por habitante (110,51 Euros), abaixo da média da região Norte (que engloba os distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real) – Quadro N.º 36.

Quadro N.º 36 – Indicadores de Gestão, em Euros: 2002

	Distrito de Braga	Região Norte
1 – Custo Total por Habitante	291,75	324,15
2 – Custo Medicamentos por Habitante	110,51	113,68
3 – Custos de Pessoal por Habitante	67,40	72,27

Fonte: ARS Norte, Sub-Região de Saúde de Braga, *A Saúde que Temos – Síntese de Elementos Estatísticos 2002*.

Note-se ainda que, segundo dados da Sub-Região de Saúde de Braga³⁷, foi feito um esforço de investimento no ano de 2003, na construção e apetrechamento de centros de saúde e extensões de saúde, na ordem dos nove milhões de Euros, designadamente nos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Fafe, V.N. de Famalicão, Guimarães, Vieira do Minho, Vila Verde e Vizela.

³⁷ ARS Norte, Sub-Região de Saúde de Braga, *A Saúde que Temos – Síntese de Elementos Estatísticos 2002*.

3.10 - Diagnóstico Estratégico

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Baixa taxa de suicídio; - Custos relativamente baixos do SNS por habitante (custo total por habitante; custo medicamentos por habitante; e custo de pessoal por habitante), poderá estar associado a elevada taxa de população jovem residente; - Concelhos urbanos melhor apetrechados em termos de serviços públicos de Saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> -Irregular distribuição das infraestruturas de saúde e de pessoal médico que origina desigualdades no acesso aos serviços de Saúde: exclusão territorial nos concelhos rurais; -Carência de profissionais (médicos, enfermeiros e dirigentes); -N.º de médicos insuficiente; -Elevado n.º de óbitos por acidentes de trabalho, (verificável na região Norte);
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Ligeiro aumento dos recursos humanos disponíveis (entre 2001 e 2002); - Diminuição dos casos notificados por doença transmissível de declaração obrigatória; - Estagnação do n.º de óbitos provocados por acidentes de trabalho; - Aumento da despesa pública com infra-estruturas de saúde, no distrito. 	<ul style="list-style-type: none"> -Aumento dos óbitos por acidentes de viação, que afectam principalmente jovens do sexo masculino; -Principais causas de morte: tumores malignos (que afectam mais os homens) e doenças do aparelho circulatório (afecta mais as mulheres); -Elevadas taxas de alcoolismo; -Baixas despesas da população com cuidados de saúde (verificável na região Norte).

4 – EDUCAÇÃO

4.1 - Escolaridade da População e Taxa de Analfabetismo

A Escola tornou-se um agente de socialização por excelência e tende a assumir cada vez maior importância na transmissão da cultura e da diferenciação social.

Em 2001, Portugal registou uma Taxa de Analfabetismo (relação entre a população com 10 ou mais anos que não sabe ler e escrever e a população com 10 ou mais anos) de 9%, inferior à registada em 1991 (11%).

O distrito de Braga, também acompanhou essa tendência, no entanto, a Taxa de Analfabetismo continua em 2001, superior – 10,6% - à Taxa nacional. Com maiores índices de analfabetismo encontram-se os concelhos de carácter mais rural: Celorico de Basto (16,6%), Cabeceiras de Basto (16%), Terras de Bouro (15,6%) e Vieira do Minho (12,8%). Os concelhos de Barcelos (7,6%), Braga (5,8%), Esposende (7,3%), Guimarães (7,4%), Vila Nova de Famalicão (6,7%) e Vizela (7,9%) apresentam Taxas de Analfabetismo inferiores à média nacional (Quadro N.º 37)

Quadro N.º 37 – Taxa de Analfabetismo, no Distrito, em 2001

	Taxa de Analfabetismo (%)
Amares	10,8
Barcelos	7,6
Braga	5,8
Cabeceiras de Basto	16
Celorico de Basto	16,6
Esposende	7,3
Fafe	9,9
Guimarães	7,4
Póvoa de Lanhoso	11,7
Terras de Bouro	15,6
Vieira do Minho	12,8
V.N. Famalicão	6,7
Vila Verde	11,9
Vizela	7,9
Distrito (Média)	10,6
Portugal	9

Fonte: INE, *Censos 2001*

O nível de ensino atingido pela maior parte da população do distrito de Braga (que contempla os indivíduos que tenham concluído um qualquer nível de ensino, os que não completaram e os que frequentam determinado nível de ensino) foi o 1º Ciclo do Ensino Básico (36,7%), seguindo-se o 2º Ciclo (17,6%), o Ensino Secundário (12,1%) e o 3º Ciclo (11,3%). O Ensino Superior em 2001, foi atingido por 7,3% da população, valor inferior à média nacional (10,8%). Note-se que a percentagem da população do distrito que atingiu o Ensino Secundário (12,1%) também foi inferior à média nacional que era de 15,7%. Nos restantes

níveis de escolaridade (portanto nos escalões mais baixos do ensino) as percentagens são mais elevadas quando comparadas com as médias nacionais (Quadro N.º 38).

No entanto, importa referir que nas últimas décadas deram-se progressos significativos no Ensino. Com efeito, no distrito, em 2001, no grupo etário “entre 25 e 45 anos” (Quadro N.º 39), os níveis de escolaridade eram, de um modo geral, superiores aos níveis de ensino do grupo etário da população com “mais de 45 anos”. Note-se, por exemplo, que no total dos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e 45 anos, 9,5% concluiu, frequentou mas não completou, ou frequentava em 2001, o Ensino Superior. No grupo etário “mais de 45 anos”, esta percentagem é de apenas de 3,9%.

Por outro lado, o número de indivíduos sem nenhum nível de ensino é muito superior no grupo dos “45 e mais anos” (51 569 indivíduos contra 10 613 indivíduos com idades entre 25 e 45 anos).

Note-se que nos níveis de Ensino Secundário, Médio e Superior, os concelhos de carácter mais rural, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Terras de Bouro e Vieira do Minho registam os valores mais baixos.

Persiste principalmente nos meios rurais, uma desvalorização social dos títulos escolares, do saber letrado face ao saber prático, porque existe um desfasamento entre estas duas realidades. *«Fugir ao pensamento do cálculo racional é apenas natural no confronto de duas culturas que se exprimem de maneira tão diferente, e este fugir (...) é tanto o esbarrar acima referido, como o praticar as técnicas de escrita e leitura apenas para os conteúdos dos estudos, vivendo o quotidiano hierárquico como prática que treina o pensamento. De modo que, longe de fugir da terra para ir a escola (...) acaba por se fugir dela para permanecer na terra, com ideia de se ser incapaz»*³⁸. Muitos pais ainda investem pouco na escolaridade como factor de promoção social, não acompanhando e estimulando os seus filhos no prosseguimento dos estudos. Apesar das desigualdades no acesso à escolarização e à desvalorização social dos títulos escolares, *«(...) o processo de penetração das relações capitalistas nos campos provoca a desintegração global do sistema de referências práticas e simbólicas tradicionalmente inscritas no espaço social fechado, daquelas colectividades, conduzindo, por essa via, à reformulação do conjunto de expectativas de promoção social baseadas na aquisição de capital escolar (...) a aquisição de títulos culturais “padronizados” constitui uma condição necessária não só de luta contra a contingência de emprego, como de promoção social»*³⁹. Ou seja, os indivíduos dos meios desfavorecidos têm possibilidades, embora mais limitadas, de ascender socialmente (mobilidade social ascendente) cujo melhor veículo será certamente a qualificação profissional, definida pelo nível de escolaridade e de formação profissional.

³⁸ Raul Iturra, *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra*, Escher, s/d, p.92.

³⁹ José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Porto, Afrontamento, 1985, p. 177.

Quadro N.º 38 – População Residente no Distrito de Braga, segundo Níveis de Escolaridade, por Concelhos

Concelhos	Níveis de Escolaridade							
	Nenhum	1ºCiclo E.B	2ºCiclo E.B	3ºCiclo E.B	Ens. Sec.	Ens. Médio	Ens. Sup.	Total
Amares	3 047	7 327	3 100	1 847	2 167	49	984	18 521
Barcelos	17 276	45 998	25 370	14 375	12 697	363	6 017	122 096
Braga	20 167	49 342	22 580	18 924	27 898	1 621	23 660	164 192
Cabeceiras de Basto	3 675	6 664	3 330	1 950	1 419	39	769	17 846
Celorico de Basto	4 440	8 080	3 552	1 981	1 593	44	776	20 466
Esposende	4 745	12 027	6 929	3 559	3 628	140	2 297	33 325
Fafe	8 260	20 539	10 447	5 525	4 916	150	2 920	52 757
Guimarães	21 968	61 912	26 962	18 789	19 406	666	9 873	159 576
Póvoa de Lanhoso	3 892	9 009	4 271	2 569	2 027	50	954	22 772
Terras de Bouro	1 634	3 471	1 419	852	685	18	271	8 350
Vieira do Minho	2 524	6 069	2 581	1 449	1 358	30	713	14 724
V.N. Famalicão	17 018	46 308	23 252	14 798	16 873	557	8 761	127 567
Vila Verde	8 234	18 722	8 510	4 922	4 103	129	1 959	46 579
Vizela	3 351	9 690	3 981	2 493	2 137	63	880	22 595
Total - Distrito	120 231 14,5%	305 158 36,7%	146 284 17,6%	94 033 11,3%	100 907 12,1%	3 919 0,5%	60 834 7,3%	831 366 100%

Fonte: INE, Censos 2001

Quadro N.º 39 - Níveis de Escolaridade da População Residente no Distrito, por Grande Grupos Etários (Completo, Incompleto, e a Frequentar)

Concelhos	Níveis de escolaridade/ Grandes grupos etários													
	Entre 25 e 45 anos							Mais de 45 anos						
	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Médio	Ens. Sup.	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Médio	Ens. Sup.
Amares	84	1 987	1 619	492	866	11	426	1 516	4 047	229	204	139	38	136
Barcelos	383	12 566	14 993	3 797	5 234	91	2 647	6 709	25 660	1 428	957	968	272	894
Braga	8 022	51 289	11 962	5 972	12 447	303	12 602	6 918	27 613	3 158	3 325	4 169	1 318	4 640
Cabeceiras de Basto	111	1 770	1 843	471	461	5	354	2 195	3 590	266	92	46	34	120
Celorico de Basto	117	2 566	1 696	355	570	10	318	2 815	4 032	201	114	74	34	117
Esposende	123	2 899	4 002	875	1 408	34	1 121	1 904	6 987	497	392	296	106	390
Fafe	241	5 357	5 896	1 416	1 995	35	1 347	4 060	11 885	731	410	339	115	508
Guimarães	555	20 009	14 360	5 362	8 179	171	4 584	8 699	31 120	2 297	2 193	2 361	495	1 717
Póvoa de Lanhoso	143	2 554	2 247	603	755	7	446	1 998	4 804	334	175	103	43	122
Terras de Bouro	43	744	748	247	235	5	125	1 061	2 254	115	48	34	13	37
Vieira do Minho	69	1 405	1 360	397	461	36	290	1 530	3 760	255	98	59	24	95
V.N. de Famalicão	408	11 529	13 894	4 938	7 749	153	4 294	6 568	26 798	2 187	2 008	1 576	375	1 230
Vila Verde	232	5 200	4 490	1 170	1 486	27	938	4 322	10 238	536	335	238	102	260
Vizela	82	3 709	2 096	684	865	21	349	1 274	4 298	239	193	167	42	121
Distrito Braga	10 613 3,4%	123 584 39,2%	81 206 25,7%	26 779 8,5%	42 711 13,5%	909 0,3%	29 841 9,5%	51 569 19,4%	167 086 62,9%	12 473 4,7%	10 544 4%	10 569 4%	3 011 1,1%	10 387 3,9%

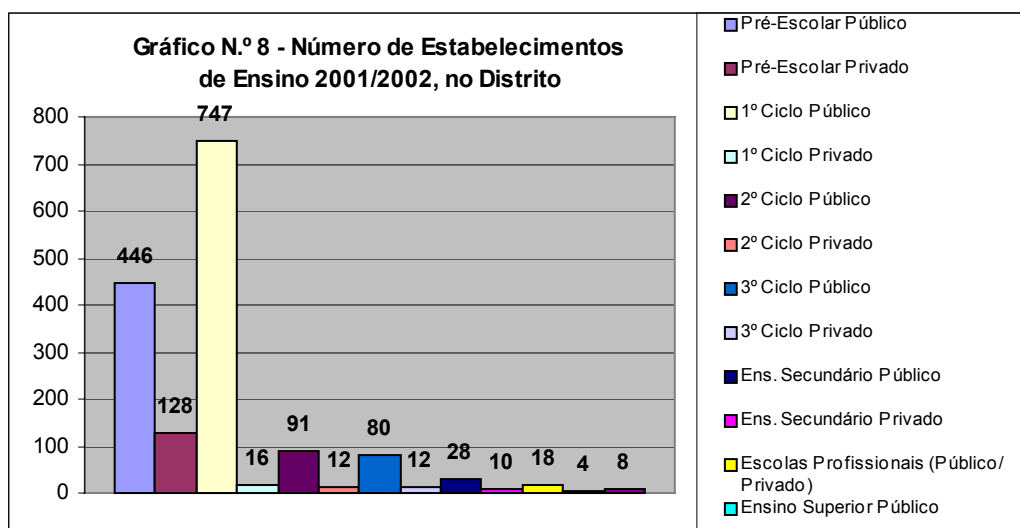
Fonte: INE, Censos 2001

4.2 – Equipamentos Escolares, Segundo Níveis de Ensino

Analisando o Gráfico N.º 8, verificamos que em 2001/2002, em todos os níveis de ensino (não incluindo as Escolas Profissionais) o Ensino Público detém o maior número de estabelecimentos, reunindo no distrito de Braga 1 400. Neste âmbito, destaca-se o Pré-Escolar com 446 estabelecimentos e o 1º Ciclo com 747. O Ensino Privado congrega ao todo 186 estabelecimentos.

No Quadro N.º 40, é possível verificar que apenas nos concelhos de Braga e Barcelos encontram-se sediados estabelecimentos Públicos de Ensino Superior, ao passo que o Ensino Superior Privado existe nos concelhos de Braga, Fafe, Guimarães e V. N. de Famalicão (totalizando 8 estabelecimentos).

No que diz respeito às Escolas Profissionais (Públicas e Privadas), os estabelecimentos - ao todo 18 no distrito - encontram-se bastante distribuídos pelo território em análise, localizando-se em Barcelos, Braga, Esposende, Vila Verde, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, V.N. de Famalicão e Celorico de Basto. Note-se que, no distrito situa-se 21% das Escolas Profissionais localizadas na região Norte; em contrapartida apenas 3,6% dos estabelecimentos de Ensino Superior (Público e Privado) têm sede no distrito.



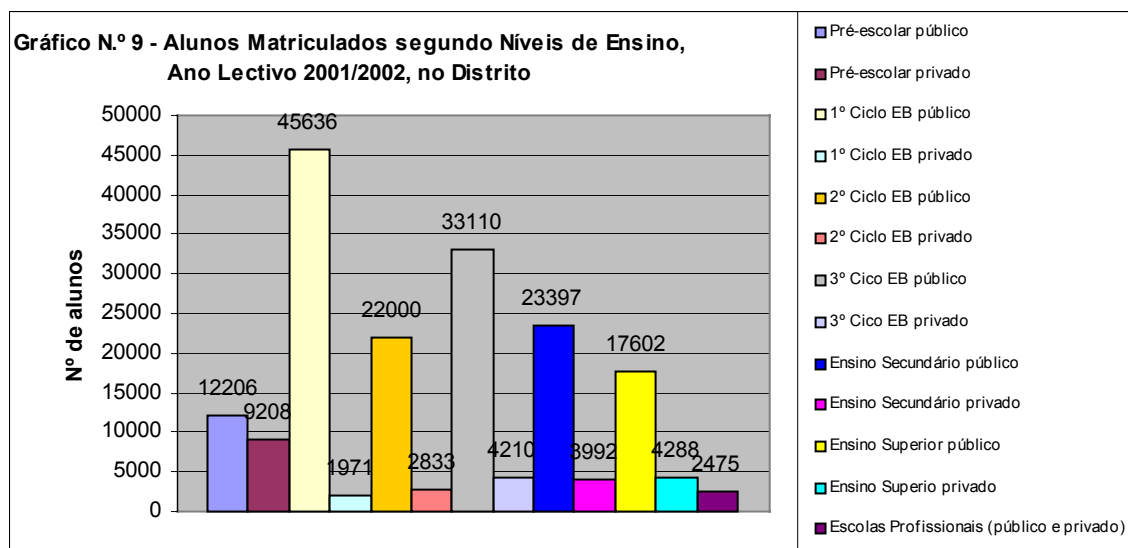
Para além disso, o distrito de Braga concentra, no âmbito da região Norte: 23% dos estabelecimentos do Pré-Escolar; 20,7% do 1º Ciclo; 19,5% do 2º Ciclo; 20,9% do 3º Ciclo; e 18,5% do Secundário.

Quadro N.º 40 - Estabelecimentos de Ensino, segundo o Ensino Ministrado, em 2001/2002

CONCELHOS	Ensino Público e Privado												
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profissionais	Ensino Superior	
	Público	Privado	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Público	Privado		Público	Privado
			Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado					
Nº													
Continente	4.230	2.083	8.405	538	1.125	238	1.129	222	489	144	222	173	135
Norte	1.853	637	3.559	135	456	72	391	74	154	52	86	45	49
Amares	22	1	27	-	2	-	2	-	1	-	-	-	-
Barcelos	81	9	99	-	14	2	11	2	3	2	2	1	-
Braga	54	36	92	9	19	6	17	5	7	3	4	2	3
Esposende	17	5	30	-	3	-	4	-	2	-	1	-	-
Terras de Bouro	5	2	28	-	2	-	2	-	2	-	-	-	-
Vila Verde	61	2	72	-	5	-	6	-	1	-	1	-	-
Fafe	33	9	58	-	4	-	5	-	1	-	1	-	2
Guimarães	53	26	98	2	17	-	15	1	4	1	3	-	1
Póvoa de Lanhoso	19	3	32	-	2	-	3	-	1	-	1	-	-
Vieira do Minho	9	2	39	-	5	-	2	-	1	-	-	-	-
Vila Nova de Famalicão	49	29	80	5	12	3	11	3	3	3	4	-	2
Vizela	7	2	12	-	2	1	2	1	1	-	-	-	-
Cabeceiras de Basto	23	1	40	-	5	-	2	-	-	1	-	-	-
Celorico de Basto	13	1	40	-	3	-	3	-	1	-	1	-	-
Total – Distrito Braga	446	128	747	16	95	8	85	12	28	10	18	3	8

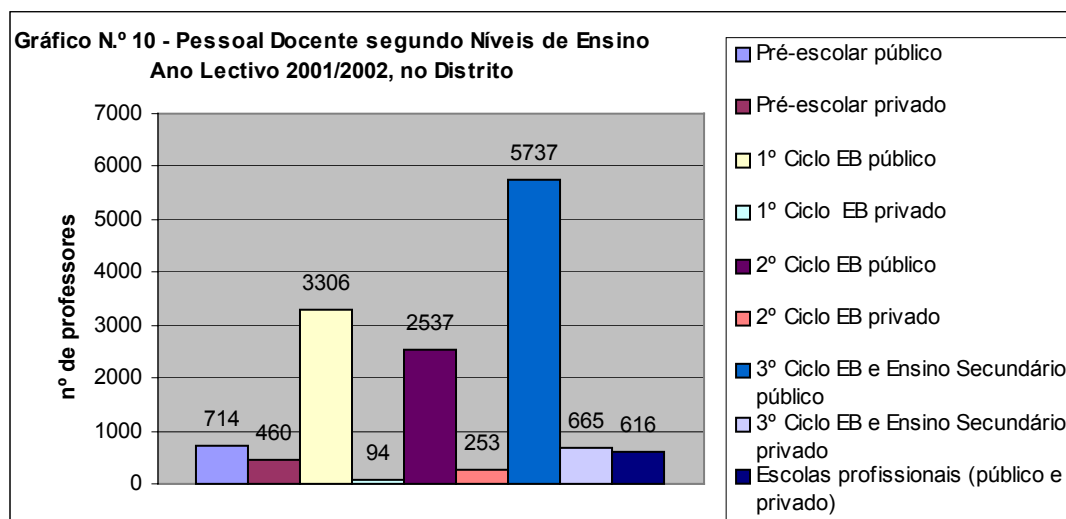
Fonte: Ministério da Educação (ME), *Estatísticas da Educação 2002 – Ano Lectivo 2001/2002*.

4.3 - Alunos Matriculados e Pessoal Docente Segundo Níveis de Ensino⁴⁰



⁴⁰ Fonte: Ministério da Educação (ME), *Estatísticas da Educação 2002 – Ano Lectivo 2001/2002*.

No ano lectivo 2001/2002, no distrito de Braga, registaram-se no Ensino Público um total de 153 951 alunos matriculados (não incluindo as Escolas Profissionais), distribuindo-se, por ordem decrescente da seguinte forma: 1º Ciclo (45 636 alunos), 3º Ciclo (33 110 alunos), Ensino Secundário (23 397 alunos), 2º Ciclo (22 000 alunos) e Ensino Superior (17 602) - Gráfico N.º 9. O Ensino Privado abrangia 26 502 alunos matriculados, verificando-se um maior índice no que concerne o Pré-Escolar.



Analisando por sua vez, o Gráfico N.º 10, referente ao pessoal docente segundo níveis de ensino, podemos concluir que, como seria de esperar, existe uma correlação directa e proporcional entre a quantidade de alunos e a quantidade de professores, ou seja é nos níveis de ensino onde se registaram mais alunos matriculados que se encontravam o maior número de professores: 1º, 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário.

A grande maioria do pessoal docente (12 294 professores) leccionava no Sector Público, ao passo que 1 472 encontravam-se afectos ao Ensino Privado. As Escolas Profissionais, públicas e privadas, congregavam ao todo 616 professores.

4.4 – Taxas de Sucesso Escolar por Níveis de Ensino

Segundo o Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Ensino (GIASE), verifica-se, pelo Quadro N.º 41, referente ao ano lectivo 1999/2000, que de um modo geral, as Taxas de Sucesso Escolar vão diminuindo na ordem inversa aos níveis de Ensino.

Não se constatando grandes diferenças entre os concelhos do distrito, as Taxas de Sucesso no 1º e no 2º Ciclo rondavam os 91,4% e os 88,3% respectivamente; a Taxa média de Sucesso Escolar, no 3º Ciclo era de 82,4%, e no Ensino Secundário de apenas 66,7%.

O Ensino Secundário registou uma média de sucesso escolar (66,7%) superior à média do Continente – 63,4%, mas inferior à Taxa de Sucesso da região Norte (73,4%). Nos restantes níveis de ensino (1º, 2º e 3º

Ciclo) as Taxas de Sucesso Escolar do distrito eram superiores às registadas na região Norte e no Continente (Quadros N.º 41 e N.º 42).

Pelo Quadro N.º 41, note-se que o Ensino Recorrente demonstra baixos índices de sucesso: 46,4% no 2º Ciclo; 15% e 18% no 3º Ciclo e Ensino Secundário, respectivamente. É de ressaltar que o concelho de Amares registou, no ano lectivo 1999/2000, uma Taxa de Sucesso no 2º Ciclo do Ensino Recorrente de 100%.

O Ensino Profissional (Nível 3), registou no distrito uma Taxa de Sucesso de 67,3%.

Quadro N.º 41 - Taxas de Sucesso, segundo Níveis de Ensino – Ano Lectivo 1999/2000, no Distrito de Braga

Concelhos	Níveis de Ensino									
	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Profissional	
	Regular	Recorrente	Regular	Recorrente	Regular	Recorrente	Regular	Recorrente	Nível 2	Nível 3
Amares	90%	X	88%	100%	82%	15%	65%	-	-	-
Barcelos	95%	X	91%	-	83%	7%	71%	8%	-	56%
Braga	92%	X	92%	35%	87%	12%	64%	20%	-	50%
Cabeceiras de Basto	84%	X	85%	31%	88%	18%	69%	24%	-	-
Celorico de Basto	92%	X	87%	-	78%	2%	65%	17%	-	75%
Esposende	95%	X	88%	-	78%	12%	72%	-	-	66%
Fafe	92%	X	89%	-	83%	23%	64%	14%	-	71%
Guimarães	92%	X	88%	39%	81%	9%	68%	13%	-	59%
Póvoa de Lanhoso	88%	X	87%	-	80%	21%	74%	15%	-	88%
Terras de Bouro	91%	X	84%	-	87%	-	55%	29%	-	-
Vieira do Minho	91%	X	87%	-	74%	-	61%	29%	-	44%
V.N. Famalicão	93%	X	89%	27%	84%	2%	66%	9%	-	81%
Vila Verde	90%	X	90%	-	85%	23%	66%	20%	-	83%
Vizela	94%	X	91%	-	84%	3%	74%	6%	-	-
Distrito	91,4%	X	88,3%	46,4%	82,4%	15%	66,7%	18%	-	67,3%

X = Valor desconhecido

Fonte: ME, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Ensino (GIASE), *Taxas de Sucesso – Ano Lectivo 1999/2000*.

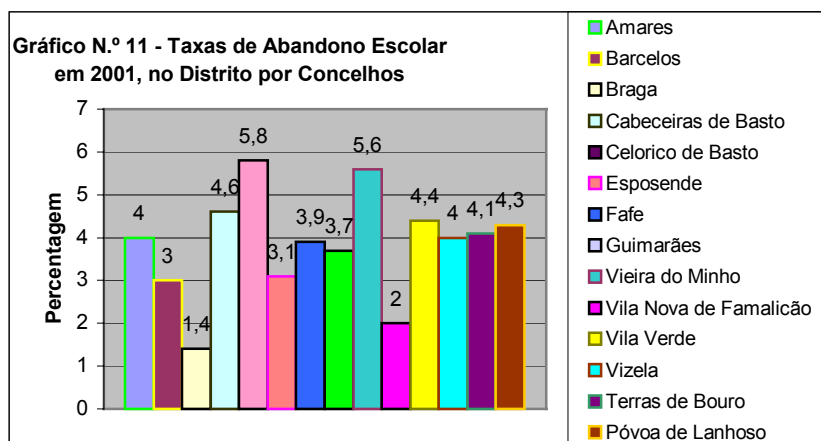
Quadro N.º 42 - Taxa de Aproveitamento segundo Ano de Escolaridade – Ano lectivo 1999/2000

Regiões	Níveis de Ensino Público e Privado			
	1º Ciclo (%)	2º Ciclo (%)	3º Ciclo (%)	Secundário (%)
Continente	66,5	84,7	75,8	63,4
Norte	68,3	86,2	76,9	73,4
NUTS III				
Cávado	69,3	90	79,9	66,1
Ave	69,7	87,6	77	66,9
Tâmega	66,6	85	76,8	63,5

Fonte: ME, *Estatísticas da Educação – Ano Lectivo 1999/2000 Aproveitamento, 2003*.

4.5 - Taxas de Abandono Escolar

Segundo o Ministério da Educação⁴¹, o distrito registava em 2001, uma Taxa da Abandono Escolar de 3,9%, ou seja existiam 4 indivíduos por cada 100 (com 10-15 anos) que não tinham concluído o 3º Ciclo e não se encontravam a frequentar a escola – Gráfico N.º 11.



Esta Taxa varia de concelho para concelho: Celorico de Basto (5,8%), Vieira do Minho (5,6%), Cabeceiras de Basto (4,6%), Vila Verde (4,4%) e Póvoa de Lanhoso (4,3%) registavam as maiores Taxas de Abandono; pelo contrário, Braga (1,4%) e V. N. de Famalicão (2%) registavam as menores.

Na conjuntura actual, Portugal revela graves problemas de desistência escolar. «Portugal é o país da actual União Europeia com a mais elevada Taxa de Abandono Escolar dos jovens: 45% dos jovens entre os 18 e os 24 anos deixaram precocemente a escola e não seguem qualquer formação»⁴².

O abandono escolar precoce é um problema estrutural grave no nosso país, uma vez que cerca de 75% dos desempregados registados não têm mais do que o 9º Ano de escolaridade, sendo esta Taxa, um indicador da discriminação e exclusão social existente em Portugal. Os jovens que abandonam a escola sem completarem a escolaridade obrigatória, não possuem qualificações necessárias para enfrentar o mercado de trabalho, sendo desta forma candidatos ao trabalho precário, desqualificado e mal remunerado.

4.6 - Despesas da População com Educação

A nível nacional, a despesa dos agregados familiares com o Ensino passou de 0,6% em 1989, para 1,3% em 1995, mantendo-se nesta proporção em 2000.

Em 2000, «(...) foi a despesa em Ensino que apresentou a maior amplitude entre regiões. Esta classe registou o seu valor máximo em Lisboa e Vale do Tejo, ou seja, 261 euros/ano, por agregado, valor este

⁴¹ ME, *Cartografia do Abandono e Insucesso Escolar*, Lisboa, 2001.

⁴² Comissão Europeia, *Relatório sobre a Inclusão Social 2003*.

49% superior à média nacional (175 euros)»⁴³. A região Norte apresentou uma média de 154 euros por ano (o que corresponde a 1,1% do orçamento das famílias), valor inferior à média nacional (Quadro N.º 43).

Quadro N.º 43 - Despesas Médias Anuais dos agregados familiares em Educação, segundo regiões NUTS II em 2000

	Média anual (em Euros)	Média Anual (%)
Portugal	175	1,3
Continente	179	1,3
Norte	154	1,1
Centro	104	0,8
Lisboa e Vale do Tejo	261	1,7
Alentejo	91	0,8
Algarve	109	0,9
Açores	70	0,6
Madeira	87	0,9

Fonte: INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000*.

4.7 - Acção Social Escolar

Pelo Quadro N.º 44, verificamos que nas várias regiões apresentadas (Continente, Norte, Cávado, Ave e Tâmega) o apoio sócio-económico do Estado aos alunos carenciados do Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, incide principalmente ao nível das refeições e leite escolar, seguindo-se o apoio nos transportes escolares e seguros escolares.

Quadro N.º 44 - Apoio Sócio-Económico (alunos abrangidos) - Ano Lectivo 1999/2000

Apoios	Continente	Região NUTS II	Regiões NUTS III		
		Norte	Cávado	Ave	Tâmega
Leite escolar (em litros)	462 636	202 170	25 688	31 042	39 851
Refeições (N.º)	36 924 818	15 993 049	1 674 592	1 928 273	3 239 631
Seguro escolar	45 223	17 574	2 260	2 651	1 856
Transportes escolares	328 154	129 960	20 797	24 220	29 809
Alojamento (n.º de alunos alojados)	1 936	875	-	37	-

Fonte: ME, *Estatísticas da Educação – Ano Lectivo 1999/2000 Acção Social Escolar, 2003*.

No que concerne ao número de alunos abrangidos pelo apoio sócio-económico ao nível do alojamento, este é bastante menos significativo, o que se deverá ao facto dos alunos (do Ensino Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário) normalmente frequentarem um estabelecimento de ensino na sua zona de residência. Com efeito, no Ano Lectivo 1999/2000, das três regiões NUTS III (Cávado, Ave e Tâmega) abrangidas pelo distrito de Braga, apenas a região do Ave registou apoio a 37 alunos, no que concerne o alojamento.

⁴³ INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000*, p. 15.

Quadro N.º45 - Apoio Sócio-Económico (alunos abrangidos) – Ano Lectivo 1999/2000

	Níveis de Ensino				
	Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Continente	X	X	90 746	116 614	44 440
Norte	X	X	46 674	60 000	19 131
Cávado	X	X	4 950	6 697	2 000
Ave	X	X	4 631	5 859	1 576
Tâmega	X	X	10 522	13 470	3 582

Fonte: ME, *Estatísticas da Educação – Ano Lectivo 1999/2000 Acção Social Escolar, 2003.*

No Ano Lectivo 1999/2000, o número de alunos abrangidos pelo apoio sócio-económico do Ministério da Educação (Quadro N.º 45), foi bastante superior na região NUTS III do Tâmega (que inclui os concelhos de Cabeceiras e Celorico de Basto) totalizando 27 574 alunos do 2º Ciclo, 3º Ciclo e Secundário, do que na região do Ave (12 066 alunos) e na região do Cávado (13 647 alunos). Pode deduzir-se, segundo estes dados, que o Tâmega revelará eventualmente maiores carências económicas por parte das famílias destes alunos.

4.8 - Despesa Pública com Educação

Os Fundos Públicos destinados ao financiamento da Educação cresceram em média 12,4% entre 1990 e 1999, representando 6,9% do PIB⁴⁴.

Se por um lado as famílias não têm aumentado as suas despesas com o Ensino, o mesmo não acontece com a despesa pública em Educação, em percentagem do PIB, dado que esta tem aumentado, tendo níveis de despesa relativamente elevados quando comparados com outros países europeus. Com efeito, desde 1999 a percentagem da despesa em Educação tem aumentado; em 2001, essa mesma despesa pública aproximava-se dos 6%, valor este superior à UE –15 que rondava os 5,5%.

Em 1998⁴⁵ as despesas do Estado Português com Educação totalizaram 850 175 milhões de escudos, sendo que 95% (807 532) referiu-se às despesas correntes (Quadro N.º 46).

Quadro N.º 46 – Despesas efectuadas pelo Estado – Conta Geral do Estado (CGE) em Educação - 1998

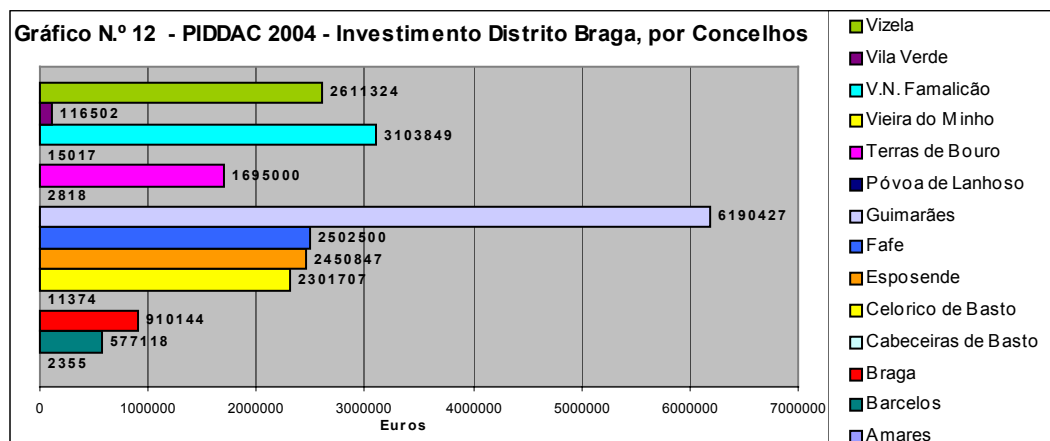
DESPESA EM EDUCAÇÃO	EM MILHÕES DE ESC.
TOTAL	850 175
DESPESAS CORRENTES	807 532
REMUNERAÇÕES	696 434
CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	40 777
IMPOSTOS INDIRECTOS	0
SUBSÍDIOS A PRODUÇÃO	2 232
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	67 975
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113
DESPESAS DE CAPITAL	42 643
AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS	41 328
AQUISIÇÃO DE ACTIVOS CORPÓREOS NÃO PRODUZIDOS	707
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL EM NUMERÁRIO	298
DESPESAS DE CAPITAL DIVERSAS	309

Fonte: INE, *Estatísticas das Administrações Públicas 1998.*

⁴⁴ INE, *Destaque "Portugal Social"*, 12 de Setembro de 2003.

⁴⁵ INE, *Estatísticas das Administrações Públicas 1998.*

Segundo o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação⁴⁶, o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) 2004, que se destina à melhoria ou construção de infra-estruturas e equipamentos, contemplou um investimento no distrito de Braga no total de 22 490 982 Euros. Os concelhos que mais beneficiaram deste investimento foram Guimarães, V. N. de Famalicão, Vizela, Fafe, Esposende, Celorico de Basto (Gráfico N.º 12).



⁴⁶ ME, Gabinete de Gestão Financeira, PIDDAC 2004 – Regionalização, Outubro de 2003.

4.9 - Diagnóstico Estratégico

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Baixas taxas de analfabetismo nos concelhos de carácter mais urbano (Barcelos, Guimarães, Braga, V.N. de Famalicão, Esposende e Vizela); 	<ul style="list-style-type: none"> -Taxa de analfabetismo no distrito superior a média nacional; -Taxas de analfabetismo muito elevadas nos concelhos rurais (Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Terras de Bouro e Vieira do Minho); -Baixo investimento (despesa) da população em Educação;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Níveis de escolaridade mais elevados na população mais jovem; - Elevado n.º de escolas profissionais; - Considerável n.º de estabelecimentos de Ensino Superior (Público e Privado); - Aumento da despesa pública em Educação; - No âmbito do PIDDAC 2004, investimento significativo em Guimarães, VN. de Famalicão e Vizela; 	<ul style="list-style-type: none"> -Baixos níveis de escolaridade da população residente no distrito; -Baixos níveis de população com ensino secundário e principalmente com ensino superior; -Elevadas taxas de insucesso escolar, com destaque para o ensino Secundário; -Elevadas taxas de abandono escolar precoce, com particular incidência nos concelhos mais rurais; -Insucesso e abandono escolar precoce estão na origem das baixas qualificações, e por consequência do trabalho precário, desqualificado e mal remunerado: maior vulnerabilidade às situações de pobreza/exclusão.

5 - EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

5.1 - População Empregada

De acordo com os Censos de 2001, o distrito possuía uma população economicamente activa de 414 384 indivíduos, dos quais 391 019 encontravam-se empregados e 23 365 desempregados (Quadro N.º 47). A Taxa de Actividade (M + F) era no distrito de 49,8%.

O Emprego no distrito está principalmente afecto ao Sector Secundário. Apesar de recentemente muitas fábricas terem encerrado, inclusivé na região do Vale do Ave, o sector dos Têxteis e Vestuário destaca-se ao reunir a maior parte do emprego industrial, destacando-se também os sectores do Material Eléctrico e da Construção. O sector Têxtil e do Vestuário emprega essencialmente mulheres, sendo a sua estrutura etária bastante jovem, embora a estrutura do emprego por sexos se apresente geralmente mais penalizadora do trabalho feminino.

Quadro N.º 47 - População Empregada , no Distrito em 2001

Concelhos	População Economicamente Activa (M+F)	População Economicamente Activa e Empregada (M+F)	Taxa de Actividade (M+F)
Amares	7 962	7 419	43
Barcelos	61 565	58 934	50,4
Braga	85 194	79 298	51,9
Cabeceiras de Basto	6 946	6 603	38,9
Celorico de basto	8 059	7 528	39,4
Esposende	16 324	15 531	49
Fafe	25 045	23 414	47,5
Guimarães	85 832	81 304	53,8
Póvoa de Lanhoso	9 769	9 327	42,9
Terras de Bouro	2 988	2 651	35,8
Vieira do Minho	5 353	4 858	36,4
V.N. Famalicão	67 577	64 043	53
Vila Verde	19 410	18 357	41,7
Vizela	12 360	11 752	54,7
Total - Distrito	414 384	391 019	49,8

Fonte: INE, Censos 2001

5.2 - Taxas de Actividade por Escalão Etário e Género

«A Taxa de Actividade (População Total) é a Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população (número de activos por 100 habitantes)»⁴⁷. Pelos Quadros N.º 48 e N.º 49, podemos constatar que em 2001, no distrito, a Taxa de Actividade do sexo masculino (55,7%) era superior a Taxa de Actividade do sexo feminino (43,6%), sendo que os grupos etários “de 15 a 24 anos” e “de 25 a 64 anos”

⁴⁷ INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*, p. 251.

Note-se também que existe a Taxa de Actividade - população em idade activa (Taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa - população com 15 ou mais anos).

Na análise que se apresenta, temos em conta a Taxa de Actividade – População total.

concentram a maior parte da população activa⁴⁸. Em 2001, 56,4% da população com idades compreendidas entre 15 e 24 anos e, 75,9% da população com idades entre os 25 e os 64 anos faziam parte da população activa (Quadro N.º 49).

Quadro N.º 48 - Taxas de Actividade (População Total) por Género - Distrito

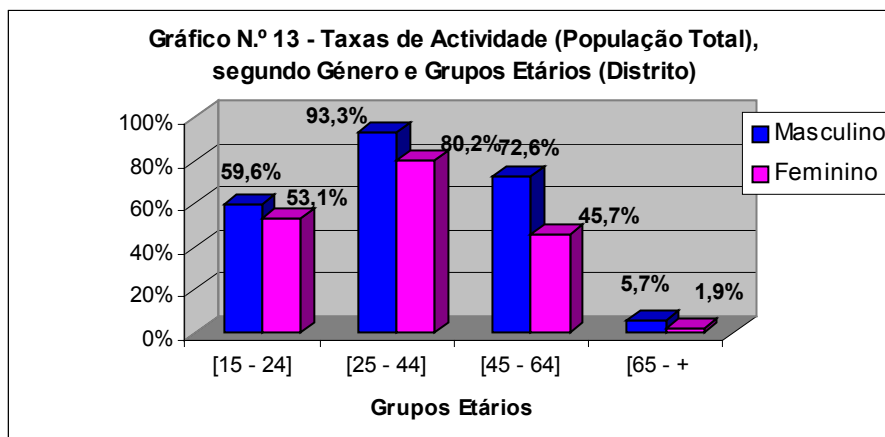
	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino		População Activa (N.º)	TAXA (%)
	População Activa (N.º)	TAXA (%)	População Activa (N.º)	TAXA (%)		
Distrito Braga	225 130	55,7%	186 254	43,6%	411 384	49,8%

Fonte: INE, Censos 2001

Quadro N.º 49 - Taxas de Actividade (População Total) por Grupo Etário – Distrito

	Grupo Etário						Total	
	De 15 a 24 anos		De 25 a 64 anos		65 e mais anos		População Activa (N.º)	TAXA (%)
	População Activa (N.º)	TAXA (%)	População Activa (N.º)	TAXA (%)	População Activa (N.º)	TAXA (%)		
Distrito Braga	76 914	56,4%	331 079	75,9%	3 391	3,5%	411 384	49,8%

Fonte: INE, Censos 2001



Em todos os grupos etários o sexo masculino reúne a maioria da população activa, e por consequência maiores Taxas de Actividade (Gráfico N.º 13).

No que concerne aos concelhos (Quadro N.º 50), verificamos que Vizela (54,7%), Guimarães (53,8%), V.N. de Famalicão (53%), Braga (51,9%) e Barcelos (50,4%) detinham em 2001 as maiores Taxas de Actividade.

⁴⁸ População Activa: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços, que entram no circuito económico. Inclui empregados (emprego civil e militares de carreira) e desempregados (à procura de 1º emprego ou novo emprego); in INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*, p. 250.

Em contrapartida, Terras de Bouro (35,8%), Vieira do Minho (36,4%), Cabeceiras de Basto (38,9%) e Celorico de Basto (39,4%), ou seja os concelhos de carácter mais rural e com população mais envelhecida, registavam as menores Taxas de Actividade.

É de salientar, ainda, que a Taxa de Actividade do distrito (49,8%) era superior a registada em Portugal (48,2%) e à registada na região Norte (48,1%), o que nos permite afirmar que o distrito, apesar das dicotomias existentes, é dinâmico em termos económicos.

Quadro N.º 50 - População Activa, segundo Grupos Etários e Sexo e Taxa de Actividade

Área Geográfica	Grupos Etários e Sexo								Total	Taxa de Actividade
	De 15 a 24 anos		De 25 a 44 anos		De 45 a 64 anos		65 e mais anos			
	M	F	M	F	M	F	M	F		
Portugal	401 020	329 208	1 421 644	1 256 070	862 959	629 115	56 412	33 780	4 990 208	48,2
Norte	159 244	134 341	526 151	456 231	286 756	189 648	14 704	7 940	1 775 015	48,1
Distrito Braga	40 953	35 961	123 836	109 113	58 037	40 093	2 304	1 087	411 384	45,6
Amares	938	754	2 530	1 862	1 198	607	44	29	7 962	43
Barcelos	6 722	6 302	18 242	16 454	8 129	5 274	297	145	61 565	50,4
Braga	6 676	5 940	25 145	24 906	12 387	9 275	601	264	85 194	51,9
Cabeceiras de Basto	860	652	2 348	1 491	982	509	72	32	6 946	38,9
Celorico de Basto	1 159	859	2 600	1 606	1 103	634	60	38	8 059	39,4
Esposende	1 718	1 563	4 735	4 359	2 286	1 491	114	58	16 324	49
Fafe	2 725	2 367	7 330	6 693	3 408	2 363	93	66	25 045	47,5
Guimarães	8 348	7 339	24 993	23 802	11 706	9 076	367	201	85 832	53,8
Póvoa de Lanhoso	1 249	1 107	3 028	2 354	1 350	576	77	28	9 769	42,9
Terras de Bouro	354	219	957	603	535	269	36	15	2 988	35,8
Vieira do Minho	669	469	1 793	1 136	853	370	41	22	5 353	36,4
V.N Famalicão	5 870	5 267	20 225	18 997	9 690	7 068	328	132	67 577	53
Vila Verde	2 500	2 007	6 168	4 348	2 830	1 388	132	37	19 410	41,7
Vizela	1 165	1 116	3 742	3 502	1 580	1 193	42	20	12 360	54,7

Fonte: INE, Censos 2001

A título de curiosidade, tendo por referência o 3º Trimestre de 2002, podemos ainda acrescentar que as Taxas de Actividade NUTS III no Cávado e no Tâmega (66,2% respectivamente) eram superiores à registada na região do Ave (61%) – Quadro N.º 51. Ultimamente, a região do Ave tem registado uma quebra significativa de produção económica, devido essencialmente ao encerramento de muitas fábricas na região.

Quadro N.º 51 - Taxa de Actividade por Grupo Etário e Género (3º Trimestre de 2002)

NUTS III	Taxa de Actividade por Grupo Etário e Género (%)								
	15 - 24		25 - 44		45 e mais anos		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M + F
Minho-Lima	54,2	45,4	92,4	87,3	66,2	51,4	73,2	62,1	67,2
Cávado	59,2	50,5	95	86,6	58,7	43,4	72,2	60,7	66,2
Ave	55,9	45,4	92,7	85,9	51,4	30,8	68,2	54,3	61
Grande Porto	54,8	41,4	94	81,9	56,7	32,8	70,7	52,1	60,9
Tâmega	74	59,9	94,8	73,2	61,5	36,4	77,6	55,4	66,2
Entre Douro e Vouga	n.d.	n.d.	95,7	79,1	56,8	32,6	73,7	53,1	63,1
Douro	n.d.	n.d.	89,8	71,5	62,5	38,4	68,1	49,2	58,2
Alto Trás-os-Monte	n.d.	n.d.	92,6	72,5	67,4	48,5	71,2	53,9	62,3
Região Norte (Total)	56,7	46	93,8	80,6	57,8	36,3	71,4	54,1	62,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego – Região Norte (NUTS III) – 3º Trimestre de 2002.

5.3 - Taxa de Emprego Total

Quadro N.º 52 - População Empregada e Taxa de Emprego Total

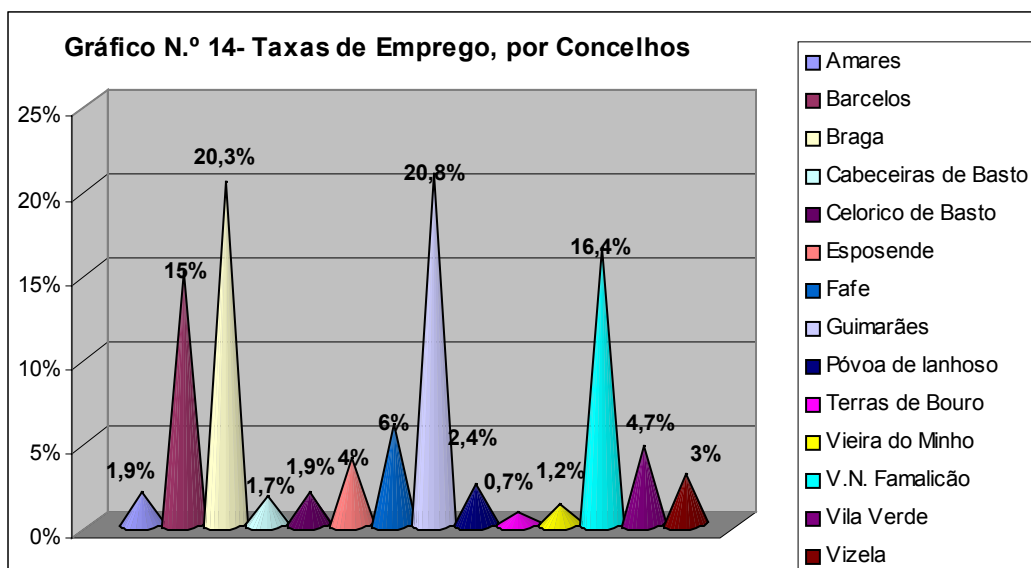
	Total	
	N.º	%
Distrito Braga	391 019	94,4%

Fonte: INE, Censos 2001

A Taxa de Emprego Total permite definir o peso da população empregada sobre o total da população activa (número de empregados por 100 activos). Uma vez que, em 2001, a população economicamente activa era, no distrito de Braga, de 414 384 indivíduos, e que 391 019 eram economicamente activos e encontravam-se empregados, a Taxa de Emprego total no distrito era de 94,4% - Quadro N.º 52.

Note-se ainda que, o distrito representava 8,4% do total da população empregada no território nacional, e 23,6% da população empregada na região Norte.

No que respeita às Taxas de Emprego por concelhos, segundo os Censos 2001, verifica-se que os concelhos de Barcelos, Braga, Guimarães e V.N de Famalicão reuniam 72,5% da população empregada do distrito (Gráfico N.º 14).



5.4 - Taxa de Emprego por Sector de Actividade

Quadro N.º 53 - População Empregada e Taxa de Emprego por Sector de Actividade

Área Geográfica	Sector de Actividade						Total	
	Primário		Secundário		Terciário		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Portugal	231 646	5	1 632 638	35	2 786 663	60	4 650 947	100
Norte	78 726	4,8	758 079	45,7	819 298	49,5	1 656 103	100
Distrito Braga	13 494	3,5	220 696	56,4	156 829	40,1	391 019	100

Fonte: INE, *Censos 2001*

O Quadro N.º 53, demonstra que em 2001, a população empregada no distrito de Braga, estava principalmente afectada ao Sector Secundário (56,4%) que compreende as Indústrias Extractivas e Transformadoras (valor bastante superior aos registados na região Norte - 45,7% - e em Portugal - 35%) e ao Sector Terciário (Comércio e Serviços) com uma Taxa de Emprego de 40,1%, valor inferior as taxas da região Norte (49,5%) e nacional (60%). O Sector Primário (Agricultura, Produção animal, Caça, Silvicultura e Pesca) reunia apenas 3,5% da população empregada, taxa inferior às verificadas na região Norte (4,8%) e em Portugal (5%).

Quadro N.º 54 - População Empregada e Taxa de Emprego por Sector de Actividade

Área Geográfica	Sector de Actividade						Total	
	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Amares	568	7,7	3 433	46,3	3 418	46	7 419	100
Barcelos	2 867	4,9	37 594	63,8	18 473	31,3	58 934	100
Braga	893	1,1	31 374	39,6	47 031	59,3	79 298	100
Cabeceiras de Basto	829	12,6	2 918	44,2	2 856	43,2	6 603	100
Celorico de Basto	1 161	15,4	3 529	46,9	2 838	37,7	7 528	100
Esposende	1 266	8,1	8 215	52,9	6 050	39	15 531	100
Fafe	902	3,8	14 092	60,2	8 420	36	23 414	100
Guimarães	1 260	1,5	52 685	64,8	27 359	33,7	81 304	100
Póvoa de Lanhoso	540	5,8	5 224	56	3 563	38,2	9 327	100
Terras de Bouro	394	14,9	876	33	1 381	52,1	2 651	100
Vieira do Minho	374	7,7	2 228	45,9	2 256	46,4	4 858	100
V.N. Famalicão	953	1,5	40 545	63,3	22 545	35,2	64 043	100
Vila Verde	1 346	7,3	9 241	50,4	7 770	42,3	18 357	100
Vizela	141	1,2	8 742	74,4	2 869	24,4	11 752	100
Total (Distrito Braga)	13 494	3,5	220 696	56,4	156 829	40,1	391 019	100
Norte	78 726	4,8	758 079	45,7	819 298	49,5	1 656 103	100
Portugal	231 646	5	1 632 638	35	2 786 663	60	4 650 947	100

Fonte: INE, *Censos 2001*

Em 2001, os concelhos de Celorico de Basto (15,4%), Terras de Bouro (14,9%) e Cabeceiras de Basto (12,6%), concelhos rurais, registavam os índices mais elevados de população empregada no Sector Primário. Os concelhos de Vizela (74,7%), Guimarães (64,8%), Barcelos (63,8%) e V. N. de Famalicão

(63,3%) destacavam-se no Sector Secundário; e no Sector Terciário evidenciavam-se Braga (59,3%), Terras de Bouro (52,1%), Vieira do Minho (46,4%) e Amares (46%) - Quadro N.º 54.

5.5 – População Empregada, segundo a Situação na Profissão

No conjunto da população empregada no distrito, a grande maioria (321 617 empregados, o que corresponde a 82,3%) eram trabalhadores por conta de Outrem, o que de resto se verificava em cada um dos concelhos – Quadro N.º 55.

Os empregadores reuniam 10,7%, os trabalhadores por conta própria 5,5%, e, os trabalhadores familiares não remunerados 0,8%.

Quadro N.º 55 – População Empregada segundo a Situação na Profissão

Área geográfica	População Empregada, segundo a Situação na Profissão								
	Total	Empregador	Trabalhad or por conta própria	Trabalhad or familiar não remunerado	Trabalhador por Conta de Outrem			Membro Activo de Cooperati va	Outra Situação
					Total	Militar Carreira	SMO		
Norte	1 656 103	174 199	103 393	15 090	1 349 268	4 010	1 429	861	13 292
Distrito Braga	391 019	41 863	21 598	3 023	321 617	705	330	147	2 771
Amares	7 419	793	509	79	5 960	18	2	1	77
Barcelos	58 934	7 929	3 680	694	46 277	98	57	13	341
Braga	79 298	7 546	3 568	350	66 820	242	40	27	987
Cabeceiras de Basto	6 603	775	478	157	5 179	17	17	1	13
Celorico de Basto	7 528	804	702	230	5 726	21	21	1	65
Esposende	15 531	2 237	1 077	247	11 790	45	17	15	165
Fafe	23 414	2 641	1 750	143	18 728	31	14	8	144
Guimarães	81 304	7 783	3 494	357	69 296	63	66	28	346
Póvoa de Lanhoso	9 327	1 038	589	55	7 586	15	16	6	53
Terras de Bouro	2 651	366	225	53	1 992	8	5	-	15
Vieira do Minho	4 858	530	386	45	3 765	36	10	2	130
V.N. Famalicão	64 043	6 137	3 032	283	54 252	60	30	42	297
Vila Verde	18 357	2 267	1 639	279	14 088	38	25	-	84
Vizela	11 752	1 017	469	51	10 158	13	10	3	54

Fonte: INE, Censos 2001

5.6 - População Desempregada

Observando os Quadros N.º 56 e N.º 57 e o Gráfico N.º 15, podemos concluir, de um modo geral, que entre 2001 e Março de 2004, o número de população desempregada aumentou gradualmente nos concelhos do distrito, totalizando, no primeiro trimestre de 2004, 44 456 desempregados.

Quadro N.º 56 - População Desempregada, em 2001, no Distrito

Concelhos	População Desempregada (M + F)			Taxa de Desemprego (%)
	À procura de 1º emprego	À procura de novo emprego	Total	
Amares	106	437	543	6,8
Barcelos	454	2 177	2 631	4,3
Braga	1 172	4 724	5 896	6,9
Cabeceiras de Basto	84	259	343	4,9
Celorico de Basto	172	359	531	6,6
Esposende	168	625	793	4,9
Fafe	269	1 362	1 631	6,5
Guimarães	633	3 895	4 528	5,3
Póvoa de Lanhoso	101	341	442	4,5
Terras de Bouro	74	263	337	11,3
Vieira do Minho	131	364	495	9,2
V. N. de Famalicão	468	3 066	3 534	5,2
Vila Verde	261	792	1 053	5,4
Vizela	62	546	608	4,9
Total - Distrito	4 155	19 210	23 365	6,2
Portugal	73 678	265 583	399 261	6,8
Norte	24 794	94 118	118 912	6,7

Fonte: INE, Censos 2001

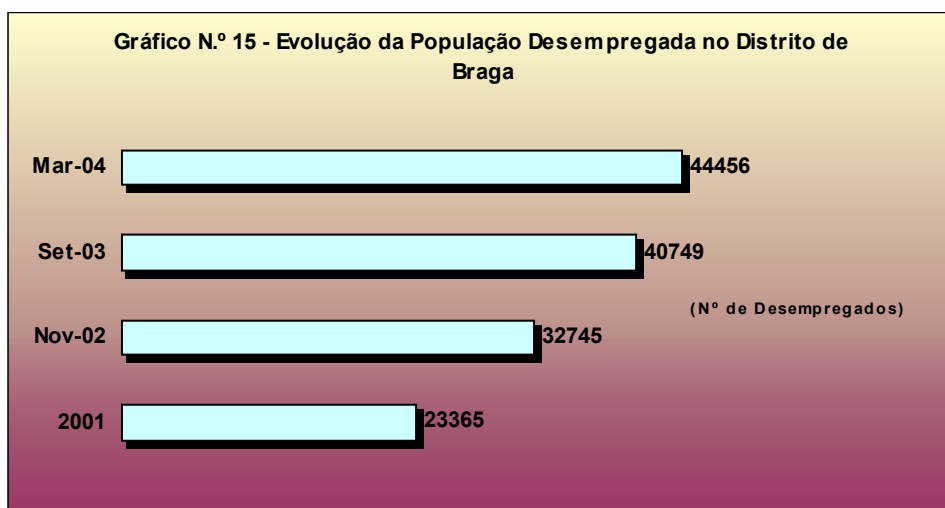
Na actual conjuntura económica, o aumento do desemprego é um fenómeno generalizado em Portugal. «Em apenas um ano, o número de desempregados em Portugal passou de 276 mil para 338 mil. Os dados relativos ao terceiro trimestre de 2004 (...) situam a taxa de desemprego nos 6,3%, o que representa um acréscimo de 1,2 pontos em comparação com a taxa de 5,1% registada em 2002»⁴⁹. Os sectores mais afectados pela diminuição de postos de trabalho são, ao nível nacional, os Serviços (151 mil pessoas procuram emprego), Indústria e Construção (124 mil), e Agricultura e Pescas (10 mil). Entre a população empregada o número de indivíduos do sexo masculino continua a ser predominante, havendo mais cerca de 450 mil homens do que mulheres a trabalhar.

Quadro N.º 57 - População Desempregada em 2001, no Último Trimestre de 2002 e no Terceiro Trimestre de 2003

Concelhos	População Desempregada (M + F)		
	Em 2001	Em Novembro de 2002	Em Setembro de 2003
Amares	543	626	798
Barcelos	2 631	2 691	3 166
Braga	5 896	7 811	9 624
Cabeceiras de Basto	343	914	1 079
Celorico de Basto	531	970	1 124
Esposende	793	690	869
Fafe	1 631	2 593	2 864
Guimarães	4 528	7 049	8 886
Póvoa de Lanhoso	442	740	905
Terras de Bouro	337	459	395
Vieira do Minho	495	562	673
V. N. de Famalicão	3 534	5 495	7 643
Vila Verde	1 053	1 282	1 649
Vizela	608	853	1 084
Total - Distrito	23 365	32 745	40 749

Fonte: IIEFP, Estatísticas do Emprego, 4º Trimestre 2002; Estatísticas do Emprego, 3º Trimestre 2003.

⁴⁹ Diário de Notícias, "Mais 62 mil desempregados", 2 de Janeiro de 2004.



No Minho, inclusivé no distrito de Braga, o desemprego atinge principalmente os que têm mais de 50 anos de idade. Em finais de 2003, «cerca de 50% dos 48 854 desempregados registados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), no Minho, têm mais de 50 anos de idade (...) os números do desemprego têm afectado sobretudo os trabalhadores dos sectores do Têxtil e do Vestuário. Tal resulta de casos de falência ou encerramento de empresas, afectando sobretudo trabalhadores que têm idades superiores aos 50 anos e com 35 ou 40 anos de casa (...). Por exemplo, no Têxtil e Calçado, a maioria das empresas que encerraram tinha trabalhadores com 35 anos de casa»⁵⁰. Outro dos factores que está na origem deste fenómeno é o emagrecimento dos quadros das empresas, em que estas escolhem, para sair/despedir, os mais velhos.

Os índices de desemprego entre os mais jovens (entre os 18 e os 25 anos) no distrito, também é preocupante, não só no que concerne a procura do primeiro emprego, facto que não está alheio à difícil situação económica do país que está a dificultar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, como também para os que procuram novo emprego (trata-se de jovens que conseguiram trabalho a termo certo e cujo contrato não foi renovado)⁵¹.

Segundo dados mais recentes, o distrito de Braga foi aquele que registou maior variação homóloga da Taxa de Desemprego em 2004. «Segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), em finais de Março estavam inscritas 44 456 pessoas nos Centros de Emprego do distrito, mais 22% do que no mesmo mês de 2003. Em relação ao mês de Fevereiro deste ano, o distrito bracarense obteve também uma das maiores subidas do desemprego: mais 1,7%, só ultrapassado pelos distritos de Bragança e Évora. Braga é o terceiro distrito do país com mais desempregados, logo a seguir ao Porto e Lisboa, que têm 110 891 e 94 918 inscritos nos Centros de Emprego, respectivamente»⁵².

Ainda segundo a mesma fonte, Braga é o concelho do distrito com maior número de desempregados (10 254), seguido de Guimarães (9 936) e V.N. de Famalicão (7 950). Apenas os concelhos da Póvoa de

⁵⁰ Público, "Quase metade dos desempregados do Minho tem mais de 50 anos", 2 de Dezembro de 2003.

⁵¹ Os dados do INE, referentes ao 3º trimestre de 2003, indicam que havia 51,6 mil indivíduos à procura de 1º emprego, sendo que a faixa etária mais atingida pelo desemprego oscila entre os 15 e os 24 anos (cerca de 30% do total).

⁵² Correio do Minho, "Mais de 44 mil sem emprego no distrito", 30 de Abril de 2004.

Lanhoso e Vieira do Minho apresentavam em Março de 2004, uma evolução favorável do mercado de trabalho, com um ligeiro decréscimo do número de inscritos em relação ao início do ano.

O desemprego continua a atingir mais as mulheres. Os dados do IEPF contabilizavam 26 812 mulheres desempregadas no distrito, contra 19 906 homens na mesma situação.

«A sub-região do Ave, por força de uma maior dependência da Indústria Têxtil e do Vestuário, regista uma Taxa de Desemprego mais elevada do que o conjunto dos concelhos do Cávado. Aqui, a Taxa de Desemprego oficial é de 6,1%, enquanto no Ave se fixa nos 7,9%»⁵³.

Quadro N.º 58 – Desempregados por Centros de Emprego afectos ao Distrito de Braga, em Março e Outubro de 2004

Centros de Emprego	Março de 2004			Outubro de 2004		
	Desempregados			Desempregados		
	1º Emprego	Novo emprego	Total	1º Emprego	Novo emprego	Total
Braga	1 024	12 615	13 639	1 002	11 501	12 503
Fafe	385	4 475	4 860	543	4 754	5 297
Guimarães	549	10 749	11 298	768	11 854	12 622
V.N. de Famalicão	283	7 667	7 950	436	8 631	9 067
Basto	586	2 575	3 161	658	2 824	3 482
Barcelos	268	4 072	4 340	330	4 084	4 414
Total	3 095	42 153	45 248	3 737	39 564	47 385

Fonte: IEPF, *Estatísticas Mensais, Março de 2004 e Outubro de 2004*.

LEGENDA:

Áreas dos Centros de Emprego – Concelhos Abrangidos:

Centro de Emprego de Braga: Amares, Braga, Terras de Bouro e Vila Verde

Centro de Emprego de Fafe: Fafe, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho

Centro de Emprego de Guimarães: Guimarães e Vizela

Centro de Emprego de V.N. de Famalicão: V.N. de Famalicão

Centro de Emprego de Basto: Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena

Centro de Emprego de Barcelos: Barcelos e Esposende

Afectos ao distrito de Braga encontram-se os Centros de Emprego de Braga, Fafe, Guimarães, V.N. de Famalicão, Basto (que abrange também os concelhos de Mondim de Basto e Ribeira de Pena, que não pertencem ao Distrito de Braga) e Barcelos.

Pelo Quadro N.º 58, constatamos que em Outubro de 2004, o número de desempregados à procura de novo emprego (39 564) é mais elevado que o número de desempregados à procura de primeiro emprego (3 737).

Destacam-se com maiores índices de desempregados, os Centros de Emprego de Braga, Guimarães e V.N. de Famalicão.

Note-se que em Outubro de 2004, em relação a Março do mesmo ano, aumentaram os desempregados à procura de primeiro emprego e, diminuíram os desempregados à procura de novo emprego. No entanto, no total, o número de desempregados inscritos nestes Centros de Emprego aumentou (+ 5 232 desempregados).

⁵³ Idem, *Idem*.

5.7 – Taxas de Desemprego, por Grupo Etário e Género

A Taxa de Desemprego no distrito em 2001, era mais penalizadora do sexo feminino (53,66%) – Quadro N.º 45. Atingia particularmente os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos (num total de 71,5%), destacando-se os jovens com menos de 30 anos (38,8%) – Quadro N.º 59.

Quadro N.º 59 – Taxa de Desemprego, por Sexo – Distrito Braga

Sexo	Taxa
Masculino	46,34%
Feminino	53,66%
Total	100%

Fonte: INE, Censos 2001

Quadro N.º 60 – Taxa de Desemprego, por Grupo Etário – Distrito Braga

Grupo Etário (M + F)	Taxa
De 15 a 29 anos	38,8%
De 30 a 44 anos	32,7%
De 45 a 64 anos	28,4%
65 e mais anos	0,1%
Total	100%

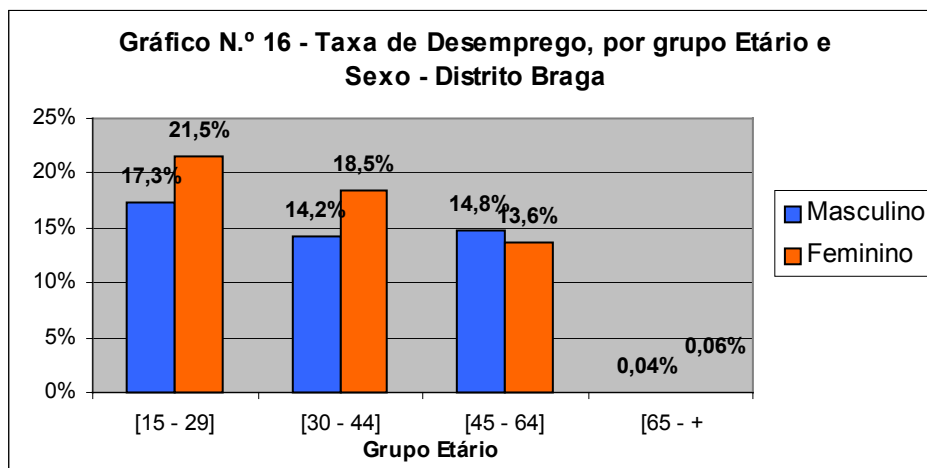
Fonte: INE, Censos 2001

Quadro N.º 61 – População Desempregada, segundo Grupo Etário e Sexo

Área Geográfica	Grupos etários e Sexo							
	De 15 a 29 anos		De 30 a 44 anos		De 45 a 64 anos		65 e mais anos	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Portugal	58 335	79 762	38 024	68 149	46 316	47 986	272	417
Norte	19 883	27 055	14 866	24 747	16 699	15 502	56	104
Distrito Braga	4 041	5 022	3 306	4 316	3 468	3 187	10	15
Braga	17,3%	21,5%	14,2%	18,5%	14,8%	13,6%	0,04%	0,06%
Amares	98	144	58	130	54	59	-	-
Barcelos	514	538	462	405	443	266	1	2
Braga	1 046	1 410	735	1 259	710	728	3	5
Cabeceiras de Basto	73	96	52	68	33	21	-	-
Celorico de Basto	91	159	65	137	45	34	-	-
Esposende	135	192	102	163	106	92	2	1
Fafe	325	284	248	251	268	254	1	-
Guimarães	757	784	685	695	795	808	2	2
Póvoa de Lanhoso	82	132	66	89	44	29	-	-
Terras de Bouro	61	98	33	83	31	29	-	2
Vieira do Minho	82	136	57	126	45	49	-	-
V.N. Famalicão	507	638	492	627	646	621	1	2
Vila Verde	199	323	147	195	118	71	-	-
Vizela	71	88	104	88	130	126	-	1

Fonte: INE, Censos 2001

Pelo Quadro N.º 61 e Gráfico N.º 16, podemos constatar que o sexo feminino era, em 2001, mais afectado pelo desemprego em todos os grupos etários, à excepção do grupo “de 45 a 64 anos” que evidenciava um maior número de homens desempregados.



5.8 – Taxas de Desemprego por Sector de Actividade

O Quadro N.º 62 elucida-nos quanto ao desemprego registado (à procura de novo emprego), por sector de actividade económica, em Outubro de 2004. Verifica-se que ao nível nacional (assim como no Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Algarve, Açores e Madeira), a maior parte dos desempregados classifica-se no Sector Terciário – Serviços.

Na Região Norte, a maioria dos desempregados à procura de novo emprego (188 904) encontrava-se afecta a “Indústria, Energia e Água e Construção”, destacando-se a “Indústria do Vestuário” (19 566), a “Construção” (19 394) e a “Fabricação de Têxteis” (15 542). Estes dados prendem-se, como referido anteriormente, com o encerramento de muitas fábricas do Sector Secundário no Norte, inclusivé na região do Ave.

Note-se que no Alentejo, o desemprego encontrava-se sobretudo afecto ao Sector Primário (5 967 desempregados).

«Enquanto em todo o país o sector que percentualmente, nos últimos meses mais trabalhadores lançou para o desemprego foi o da “fabricação de mobiliário, reciclagem e indústria transformadora”, no distrito de Braga, os números são outros. Oriundos da “fabricação têxtil” são sete mil e oitocentos os desempregados inscritos, logo seguidos pelos sete mil e cem trabalhadores despedidos da “indústria do vestuário”, que, mesmo assim, continuam a ser os sectores que mais trabalhadores absorvem»⁵⁴.

Dos sectores mais problemáticos e de onde têm saído mais pessoas para o desemprego, para além do Têxtil e do Vestuário, o “Fábrica de Máquinas Electrónicas e Eléctricas”, bem como o “Comércio por Grosso e a Retalho” começam a ter significado.

Quadro N.º 62 – Desemprego Registado (à procura de novo emprego) em Portugal, segundo as Regiões NUTS II, por Actividade Económica – Em Outubro de 2004

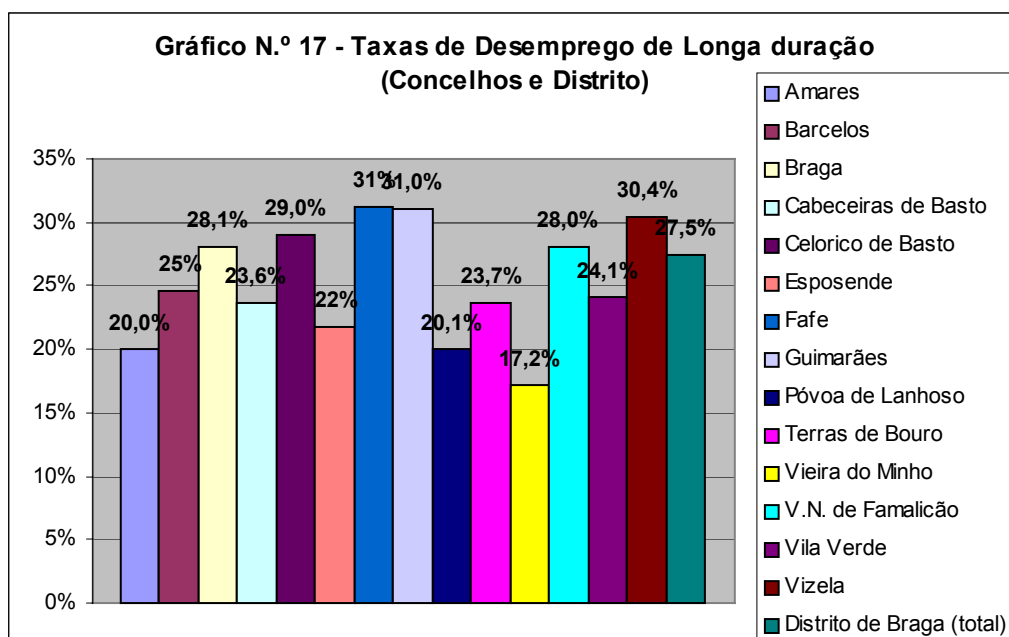
Actividades Económicas	Total	Continente						Regiões Autónomas		
		Total	Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alentejo	Algarve	Total	Açores	Madeira
Total	431 930	422 783	188 904	56 267	143 343	21 744	10 873	9 147	3 258	5 890
Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca	18 625	16 416	3 954	2 136	4 013	5 967	346	209	97	112
Indústria, energia e água e construção	170 056	167 969	97 122	24 684	39 650	4 758	1 755	2 067	811	1 276
Indústrias extractivas	1 270	1 260	520	206	283	232	17	10	1	9
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	12 104	11 631	4 111	2 301	4 359	588	272	473	287	186
Fabricação de têxteis	19 327	19 247	15 542	2 809	638	244	14	80	21	59
Indústria do vestuário	25 484	25 447	19 566	3 048	2 687	126	20	37	10	27
Indústria do couro e de produtos de couro	10 937	10 936	10 182	365	380	7	2	1	1	-
Indústria da madeira e da cortiça	5 161	5 119	3 134	1 023	810	106	46	42	16	26
Indústrias do papel, edição e impressão	5 894	5 847	2 121	552	3 038	96	40	47	18	29
Fab. Produtos petrol., químicos, borracha e plástico	5 466	5 454	1 984	1 024	2 200	230	16	12	2	10
Fábrica de outros minerais não metálicos	6 596	6 588	1 529	3 044	1 841	130	44	8	2	6
Indústria metal. Base e fabrico de máquinas e equip. n.e.	11 967	11 935	5 809	2 075	3 816	171	64	32	14	18
Fabrico de máquinas electrónicas e eléctricas	9 382	9 379	5 286	1 559	2 185	330	19	3	-	3
Fabrico de material de transporte	6 550	6 546	2 964	1 061	2 380	110	31	4	2	2
Fab. Mobiliário, reciclagem, ind. transformadora n.e.	6 453	6 424	4 710	663	974	58	19	29	2	27
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	868	811	270	123	372	27	19	57	29	28
Construção	42 597	41 345	19 394	4 829	13 687	2 303	1 132	1 252	406	846
Serviços	243 617	236 766	87 828	29 467	99 680	11 019	8 772	6 851	2 350	4 502
Comércio e manutenção de automóveis e de comb.	9 601	9 470	4 007	1 230	3 770	279	184	131	62	69
Comércio por grosso e a retalho	58 883	57 021	23 365	7 291	22 531	1 800	2 034	1 862	551	1 311
Hoteis e restaurantes	34 422	32 758	11 207	4 632	11 421	2 030	3 468	1 664	374	1 290
Transportes e actividades conexas	13 335	13 160	4 861	1 544	6 079	314	362	175	84	91
Correios e telecomunicações	3 730	3 691	1 139	452	1 909	119	72	39	17	22
Intermediação financeira e seguros	2 673	2 638	822	311	1 389	61	55	35	15	20
Act. Imob., invest. E desenv. serv. prest. a empresas	49 733	49 214	16 185	3 503	27 092	1 500	934	519	153	366
Admini. Pública, educação, saúde e acção social	40 294	39 107	14 997	7 384	12 367	3 401	958	1 187	779	408
Outras actividades de serviços	30 946	29 707	11 245	3 120	13 122	1 515	705	1 239	314	925
Sem classificação	1 632	1 632	1 039	98	442	43	10	-	-	-

Fonte: IEF, *Estatísticas Mensais, Outubro de 2004*.

5.9 – Taxas de Desemprego de Longa Duração

O desemprego de longa duração refere-se aos trabalhadores sem emprego, disponíveis para o trabalho e à procura de emprego há doze meses ou mais. No caso dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição no Centro de Emprego.

⁵⁴ Público, "Quase 44 mil desempregados no distrito de Braga", 30 de Março de 2004.



Em 2001, o peso dos desempregados de longa duração (DLD) no desemprego total, no distrito de Braga, foi de 27,5% (Gráfico N.º 17 e Quadro N.º 63), destacando-se com maiores índices os concelhos de Fafe (31,2%), Guimarães (31%), Vizela (30,4%), Celorico de Basto (29%), Braga (28,1%) e V. N. de Famalicão (28%).

Quadro N.º 63 - População Desempregada de Longa Duração e, Taxas de Desemprego de Longa Duração relativamente ao Desemprego Total (concelhos e distrito)

Area Geográfica	População desempregada há 12 ou mais meses	Taxas de Desemprego de Longa Duração (em relação ao Desemprego total)
Amares	109	20
Barcelos	646	24,6
Braga	1 658	28,1
Cabeceiras de Basto	81	23,6
Celorico de Basto	154	29
Esposende	172	21,7
Fafe	509	31,2
Guimarães	1 408	31
Póvoa de Lanhoso	89	20,1
Terras de Bouro	80	23,7
Vieira do Minho	85	17,2
V.N. de Famalicão	989	28
Vila Verde	254	24,1
Vizela	185	30,4
Distrito Braga	6 419	27,5

Fonte: INE, Censos 2001

Em números absolutos, o desemprego de longa duração atingia mais o sexo feminino que o sexo masculino, no distrito de Braga - 3 410 mulheres contra 3 009 homens – (o que de resto se verifica em todos os Concelhos, à excepção de Barcelos, Fafe e Vizela) - Quadro N.º 64.

No entanto se tivermos por referência o desemprego total, verificamos que o sexo masculino era ligeiramente mais penalizado pelo desemprego de longa duração. Ou seja, 28,8% dos homens desempregados do distrito eram desempregados de longa duração; e por sua vez, 27,2% das mulheres desempregadas no distrito eram desempregadas há 12 meses ou mais.

Segundo Mozzicafredo⁵⁵, docente do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE - Lisboa), os desempregados de longa duração representam 38% dos desempregados em Portugal, e 1,8% da população activa. Este Sociólogo acrescenta, ainda, que no nosso país privilegia-se quem tem emprego, e coloca-se à margem da dinâmica social quem não o tem.

Quadro N.º 64 - População Desempregada de Longa Duração, e Taxas de Desemprego de Longa Duração (relativamente ao Desemprego Total) segundo Género (por Concelhos)

Concelhos	População Desempregada a 12 meses ou mais		Taxas de Desemprego de Longa Duração (em relação ao desemprego total)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Amares	39	70	18,6	21
Barcelos	364	282	25,6	23,3
Braga	703	955	28,2	28
Cabeceiras de Basto	21	60	13,3	32,4
Celorico de Basto	42	112	20,9	33,9
Esposende	82	90	23,8	20
Fafe	257	252	30,5	31,9
Guimarães	688	720	30,7	31,5
Póvoa de Lanhoso	38	51	19,8	20,4
Terras de Bouro	33	47	26,4	22,2
Vieira do Minho	26	59	14,1	19
V.N. de Famalicão	492	497	29,9	26,3
Vila Verde	123	131	26,5	22,1
Vizela	101	84	33,1	27,7
Distrito Braga	3 009	3 410	27,8	27,2

Fonte: INE, *Censos 2001*

5.10 – Taxas de Acidentes de Trabalho

Acidente de trabalho é aquele que se verifique no local e tempo de trabalho e produza directa ou indirectamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução da capacidade de trabalho ou de ganho, ou a morte.

A Legislação Portuguesa engloba os acidentes de trajecto (acidentes que ocorram no percurso para o local de trabalho ou no regresso deste) na definição de acidentes de trabalho. No entanto dadas as características destes acidentes, e atendendo às recomendações do grupo de trabalho do Eurostat sobre “Estatísticas Europeias de Acidentes de Trabalho”, eles são objecto de um tratamento estatístico em separado. Em consequência, as estatísticas a seguir apresentadas referem-se, exclusivamente, aos

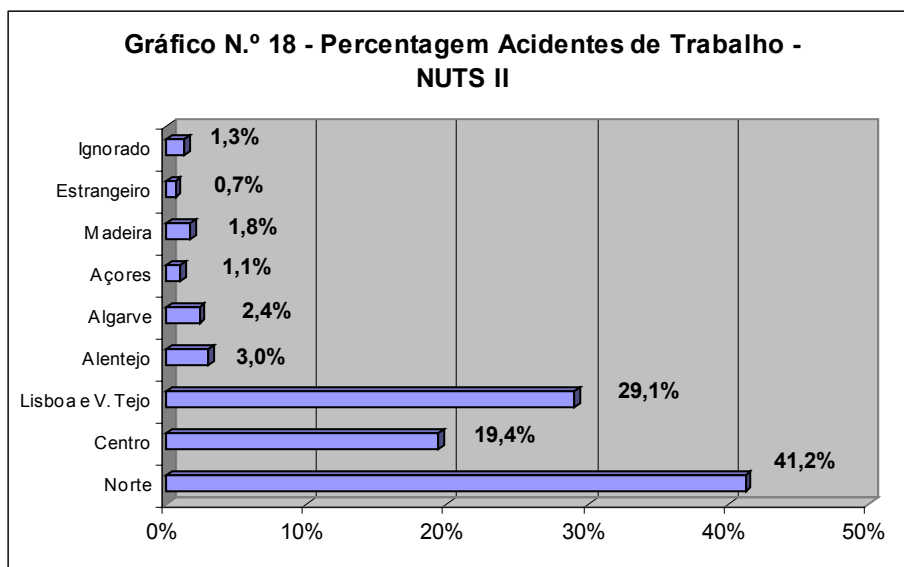
⁵⁵ I Encontro Nacional REAPN, “Erradicar a Pobreza e a Exclusão social: Um Desafio de Todos, Com Todos e Para Todos?”, 15 e 16 de Outubro de 2004.

seguintes tipos de acidentes: «*acidentes de viagem, de transporte ou de circulação durante uma deslocação em serviço; acidentes de viação durante o tempo de trabalho; intoxicação aguda; actos voluntários de terceiros; agressões ou quedas num local público ou em qualquer meio de transporte durante uma deslocação em serviço*»⁵⁶. Portugal destaca-se na Europa por ter uma elevada incidência de acidentes de trabalho (que implicam paragem de mais de 3 dias de trabalho)⁵⁷.

Quadro N.º 65 - Acidentes de Trabalho por Região (NUTS II), em 2000

Área Geográfica	Total	Mortais	Não Mortais
Total	234 192	368	233 824
Norte	96 475	101	96 374
Centro	45 450	76	45 374
Lisboa e Vale do Tejo	68 129	134	67 995
Alentejo	7 050	14	7 036
Algarve	5 676	11	5 665
Açores	2 541	2	2 539
Madeira	4 115	5	4 110
Estrangeiro	1 674	8	1 666
Ignorado	3 082	17	3 065

Fonte: MSST, Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP), *Estatísticas em Síntese, Acidentes de Trabalho*, 2000.



Em Portugal, o número de acidentes de trabalho registados em 2000 ascendeu a 234 192, dos quais 368 foram mortais (Quadro N.º 65). Pelo Gráfico N.º 18, podemos constatar que a maioria (70,3%) ocorreu nas regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo. A Região Norte assinala maior número de acidentes de trabalho não mortais, e Lisboa e Vale do Tejo foi a região onde se registaram mais acidentes mortais – Quadro N.º 51.

⁵⁶ MSST, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP), *Estatísticas em Síntese, Acidentes de Trabalho*, 2000, p. 8.

⁵⁷ INE, *Destaque*, "Portugal Social", 12 de Setembro de 2003, p. 5.

Em 2000, Segundo o Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP), do total dos 234 192 acidentes de trabalho, 81,4% ocorreram com homens e 18,5% com mulheres. As “Indústrias Transformadoras” apresentam o maior número de acidentes de trabalho ocorridos quer com homens quer com mulheres. A segunda posição, para os homens regista-se na “Construção” e para as mulheres no “Comércio”. A “Construção” foi o sector de Actividade económica que registou maior número de acidentes de trabalho mortais, apesar de só apresentar a 3ª maior taxa de incidência para o total de acidentes, sendo a 1ª e a 2ª posições ocupadas, respectivamente, pelas “Indústrias Extractivas” e pelas “Pescas”. Em termos globais, o grupo etário onde se registou o maior número de acidentes foi “25-34 anos”. No caso dos acidentes de trabalho mortais e para o conjunto das actividades económicas, a faixa etária mais atingida é superior à do geral dos acidentes, situando-se entre os 45 e os 54 anos.

Segundo dados fornecidos pela Administração Regional de Saúde do Norte, no ano de 2002, bem como no ano de 2003, em números absolutos, registaram-se 10 casos de acidentes de trabalho mortais no Distrito de Braga.

Note-se ainda que, no ano de 2002, «(...) em Portugal a taxa de incidência dos acidentes de trabalho mortais em todas as actividades por 100 mil empregados era de 7,7, contra uma média comunitária de 3,4‰»⁵⁸.

5.11 – Número Médio de Horas de Trabalho por Sector de Actividade

A população empregada «abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tenham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha de informação, mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontravam a trabalhar no período de referência»⁵⁹.

Engloba, portanto as situações na profissão: patrão, trabalhador independente/ por conta própria, trabalhador familiar não remunerado, trabalhador por conta de outrem assalariado, e outras situações.

No que concerne o número de horas de trabalho por semana, da população empregada no distrito de Braga, segundo sector de actividade, verificamos no Quadro N.º 66 que, em 2001, 59,9% (234 378 trabalhadores) trabalhavam 40 h. a 44 horas semanais, 20,7% (80 905) trabalhavam mais de 45 horas por semana e, 11,4% trabalhavam entre 35 a 39 horas.

Os sectores de actividade onde se registou população empregada a trabalhar 40 a 44 horas semanais, e 45 horas ou mais são as “Indústrias Extractivas” e “Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e Bens de Uso Pessoal e Doméstico”.

⁵⁸ Diário de Notícias, “Acidentes de Trabalho”, 2 de Setembro de 2002.

⁵⁹ INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*, p. 251.

O trabalho a tempo parcial parece predominante nos sectores “Indústrias Transformadoras”, “Construção” e “Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e Bens de Uso Pessoal e Doméstico”.

Quadro N.º 66 – População Residente Empregada, segundo Horas de Trabalho na Semana de Referência, por Sector de Actividade, no Distrito de Braga, em 2001

Sector de Actividade segundo CAE-Rev. 2	N.º de Horas de Trabalho, na Semana de Referência							Total
	1 h. a menos de 5 h.	5 h. a menos de 15 h.	15 h. a menos de 30 h.	30 h. a menos de 35 h.	35 h. a menos de 40 h.	40 h. a menos de 45 h.	De 45 h. e mais	
A	84	226	477	367	779	4 085	7 345	13 363
B	1	5	12	10	13	49	41	131
C	2	19	6	12	42	761	254	1 096
D	166	2 421	848	1 312	9 123	130 849	21 182	165 901
E	5	37	15	25	494	1 226	318	2 120
F	132	866	549	529	2 627	34 769	12 107	51 579
G	201	1 274	1 025	1 097	3 593	29 482	18 518	55 190
H	54	428	297	271	686	4 758	7 309	13 803
I	26	137	109	109	1 188	3 606	2 285	7 460
J	11	104	72	66	1 078	1 050	976	3 357
K	72	355	514	414	1 714	5 642	2 990	11 701
L	25	310	375	786	8 032	3 832	1 872	15 232
M	78	943	7 490	2 196	8 098	3 484	972	23 261
N	26	266	320	457	5 431	5 436	1 723	13 659
O	61	322	390	276	1 044	3 092	1 776	6 961
P	144	514	993	471	587	2 254	1 236	6 199
Q	-	-	-	-	2	3	1	6
Total	1 088 0,3%	8 227 2,1%	13 492 3,5%	8 398 2,1%	44 531 11,4%	234 378 59,9%	80 905 20,7%	391 019 100%

Fonte: INE, Censos 2001

Legenda (Segundo Nomenclaturas/ INE):

Classificação das Actividades Económicas – CAE-Rev.2

Secções

Secção A – Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura

Secção B – Pesca

Secção C – Indústrias Extractivas

Secção D – Indústrias Transformadoras

Secção E – Produção e Distribuição de Electricidade

Secção F – Construção

Secção G – Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico

Secção H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

Secção I – Transportes, Armazenagem e Comunicações

Secção J – Actividades Financeiras

Secção K – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas

Secção L – Administração, Defesa e Segurança Social Obrigatória

Secção M – Educação

Secção N – Saúde e Acção Social

Secção O – Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

Secção P – Famílias com Empregados Domésticos

Secção Q – Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais

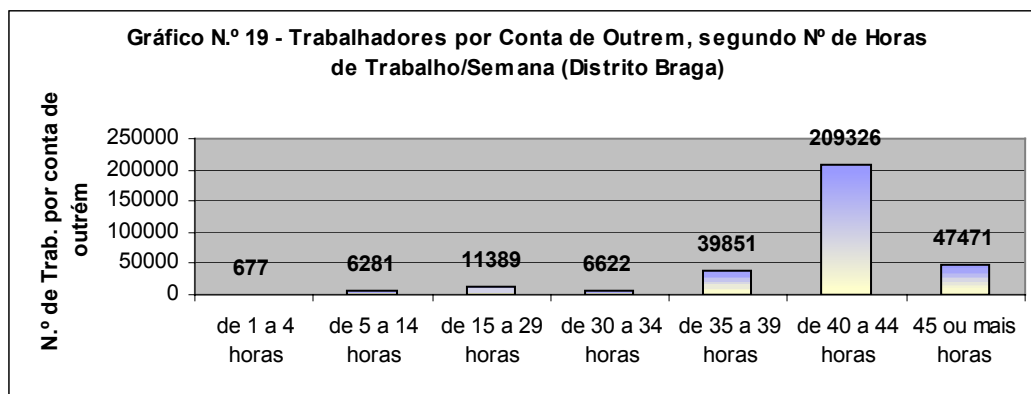
5.12 – Número Médio de Horas de Trabalho – Trabalhadores por Conta de Outrem

Segundo os Censos 2001, a maioria (65%) dos trabalhadores por conta de outrem no distrito, trabalhava em média 40 a 44 horas por semana (o que de resto se verificava em cada um dos concelhos – Quadro N.º 67 e Gráfico N.º 19).

Quadro N.º 67 - Trabalhadores por Conta de Outrem, segundo o Número de Horas de Trabalho na Semana de Referência

	Horas de trabalho - Semana							Total (M + F)
	1 h. a menos de 5 horas	De 5 h. a menos de 15 horas	De 15 h. a menos de 30 horas	De 30 h. a menos de 35 horas	De 35 h. a menos de 40 horas	De 40 h. a menos de 45 horas	De 45 ou mais horas	
Portugal	12 931	108 162	178 019	118 512	737 745	1 928 079	710 546	3 793 992
Norte	3 557	32 820	58 226	34 745	207 396	771 095	241 249	1 349 268
Distrito Braga	677	6 281	11 389	6 622	39 851	209 326	47 471	321 617
Amares	26	169	202	165	823	3 368	1 207	5 960
Barcelos	47	694	1 124	597	4 176	32 369	7 270	46 277
Braga	219	2 128	4 371	2 290	12 582	34 834	10 396	66 820
Cabeceiras de Basto	14	28	193	75	598	3 245	1 026	5 179
Celorico de Basto	18	116	207	150	972	2 840	1 423	5 726
Esposende	34	314	503	299	1 566	6 874	2 200	11 790
Fafe	42	243	698	355	1 970	13 091	2 329	18 728
Guimarães	104	1 032	1 801	1 118	6 706	50 424	8 111	69 296
Póvoa de Lanhoso	21	128	198	113	955	5 126	1 045	7 586
Terras de Bouro	5	16	59	31	422	968	491	1 992
Vieira do Minho	8	64	140	75	522	2 127	829	3 765
V.N Famalicão	94	982	1 309	987	6 278	37 139	7 463	54 252
Vila Verde	30	230	428	266	1 680	8 882	2 572	14 088
Vizela	15	137	156	101	601	8 039	1 109	10 158

Fonte: INE, Censos 2001



Para além disso, 14,8% trabalhavam 45 ou mais horas, e 12,4% trabalhavam 35 a 39 horas semanais. Como se pode deduzir pelos números apresentados, o trabalho a tempo parcial não parece muito significativo – 1 a 4 horas e 5 a 14 horas.

5.13 - Remunerações Médias

Como se pode constatar pelo Quadro N.º 68, os trabalhadores por conta de outrem no distrito tinham em 2000, um salário médio de 485 Euros, inferior à média da região Norte (580 Euros) e à média nacional (655 Euros).

Os trabalhadores do Sector Terciário (Comércio e Serviços) auferiam melhores salários (em média 558 Euros), opondo-se ao Sector Primário cujo ganho médio mensal era o mais baixo – 396 Euros. De qualquer modo, podemos afirmar que os salários são baixos em todos os sectores de actividade; lembremos a este respeito que o Salário Mínimo Nacional (SMN) é dos mais baixos da UE-15.

Quadro N.º 68 - Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por conta de Outrem (em 2000)

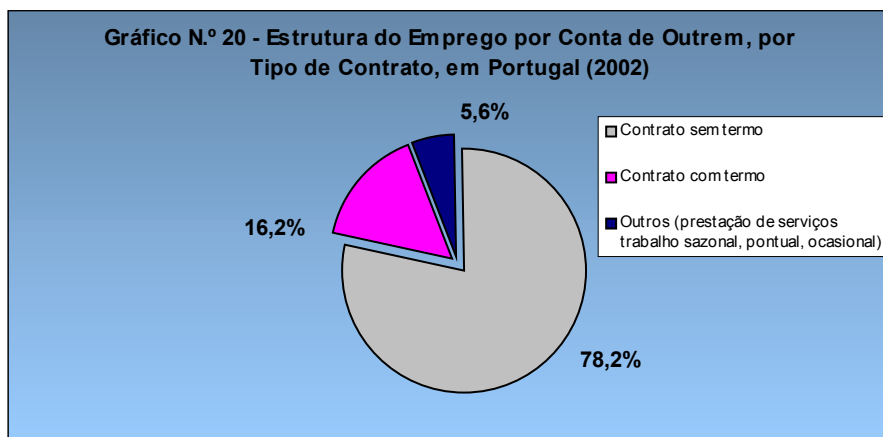
Unidade Territorial	Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem (M+F) em euros			Média
	Nos estabelecimentos do Sector Primário	Nos estabelecimentos do Sector Secundário	Nos estabelecimentos do Sector Terciário	
Portugal	512	646	807	655
Norte	470	559	713	580
Distrito de Braga (média)	396	501	558	485
Amares	389	567	495	483
Barcelos	530	486	579	531
Braga	393	597	635	541
Cabeceiras de Basto	348	429	592	456
Celorico de Basto	389	424	600	471
Esposende	342	502	524	456
Fafe	384	446	542	457
Guimarães	426	514	629	523
Póvoa de Lanhoso	383	542	527	484
Terras de Bouro	352	516	458	442
Vieira do Minho	393	528	598	506
V.N. Famalicão	472	547	621	546
Vila Verde	353	449	531	444
Vizela	403	471	489	454

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego 2001*.

5.14 – Caracterização do Vínculo Laboral

Hoje em dia, verifica-se no mercado de trabalho um certo desmoronamento do modelo salarial clássico, onde o emprego era estável e seguro, e existia progresso na carreira por antiguidade. Cresceu a instabilidade, a precariedade do trabalho e a segmentarização do mercado, que se repercutiu no aumento dos contratos de trabalho com termo, e no aumento do trabalho e das prestações de serviço pontual, ocasional, sazonal.

Em 2002 (segundo o Inquérito ao Emprego - INE), o tipo de contrato com maior destaque em Portugal, foi o contrato sem termo (78,2%). No entanto o trabalho precário (contrato com termo e prestação de serviços) reunia 21,8%, uma parcela significativa (Gráfico N.º 20).



Pelo Quadro N.º 69, podemos constatar que em Portugal, entre 2001 e 2002, os contratos com termo sofreram um acréscimo de 7,4% e que a prestação de serviços e trabalho sazonal, pontual ou ocasional também acompanhou esta tendência, aumentando 6,8%. Pelo contrário, os contratos sem termo sofreram um decréscimo de 1,1%.

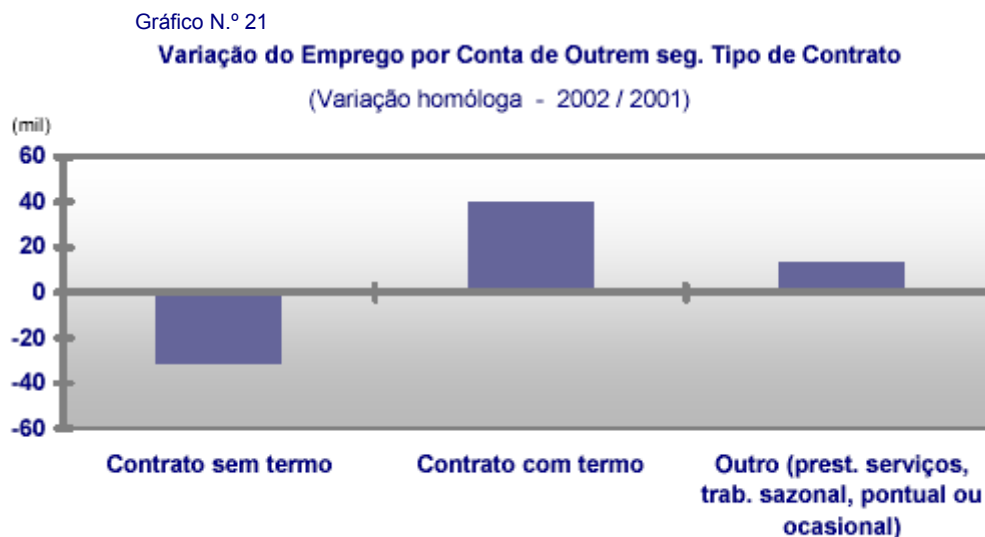
Quadro N.º 69 - Trabalhadores por Conta de Outrem por Tipo de Contrato

Contínente - (milhares)	2001	2002	$\Delta\%$ 2002/2001
Trab. por conta de outrem	3 546,6	3 568,3	+0,6
Contrato sem termo	2 819,3	2 788,2	-1,1
Contrato com termo	538,7	578,6	+7,4
Outros (prest. serv. sazonal, pontual ou ocasional)	188,6	201,5	+6,8

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego (média anual)

É possível verificar no Gráfico N.º 21, entre 2001 e 2002, um aumento de 40 mil contratos com termo, e um aumento de 10 mil casos de prestação de serviços ocasional, sazonal ou pontual. Em contrapartida, registou-se uma diminuição de 30 mil contratos sem termo.

Conclui-se que num curto espaço de tempo, as formas de trabalho precário aumentaram significativamente, facto que se prende com a difícil conjuntura económica.



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

5.15 – Emprego/ Trabalho Infantil e Juvenil

As causas do trabalho infantil estão ligadas a ocorrências isoladas ou conjugadas dos seguintes factores: pobreza, razões sócio-culturais, procura de mão-de-obra infantil, em certos casos agravada pela globalização; e escolaridade/ ausência ou debilidade do sistema escolar e de formação.

Em 2001, segundo a Organização Internacional do Trabalho estimava-se em Portugal, que 47 000 crianças eram vítimas de trabalho infantil, registando-se uma grande incidência no meio rural, em particular nos domicílios.

Segundo a CNASTI (Confederação Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil) o trabalho infantil tem aumentado, mas com novos contornos: mendicidade e prostituição. O aumento do desemprego contribui muitas vezes para que as crianças tenham de contribuir para o orçamento familiar e, abandonar precocemente a escola. Com a degradação social e a pobreza, têm aumentado os fenómenos da mendicidade, da prostituição infantil⁶⁰ e do trabalho doméstico.

«A criação do PEETI – Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil – e do CNETI – Conselho Nacional para a Exploração do Trabalho Infantil, constituíram um quadro inovador no âmbito da política nacional do combate ao trabalho infantil que continuam a ter reflexos na acção da IGT (Inspeção Geral do Trabalho) potenciando a sua acção e clarificando o papel de controlo nos locais de trabalho como

⁶⁰ Segundo a CNASTI, os fenómenos da mendicidade e da prostituição são mais visíveis nas grandes cidades (Lisboa e Porto). Em Braga, o fenómeno da prostituição infantil ainda não é visível, a exploração infantil está mais associada ao trabalho domiciliário (exploração tradicional): existem empresas que contratam famílias para fazer acabamentos de produtos sazonais na própria residência.

um contributo específico para a solução do fenómeno (...) cuja erradicação depende, sobretudo das intervenções a montante nos locais de trabalho, das parcerias com a sociedade civil e do envolvimento dos parceiros sociais»⁶¹.

A IGT tem por objectivos combater o trabalho ilegal de menores no âmbito do trabalho clandestino e trabalho domiciliário, contribuindo para a erradicação do fenómeno do trabalho ilegal de menores através de acções dirigidas às empresas. As visitas de inspecção “relâmpago” incidem sobre um universo de empresas consideradas de “risco” com base em toda a informação recebida na IGT e a ponderação resultante dos dados decorrentes da actividade inspectiva e que passam por elementos como: sector de actividade, número de trabalhadores ao serviço, organização das empresas, situação económico-social, absentismo escolar, entre outros. Em qualquer visita dos inspectores do trabalho é verificada a existência de trabalhadores menores, a licitude da sua contratação e as condições de trabalho em que os menores exercem actividade, numa abordagem integrada ao quadro legal da idade mínima de admissão, escolaridade obrigatória e condições de segurança e saúde no trabalho.

Portugal passou a considerar trabalho de menores ilícito, o trabalho de menores de 16 anos, em 1997. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o Conselho da Europa só consideram trabalho infantil abaixo dos 15 anos, o que significa que temos padrões mais exigentes que aqueles que são utilizados a nível internacional.

Segundo a IGT⁶², em 2001 foram encontrados 12,8 menores por cada 1000 visitas relâmpago⁶³. A maioria dos menores localizados através de visitas relâmpago (cerca de 65%) situa-se na faixa etária dos 15 anos, numa clara tendência para um trabalho de menores com idades pouco precoces.

O número de menores encontrado por cada visita baixou consideravelmente e de forma sustentada de 1997 a 2001. Em 1997, por cada 1000 visitas eram encontrados 114,2 menores; em 1999 este valor desceu para 49,2; em 2000 foram encontrados 22,4 menores por cada 1000 visitas; e em 2001 o número era de 12,8 menores.

⁶¹ IGT, *Relatório do Trabalho de Menores em Situação Ilegal*, 2001, p.8.

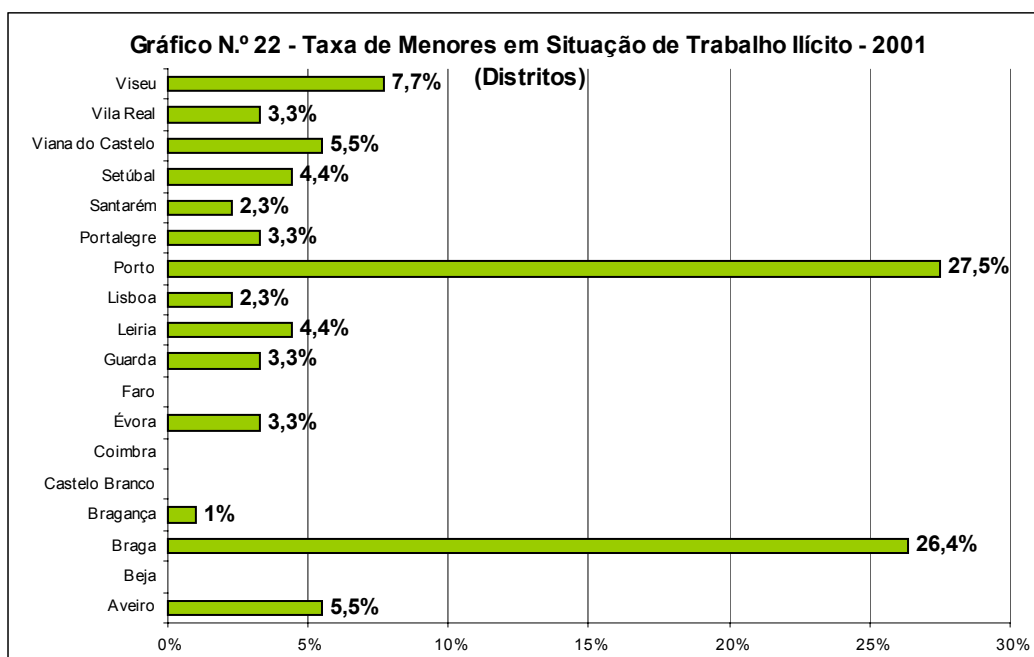
⁶² *Idem, Idem.*

⁶³ Note-se que em 2001, foram efectuadas 7100 visitas relâmpago pela IGT.

Quadro N.º 70 - Incidência de Menores em Situação de Trabalho Ilícito Detectados por Distrito, em 2001

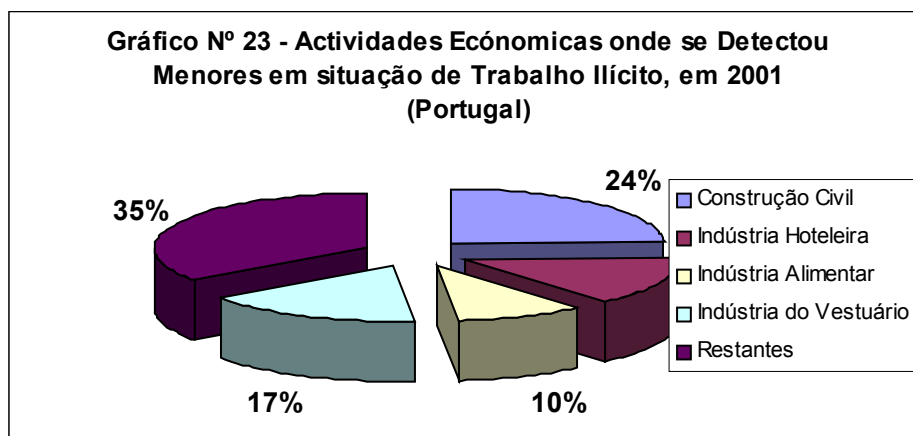
Distritos	N.º de Estabelecimentos com Situações Ilícitas	N.º de Trabalhadores	N.º de Menores Detectados	%
Aveiro	5	119	5	5,5
Beja	0	0	0	0
Braga	20	382	24	26,4
Bragança	1	11	1	1,0
Castelo Branco	0	0	0	0
Coimbra	0	0	0	0
Évora	1	24	3	3,3
Faro	0	0	0	0
Guarda	2	43	3	3,3
Leiria	4	20	4	4,4
Lisboa	2	6	2	2,3
Porto	23	270	25	27,5
Portalegre	3	13	3	3,3
Santarém	2	16	2	2,3
Setúbal	4	96	4	4,4
Viana do Castelo	5	53	5	5,5
Vila Real	3	40	3	3,3
Viseu	6	64	7	7,7
Total	81	1 157	91	100

Fonte: IGT, Relatório do Trabalho de Menores em Situação Ilegal, 2001.



Os números (Quadro N.º 70 e Gráfico N.º 22) indicam que nos distritos do Porto e Braga concentravam-se 51,9% das situações ilícitas verificadas no ano de 2001. O trabalho infantil é um problema social particularmente preocupante nestes distritos, respectivamente com 27,5% e 26,4%.

A nível nacional, por actividades mais significativas, a incidência foi nos ramos da Construção Civil (24,2%), Indústria Hoteleira (14,3%), Indústria Alimentar (9,9%) e Indústria do Vestuário (16,9%), totalizando 64,9% - Gráfico N.º 23.



Um Estudo realizado em 2001 - “Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar”⁶⁴ - procurou fazer um enquadramento num conceito mais abrangente, onde se tentou identificar diferentes tipos de trabalho, ou seja, o trabalho económico seja por conta de outrem ou familiar não remunerado e o trabalho não económico, ou seja, as tarefas de ajuda doméstica. Foram assim abordados diferentes perspectivas em torno do trabalho infantil.

Segundo este Estudo⁶⁵, os menores que ajudam em casa, em trabalhos domésticos em excesso são na grande maioria raparigas. O tipo de tarefas mais referidas são arrumar a casa, cozinhar, e tratar da roupa. Também tomam conta de familiares mais novos ou de idosos. Dos menores que exercem actividade económica (maioritariamente do sexo masculino) e atendendo à distribuição segundo a situação perante o trabalho, 85,6% fizeram-no como trabalhadores familiares não remunerados, e 14,4% trabalharam por conta de outrem. «*O principal sector de actividade onde os menores trabalham é na Agricultura (47,2%), seguida do Comércio (14,3%), Indústria Transformadora (12,7%) e Restauração (12,6%). Na Construção Civil trabalharam 85,5% dos menores na semana de referência*»⁶⁶.

Ainda segundo este estudo, realizado em Portugal, no que concerne a distribuição do trabalho infantil por regiões NUTS II, verificou-se que a maior parte dos menores que trabalhavam encontravam-se na região Norte (57,7%), seguido-se as regiões Centro (26%), Lisboa e Vale do Tejo (11%), Alentejo (3,2%) e Algarve (2,1%).

⁶⁴ ILO; SIETI; DETEFP; *Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar – Estatísticas em Síntese*, 2001.

⁶⁵ No âmbito do inquérito existem no Continente 847.374 famílias com menores em idade escolar, compostas por 3 509 293 pessoas e abrangendo 1 115 080, dos quais, na semana de referência do inquérito, 1 021 681 não tinham actividade, 46 683 desempenharam tarefas de ajuda doméstica em excesso e 46 717 exerciam actividade económica do próprio menos. O Inquérito foi aplicado simultaneamente a um responsável e às crianças com idades entre os 6 e os 15 anos.

⁶⁶ ILO; SIETI; DETEFP; *Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar – Estatísticas em Síntese*, 2001, p.6.

5.16 – Mercado Social de Emprego

«O Mercado Social de Emprego (MSE) é um conjunto diversificado de soluções para a integração ou reintegração sócio-profissional de pessoas desempregadas em actividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado»⁶⁷. Visa simultaneamente a inserção de pessoas desempregadas e a satisfação de necessidades sociais.

O MSE integra as seguintes actividades: Actividades Ocupacionais desenvolvidas no âmbito da política de emprego-formação (Protocolos IEFP/DGS; IEFP/IPPAR; IEFP/IRS); Despachos Conjuntos (ME/MQE; MQE/MSSS; MTS/MAI; MTS/MA; MTS/MADRP; SEEF/SET); Iniciativas Locais de Emprego (ILE) em actividades de carácter social; Escolas-Oficinas; Empresas de Inserção; Centros ou Unidades de Emprego Protegido; Actividades enquadráveis pelo dispositivo Cheque-Emprego-Serviço; Actividades exercidas por modalidades de economia social, como sejam as cooperativas de produção e de serviços.

Constituem prioridade do MSE, as seguintes áreas de actividade: Apoio domiciliário a pessoas dependentes; Infantários, creches, jardins de infância, segurança nas escolas e prevenção da toxicod dependência; Unidades de cuidados continuados; Manutenção do parque florestal e prevenção de incêndios; Reabilitação do património natural, cultural e urbanístico; Animação turística e dos tempos livres; Formação socio-educativa e educação recorrente articulada com perspectivas de emprego; Desenvolvimento rural e multifuncionalidade na agricultura, com a perspectiva da criação de emprego.

São também privilegiados os movimentos de dinamização socio-laboral, a participação das populações, a partilha de recursos, bem como a cooperação e a parceria entre entidades diversas.

Quadro N.º 71 – Número de Pessoas Abrangidas pelas Medidas e Programas do Mercado Social de Emprego: Análise Comparada (2001-2003), no Continente

Medidas/ Programas do MSE	2001	2002	2003
Escolas-Oficinas	4 887	3 735	2 256
Empresas de Inserção – Profissionalização	4 236	4 693	4 603
Empresas de Inserção –Prémios de Integração	0	0	115
Programa Inserção-Emprego – Actividade de Interesse Social	5 791	6 262	5 393
Programa Inserção-Emprego – Prémio de Integração	0	0	16
Programas Ocupacionais – Carenciados	9 504	9 043	9 354
Programas Ocupacionais – Subsidiados	29 191	32 093	34 977
Despachos Conjuntos e Protocolos	3 902	2 154	2 074
Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social (PAIPS)	24	102	57
Programa-Piloto Rede Ajuda – PREA	1	0	0
Alentejo Digital – PREA	26	0	0
Centros de Tele-serviços - PREAMP	0	0	6
Total	57 562	58 082	58 851

Fonte: MSST, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, *Mercado Social de Emprego: Análise Comparada no Continente 2001-2003*.

⁶⁷ Resolução de Ministros n.º 104/96 de 9 de Julho.

Podemos afirmar que, ao nível do Continente, o número de pessoas abrangidas pelos programas e medidas do MSE sofreu um ligeiro crescimento, entre 2001 e 2003, sendo que neste ano, registaram-se 58 851 pessoas abrangidas – Quadro N.º 71.

Os Programas Ocupacionais (Carenciados e Subsidiados), o Programa Inserção Emprego e as Empresas de Inserção destacam-se pelo facto de abrangerem um maior número de pessoas.

Tendo em conta que em 2002, residiam no Continente 9 869 343 indivíduos, podemos afirmar que neste mesmo ano, 0,6% (58 082 pessoas) da população residente no Continente foi abrangida pelos programas e medidas do MSE.

Quadro N.º 72 – Número de Pessoas Abrangidas pelas Medidas e Programas do Mercado Social de Emprego, no 1º Trimestre de 2004 (até Março de 2004), em Portugal, segundo Regiões

Medidas/ Programas do MSE	Continente	IEFP				
		Delegação Regional Norte	Delegação Regional Centro	Delegação Regional Lisboa e Vale do Tejo	Delegação Alentejo	Delegação Regional Algarve
Escolas-Oficinas	715	168	65	248	176	58
Empresas de Inserção – Profissionalização	3 321	839	735	1 373	326	48
Empresas de Inserção – Prémios de Integração	1	0	0	0	1	0
Programa Inserção-Emprego – Actividade de Interesse Social	2 848	1 035	404	975	397	37
Programas Ocupacionais – Carenciados	4 098	1 100	638	895	1 268	197
Programas Ocupacionais – Subsidiados	19 540	5 364	5 105	3 755	4 228	1 088
Despachos Conjuntos e Protocolos	1 137	273	161	382	192	129
Total	31 660	8 779	7 108	7 628	6 588	1 557

Fonte: MSST, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, *Mercado Social de Emprego em Portugal – 1º Trimestre de 2004*

Pelo Quadro N.º 72, constata-se que no 1º Trimestre de 2004, foram abrangidas pelas medidas e programas do MSE, um total de 31 660 pessoas, cuja maioria residia no Norte (8 779), em Lisboa e Vale do Tejo (7 628) e na Região Centro (7 108). A Região do Algarve é a menos abrangida por este tipo de medidas e programas de apoio a reinserção sócio-profissional.

Quadro N.º 73 – Evolução Financeira do Mercado Social de Emprego (1996 – Junho 2001) no Continente, em Contos

Medidas/ Programas do MSE	1996	1997	1998	1999	2000	Junho/2001	Total	2001 dotação
Escolas-Oficinas	590 530	2 391 851	2 931 082	4 182 976	4 087 460	633 322	14 817 221	2 547 295
Programas Ocupacionais	5 328 636	9 847 294	9 667 954	8 677 399	7 025 910	2 057 344	42 604 637	5 798 729
Emprego Protegido	448 723	564 047	538 225	634 970	501 919	196 731	2 884 615	725 730
Desp. Conj. MTS/MADRP				973 505	1 750 848	0	2 724 353	747 861
Protocolos de Despacho Conj.		679 618	1 498 121	1 149 005	1 489 526	663 719	5 479 989	1 520 347
Empresas de Inserção			231 226	1 956 487	2 708 102	952 190	5 848 005	3 827 359
Inserção Emprego					1 446 752	1 005 073	2 451 825	4 341 974
Outros					117 807	43 895	161 702	411 163
Total	6 367 889	13 482 910	14 866 608	17 574 342	19 128 324	5 552 274	76 972 347	19 920 458

Fonte: IEFP, Comissão Nacional para o Mercado Social de Emprego, *5 Anos de Acção Criando Emprego e Inclusão (1996-2001)*, 2002.

Segundo o Quadro N.º 73, constata-se que os meios humanos e financeiros cresceram ao longo de cinco anos – 1996/ 2001.

Considerando o período 1996 – Junho de 2001, verifica-se que o valor dos montantes gastos com o Mercado Social de Emprego, através do orçamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, quase atingiu os setenta e sete milhões de Euros.

O crescimento dos montantes devem-se sobretudo à diversificação dos programas e medidas, sendo que inclusivé, a partir de 1998, as verbas com os Programas Ocupacionais diminuíram, crescendo as afectas a programas com uma componente de formação/emprego mais forte: Escolas-Oficinas e Empresas de Inserção.

Sendo o Norte, Lisboa e Vale do Tejo, e o Centro as Regiões com maior número de pessoas abrangidas, encontramos uma correspondência entre esse volume de pessoas e o volume financeiro.

5.17 - Diagnóstico Estratégico

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Forte dinamismo demográfico e económico; - Forte implementação de Indústrias (Sector dos Têxteis e Vestuário, do material Eléctrico e da Construção) principalmente na Região do Ave; 	<ul style="list-style-type: none"> -Aumento acentuado do desemprego (que afecta principalmente os jovens, mulheres e pessoas com mais de 50 anos); -Elevados índices de acidentes de trabalho, especialmente nos sectores das Indústrias Transformadoras e da Construção – afecta principalmente os homens; -Elevadas cargas de horário laboral: 80% da população trabalha mais de 40 horas por semana, facto associado a emprego no Sector Secundário; -Elevadas taxas de trabalho infantil; principalmente na Construção e Indústria do Vestuário e do Calçado, e de Trabalho infantil de base familiar: Realização de tarefas domésticas (que afecta mais as raparigas) e de trabalhos em excesso na agricultura; -Irregular distribuição das oportunidades/ofertas de trabalho: Barcelos, Braga, Guimarães e V.N de Famalicão reúnem cerca de ¾ da população empregada no distrito;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Elevadas taxas de actividade nos concelhos de carácter mais urbano (Braga, Barcelos, Guimarães, V.N. de Famalicão e Vizela); - Guimarães e V.N. de Famalicão, pertencentes ao Vale do Ave, são fortemente industrializados; - Diminuição do trabalho infantil, embora ainda elevado; - Aumento do n.º de pessoas abrangidas pelos programas e medidas do MSE; Aumento das verbas afectas a programas com uma componente de formação/emprego mais forte: escolas-oficinas e empresas de inserção - MSE; 	<ul style="list-style-type: none"> -Concelhos rurais revelam baixas taxas de actividade e de dinamismo económico: Falta de oportunidades de emprego que levam ao êxodo rural dos mais jovens; -Quebra significativa de produção económica na região do Vale do Ave – crise dos Sector dos Têxteis e Vestuário, e do Calçado; - Elevado crescimento do desemprego – 3º distrito do país com mais desempregados; -Baixo nível médio dos salários; -Aumento das formas de trabalho precário (contratos a termo, prestações de serviço) generalizado em todo o território nacional;

	<ul style="list-style-type: none">-Elevados índices de desemprego de longa duração, principalmente em Fafe, Guimarães, Vizela, Celorico de Basto, Braga e V.N. de Famalicão;-Forte incidência de trabalho desqualificado ou pouco qualificado, associado aos baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional; incidência acentuada de emprego com baixas remunerações;-Trabalho infantil na origem de situações de abandono escolar precoce e insucesso escolar.
--	---

6 – PRODUTO E RENDIMENTO

O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos num país num dado período de tempo. Constitui um indicador da riqueza total gerada na economia, assim como um indicador de bem-estar social. Sendo o PIB uma medida única, todos os bens e serviços são avaliados a preço de mercado.

O PIB a preços de mercado (PIBpm) «(...) representa o resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes. É igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, mais os impostos líquidos dos subsídios aos produtos (que não são afectados aos sectores e ramos de actividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia»⁶⁸.

6.1 – PIB por Habitante

Observando os dados transcritos no Quadro N.º 74, constata-se que em 2001 o PIBpm em Portugal, era de 122 801 milhões de Euros, sendo que em 2000 tinha sido de 115 548 milhões de Euros, ou seja, entre 2000 e 2001 a riqueza nacional gerada em Portugal cresceu 7 253 milhões de Euros (5,9%).

Em 2001, num total de 122 801 milhões de Euros, a região Norte contribuiu para o PIBpm, com 34 937 milhões de Euros, ou seja 28,5% da riqueza nacional, sendo que o Grande Porto (15 532 milhões de Euros – 12,6%), o Ave (4 663 milhões de Euros – 3,8%) e o Cávado (3 517 milhões de Euros – 2,9%) foram as regiões NUTS III que registaram maiores valores.

Quadro N.º 74 - Produto Interno Bruto a Preços de Mercado, por NUTS III, 2000 - 2001

Concelhos	PIBpm		PIB per capita	
	2000	2001	2000	2001
	Milhões de euros		Milhões de euros	
Portugal	115 548	122 801	11,3	11,9
Norte	33 178	34 937	9,1	9,6
Minho-Lima	1 745	1 858	7,1	7,5
Cávado	3 318	3 517	8,6	9,0
Ave	4 501	4 663	9,0	9,2
Grande Porto	14 985	15 532	12,1	12,4
Tâmega	3 004	3 232	5,5	5,9
Entre Douro e Vouga	2 626	2 839	9,7	10,3
Douro	1 521	1 720	6,9	7,8
Alto Trás-os-Montes	1 478	1 577	6,7	7,1

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*

O PIB per Capita (por habitante) é o «*Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) expresso em paridades de poder de compra (PPC) dividido pela população total*»⁶⁹.

⁶⁸ INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*, p. 251.

⁶⁹ Ministério da Economia, Gabinete de Estratégia e Estudos, *Barómetro da Produtividade 2003*.

No que concerne o PIB Per capita, ou seja, o que cada habitante contribuiu durante um determinado ano para gerar riqueza no país, verificamos que as regiões NUTS III do Norte que registaram maiores valores, em 2001, foram o Grande Porto (12,4 milhões de Euros), Entre Douro e Vouga (10,3 milhões de Euros), Ave (9,2 milhões de Euros) e Cávado (9 milhões de Euros). Em contrapartida o Tâmega, Minho-Lima e Douro registaram os índices mais baixos.

Verifica-se também que em relação a 2000, em 2001 o PIB Per capita aumentou em todas as regiões NUTS III, tendo sido o Douro a região que registou o maior crescimento.

Ao nível nacional, entre 2000 e 2001, o PIB Per capita passou de 11,3 milhões de Euros para 11,9 milhões de Euros. A mesma tendência de crescimento, verificou-se no Norte, uma vez que o PIB per Capita passou de 9,1 milhões de Euros em 2000, para 9,6 milhões de Euros em 2001.

Note-se ainda que, em relação à média da UE-15, Portugal registava em 2001, um PIB per Capita de 69% em relação à média da UE-15 (que se situa nos 100), enquanto que a Grécia registava 65%. Para contrastar, o Luxemburgo registava 190% de PIB por habitante, sendo esta a maior percentagem da União Europeia⁷⁰.

Nos últimos anos, Portugal registou uma perda de posição face à média da UE-15 em termos do PIB per Capita em volume (ficando num nível ligeiramente acima do atingido em 1998). Tanto a Grécia como a Espanha têm registado contínuas melhorias face à média europeia.

6.2 – PIB Crescimento Anual

Em Portugal, o PIB sofreu um crescimento na ordem dos 3,5% em cada ano, entre 1995 e 2001. Neste ano o crescimento real (crescimento sem inflação) do PIB face a 1995 rondou os 23% e o crescimento do PIB per Capita em relação a 1995, foi de 20%.

O PIB em Portugal cresceu 0,1% em volume no 1º Trimestre de 2004, em termos homólogos, traduzindo uma melhoria face ao trimestre anterior (variação de - 0,4%) – Quadro N.º 75. Este comportamento foi determinado pela recuperação da procura interna, que cresceu 0,8% relativamente ao período homólogo. Para esta recuperação interna contribuíram a generalidade das suas componentes.

A melhoria verificada ao nível da procura interna foi acompanhada por uma aceleração do crescimento das Importações de bens e Serviços, que se cifrou em 5% em volume no 1º trimestre de 2004. Inversamente, as Exportações de Bens e Serviços desaceleraram em termos homólogos. Em consequência, verificou-se um contributo negativo da Procura Externa Líquida para o crescimento Homólogo do PIB (- 0,8%).

Face ao 4º Trimestre de 2003, o crescimento do PIB português foi de 0,6% em volume no 1º Trimestre de 2004.

⁷⁰ INE, *Contas Nacionais – Base 1995*.

Quadro N.º 75 – Composição do crescimento em Volume do PIB (Taxa de Variação, %)

	Taxa de variação homóloga				
	1º T 03	2º T 03	3º T 03	4º T 03	1º T 04
Procura Interna	- 4.2	-3.8	-2.0	-1.1	0.8
Exportações	5.9	0.4	3.9	5.6	3.8
Importações	-2.5	-3.9	0.2	2.7	5.0
PIB	-1.4	-2.2	-0.9	-0.4	0.1

	Contribuição para o crescimento do PIB				
	1º T 03	2º T 03	3º T 03	4º T 03	1º T 04
Procura Interna	-4.6	-4.1	-2.2	-1.2	0.9
Procura Externa líquida (Exportações líquidas de Importações)	3.2	1.9	1.3	0.8	-0.8
PIB	-1.4	-2.2	-0.9	-0.4	0.1

Fonte: INE, *Contas Nacionais Trimestrais – 1º Trimestre de 2004*.

6.3 – PIB por Pessoa Activa

A população activa é o conjunto de indivíduos disponíveis para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico e, o PIB por Pessoa Activa indica-nos o que cada activo contribuiu para o PIB do país, num determinado período de tempo.

Ao nível nacional, cada activo da população contribuiu em média 24 608,39 Euros para o PIB, e na região Norte a contribuição foi de 19 682,65 Euros – Quadro N.º 76.

A região Norte emprega 35,57% da população activa em Portugal, e gera 28,45% do PIB do país.

Quadro N.º 76 – PIB por Pessoa Activa, em 2001

	População Activa em 2001 (N.º)	PIB do País em 2001 (em milhões de Euros)	PIB por Pessoa Activa em 2001 (em Euros)
Portugal	4 990 208	122 801	24 608,39
Região Norte	1 775 015	34 937	19 682,65

Fonte: INE, *Censos 2001*

6.4 – Taxas de Consumo por Habitante

O consumo privado das famílias residentes (incluindo Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias - ISFLSF) registou no 1º Trimestre de 2004, uma variação homóloga de 1,6% em termos reais, continuando a trajectória ascendente verificada em trimestres anteriores – Gráfico N.º 24.

Este comportamento do consumo privado traduziu-se num contributo de 1 ponto percentual para o crescimento homólogo do PIB.

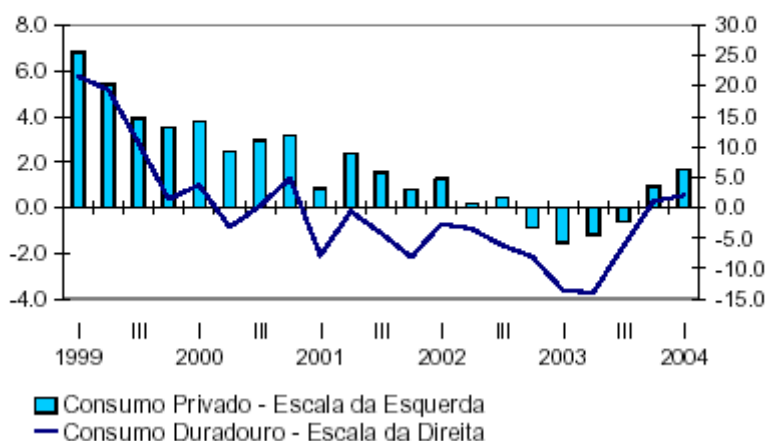
As despesas das famílias com a aquisição de bens de serviço correntes (não alimentares) evidenciaram uma aceleração em volume face ao período homólogo (de 1,1% no 4º Trimestre de 2003, para 1,8% no Trimestre seguinte). Igualmente em aceleração, estiveram as despesas das famílias com a aquisição de bens de consumo duradouro, cujo crescimento homólogo se cifrou em 2,1% em volume no 1º Trimestre de 2004.

Gráfico N.º 24 -

Consumo Privado (no território económico)

Preços constantes de 1995

Taxa de variação homóloga, %



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais – 1º Trimestre de 2004.

Destaca-se o facto de ao nível do consumo final por habitante, a preços correntes, Portugal ter atingido entre 1995 e 2001, valores sempre muito inferiores, quando comparados com os da União Europeia (UE – 15), o que reflecte um menor poder de compra por parte dos portugueses – Quadro N.º 77. Em contrapartida, Portugal registava valores elevados no que concerne a Procura Interna, em relação ao PIB, sendo mesmo em 2001, o país com a taxa mais elevada da UE-15.

Quadro N.º 77 - Evolução de Portugal, inserido no Espaço Europeu

Países	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
PIB por habitante							
União Europeia	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Portugal	70%	70%	73%	72%	72%	68%	69%
Taxa de Evolução do PIB							
União Europeia	-	1,60%	2,51%	2,89%	2,80%	3,42%	1,40%
Portugal	-	3,54%	3,96%	4,58%	3,80%	3,69%	1,64%
Procura Interna em relação ao PIB							
União Europeia	98,4%	98,1%	97,8%	98,2%	98,9%	99,4%	98,8%
Portugal	106,2%	106,6%	107,7%	108,8%	110,4%	111,2%	109,7%
Consumo Final por habitante (em euros)							
União Europeia	13 770	14 500	15 170	15 790	16 630	17 610	18 170
Portugal	6 605	7 060	7 517	8 086	8 713	9 268	9 746

Fonte: INE, Contas Nacionais – Base 1995.

6.5 - Diagnóstico Estratégico

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Elevado contributo da região Norte para o PIB, destacando-se o Grande Porto, Ave e Cávado; - Aumento do PIB per Capita: melhoria das condições de vida da população; - Crescimento gradual do PIB em Portugal; 	<ul style="list-style-type: none"> - PIB per Capita em Portugal bastante inferior a média da UE –15; - Consumo final por habitante muito inferior a média da UE-15, o que reflecte menor poder de compra por parte dos portugueses;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Região Norte demográfica e economicamente activa: emprega 35,57% da população activa e gera 28,45% do PIB; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de posição de Portugal, nos últimos anos, no que concerne o PIB per Capita em volume, face à média da UE-15;

7 - HABITAÇÃO, CONSUMO E BEM-ESTAR

As condições de habitação constituem um indicador privilegiado para a detecção das fracções mais marginalizadas da população. Na perspectiva de João Ferreira de Almeida⁷¹, são as áreas urbanas as mais afectadas pelos problemas relativos às condições de habitação, onde se concentram famílias nos chamados “bairros de lata”, que constituem um dos aspectos mais visíveis e chocantes de segregação social. Pelo contrário, nas zonas rurais, não se encontram focos de miserabilidade habitacional tão flagrantes, no entanto parte das populações vive em casas antigas, degradadas e sem acesso às infra-estruturas básicas. Apesar de nos últimos anos se ter assistido a uma melhoria das condições de habitabilidade – electricidade, água canalizada, saneamento básico e instalações sanitárias – uma parte significativa da população portuguesa continua a viver em alojamentos desprovidos de tais condições.

7.1 - Tipologia e Características dos Alojamentos

quadro N.º 78 - Tipologia dos Alojamentos

Unidade Territorial	Tipos de alojamentos			
	Alojamentos Familiares - Clássicos	Alojamentos Familiares - Outros	Alojamentos Colectivos	Edifícios
Continente	4 832 537	26 251	7 585	2 997 659
Norte	1 605 157	6 686	1 938	1 100 329
Distrito Braga	328 179	1 136	340	232 010
Amares	8 153	29	10	7 110
Barcelos	40 209	190	25	31 657
Braga	70 035	233	121	32 668
Cabeceiras de Basto	8 413	18	4	7 720
Celorico de Basto	9 668	20	9	9 104
Esposende	17 144	23	13	12 935
Fafe	22 410	56	19	17 918
Guimarães	57 690	178	46	38 912
Póvoa de Lanhoso	10 402	39	11	8 535
Terras de Bouro	4 656	16	16	4 379
Vieira do Minho	7 098	11	10	6 633
V.N Famalicão	45 750	210	30	32 281
Vila Verde	19 125	89	21	17 023
Vizela	7 426	24	5	5 135

Fonte: INE, *Censos 2001*

Segundo os Censos, em 2001, existia no distrito um total de 561 665 alojamentos. No que concerne a tipologia destes (Quadro N.º 78) o distrito de Braga registava: 328 179 (58,5%) alojamentos familiares clássicos⁷²; 1 136 (0,2%) alojamentos familiares não clássicos, ou seja barracas, casas rudimentares de madeira, caravanas e barcos, celeiros e garagens, entre outros; 340 (0,06%) alojamentos colectivos; e 232 010 (41,3%) edifícios, que se concentravam maioritariamente, como seria de esperar, nos centros urbanos – Guimarães, Braga, Barcelos e V. N. de Famalicão.

⁷¹ João Ferreira de Almeida, *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Ed., 1994, pp. 47-51.

⁷² Alojamento familiar clássico: Divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento do Censos a servir totalmente para outros fins.

Segundo um estudo realizado pelo Departamento de Estatísticas Sociais do INE⁷³, numa análise por NUTS II, a região do Norte apresentou em 2001, em relação a 1991, um aumento de 8,6%, de alojamentos familiares não clássicos. No Alentejo o crescimento foi de 48,9%, e no Algarve de 84%. O Norte apresentava em 2001, um total de 19 600 residentes em alojamentos não clássicos. Embora a maioria das pessoas residentes continuem a ser portuguesas, os fluxos de entrada de estrangeiros em Portugal tiveram a sua influência na população residente neste tipo de alojamentos, sendo essencialmente indivíduos do sexo masculino e em idade activa. 12,5% da população a residir em alojamentos não clássicos era estrangeira, proveniente principalmente de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Mas no Norte, Algarve e Alentejo, os ucranianos constituem o principal grupo de estrangeiros. Note-se ainda que Lisboa continua a concentrar a grande fatia dos agregados que habitam neste tipo de alojamentos – 45,2%, em 2001.

Quadro N.º 79 - Alojamentos Clássicos, segundo a Forma de Ocupação

Concelhos	Total	Alojamentos Clássicos, segundo a Forma de Ocupação								Famílias Clássicas	Pessoas Residentes
		Ocupados			Vagos						
		Total	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Total	Para Venda	Para Aluguer	Para Demolição	Outros		
Amares	8 153	7 419	5 406	2 013	734	113	98	36	487	5 454	18 358
Barcelos	40 209	37 700	33 825	3 875	2 509	288	325	125	1 771	34 435	120 726
Braga	70 035	59 914	50 263	9 651	10 121	2 931	3 031	270	3 889	50 931	161 184
Cabeceiras de Basto	8 413	7 414	5 402	2 012	999	66	63	32	838	5 418	17 727
Celorico de Basto	9 668	8 164	6 125	2 039	1 504	52	176	66	1 210	6 129	20 275
Esposende	17 144	15 999	9 371	6 628	1 145	226	298	78	543	9 449	33 129
Fafe	22 410	20 306	16 502	3 804	2 104	221	737	98	1 048	16 605	52 257
Guimarães	57 690	52 508	47 511	4 997	5 182	868	1 473	266	2 575	48 028	158 213
Póvoa de Lanhoso	10 402	9 494	6 772	2 722	908	197	197	59	455	6 801	22 540
Terras de Bouro	4 656	4 022	2 598	1 424	634	15	120	6	493	2 606	8 240
Vieira do Minho	7 098	6 556	4 498	2 058	542	79	91	47	325	4 623	14 603
V.N. Famalicão	45 750	42 222	38 487	3 735	3 528	565	806	196	1 961	39 319	126 503
Vila Verde	19 125	17 728	13 481	4 247	1 397	156	258	82	901	13 601	46 082
Vizela	7 426	6 962	6 624	338	464	59	140	29	236	6 759	22 461
Total - Distrito	328 179	296 408	246 865	49 543	31 771	5 836	7 813	1 390	16 732	250 158	822 298

Fonte: INE, *Censos 2001*

No que concerne aos alojamentos familiares clássicos (Quadro N.º 79), 90,3% encontravam-se ocupados, como residência habitual (83,3%) ou para uso sazonal/secundário (16,7%); 9,7% encontravam-se vagos (para venda, aluguer, demolição ou outros fins).

No total residiam nos alojamentos clássicos, 250 158 famílias clássicas.

⁷³ Cristina Gonçalves, "Caracterização da população residente em alojamentos não clássicos nos Censos de 1991 e 2001", in INE, *Revista de Estudos Demográficos*, 2004.

Quadro N.º 80 - Alojamentos Clássicos, Ocupados como Residência Habitual, segundo o Número de Divisões

Concelhos	Alojamentos clássicos segundo nº de Divisões											Total de Divisões
	Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	Com 6	Com 7	Com 8	Com 9	Com 10 ou mais	
Amares	5 406	50	174	440	1 076	1 937	861	430	187	120	131	27 898
Barcelos	33 825	318	1 361	3 174	6 741	12 325	5 348	2 561	1 086	532	379	168 813
Braga	50 263	244	1 601	5 327	12 116	18 826	6 443	2 944	1 371	740	651	246 086
Cabeceiras de Basto	5 402	60	226	562	1 135	1 849	877	360	181	71	81	26 758
Celorico de Basto	6 125	43	234	657	1 363	2 022	993	440	189	93	91	30 455
Esposende	9 371	62	226	686	1 842	2 789	1 743	1 040	541	237	205	50 343
Fafe	16 502	83	542	1 773	4 388	6 388	1 975	762	298	149	144	78 446
Guimarães	47 511	313	1 656	6 100	13 987	16 696	5 026	2 025	820	471	417	221 132
Póvoa de Lanhoso	6 772	52	200	602	1 431	2 762	945	432	172	74	102	33 637
Terras de Bouro	2 598	45	132	234	487	791	468	219	102	61	59	13 269
Vieira do Minho	4 498	41	197	421	919	1 545	756	343	147	68	61	22 518
V.N. de Famalicão	38 487	263	1 476	4 390	9 456	14 217	4 851	1 997	931	522	384	184 771
Vila Verde	13 481	117	438	1 150	2 714	5 039	2 157	1 042	464	210	150	67 938
Vizela	6 624	25	243	886	2 091	2 371	612	201	90	53	52	30 255
Total (Distrito)	357 257	1 716	8 706	26 402	59 746	89 557	33 055	14 796	6 579	3 401	2 907	1 174 448

Fonte: INE, Censos 2001

No que concerne ao número de divisões (Quadro N.º 80) dos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, verifica-se no distrito que 60,5% possuíam 4 a 5 divisões; no entanto 14,9% dos alojamentos apenas possuíam 1 a 3 divisões. Para além disso, 24,6% dos alojamentos familiares clássicos detinham 6 ou mais divisões.

Quadro N.º 81 - Alojamentos Familiares Clássicos e Não Clássicos, Ocupados como Residência Habitual, segundo Instalações Existentes (Electricidade, Água canalizada, Água canalizada, Sanitárias e Aquecimento)

Concelhos	Electricidade		Água canalizada no alojamento		Instalações de banho ou duche		Sistema de aquecimento		Retrete		
	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem	
Amares	5 404	31	5 255	141	4 687	748	4 860	575	4 718	627	90
Barcelos	33 887	128	33 310	450	31 821	2 194	25 929	8 086	31 991	1 555	469
Braga	50 440	56	50 025	239	48 776	1 720	40 746	9 750	48 230	2 033	233
Cabeceiras de Basto	5 377	43	5 178	192	4 554	866	5 340	80	5 019	40	361
Celorico de Basto	6 078	67	5 572	449	4 916	1 229	5 870	275	5 731	155	259
Esposende	9 372	22	9 295	82	9 043	351	7 190	2 204	8 592	697	105
Fafe	16 470	88	15 822	629	14 846	1 712	14 655	1 903	15 439	592	527
Guimarães	47 645	44	46 818	545	45 370	2 319	34 055	13 634	45 676	1 600	413
Póvoa de Lanhoso	6 770	41	6 413	353	5 862	949	6 391	420	5 749	879	183
Terras de Bouro	2 576	38	2 430	161	2 183	431	2 556	58	2 057	375	182
Vieira do Minho	4 458	51	4 261	195	3 841	668	4 427	82	4 133	181	195
V.N. de Famalicão	38 644	53	38 032	270	36 668	2 029	29 873	8 824	36 385	1 928	384
Vila Verde	13 460	110	12 992	475	12 095	1 475	11 390	2 180	12 322	748	500
Vizela	6 636	12	6 578	45	6 305	343	4 110	2 538	6 414	158	76
Total	247 217	784	241 981	4 226	230 967	17 034	197 392	50 609	232 456	11 568	3 977

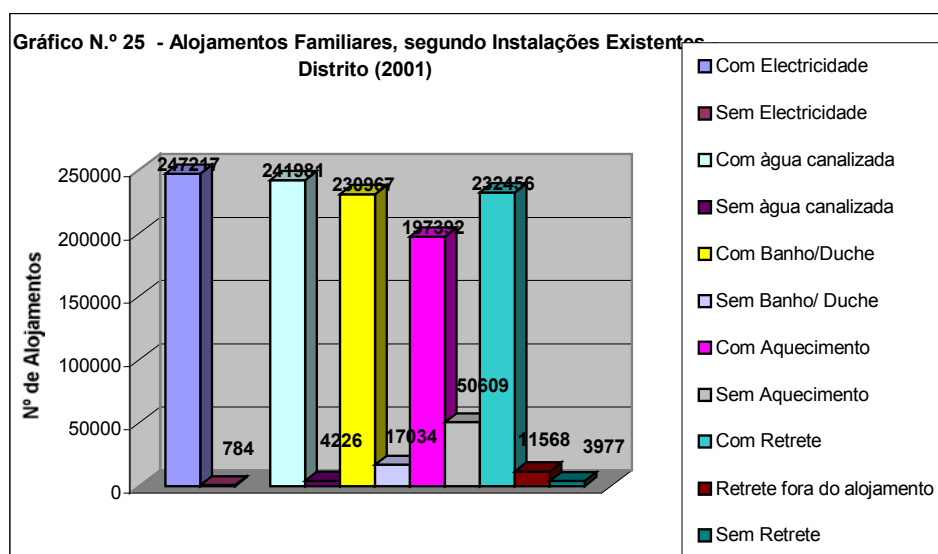
Fonte: INE, Censos 2001

O Quadro N.º 81 e Gráfico N.º 25, elucidam-nos sobre as instalações básicas existentes nos alojamentos familiares clássicos e não clássicos ocupados como residência habitual, no distrito.

Verifica-se que 99,7% dos alojamentos tinham electricidade; 98,3% água canalizada no alojamento; 93,1% instalações de banho ou duche; 92% sistema de aquecimento (aquecimento central, lareira, aparelhos fixos/moveis); e 93,7% retrete no alojamento.

No entanto, 6,9% dos alojamentos no distrito não possuíam banho ou duche, 8% não possuíam qualquer sistema de aquecimento, e 6,3% não tinha retrete.

Para além disso, 4 226 alojamentos não estavam dotados de água canalizada, e 784 de instalações de electricidade (destacando-se neste aspecto em termos absolutos Barcelos e Vila Verde).



O sistema de esgotos da rede pública no distrito é muito deficitário, sendo que em 2001, apenas 39,5% dos alojamentos familiares ocupados como residência habitual tinham ligação a rede pública de esgotos, destacando-se os centros urbanos. Em contrapartida, 57%, não tendo ligação a rede pública, possuíam sistema particular de esgotos – Quadro N.º 82.

Quadro N.º 82 - Alojamentos Familiares, Ocupados como Residência Habitual, segundo Instalações Sanitárias – Sistema de Esgotos

Concelhos	Ligação a Rede Pública de Esgotos	Ligação a Sistema Particular de Esgotos	Outros casos
Amares	1 016	3 399	303
Barcelos	8 756	22 623	612
Braga	35 827	11 802	601
Cabeceiras de Basto	959	3 711	349
Celorico de Basto	633	4 209	889
Esposende	2 565	5 900	127
Fafe	4 221	10 340	878
Guimarães	22 013	22 465	1 198
Póvoa de Lanhoso	1 239	4 109	401
Terras de Bouro	374	1 181	502
Vieira do Minho	690	2 614	829
V.N. Famalicão	9 533	26 188	664
Vila Verde	2 046	9 805	471
Vizela	1 983	4 258	173
Total (Distrito)	91 855	132 604	7 997

Fonte: INE, Censos 2001

7.2 – Consumo de Produtos Alimentares, de Cuidados de Saúde e de Bens Culturais

Pelo Quadro N.º 83, podemos afirmar que de um modo geral, em 2000, as despesas dos agregados familiares, ao nível nacional, incidiam principalmente: na habitação e despesas com água, luz, gás e outros (em média 2 734 Euros); nos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (em média 2 579 Euros); e nos transportes (em média 2 070 Euros).

Os agregados familiares da região Norte seguem esta tendência: habitação e despesas com água, luz, gás e outros (2 920 Euros); produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (2 696 Euros), e transportes (2 048 Euros).

No que concerne às despesas com saúde, verifica-se que os agregados familiares da Região Norte gastaram em média, em 2000, 642 Euros, valor inferior à média nacional (719 Euros).

Quanto às despesas efectuadas com lazer, distração e cultura, no Norte, as famílias despenderam em média 633 Euros.

Pode-se concluir que as despesas em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas têm um peso significativo nos orçamentos familiares, na região Norte, não se verificando o mesmo no que respeita às despesas afectas à saúde e ao lazer, distração e cultura.

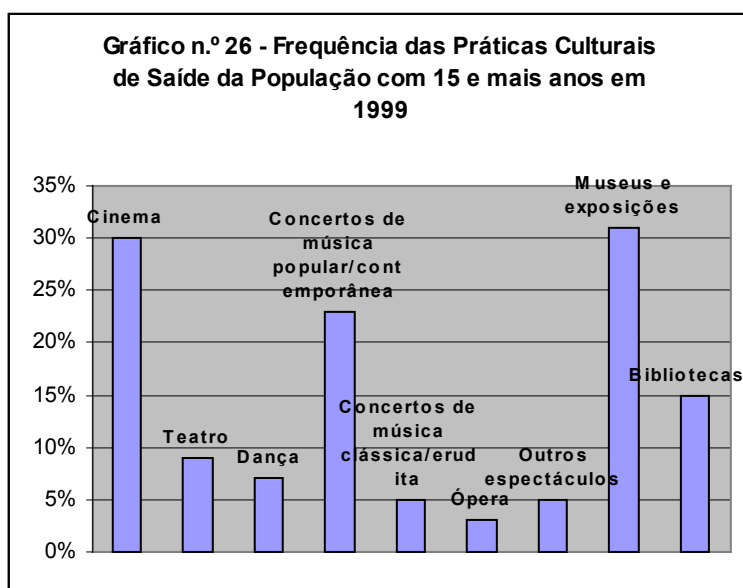
Quadro N.º 83 - Despesas Médias Anuais dos Agregados, segundo as Regiões NUTS II, em 2000 (em Euros)

Classes de despesas	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
TOTAL	13 828	13 953	14 061	12 702	15 164	11 022	11 824	11 556	10 100
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2 579	2 593	2 696	2 352	2 717	2 193	2 250	2 691	1 817
Bebidas alcoólicas, tabaco	391	392	476	286	381	322	368	437	262
Vestuário, calçado	912	920	994	802	948	743	839	803	632
Habitação, despesas com água, luz, gás e outros	2 734	2 747	2 920	2 884	2 606	2 492	2 316	1 990	2 841
Móveis, artigos de decoração, equip.domésticos e despesas correntes de manutenção da habitação	989	998	1 003	973	1 085	732	666	947	607
Saúde	719	723	642	664	851	579	706	676	548
Transportes	2 070	2 087	2 048	1 988	2 293	1 608	1 662	1 774	1 565
Comunicações	451	453	405	373	550	147	397	438	356
Lazer, distração e cultura	663	671	633	563	829	363	485	607	347
Ensino	175	179	154	104	261	91	109	70	87
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	1 307	1 338	1 229	1 003	1 676	890	1 317	528	623
Outros bens e serviços	837	851	860	711	968	592	708	596	414

Fonte: INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000*.

Ainda no âmbito da cultura, em 1999⁷⁴, as visitas aos museus e exposições (31%), o cinema (30%) e os concertos de música popular/ contemporânea (23%) reuniam a preferência dos portugueses – Gráfico N.º 26.

Pelo contrário, as idas à ópera (3%), à dança (7%) e ao teatro (9%) não constituíam prática cultural frequente dos portugueses com 15 ou mais anos.



7.3 – Despesa Pública com Cultura e Lazer

Os Fundos Públicos destinados ao financiamento dos serviços de cultura e lazer cresceram em média 12,7% por ano, entre 1990 e 1999, em Portugal, representando neste ano, 1,2% do PIB, sendo que 39% das despesas foram feitas pelas Câmaras Municipais.

⁷⁴ INE, *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999*.

Quadro N.º 84 - Despesas das Câmaras Municipais em Actividades Culturais em 2002

Concelhos	Total das Despesas	Despesas Correntes										
		Total	Património		Publicações e Literatura		Música	Artes cénicas	Activ. Sócio-Cultur.	Recintos culturais	Jogos e desporto	
			Total	Museus	Total	Bibliot					Total	Recintos
Milhares de Euros												
Portugal	766 137	358 792	25 011	13 722	37 387	23 477	25 953	10 008	52 520	8 159	113 534	15 391
Norte	282 774	120 058	6 004	2 606	9 170	5 652	8 379	2 886	14 920	1 586	37 393	3 281
Amares	608	414	7	-	20	10	57	-	182	-	147	-
Barcelos	6 655	1 056	262	153	329	275	86	23	203	-	148	-
Braga	41 035	6 477	835	-	452	-	595	112	651	-	1 648	-
Esposende	2 105	1 071	82	41	164	161	113	-	135	-	454	-
Terras de Bouro	453	380	50	0	13	0	15	1	127	-	173	55
Vila Verde	1 616	689	-	-	10	-	17	-	157	-	506	-
Fafe	4 285	1 128	7	7	84	84	101	22	165	-	592	-
Guimarães	35 826	10 638	-	-	-	-	104	328	302	-	558	-
Póvoa de Lanhoso	1 317	753	14	-	156	123	59	43	57	36	379	257
Vieira do Minho	465	287	-	-	9	9	180	-	18	-	77	-
V.N. de Famalicão	5 303	3 045	605	261	437	334	226	83	155	-	1 143	141
Vizela	1 227	574	-	-	13	-	113	6	114	-	278	-
Cabeceiras de Basto	465	102	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-
Celorico de Basto	548	408	5	-	24	6	-	-	95	-	283	-
Distrito de Braga	101 908	27 022	1 870	462	1 712	1 002	1 668	618	2 361	36	6 386	453

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.

Analisando o Quadro N.º 84, verificamos que o total das despesas efectuadas pelas Câmaras Municipais (que integram o distrito de Braga), em actividades culturais, em 2002 (101 906 milhares de Euros) corresponderam a 36% do total da despesa efectuada pelos Municípios da região Norte (282 774 milhares de Euros).

As despesas das Autarquias do distrito de Braga incidiram principalmente nos Jogos e Desportos (6 386 milhares de Euros) e nas Actividades Sócio-Culturais (2 361 milhares de Euros).

É de ressaltar que a Câmara Municipal de Braga (4 1035 milhares de Euros) e a Câmara Municipal de Guimarães (35 826 milhares de Euros) destacam-se com os maiores valores, no que concerne às despesas efectuadas em 2002, no âmbito das actividades culturais.

7.4 - Despesas Médias dos Agregados Familiares, segundo Regiões NUTS II

Tendo por referência o Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000, deparamo-nos com um conjunto de classes de despesas correntes, classificadas da seguinte forma: Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas; bebidas alcoólicas e tabaco; vestuário e calçado; habitação e despesas com água, luz, gás e outros; móveis, artigos de decoração, equipamentos domésticos e despesas correntes de manutenção da habitação; saúde; transportes; comunicações; lazer, distração e cultura; ensino; hotéis, restaurantes, cafés e similares; e outros bens e serviços.

Quadro N.º 85 - Despesas Médias Anuais dos Agregados, segundo as Regiões NUTS II, em 2000 (em Euros)

Classes de despesas	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
TOTAL	13 828	13 953	14 061	12 702	15 164	11 022	11 824	11 556	10 100
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2 579	2 593	2 696	2 352	2 717	2 193	2 250	2 691	1 817
Bebidas alcoólicas, tabaco	391	392	476	286	381	322	368	437	262
Vestuário, calçado	912	920	994	802	948	743	839	803	632
Habituação, despesas com água, luz, gás e outros	2 734	2 747	2 920	2 884	2 606	2 492	2 316	1 990	2 841
Móveis, artigos de decoração, equip.domésticos e despesas correntes de manutenção da habitação	989	998	1 003	973	1 085	732	666	947	607
Saúde	719	723	642	664	851	579	706	676	548
Transportes	2 070	2 087	2 048	1 988	2 293	1 608	1 662	1 774	1 565
Comunicações	451	453	405	373	550	147	397	438	356
Lazer, distração e cultura	663	671	633	563	829	363	485	607	347
Ensino	175	179	154	104	261	91	109	70	87
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	1 307	1 338	1 229	1 003	1 676	890	1 317	528	623
Outros bens e serviços	837	851	860	711	968	592	708	596	414

Fonte: INE, *Inquérito aos Orçamentos familiares 2000*.

À semelhança do que se verifica ao nível nacional e em todas as regiões NUTS II (à excepção dos Açores), na região Norte as despesas efectuadas pelos agregados familiares foram afectas, em 2000, principalmente à habitação e despesas com água, luz, gás e outros (em média 2 920 Euros por agregado familiar, o que corresponde a 20,8% do orçamento familiar), à alimentação (produtos alimentares e bebidas não alcoólicas) – 2 696 Euros em média (19,2%), e aos transportes - 2 696 Euros (14,6%) – Quadro N.º 85.

Em contrapartida, as despesas efectuadas com o Ensino/ Educação (154 Euros, que corresponde a 1,1%) eram pouco significativa nos orçamentos das famílias residentes na região Norte, sendo a classe de despesas onde menos os agregados gastam (o que de resto se verifica em todo o país); as despesas efectuadas em comunicações (405 Euros, que corresponde a 2,9%) também registavam baixos valores.

Note-se que as despesas afectas à Saúde (642 Euros – 4,6%) e ao vestuário e calçado (912 Euros – 6,5%) ocupam uma posição intermédia.

A respeito da situação das famílias em Portugal, interessa salientar que, segundo o INE⁷⁵, em 1999, cerca de 83% dos agregados familiares afirmaram ter fraca ou não ter, capacidade de poupança. No mesmo ano, cerca de 16 % das pessoas afirmou que a sua situação melhorou face ao ano anterior, e 62% afirmaram que a situação se manteve.

No âmbito da protecção social, a função Família registou um crescimento real na ordem dos 31% entre 1990 e 1999. Em 2001, o endividamento das famílias atinge valores perto do total do seu rendimento disponível. A este respeito, José Pereirinha refere que «(...) o crescente aumento do grau de endividamento das famílias, resultante da expansão do crédito, constitui, de facto, outro factor de agravamento da

*vulnerabilidade da situação económica e financeira das famílias, originando agravamentos sensíveis no peso dos encargos financeiros, de natureza fixa e não compreensível, nos orçamentos familiares, e dando lugar a restrições adicionais às possibilidades de consumo de outros bens e serviços e, portanto, do seu bem-estar (...)*⁷⁶.

⁷⁵ INE, *Estatísticas da Protecção Social 1999*.

7.5 - Diagnóstico Estratégico

Potencialidades	Constrangimentos
<p>- Melhoria generalizada das condições de habitação e de habitabilidade – electricidade, água canalizada, saneamento básico e instalações sanitárias;</p>	<p>-Incidência de más condições de habitabilidade e de conforto habitacional, tanto nos meios rurais como nos meios urbanos (bairros degradados); -Sistema de esgotos da rede pública muito deficitário, principalmente nos meios rurais;</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>- Aumento da despesa pública em serviços de cultura e lazer, principalmente através das Autarquias: jogos e desportos, e actividades sócio-culturais;</p>	<p>-Incidência de situações de falta de condições de habitabilidade tais como banho/duche, sistema de aquecimento, instalações sanitárias; -Situações de sobrelotação associadas ao grande peso de famílias numerosas existentes, e de insalubridade de alojamentos; -Baixo nível médio de despesa das famílias em Educação/Ensino; -Baixo nível médio das despesas das famílias em comunicações; -Frac capacidade de poupança por parte dos agregados familiares (generalizada em todo o território nacional); -Aumento do grau de endividamento das famílias, (generalizado em todo o país).</p>

8 - PROTECÇÃO SOCIAL

A Acção Social é um sistema que tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades.

«A protecção da acção social realiza-se através da concessão de: a) prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excepcionalidade; b) prestações em espécie; c) acesso à rede nacional de serviços e equipamentos sociais; d) apoio a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais»⁷⁷.

A Acção Social destina-se a assegurar a especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, bem como outras pessoas que se encontrem em situação de marginalização, carência económica ou social.

«A Protecção Social representa toda a acção desenvolvida por diversas entidades, públicas e privadas, com a finalidade de cobrir riscos, eventualidades ou necessidades do indivíduo ou das famílias, relacionadas com situações de doença, maternidade, acidentes de trabalho, doenças profissionais, desemprego, encargos familiares, habitação, invalidez, velhice, morte individual, sem que para tal haja contrapartida equivalente e simultânea do beneficiário»⁷⁸.

8.1 – Número Total de Equipamentos Sociais e Valências

«A Carta Social procura, por um lado, identificar a oferta existente de serviços e equipamentos sociais a nível regional e local no território continental dando, assim, um importante contributo para o seu conhecimento a vários níveis, e por outro lado, ser um importante instrumento de planeamento dos investimentos sociais neste domínio»⁷⁹.

Os dados aqui apresentados têm por referência a situação da rede de serviços e equipamentos, em 31 de Dezembro de 2001.

Em 2001, em Portugal, 23% das Instituições de Solidariedade Social eram de carácter lucrativo e, 72% de carácter não lucrativo, representando as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) cerca de 71% deste universo.

Comparando as distribuições percentuais dos equipamentos⁸⁰ sociais e da população por distrito, verifica-se ao nível do Distrito de Braga, que a distribuição percentual dos equipamentos acompanha de perto o padrão de distribuição da população residente.

⁷⁷ Site da Segurança Social – www.seg-social.pt, acedido em 11/12/2004

⁷⁸ Glossário INE.

⁷⁹ Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST) – Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP), *Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório de 2001*, p. 4.

⁸⁰ Considera-se como equipamento toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento às respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes.

Este distrito reúne 439 equipamentos no âmbito da rede solidária (carácter não lucrativo), e 16 pertencentes a rede lucrativa. Foram criados neste distrito, em 2001, 18 novos equipamentos, e encerrados 8, representando assim o distrito do país onde se verificou mais encerramentos, seguindo-se Setúbal, Castelo Branco e Lisboa.

Segundo a Carta Social 2001, o principal motivo para o encerramento de equipamentos a nível nacional, foi a ausência de licenciamento (no caso de equipamentos da rede solidária), ou de alvará para funcionamento (no caso dos equipamentos da rede lucrativa) – 46%. Seguem-se como motivos, as deficientes condições de segurança, higiene e conforto (29%), o fim da actividade (21%) e a insalubridade e inadequação das instalações, com 4%.

Braga constitui o terceiro distrito do país, a seguir a Setúbal e Porto, onde foram criadas mais respostas sociais⁸¹ (78) em 2001. Representa também o distrito onde se verificou o maior número de encerramento de respostas/valências (16).

8.2 – Distribuição de Serviços e Equipamentos por Público-alvo

De modo a percebermos a distribuição de serviços e equipamentos existentes no distrito, por público-alvo e por concelhos, elaboraram-se quinze quadros (do Quadro N.º 86 ao Quadro N.º 100), com base num documento/listagem sobre IPSS's e valências, do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga, referente a Dezembro de 2000⁸².

Neste âmbito e conforme se pode constatar no Quadro N.º 86, num total de 756 respostas sociais, a maioria das respostas sociais destinam-se às crianças e jovens em geral (52%) e aos idosos (36%), destacando-se as valências, Actividades de Ocupação dos Tempos Livres (ATL) - 22%, Apoio Domiciliário (16,7%), Jardim (14,9%) e, Creche (13,9%). Acresce às respostas dirigidas as crianças e jovens em geral, as respostas destinadas as crianças/jovens que possuem deficiência (1,9%) e, as que se encontram em situação de risco acrescido (3,4%).

⁸¹ As respostas sociais constituem as diferentes modalidades de intervenção da Acção Social em serviços e equipamentos de apoio.

⁸² CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 86 – Distrito de Braga: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO										TOTAL	
	PESSOAS IDOSAS	JOVENS/ CRIANÇAS EM GERAL	CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO	CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	FAMÍLIA E COMUNIDADE	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	GRUPOS DE RISCO	TOXICO DEPENDENTES	PESSOAS INFECTADAS COM HIV/ SIDA	V.A	%
CENTRO DE DIA	67										67	8,7
APOIO DOMICILIÁRIO	126										126	16,7
LAR DE IDOSOS	60										60	7,9
A.T.L.		167									167	22
CRECHE		105									105	13,9
JARDIM		113									113	14,9
CENTRO DE CONVÍVIO	17										17	2,2
INTERVENÇÃO PRECOCE				5							5	0,7
LAR DE JOVENS – C.A.C.			5	1							7	0,9
C.A.O.					17						17	2,2
LAR RESIDENCIAL FÓRUM SÓC.OCUPACIONAL					7						7	0,9
LAR DE JOVENS			21								20	2,6
DEFICIENTES - OUTROS					1						1	0,1
LAR DE APOIO				1							1	0,1
SIDA- CENTRO DE DIA										1	1	0,1
SIDA - APOIO DOMICILIÁRIO										1	1	0,1
REFEITÓRIO						2					2	0,3
SIDA- SERV.ATENDIMENTO										1	1	0,1
SIDA- UNID.RESID.										1	1	0,1
C.A.D.						1					1	0,1
APART.REINSERÇÃO								1			1	0,1
ATEN.ACOMP.SOCIAL						2		1			3	0,4
TRANSP.DEFICIENTES					1						1	0,1
EQUIP.APOIO S.DIRECTO								1			1	0,1
CENTRO AC.TRIAGEM								1			1	0,1
LAR IDOSOS - REC	1										1	0,1
CENTRO JUVENIL - F/C		4									4	0,5
CENTRO FAMILIAR						2					2	0,3
COLÓNIA DE FÉRIAS	1	2			1						4	0,5
AP. OCUP. DOMI.					5						5	0,7
CENTRO REAB.PARALISIA CEREBRAL					2						2	0,3
CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL				6							6	0,8
CRECHE FAMILIAR		2									2	0,3
APOIO REG. AMB.				1							1	0,1
CENTRO COMUNITÁRIO						1					1	0,1
TOTAL	272	393	26	14	34	8	1	2	2	4	756	100
	36%	52%	3,4%	1,9%	4,5%	1%	0,1%	0,3%	0,3%	0,5%		

Fonte: CDSSS de Braga, Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação), Dez. de 2000.

As respostas destinadas à família e comunidade (1%), às pessoas em situação de dependência (toxicodependentes, portadores de HIV/ Sida e, sem-abrigo) – 0,3%, aos toxicodependentes (0,3%) e, às pessoas infectadas com HIV/ SIDA (0,5%) são bastante menos significativas em termos percentuais.

Note-se que em relação às novas formas de pobreza (sem-abrigo, toxicodependentes e portadores de HIV/SIDA) as respostas que se verificam são: Atendimento/Acompanhamento Social; Centro de Acolhimento e de Triagem; Apartamento de Reinserção; Equipa de Apoio Social Directo; SIDA - Centro de Dia; SIDA – Apoio Domiciliário; SIDA – Serviço de Atendimento; e SIDA – Unidade Residencial, totalizando 3,2% das respostas existentes.

Do conjunto de valências identificadas no quadro N.º 86, destacam-se: ATL (22%), Apoio Domiciliário (16,7%), Jardim de Infância (14,9%), Creche (13,9%), Centro de Dia (8,7%), Lar de Idosos (7,9%), Lar de Jovens (2,6%), Centro de Convívio (2,2%), e Centro de Actividades Ocupacionais – CAO (2,2%).

Conclui-se que ao nível distrital, são predominantes as valências destinadas às crianças e jovens e, às pessoas idosas, seguindo-se as pessoas (adultos, crianças e jovens) com deficiência (que reúnem 6,4% das respostas).

Tendo como base de análise as valências existentes por concelho (do Quadro N.º 87 ao Quadro N.º 100), constata-se que os concelhos com mais população e de carácter mais urbano, detêm o maior número de respostas sociais, totalizando 67,3%: Braga (25,4%); V.N. de Famalicão (16,7%); Guimarães (15,5%); e Barcelos (9,7%). Pelo contrário, os concelhos de Vizela (1%), Celorico de Basto (1,5%), Amares (2%), e Cabeceiras de Basto (2,1%) registam os valores mais baixos. Podemos afirmar que ocupam uma posição intermédia, os concelhos de Fafe (6,2%), Esposende (5,7%), Vila Verde (4,8%), Póvoa de Lanhoso (3,3%), Vieira do Minho (3%) e Terras de Bouro (3%).

Nos concelhos de Amares, Celorico, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto, concelhos de carácter mais rural (e mais envelhecidos em termos demográficos), o público-alvo preferencial é a população idosa, destacando-se as respostas de Apoio Domiciliário, Lar de Idosos e Centro de Dia. Nos restantes concelhos (Barcelos, Braga, Esposende, Fafe, Guimarães, Vizela, V.N. de Famalicão e Vila Verde) predominam as valências dirigidas às crianças e jovens em geral, tendo particular destaque o ATL, a Creche e o Jardim de Infância.

Saliente-se que o concelho de Braga é aquele que apresenta mais diversidade em termos de respostas sociais, por exemplo, concentra catorze dos vinte Lares de Jovens existentes no distrito e, apenas este concelho regista respostas para grupos de risco, (toxicodependentes, sem-abrigo e portadores de HIV/ SIDA).

À excepção de Amares, Celorico de Basto, Vizela, Terras de Bouro e Vieira do Minho, em Dezembro de 2000, todos os concelhos registavam respostas sociais dirigidas aos adultos e/ou crianças/jovens com deficiência.

Quadro N.º 87 – Concelho de **Amares**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO		Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/ JOVENS EM GERAL	
CENTRO DE DIA	3		
APOIO DOMICILIÁRIO	4		
LAR DE IDOSOS	2		
ATL		2	
CRECHE		1	
JARDIM		1	
CRECHE FAMILIAR		1	
CENTRO DE CONVÍVIO	1		
TOTAL	66,7% 10	33,3% 5	100% 15

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 88 – Concelho de **Barcelos**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO				TOTAL
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS / JOVENS EM GERAL	CRIANÇAS/ JOVENS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	
CENTRO DE DIA	7				
APOIO DOMICILIÁRIO	12				
LAR DE IDOSOS	3				
A.T.L.		21			
CRECHE		12			
JARDIM		10			
CRECHE FAMILIAR		1			
CENTRO DE CONVÍVIO	1				
APOIO REG. AMB.			1		
INTERVENÇÃO PRECOCE			2		
LAR DE JOVENS - CAC			1		
C.A.O.				1	
LAR RESIDENCIAL				1	
TOTAL	31,5% 23	60,3% 44	5,5% 4	2,7% 2	100% 73

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 89 – Concelho de **Braga**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO										
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS / JOVENS EM GERAL	CRIANÇAS/ JOVENS COM DEFICIÊNCIA	CRIANÇAS/ JOVENS EM PERIGO	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	PESSOAS INFECTADAS COM HIV/SIDA	FAMÍLIA E COMUNIDADE	TOXICÓDEPE NDENTES	GRUPOS DE RISCO	
CENTRO DE DIA	16										
APOIO DOMICILIÁRIO	20										
LAR DE IDOSOS	14										
A.T.L.		40									
CRECHE		21									
JARDIM		30									
CENTRO DE CONVÍVIO	5										
INTERVENÇÃO PRECOCE			1								
LAR DE JOVENS - CAC				2							
C.A.O.					4						
LAR RESIDENCIAL FÓRUM SÓC.OCUPACIONAL					2						
LAR JOVENS				14							
DEFICIENTES					1						
LAR DE APOIO			1								
SIDA- CENTRO DE DIA							1				
SIDA - APOIO DOMICILIÁRIO							1				
REFEITÓRIOS								1			
SIDA- SERV.ATENDIMENTO							1				
SIDA- UNID.RESID.							1				
C.A.D.								1			
APART.REINSERÇÃO									1		
ATEN.ACOMP.SOCIAL										1	
TRANSP.DEFICIENTES					1						
EQUIP.APOIO S.DIRECTO								1			
CENTRO AC.TRIAGEM										1	
LAR IDOSOS - REC	1										
CENTRO JUVENIL - F/C		2									
CENTRO FAMILIAR								1			
CENTRO PROD.MATERIAL											
AP. OCUP.DOMICILIÁRIO					1						
CENTRO REAB.PARALISIA CEREBRAL			1		1						
CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL			3								
TOTAL	56 29,7%	93 48,4%	5 2,6%	16 8,3%	10 5,2%	1 0,5%	4 2%	3 1,6%	2 1%	2 1%	TOTAL 192 100%

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 90 – Concelho de **Cabeceiras de Basto**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO			TOTAL
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/ JOVENS EM GERAL	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	
APOIO DOMICILIÁRIO	8			
LAR DE IDOSOS	2			
A.T.L.		3		
CRECHE		1		
JARDIM		1		
C.A.O.			1	
				TOTAL
TOTAL	62,5% 10	31,3% 5	6,3% 1	100% 16

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 91 – Concelho de **Celorico de Basto**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO			TOTAL
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/JOVENS EM GERAL	CRIANÇAS/JOVENS EM PERIGO	
APOIO DOMICILIÁRIO	4			
LAR DE IDOSOS	2			
A.T.L.		2		
CRECHE		1		
JARDIM		1		
LAR DE JOVENS			1	
				TOTAL
TOTAL	54,5% 6	36,4% 4	9% 1	100% 11

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 92 – Concelho de **Esposende**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO				Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/JOVENS EM GERAL	CRIANÇAS/JOVENS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	
CENTRO SOC. EDUCAC.			1		
C.A.O.				1	
CENTRO DE CONVÍVIO	1				
CRECHE		9			
JARDIM		5			
A.T.L.		10			
APOIO DOMICILIÁRIO	4				
CENTRO DE DIA	5				
COLÓNIA DE FÉRIAS		2			
COLÓN.FÉRIAS-IDOSOS	1				
COLÓN.FÉRIAS-DEFICIENTES				1	
LAR DE IDOSOS	3				
TOTAL	32,6% 14	60,5% 26	2,3% 1	4,7% 2	100% 43

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 93 – Concelho de **Fafe**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO					Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/JOVENS EM GERAL	CRIANÇAS/JOVENS EM PERIGO	CRIANÇAS/JOVENS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	
CRECHE		9				
JARDIM		8				
A.T.L.		8				
LAR DE IDOSOS	4					
APOIO DOMICILIÁRIO	8					
CENTRO DE DIA	5					
LAR DE JOVENS			1			
INTERVENÇÃO PRECOCE				1		
C.A.O.					1	
LAR RESIDENCIAL					1	
AP.OCUP.DOMICILI.					1	
TOTAL	36,2% 17	53,2% 25	2,1% 1	2,1% 1	6,4% 3	47

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 94 – Concelho de **Guimarães**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO					Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/ JOVENS EM GERAL	CRIANÇAS/ JOVENS EM PERIGO	FAMÍLIA E COMUNIDADE	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	
JARDIM		24				
APOIO DOMICILIÁRIO	14					
A.T.L.		26				
LAR DE JOVENS			3			
CENTRO COMUNITÁRIO				1		
ATENDIM.ACOMP.SOCIAL				1		
CENTRO REAB.PARAL.CEREBRAL					1	
CRECHE		22				
CENTRO DE DIA	9					
LAR DE IDOSOS	7					
CENTRO DE CONVÍVIO	3					
AP.OCUP.DOMICILI.					1	
LAR RESIDENCIAL					2	
C.A.O.					2	
REFEITÓRIOS				1		
TOTAL	28,2% 33	61,5% 72	2,6% 3	2,6% 3	5,1% 6	100% 117

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 95 – Concelho de **Póvoa de Lanhoso**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO			Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/JOVENS EM GERAL	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	
C.A.O.			1	
LAR RESIDENCIAL			1	
LAR DE IDOSOS	2			
A.T.L.		6		
APOIO DOMICILIÁRIO	8			
CENTRO DE DIA	3			
JARDIM		2		
CRECHE		2		
TOTAL	52% 13	40% 10	8% 2	100% 25

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 96 – Concelho de **Terras de Bouro**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO		Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/JOVENS EM GERAL	
A.T.L.		6	
CENTRO DE DIA	2		
APOIO DOMICILIÁRIO	6		
LAR DE IDOSOS	5		
CRECHE		2	
JARDIM		2	
TOTAL	56,5% 13	43,5% 10	100% 23

Fonte: CDSSS de

Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 97 – Concelho de **Vieira do Minho**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO		Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/JOVENS EM GERAL	
APOIO DOMICILIÁRIO	11		
LAR DE IDOSOS	4		
A.T.L.		4	
JARDIM		2	
CENTRO DE DIA	2		
CRECHE		1	
TOTAL	70,8% 17	29,2% 7	100% 24

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 98 – Concelho de **Vila Nova de Famalicão**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO						Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/ JOVENS EM GERAL	FAMÍLIA E COMUNIDADE	CRIANÇAS/ JOVENS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	CRIANÇAS/ JOVENS EM PERIGO	
A.T.L.		23					
CENTRO DE CONVÍVIO	6						
APOIO DOMICILIÁRIO	17						
CRECHE		21					
JARDIM		24					
ATENDIM.ACAMP.SOCIAL			1				
CENTRO DE DIA	13						
INTERVENÇÃO PRECOCE				1			
C.A.O.					4		
CENTRO JUVENIL - F/C		2					
CENTRO FAMILIAR			1				
CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL				1			
LAR DE JOVENS - C.A.C.						3	
LAR DE JOVENS						1	
LAR DE IDOSOS	6						
AP.Ocup.DOMICIL.					2		
TOTAL	33,3% 42	55,5% 70	1,6% 2	1,6% 2	4,8% 6	3,2% 4	100% 126

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 99 – Concelho de **Vila Verde**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO				Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/JOVENS EM GERAL	CRIANÇAS/JOVENS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	
A.T.L.		14			
APOIO DOMICILIÁRIO	9				
CENTRO SOC. EDUCACIONAL			1		
C.A.O.				2	
CENTRO DE DIA	1				
CRECHE		2			
LAR DE IDOSOS	5				
JARDIM		2			
TOTAL	41,7% 15	50% 18	2,8% 1	5,6% 2	100% 36

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

Quadro N.º 100 – Concelho de **Vizela**: Valências segundo Público-Alvo

VALÊNCIAS	PÚBLICO-ALVO			Total
	PESSOAS IDOSAS	CRIANÇAS/JOVENS EM GERAL	CRIANÇAS/JOVENS EM PERIGO	
APOIO DOMICILIÁRIO	1			
LAR DE JOVENS			1	
A.T.L.		2		
CRECHE		1		
JARDIM		1		
LAR DE IDOSOS	1			
CENTRO DE DIA	1			
TOTAL	37,5% 3	50% 4	12,5% 1	100% 8

Fonte: CDSSS de Braga, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências (C/ Acordos de Cooperação)*, Dez. de 2000.

8.3 – Despesa Total de Protecção Social em % do PIB

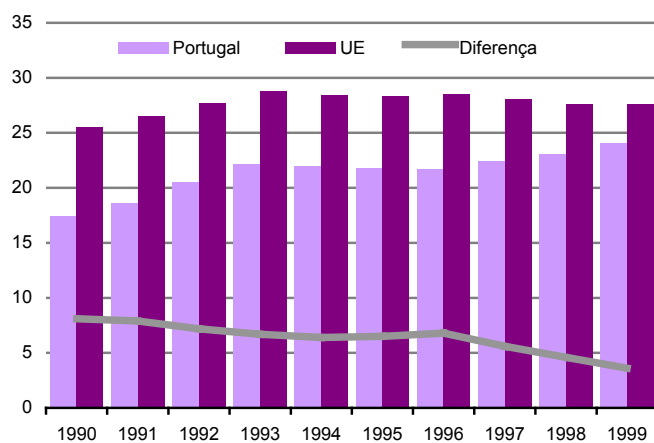
Observando o Gráfico N.º 27, podemos constatar que, segundo o EUROSTAT⁸³, entre 1990 e 1999, as despesas de protecção social em Portugal aumentaram gradualmente. Em 1990, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), estas despesas situavam-se na ordem dos 17,5%, e em 1999 nos 24,3% (ou seja verificou-se um aumento de 6,8%).

No entanto, também se constata que no mesmo período de tempo, os níveis de despesas efectuadas pelo Estado Português com protecção social mantiveram-se sempre consideravelmente, abaixo da média da UE-15. Por exemplo, em 1999, a diferença rondava os 4%.

⁸³ EUROSTAT, NewCronos e INE – *Estatísticas da Protecção Social 1990-1999*.

Gráfico N.º 27

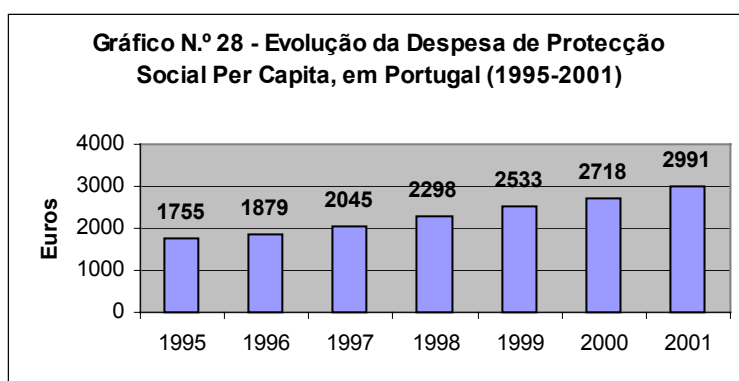
Despesas de protecção social, em % do PIB, em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat – NewCronos e INE – Estatísticas da Protecção Social

8.4 – Total da Despesa de Protecção Social por Habitante

Pelo Gráfico N.º 28, verificamos que entre 1995 e 2001, as despesas em protecção social por habitante aumentaram gradualmente⁸⁴. Com efeito, em 2001, face a 1995, o aumento da despesa de protecção social per capita em percentagem do PIB foi de 1 236 Euros. Em 2001, a despesa do Estado em protecção social por habitante situou-se nos 2 991 Euros.



⁸⁴ INE, *Estatísticas da Protecção Social 2001*.

8.5 – Prestações da Protecção Social, por Grupos de Funções

Quadro N.º 101 - Prestações Sociais, por Grupos de Funções, em 2001 (Portugal)

Grupos de Funções	Prestações (em milhares de Euros)
Velhice e Sobrevivência	11 829 560
Saúde	11 255 886
Família	1 457 566
Desemprego	939 737
Exclusão Social	328 106
Habituação	6 050

Fonte: INE, *Estatísticas da Protecção Social 2001*.

No que concerne às despesas de protecção social, por grupos de funções em Portugal (Quadro N.º 101), verifica-se que em 2001, as prestações destinaram-se principalmente à Velhice e Sobrevivência (11 829 560 milhares de Euros) e à Saúde (Doença e Invalidez) – 11 255 886 milhares de Euros, uma vez que estes são os grupos que registam maiores valores.

Seguem-se as prestações com a Família (1 457 566 milhares de Euros), Desemprego (939 737 milhares de Euros), e Exclusão Social (328 106 milhares de Euros). A prestação com a Habituação, quando comparada com as restantes prestações, revela-se bastante menos significativa.

Quadro N.º 102 – Prestação de Protecção Social, por grupo de funções em percentagem do PIBpm a preços correntes

Grupos de Funções	Anos						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total	18,0%	19,1%	18,9%	19,3%	19,8%	20,5%	21,0%
Saúde (Doença e Invalidez)	8,1%	8,4%	8,5%	8,6%	8,8%	9,2%	9,1%
Velhice e Sobrevivência	7,8%	8,5%	8,4%	8,5%	8,9%	9,2%	9,6%
Família	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,1%	1,2%
Desemprego	1,0%	1,15	1,0%	0,9%	0,7%	0,8%	0,8%
Habituação	0,005%	0,004%	0,004%	0,003%	0,003%	0,002%	0,005%
Exclusão Social	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%

Fonte: INE, *Estatísticas da Protecção Social 2001*.

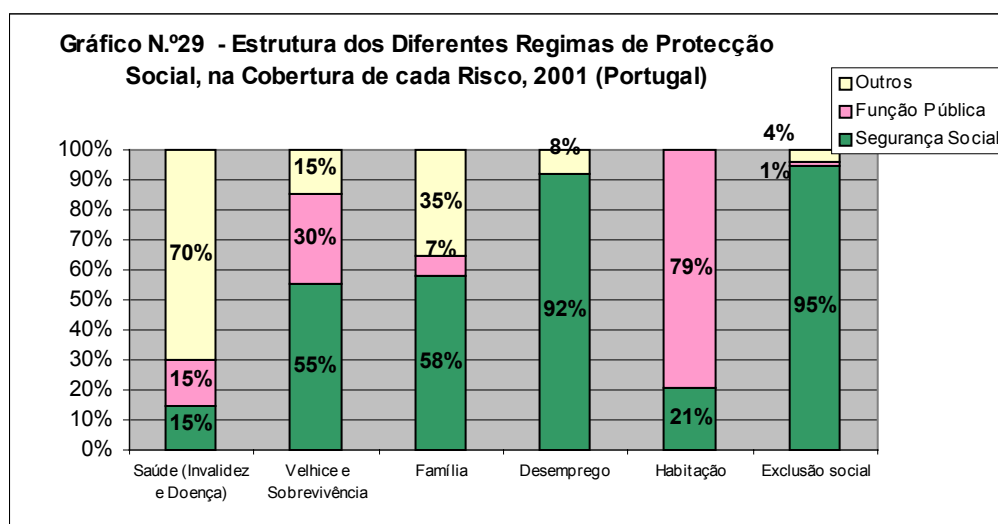
No que concerne ao total da prestação da protecção social, por grupo de funções em percentagem do PIBpm a preços correntes (que tem em conta a inflação), observa-se entre 1995 e 2001, um aumento geral das prestações da protecção social em percentagem do PIBpm a preços correntes, embora com algumas variações nos grupos de funções – Quadro N.º 102.

O grupo de funções que obteve um maior aumento de prestações de protecção social, entre 1995 e 2001, foi a Velhice e Sobrevivência (+ 1,8%).

No mesmo período de tempo, as prestações com Doença e Invalidez (Saúde) também sofreram um acréscimo (+ 1%) e, as prestações com Família e Exclusão Social cresceram respectivamente 0,2%.

Em contrapartida, o grupo de funções Desemprego⁸⁵ viu as suas prestações baixarem 0,2% e, as prestações com Habitação (que registam os menores valores) mantiveram-se na ordem dos 0,005% (embora com oscilações no período de tempo em análise).

Em 2001, o total da prestação de protecção social, em percentagem do PIBpm a preços correntes, situava-se nos 21% (tendo aumentado 3% em relação a 1995).

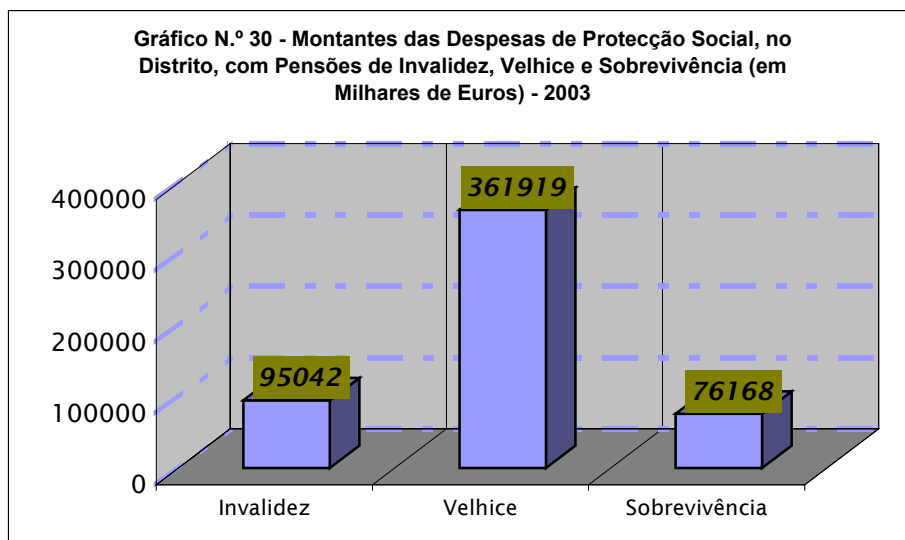


Pelo Gráfico N.º 29, elaborado com os dados obtidos através do INE⁸⁶, verifica-se que cada um dos regimes de protecção social (Segurança Social, Função Pública e outros regimes) desenvolveu-se em função de necessidades específicas. Em 2001, os regimes da Segurança Social foram responsáveis pela atribuição da maior parte das prestações sociais, nomeadamente nas funções “desemprego” e “exclusão social” (com valores superiores a 90%); e nas funções “família” e “velhice e sobrevivência” (com valores superiores a 55%).

8.6 – Total da Despesa de Protecção Social com Invalidez, Velhice e Sobrevivência

Segundo o Anuário Estatístico da Região Norte, em 2003 o total da despesa de protecção social com Invalidez, Velhice e Sobrevivência, no distrito de Braga foi de 533 129 milhares de Euros, destacando-se as pensões de Velhice (o que de resto se verifica tanto ao nível nacional, como ao nível da região Norte) com 361 919 milhares de Euros, o que corresponde a 67,9% do montante total processado no distrito, com este tipo de pensões. As despesas de protecção social com pensões de Invalidez foram de 95 042 milhares de Euros e, com pensões de Sobrevivência de 76 168 milhares de Euros – Gráfico N.º 30.

⁸⁵ Note-se, no entanto que segundo as Estatísticas da Protecção Social 1999 (INE), em 1995 e 1999, as prestações de protecção social no Desemprego cresceram 39,5% e 31,7%, respectivamente, no sector público e privado.



Como seria de esperar, os concelhos do distrito com maior número de pensionistas – Guimarães, Braga, V.N. de Famalicão e Barcelos – registaram os montantes mais elevados no que concerne as prestações da Segurança Social com pensões de Invalidez, Velhice e Sobrevivência – Quadro N.º 103.

Quadro N.º 103 - Total da Despesa da Protecção Social com a Velhice, Invalidez e Sobrevivência, por concelho (em milhares de Euros) em 2003

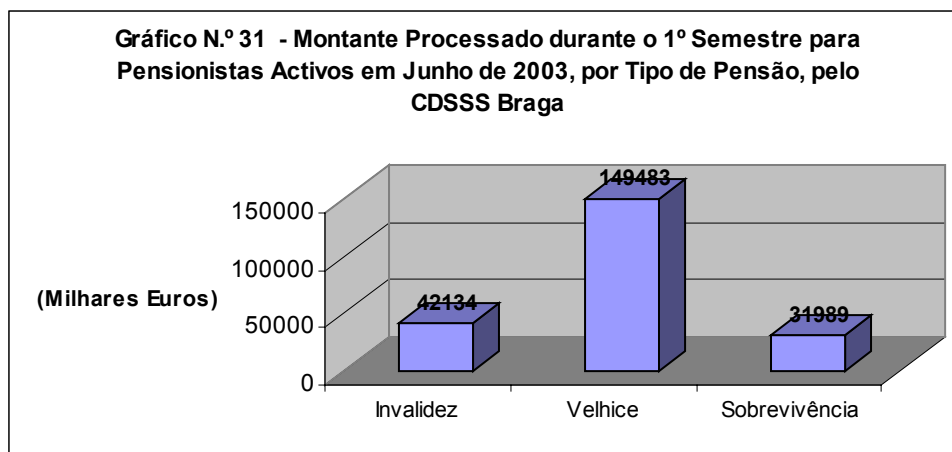
Concelhos	Total pensionistas em 2003	Total de despesa com Invalidez	Total de despesa com Velhice	Total de despesa com Sobrevivência
Portugal	8 710 511	1 188 489	6 366 391	1 314 092
Norte	2 717 203	410 960	1 897 124	409 119
Amares	11 848	1 861	8 212	1 775
Barcelos	71 104	15 229	45 948	9 927
Braga	96 894	17 274	66 024	13 595
Cabeceiras de Basto	12 828	1 793	9 163	1 873
Celorico de Basto	16 754	2 505	11 976	2 273
Esposende	17 805	3 270	11 915	2 619
Terras de Bouro	7 332	1 042	5 152	1 139
Vila Verde	33 360	6 534	22 496	4 330
Fafe	33 185	6 640	21 726	4 818
Guimarães	109 336	18 302	75 139	15 896
Póvoa de Lanhoso	14 000	2 368	9 575	2 057
Vieira do Minho	12 625	2 007	8 692	1 926
V. N. de Famalicão	91 969	15 457	63 232	13 280
Vizela	4 089	760	2 669	660
Distrito	533 129	95 042	361 919	76 168

Nota: O total das pensões diz respeito ao número de pensionistas em 31 de Dezembro de 2003, adicionado ao número de pensionistas suspensos.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.

⁸⁶ INE, *30 Anos de 25 de Abril – Um Retrato Estatístico, 2004*.

A título de curiosidade, podemos ainda acrescentar que, segundo o Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade⁸⁷, no 1º Semestre de 2003, o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga (CDSS Braga) efectuou uma despesa total de 223 606 milhares de Euros, com as pensões de Invalidez, Velhice e Sobrevivência (destacando-se as pensões de Velhice) – Gráfico N.º 31.



8.7 – Total da Despesa de Protecção Social com Doença e Maternidade

Em 2002, o CDSS de Braga processou um montante líquido de 48 976 milhares de Euros com prestações de Doença e Maternidade (Quadro N.º 104). Estas incluem o subsídio por doença, subsídio por maternidade, subsídio por paternidade e subsídio por licença parental.

Conforme se pode verificar, o montante processado para o subsídio por Doença registou o maior valor – 36 319 milhares de Euros, seguindo-se o subsídio por Maternidade (11 556 milhares de Euros). Os restantes subsídios (por Paternidade e por Licença Parental) registaram em 2002, valores bastante inferiores.

⁸⁷ MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, Dezembro 2003.

Quadro N.º 104 – Montante Líquido Processado com Prestações de Doença e Maternidade em 2002, por Centro Distrital e Tipo de Subsídio (em Milhares de Euros)

CDSSS	Subsídio por Doença	Subsídio por Maternidade	Subsídio por Paternidade	Subsídio por Licença Parental	Total
Aveiro	37 631	10 467	411	466	48 975
Beja	2 194	1 080	17	20	3 311
Braga	36 319	11 556	378	723	48 976
Bragança	2 030	583	7	1	2 621
Castelo Branco	3 369	1 686	54	59	5 168
Coimbra	11 399	4 516	120	137	16 172
Évora	4 189	1 632	87	14	5 922
Faro	9 164	4 674	197	-	14 035
Guarda	4 439	1 398	29	13	5 879
Leiria	16 302	5 724	144	194	22 364
Lisboa	133 510	52 046	1 309	2 076	188 941
Portalegre	2 583	1 216	22	14	3 835
Porto	126 724	30 759	970	1 343	150 796
Santarém	14 560	4 227	136	170	19 093
Setúbal	27 580	7 977	253	452	36 262
Viana do Castelo	5 911	2 439	85	111	8 546
Vila Real	4 542	1 484	29	11	6 066
Viseu	10 714	3 180	126	121	14 141
R.A Açores	7 397	2 390	68	24	9 879
R.A Madeira	8 560	2 938	31	37	11 566
Total	469 117	151 972	4 473	5 986	631 548

Notas: Montantes processados ao longo do ano.

(-) valor não disponível

Fonte: MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, 2002.

Note-se ainda que, no 1º semestre de 2003, foi processado, pelo CDSS de Braga, com prestações de doença e de maternidade, um valor líquido de 33 340 milhares de Euros – Quadro N.º 105.

Quadro N.º 105 - Valor Líquido Processado com Prestações de Doença e Maternidade de Janeiro a Junho de 2003, pelo CDSSS Braga (em Milhares de Euros)

	1º Semestre de 2003						Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	
Portugal	55 515	59 773	58 862	55 357	61 271	50 871	341 650
Distrito de Braga	3 237	6 571	6 484	6 033	6 910	4 105	33 340

Fonte: MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, Dezembro 2003.

8.8– Despesa de Protecção Social com Família

A despesa de protecção social com Família comporta vários tipos de subsídio: subsídio familiar a crianças e jovens (abono de família); subsídio por assistência a 3ª pessoa; bonificação a crianças e jovens deficientes; subsídio vitalício; subsídio por educação especial; subsídio de funeral; e subsídio de lar.

Conforme indica o Quadro N.º 106, em 2001, o Estado efectuou uma despesa de protecção social com Família, na ordem dos 1 457 566 milhares de Euros (grupo de função que ocupa a terceira posição em termos de protecção social).

Quadro N.º 106 - Prestações Sociais, por Grupos de Funções, em 2001 (Portugal)

Grupos de Funções	Prestações (em milhares de Euros)
Velhice e Sobrevivência	11 829 560
Saúde	11 255 886
Família	1 457 566
Desemprego	939 737
Exclusão Social	328 106
Habituação	6 050

Fonte: INE, Estatísticas da Protecção Social 2001.

O montante do abono de família para crianças e jovens varia de acordo com a idade da criança ou jovem e o nível de rendimentos de referência do respectivo agregado familiar. A cada escalão corresponde um determinado montante, como se pode verificar no Quadro N.º 107.

Quadro N.º 107 – Segurança Social : Montantes do Abono de Família, segundo Escalões de rendimentos do Agregado Familiar - em vigor a partir de 1 de Outubro de 2003.

Escalões de rendimentos do agregado familiar	Montantes do Abono de Família para Crianças e Jovens	
	Idade igual ou inferior a 12 meses	Idade superior a 12 meses
1º Iguais ou inferiores a $0,5 \times \text{SMN} \times 14$	€ 120	€ 30
2º Superiores a $0,5 \times \text{SMN} \times 14$ e iguais ou inferiores a $1 \times \text{SMN} \times 14$	€ 100	€ 25
3º Superiores a $1 \times \text{SMN} \times 14$ e iguais ou inferiores a $1,5 \times \text{SMN} \times 14$	€ 80	€ 23
4º Superiores a $1,5 \times \text{SMN} \times 14$ e iguais ou inferiores a $2,5 \times \text{SMN} \times 14$	€ 50	€ 20
5º Superiores a $2,5 \times \text{SMN} \times 14$ e iguais ou inferiores a $5 \times \text{SMN} \times 14$	€ 30	€ 10
<i>O valor anual do SMN integra os subsídios de férias e de Natal (14 meses)</i>	Os montantes são atualizados anualmente	

Fonte: Site da Segurança Social – www.seg-social.pt, acedido em 15 de Dezembro de 2004.

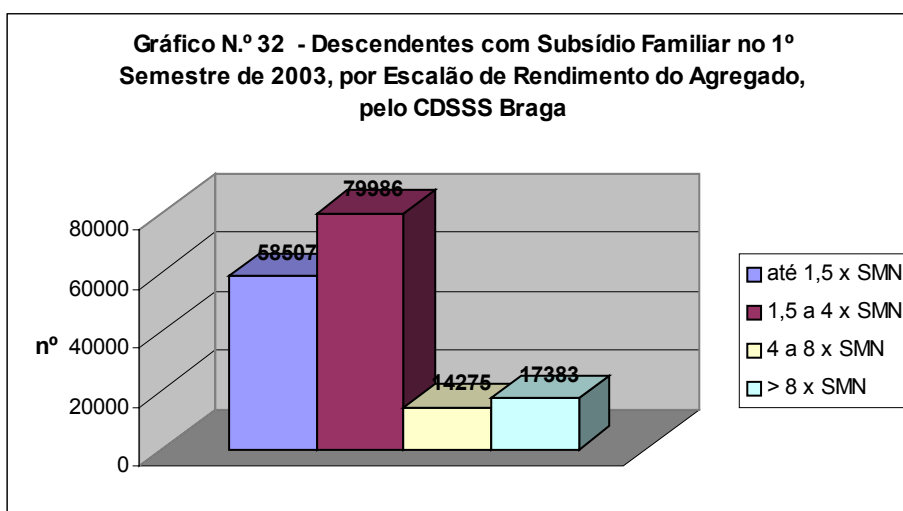
No mês de Setembro, é atribuído um montante adicional de valor igual ao do abono de família, para compensar as despesas escolares, desde que as crianças e jovens com direito à prestação: recebam o valor correspondente ao 1º escalão de rendimentos; tenham idade compreendida entre os 6 e 16 anos e estejam matriculados em estabelecimento de ensino.

Para além disso, o montante do subsídio por assistência de 3ª pessoa é actualmente de 74,78 Euros⁸⁸; o subsídio mensal vitalício é de 149,55 Euros; o subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial varia de acordo com o valor da mensalidade e o rendimento do agregado familiar; e a bonificação por deficiência é atribuída em função de grupos etários⁸⁹. (Todos estes subsídios entraram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2004).

O subsídio de funeral em vigor desde 1 de Outubro de 2003, é actualmente de 187,19 Euros.

⁸⁸ O complemento extraordinário de solidariedade (CES) é concedido por acréscimo ao montante do subsídio mensal vitalício de acordo com a idade do beneficiário: como menos de 70 anos – 14,75 Euros; com 70 anos (ou que os venham a completar) – 29.49 Euros.

⁸⁹ Até aos 14 anos – 51,06 Euros; Dos 14 aos 18 anos – 74,36 Euros; Dos 18 aos 24 anos – 99,55 Euros.



De acordo com as Estatísticas da Segurança Social⁹⁰, no 1º Semestre de 2003, beneficiaram de subsídio familiar a crianças e jovens (abono de família), no total 170 151 descendentes de agregados familiares residentes no distrito de Braga – Gráfico N.º 32.

Verifica-se que as famílias mais beneficiadas por este tipo de subsídio possuíam escalões de rendimento entre 1,5 a 4 X SMN (Salário Mínimo Nacional = 365,60 Euros). Segue-se os descendentes das famílias com vencimento até 1,5 X SMN (58 507 beneficiários).

Os agregados com rendimentos mais elevados (mais de 4 X SMN) são, como seria de esperar, os menos abrangidos pelo subsídio familiar.

Quadro N.º 108 – Número de Beneficiários processados com prestações familiares, por tipo de subsídio (Abono de Família, Subsídio por Assistência a 3ª Pessoa, Bonificação a Crianças e Jovens Deficientes, Subsídio Vitalício) no Distrito de Braga, em Setembro de 2004

Tipo de Subsídio	N.º de Beneficiários
Abono de Família	108 996
Subsídio por Assistência a 3ª Pessoa	1 033
Bonificação a Crianças e Jovens Deficientes	4 452
Subsídio Vitalício	746

Fonte: MSSFC, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, Set. 2004.

Braga é o terceiro distrito do país com maior número de beneficiários de abono de família para crianças e jovens - 108 996 beneficiários (Quadro N.º 108), logo a seguir a Lisboa e Porto, com respectivamente 231 366 e 229 067 beneficiários.

Braga também ocupa a terceira posição no que concerne o número de beneficiários de subsídio por assistência a 3ª pessoa, e de beneficiários de subsídio vitalício. Com efeito, no que concerne o subsídio por assistência a 3ª pessoa, por ordem decrescente, Lisboa regista 2 362 beneficiários, Porto 2 322

⁹⁰ MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, Dezembro 2003.

beneficiários, e Braga 1 033 beneficiários. No distrito são 746 pessoas que beneficiam do subsídio vitalício, sendo o número de beneficiários em Lisboa e no Porto, respectivamente de 2 736 e 1 573 beneficiários.

A seguir ao Porto (14 398), Lisboa (8 591) e Aveiro (5 011), surge o distrito de Braga com 4 452 beneficiários de subsídio de bonificação a crianças e jovens deficientes.

Perante estes dados, podemos afirmar que Braga é um dos distritos do país onde se registam maiores despesas em termos de prestações familiares de protecção social.

8.9 – Total da Despesa de Protecção Social com Desemprego

O subsídio de desemprego destina-se a compensar os beneficiários da falta de remuneração, ou da sua redução determinada pela aceitação de trabalho a tempo parcial. Este subsídio social pode ser prolongado até à idade de acesso à pensão de velhice antecipada, se o beneficiário tiver à data idade igual ou superior a 50 anos.

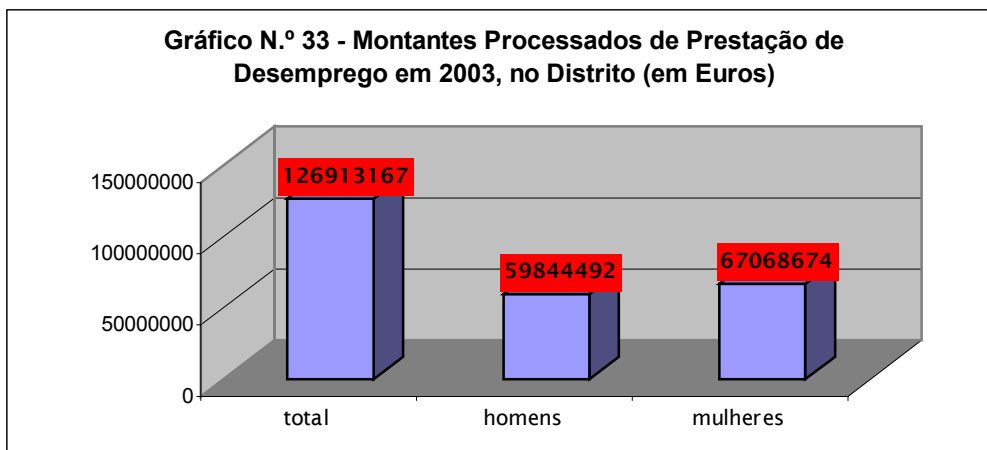
No que concerne a protecção social com o desemprego, o total da despesa efectuada pela Segurança Social em 2003, no distrito, foi de 126 913 167 Euros, sendo que as mulheres (no total 67 068 674 Euros) foram as que mais beneficiaram deste tipo de subsídio (Quadro N.º 109 e Gráfico N.º 33).

Quadro N.º 109 - Total das Despesas da Protecção Social com Desemprego, por Sexo e por Concelho (em Euros), em 2003

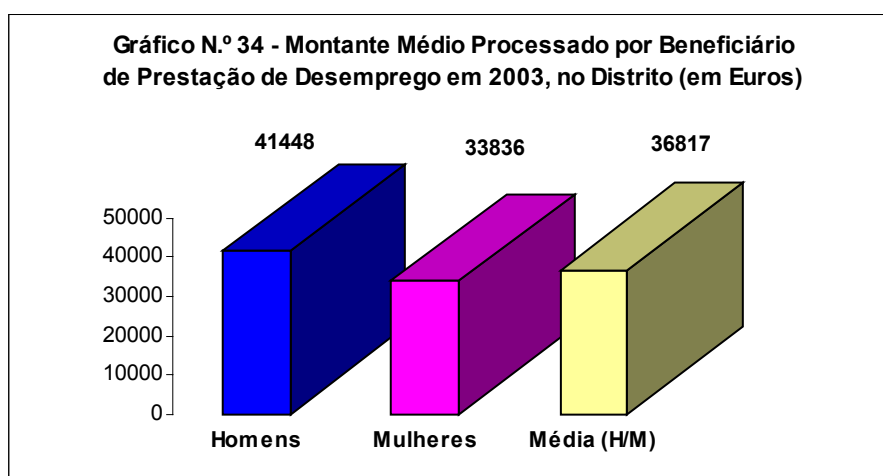
Área Geográfica	Montantes Processados			Montante Médio processado por beneficiário		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Portugal	1 440 578 113	726 678 431	713 594 695	2 988	3 539	2 579
Norte	550 433 881	274 972 457	275 461 424	2 919	3 349	2 587
Amares	1 962 919	728 661	1 234 258	2 485	2 962	2 269
Barcelos	11 538 240	5 762 470	5 775 770	2 681	3 088	2 369
Braga	26 559 020	11 431 326	15 127 694	2 736	3 145	2 491
Cabeceiras de Basto	1 658 524	660 056	998 468	2 649	2 845	2 534
Celorico de Basto	1 669 719	782 164	887 555	2 541	2 764	2 373
Esposende	3 039 941	1 258 992	1 780 949	2 456	3 012	2 172
Terras de Bouro	1 228 923	379 825	849 098	2 101	2 330	2 012
Vila Verde	3 805 780	1 594 715	2 211 065	2 484	2 813	2 291
Fafe	6 066 266	3 058 541	3 007 725	2 751	3 031	2 515
Guimarães	32 008 372	16 166 402	15 841 970	3 001	3 316	2 736
Póvoa de Lanhoso	2 494 255	1 072 349	1 421 906	2 441	2 590	2 339
Vieira do Minho	1 777 150	799 385	977 765	2 514	2 815	2 312
V. N. de Famalicão	29 689 749	14 606 716	15 083 033	3 212	3 664	2 870
Vizela	3 414 309	1 542 890	1 871 418	2 765	3 073	2 553
Distrito	126 913 167	59 844 492	67 068 674	36 817	41 448	33 836

Nota: O valor da prestação é o valor líquido e o total para Portugal inclui os beneficiários com residência e características (montante e dias processados) não determinadas.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.

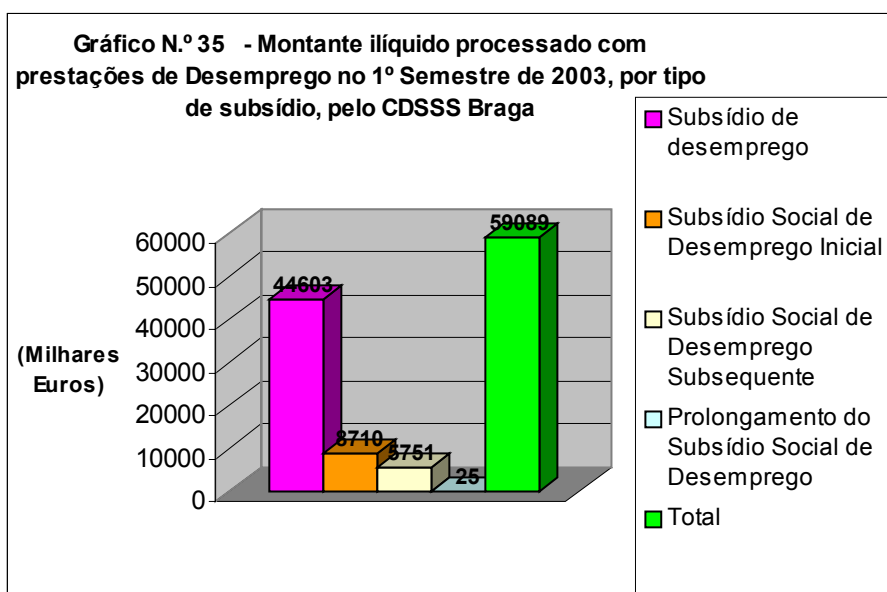


Quanto ao montante médio processado por beneficiário – 36 818 Euros - (Quadro N.º 109 e Gráfico N.º 34), constata-se uma clara diferença entre os sexos em todos os concelhos do distrito a favor do sexo masculino (verificando-se a mesma tendência em Portugal e na região Norte): para os homens este situou-se em média nos 41 448 Euros, sendo que as mulheres (33 836 Euros) auferiram em média, no mesmo ano, menos 7 612 Euros.



A título de curiosidade, acrescentamos que, o montante ilíquido processado com prestações de desemprego, no 1º semestre de 2003⁹¹, pelo CDSSS de Braga foi de 59 089 milhares de Euros (Gráfico N.º 35). O tipo de subsídio que registou maior valor (44 603 milhares de Euros) foi o subsídio de desemprego, seguindo-se o subsídio social de desemprego inicial, o subsídio social de desemprego subsequente e, o prolongamento do subsídio social e de desemprego.

⁹¹ MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, Dezembro 2003.



8.10 – Despesa de Protecção Social com Rendimento Social de Inserção

O RSI «(...) representa um novo tipo de direito social, ocupando uma posição intermédia entre direito e contrato (...) é um direito no sentido em que é acessível a todos, e traduz o reconhecimento dos excluídos terem direito a obter um mínimo de recursos que lhes permita reencontrar um lugar na sociedade (...) mas é também um contrato na medida em que constitui um princípio que implica uma contrapartida: o empenho pessoal do beneficiário o seu processo de inserção»⁹².

Quadro N.º 110 - Número de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, segundo o Valor e Duração da Prestação, em 2003

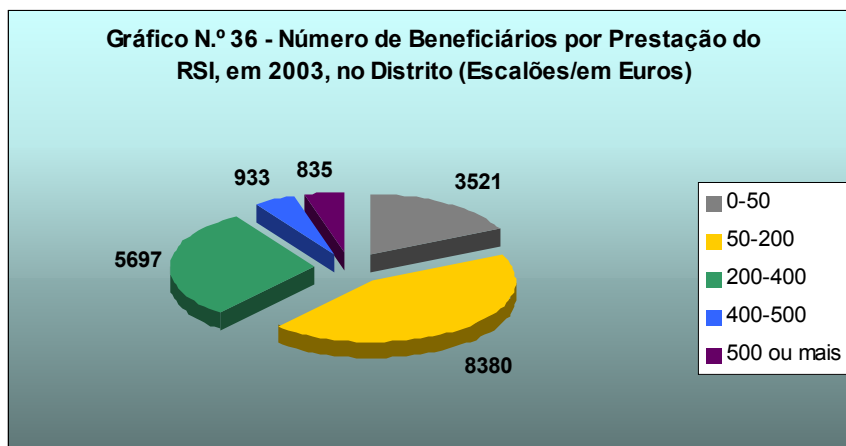
Área Geográfica	Total	Valor da prestação Mensal				
		0-50€	50€-200€	200€-400€	400€-500€	500€ ou mais
		Número				
Continente	342 164	75 469	139 504	96 764	16 660	13 767
Norte	155 880	27 720	69 338	46 683	6 677	5 462
Amares	638	142	291	160	27	18
Barcelos	1 484	267	742	368	39	68
Braga	2 881	411	1 244	861	215	150
Cabeceiras de Basto	1 081	185	459	331	57	49
Celorico de Basto	2 165	333	816	760	121	135
Esposende	503	93	239	151	-	20
Terras de Bouro	477	105	211	148	13	-
Vila Verde	1 744	473	709	430	67	65
Fafe	1 776	284	754	561	76	101
Guimarães	3 026	419	1 387	944	156	120
Póvoa de Lanhoso	652	128	304	175	35	10
Vieira do Minho	498	167	228	90	-	13
V. N. de Famalicão	2 441	514	996	718	127	86
Vizela	X	X	X	X	X	X
Distrito	19 366	3 521	8 380	5 697	933	835
	100%	18,2%	43,3%	29,4%	4,8%	4,3%

Nota: O valor da prestação apresentado é o valor líquido.

Os dados do concelho de Vizela estão repartidos pelos Concelhos de origem.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.

⁹² Pierre Rosanvalon, *La Nouvelle Question Sociale*, s.d., p.168.



Segundo o Quadro N.º 110 e o Gráfico N.º 36, referente às prestações do Rendimento Social de Inserção (RSI), em 2003, verificamos que o distrito registou um total de 19 366 beneficiários, sendo que destes 43,3% auferiram uma prestação mensal situada entre os 50 e 200 Euros e, 29,4% entre os 200 e 400 Euros.

Para além disso, 3 521 beneficiários (18,2%) receberam por mês, menos de 50 Euros mensais e, as prestações mais elevadas (mais de 400 Euros por mês) abrangeram 1 768 indivíduos (9,1%).

Os beneficiários do RSI residentes no distrito de Braga representavam em 2003, 12,4% do total de beneficiários da região Norte. Por sua vez, estes representaram 45,6% do total dos beneficiários do RSI residentes no Continente, número bastante significativo.

No distrito, a maioria dos beneficiários residiam nos concelhos de Guimarães (3 026), Braga (2 881), V. N. de Famalicão (2441), Celorico de Basto (2 165), Fafe (1776), Vila Verde (1744), Barcelos (1484) e Cabeceiras de Basto (1081).

Quadro N.º 111 - Montante Processado de RSI de Janeiro a Março de 2003, pelo CDSSS Braga (em Milhares Euros)

Área Geográfica	1º Trimestre de 2003			Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	
Portugal	14 410	14 694	14 997	44 101
Distrito Braga	745	748	742	2 235

Fonte: MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, Dezembro 2003.

No 1º Trimestre de 2003, no total, o CDSSS de Braga desembolsou 2 235 milhares de Euros para pagamento do RSI - (Quadro N.º 111).

Analisando o Quadro N.º 112 e o Gráfico N.º 37, constatamos que a grande maioria dos beneficiários do RSI, no distrito, permanece nesta situação num considerável período de tempo, verificando-se a mesma tendência ao nível da região Norte e do Continente. Com efeito, 6 133 (31,7%) permanecem beneficiários entre 13 a 36 meses, 5 538 (28,6%) entre 37 a 60 meses, e 4 698 (24,3%) há mais de 60 meses, totalizando 84,6%.

Estes valores indiciam por um lado que, estamos perante situações de pobreza persistente, e por outro lado, que das medidas de política social, de combate aos fenómenos de pobreza e de exclusão social, que têm sido postas em prática não têm surgido resultados suficientes.

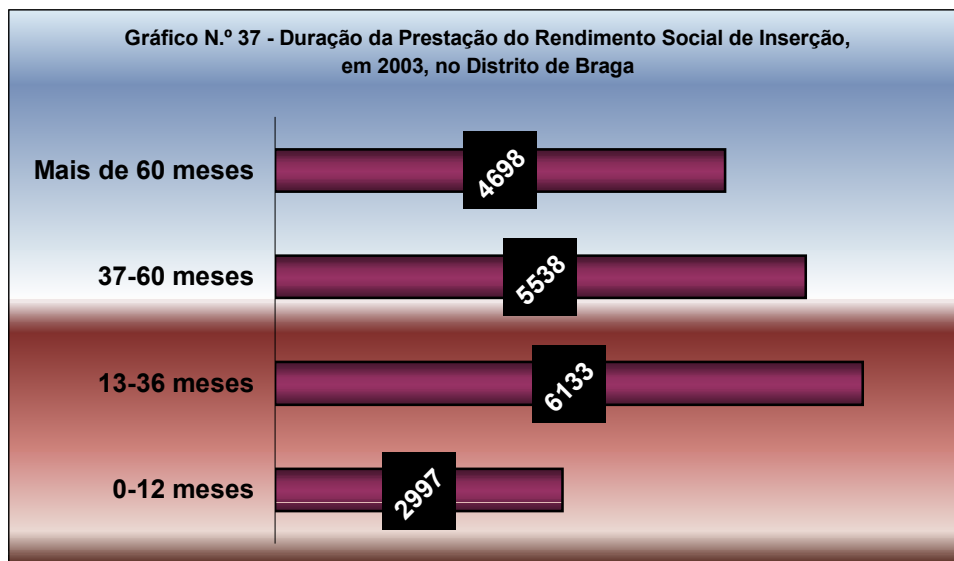
É ainda de ressaltar que 36,2% dos beneficiários do RSI da região Norte e 32,5% dos beneficiários do Continente são-no há mais de 60 meses (5 anos).

Quadro N.º 112 – Duração da Prestação do Rendimento Social de Inserção, em 2003

Concelho	Duração da Prestação			
	0-12 meses	13-36 meses	37-60 meses	Mais de 60 meses
Continente	49 950 14,6%	101 923 29,8%	78 946 23%	111 345 32,5%
Norte	17 637 11,3%	42 046 27%	39 767 25,5%	56 430 36,2%
Amares	107	220	220	91
Barcelos	225	482	327	450
Braga	576	886	599	820
Cabeceiras de Basto	203	306	263	309
Celorico de Basto	231	481	880	573
Esposende	34	170	87	212
Terras de Bouro	39	105	121	212
Vila Verde	195	415	688	446
Fafe	183	520	774	299
Guimarães	424	1 124	744	734
Póvoa de Lanhoso	122	191	164	175
Vieira do Minho	76	186	128	108
V. N. de Famalicão	582	1 047	543	269
Vizela	X	X	X	X
Distrito	2 997 15,5%	6 133 31,7%	5 538 28,6%	4 698 24,3%

Nota: O valor da prestação é o valor líquido. Os dados do concelho de Vizela estão repartidos pelo concelho de origem.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.



Pelo Quadro N.º 113 e Gráfico N.º 38, constata-se que, como seria de esperar, os beneficiários do RSI no distrito auferem baixos rendimentos: 46,4% dos beneficiários possuem um rendimento mensal inferior a 300 Euros; 34,3% integra-se no escalão de rendimento mensal 300 Euros – 500 Euros; e 19,2% auferem um rendimento igual ou superior a 500 Euros.

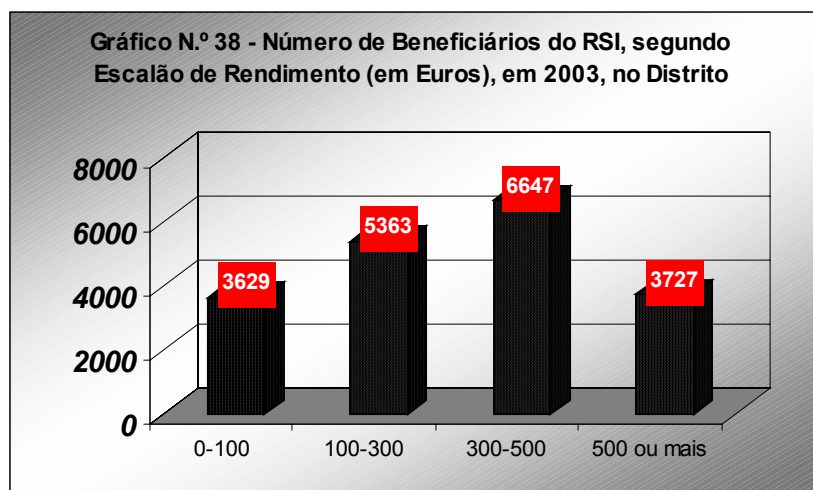
Esta tendência verifica-se em todos os concelhos do distrito, à excepção de Vieira do Minho, cujo maior número de beneficiários se integra no escalão de rendimentos 500 ou mais Euros, facto este que poderá estar relacionado com a existência de famílias numerosas (famílias com elevado número de filhos) existentes no concelho, entre outros factores.

Quadro N.º 113 - Beneficiários do RSI, segundo o Escalão de Rendimento, em 2003

Concelhos	Total	Escalão de Rendimento mensal			
		0- 100€	100€-300€	300€-500€	500€ ou mais
Continente	342 164	97 842	107 366	94 066	42 890
Norte	155 880	43 966	47 891	47 382	16 641
Amares	638	58	133	272	175
Barcelos	1 484	358	491	407	228
Braga	2 881	654	865	941	421
Cabeceiras de Basto	1 081	119	312	368	282
Celorico de Basto	2 165	413	685	636	431
Esposende	503	73	127	195	108
Terras de Bouro	477	49	122	160	146
Vila Verde	1 744	201	475	540	528
Fafe	1 776	301	548	655	272
Guimarães	3 026	721	690	1 165	450
Póvoa de Lanhoso	652	112	197	222	121
Vieira do Minho	498	74	115	149	160
V. N. de Famalicão	2 441	496	603	937	405
Vizela	X	X	X	X	X
Distrito	19 366	3 629	5 363	6 647	3 727
	100%	18,7%	27,7%	34,3%	19,2%

Nota: Os dados do concelho de Vizela estão repartidos pelo concelho de origem.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.



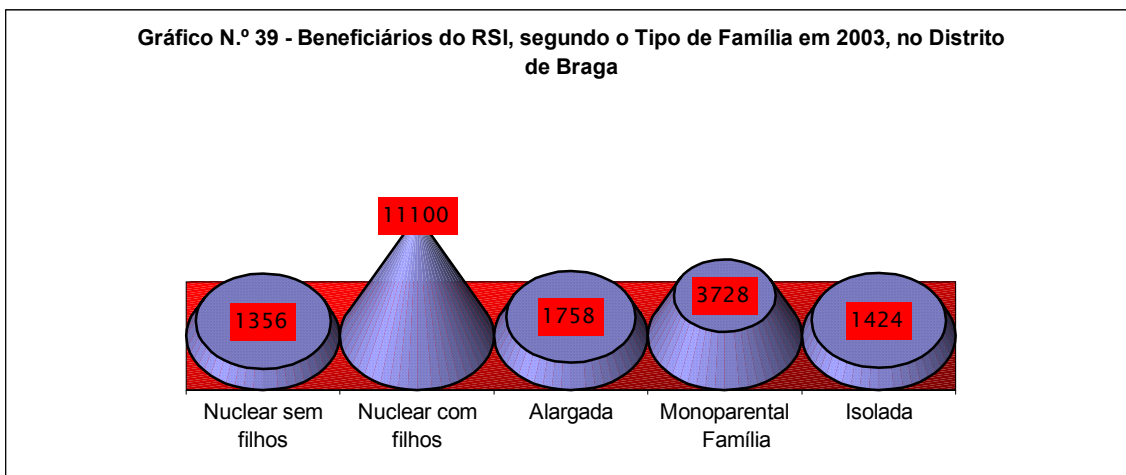
Torna-se igualmente pertinente analisar que tipos de família são contempladas pela atribuição do RSI, pelo que o Quadro N.º 114 e o Gráfico N.º 39, elucidam-nos a este respeito.

Quadro N.º 114 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, segundo o tipo de Família, em 2003

Concelhos	Total	Nuclear sem filhos	Nuclear com filhos	Alargada	Família Monoparental	Isolada
Continente	342 164	33 509	165 283	20 122	86 846	36 404
Norte	155 880	14 110	84 265	8 568	32 329	16 608
Amares	638	29	406	31	139	33
Barcelos	1 484	138	650	191	317	188
Braga	2 881	180	1 559	196	714	232
Cabeceiras de Basto	1 081	77	631	159	164	50
Celorico de Basto	2 165	119	1 474	182	291	99
Esposende	503	48	258	50	100	47
Terras de Bouro	477	33	301	70	38	35
Vila Verde	1 744	104	1 054	232	254	100
Fafe	1 776	136	1 053	184	302	101
Guimarães	3 026	186	1 774	137	650	279
Póvoa de Lanhoso	652	71	357	85	101	38
Vieira do Minho	498	47	284	44	86	37
V. N. de Famalicão	2 441	188	1 299	197	572	185
Vizela	X	X	X	X	X	X
Distrito	19 366	1 356	11 100	1 758	3 728	1 424
	100%	7%	57,3%	9%	19,3%	7,4%

Nota: Os dados dos concelho de Vizela estão repartidos pelo concelho de origem.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.



À semelhança do que se verifica na região Norte e no Continente, a maior parte dos beneficiários do RSI no distrito fazem parte de famílias nucleares com filhos – 111 000 beneficiários (57,3%) -, seguindo-se a pertença a famílias monoparentais (19,3%).

As famílias alargadas estão representadas por 9% dos beneficiários, as famílias isoladas por 7,4% e, as famílias nucleares sem filhos por 7%.

Ao nível concelhio, a dominância vai para a família nuclear com filhos, seguida da família monoparental ou eventualmente da família alargada.

A seguir identificamos os beneficiários do RSI no distrito, segundo as variáveis sexo e grupo etário.

Mais uma vez, à semelhança do que se verifica ao nível do Continente e da região Norte, os beneficiários do RSI no distrito em 2003, eram maioritariamente do sexo feminino (10 166 beneficiários – 52,5%) – Quadro N.º 115 e Gráfico N.º 40. A predominância do sexo feminino verifica-se em todos os concelhos do distrito.

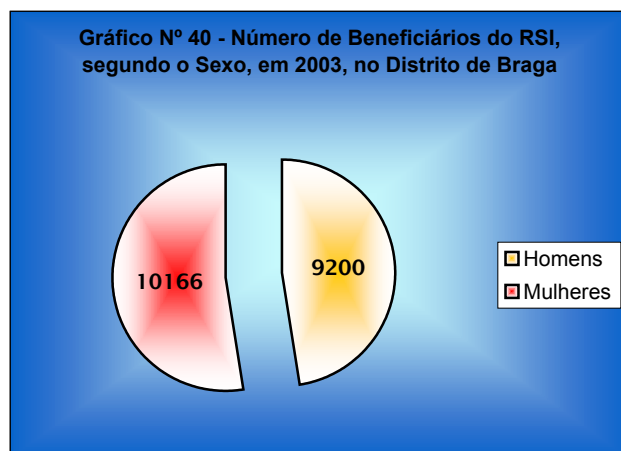
Quadro N.º 115 - Beneficiários do RSI, segundo o Sexo, em 2003

Concelhos	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Continente	342 164	160 165	181 999
	100%	46,8%	53,2%
Norte	155 880	73 014	82 866
	100%	46,8%	53,2%
Amares	638	298	340
Barcelos	1 484	687	797
Braga	2 881	1 384	1 497
Cabeceiras de Basto	1 081	519	562
Celorico de Basto	2 165	1 030	1 135
Esposende	503	234	269
Terras de Bouro	477	232	245
Vila Verde	1 744	829	915
Fafe	1 776	846	930
Guimarães	3 026	1 472	1 554
Póvoa de Lanhoso	652	298	354
Vieira do Minho	498	234	264
V. N. de Famalicão	2 441	1 137	1 304
Vizela	X	X	X
Distrito	19 366	9 200	10 166
	100%	47,5%	52,5%

Nota: Os dados do concelho de Vizela estão repartidos pelo concelho de origem.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.

Verifica-se também que tanto no Continente como na região Norte, a proporção de beneficiários, em 2003, é superior no que concerne o sexo feminino: 46,8% são do sexo masculino, e 53,2% são do sexo feminino.



Esta tendência para a predominância de beneficiários do RSI do sexo feminino reflecte uma maior participação por parte das mulheres, quando apoiadas socialmente, no processo de inversão da situação em que se encontram. Estas mostram-se mais receptivas pois não sentem tanto o peso do sustento familiar como os homens. Em contrapartida sentem mais as dificuldades e as necessidades do dia-a-dia na gestão do lar, facto que as leva a procurar apoios sociais.

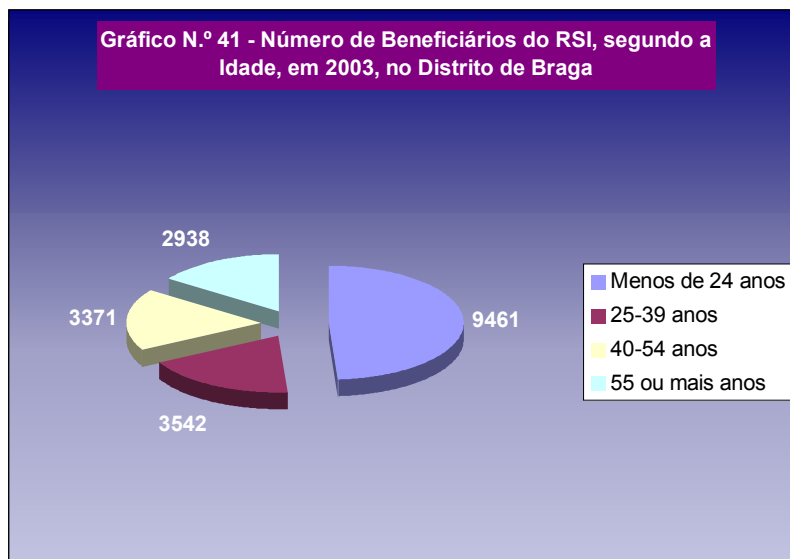
O próprio modo como tem sido concebida a Acção Social, ligada ao assistencialismo e à caridade, faz com que as pessoas que a ela têm de recorrer se sintam como dependentes e não como alguém que procura melhorar a sua situação, sentimento este, normalmente, mais fortemente sentido pelos indivíduos do sexo masculino.

Quadro N.º 116 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, segundo a Idade, em 2003

Concelhos	Idade			
	Menos de 24 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 ou mais anos
Continente	164 184 48%	65 843 19,2%	54 423 15,9%	57 714 16,9%
Norte	73 820 47,4%	31 019 19,9%	26 882 17,2%	24 159 15,5%
Amares	344	106	104	84
Barcelos	648	233	267	336
Braga	1 417	649	452	309
Cabeceiras de Basto	561	143	197	180
Celorico de Basto	1 083	369	418	295
Esposende	244	98	75	86
Terras de Bouro	230	73	60	114
Vila Verde	900	285	278	281
Fafe	822	295	359	300
Guimarães	1 517	621	554	334
Póvoa de Lanhoso	296	97	106	153
Vieira do Minho	207	82	95	114
V. N. de Famalicão	1 192	491	406	352
Vizela	X	X	X	X
Distrito	9 461 49%	3 542 18,3%	3 371 17,5%	2 938 15,2%

Nota: Os dados do concelho de Vizela estão repartidos pelo concelho de origem.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*.



No que concerne à idade dos beneficiários do RSI no distrito, observamos pelo Quadro N.º 116 e pelo Gráfico N.º 41, que eram maioritariamente jovens, à semelhança do que se verificava na região Norte e no Continente. Com efeito, 49% (9 461 beneficiários) tinham menos de 24 anos. Mediante esta constatação, deduz-se, por um lado que estes jovens enfrentam grandes dificuldades no seu processo de (re)inserção no mercado de trabalho (desemprego - o que poderá estar associado aos baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional destes, entre outros factores), e que, por outro lado, devem integrar este grupo etário as famílias monoparentais, (nomeadamente, jovens mães solteiras) e jovens casais com filhos. Para além disso, 18,3% (3 542 beneficiários) possuem entre 25 e 39 anos, 17,5% (3 371 beneficiários) têm entre 40 e 54 anos, e 15,2% (2 938 beneficiários) têm mais de 55 anos. Portanto, conclui-se que os beneficiários do RSI da região Norte e do Continente são na sua grande maioria jovens, sendo que ao nível do distrito de Braga 67,3% possuem menos de 40 anos.

Quadro N.º 117 – Quadro Síntese das Principais Características dos Beneficiários do RSI no Distrito

Variáveis	Predominância
Idade	Menos de 24 anos
Sexo	Feminino
Tipo de Família	Nuclear com Filhos
Escalão de rendimento	100€-500€
Prestação Mensal do RSI	50€-200€
Duração da Prestação	13 – 60 Meses ou mais

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que as características predominantes (ou seja, que maiores valores apresentavam) no que concerne aos beneficiários do RSI, residentes no distrito de Braga eram, em 2003: sexo feminino; idade inferior a 24 anos; família nuclear com filhos; escalão de rendimento mensal situado

entre os 100 e os 500 Euros; prestação mensal do RSI entre os 50 e 200 Euros; duração da prestação do RSI entre 13 e 60 meses – Quadro N.º 117.

8.11 – Protecção Social com Doenças ou Incapacidades Resultantes de Riscos Profissionais

O Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais é uma instituição da Segurança Social de âmbito nacional, que tem como objectivo a prevenção, tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais.

Entre outras atribuições, cabe-lhe assegurar a atribuição das indemnizações e pensões devidas nas situações de incapacidade resultantes de doenças profissionais e das restantes prestações pecuniárias ou em espécie, designadamente os cuidados médicos e medicamentosos. Compete-lhe ainda, assegurar a atribuição de prestações devidas por aplicação dos regulamentos da União Europeia e outras convenções internacionais, a que Portugal se encontra vinculado, aos trabalhadores migrantes vítimas de trabalho e doenças profissionais.

A doença profissional⁹³ é aquela que afecta um trabalhador que tenha estado exposto ao respectivo risco pela natureza da actividade ou condições, ambiente e técnicas do trabalho habitual. Um trabalhador é reconhecido como doente profissional quando lhe é certificada uma doença profissional pelo Centro Nacional com base no parecer dos peritos médicos competentes.

Têm direito a reparação os trabalhadores por conta de outrem abrangidos pelo regime geral e os independentes. O diagnóstico e a atribuição de incapacidade resultantes de doença profissional, bem como as prestações são da responsabilidade do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais.

Quadro N.º 118 – Doenças Profissionais: Entrada de Participações Obrigatórias e Requerimentos Iniciais em 2003, por Distritos

Distritos	N.º de Participações Obrigatórias	N.º de Requerimentos Iniciais
Aveiro	684	632
Beja	33	34
Braga	142	135
Bragança	13	16
Castelo Branco	117	117
Coimbra	117	122
Évora	22	16
Faro	23	24
Guarda	39	39
Leiria	186	183
Lisboa	762	794
Portalegre	14	14
Porto	1 219	1 149
Santarém	107	115
Setúbal	869	775
Viana do Castelo	151	141
Vila Real	14	11
Viseu	49	48
R.A. Açores	4	3
Total	4 565	4 368

Fonte: MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, 2003.

⁹³ Lista das doenças profissionais (Diário da República – Decreto Regulamentar n.º 6 de 5 de Maio de 2001): 1 - doenças provocadas por agentes químicos; 2 – doenças do aparelho respiratório; 3 – doenças cutâneas; 4 – doenças provocadas por agentes físicos; 5 - doenças infecciosas e parasitárias; 6 – tumores; 7 – manifestações alérgicas das mucosas.

No que concerne ao número de participações obrigatórias, Porto (1219), Setúbal (869), Lisboa (762) e Aveiro (684) eram, em 2003, os distritos que apresentavam maiores valores – Quadro N.º 118. O distrito de Braga, no mesmo ano registou 142 participações obrigatórias, e 135 requerimentos iniciais.

Quadro N.º 119 – Doenças Profissionais – Certificação de Doença Profissional em 2003, por Sector de Actividade Económica - Portugal

Sector de Actividade	Sem Incapacidade	Com Incapacidade
Actividades Imobiliárias, alugueres, serviços às empresas	19	17
Alojamento e restauração	4	13
Comércio	38	48
Construção	30	82
Indústria Transformadora	647	825
Indústrias Extractivas	22	74
Pesca	3	5
Transportes	40	18
Outros	20	60
Total	923	1 142

Fonte: MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, 2003.

A nível nacional, os sectores de actividade onde mais se registaram doenças profissionais, com ou sem incapacidade (Quadro N.º 119) foram os sectores da Indústria Transformadora (1 472 casos), Construção (112 casos) e Indústrias Extractivas (96 casos).

Quadro N.º 120 – Acidentes de Trabalho - Evolução dos Custos com a Prevenção e as Incapacidades, em Portugal

Incapacidades e Prevenção de Danos	Custos (em Euros)			
	1993	1994	1995	1996
Prevenção das Doenças Profissionais	769 700	318 692	293 253	325 575
Incapacidades Temporárias	758 861	894 559	414 112	506 320
Incapacidades Permanentes	15 437 795	17 198 551	18 899 452	19 616 285

Fonte: MTS, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, *Estatísticas da Segurança Social*, 1997.

No que concerne às despesas de protecção social com acidentes de trabalho, verificamos no Quadro N.º 120, uma evolução constante dos custos com incapacidades permanentes, em Portugal entre 1993 e 1996, tendo sido neste ano de 19 616 285 Euros.

Em contrapartida, no que concerne aos custos com incapacidades temporárias resultantes de acidentes de trabalho, verifica-se um decréscimo bastante significativo a partir de 1995.

Quanto à prevenção das doenças profissionais, os custos também sofreram uma quebra, a partir de 1994. Pode concluir-se que as despesas de protecção social com acidentes de trabalho registam maiores custos com incapacidades permanentes, sendo em contrapartida a prevenção a que acarreta menos custos.

8.12 – Total da Despesa da Protecção Social com Habitação

Segundo o Quadro N.º 121, em 2001, o Estado efectuou uma despesa de protecção social com Habitação de 6 050 milhares de Euros. Do conjunto de grupos de funções de prestações sociais, os custos com habitação são os mais baixos.

Note-se que, em 2001, os regimes da função pública foram responsáveis por 79% das atribuições de prestações sociais com a função habitação, e os regimes da Segurança Social por 21%.

Quadro N.º 121 - Prestações Sociais, por Grupos de Funções, em 2001 (Portugal)

Grupos de Funções	Prestações (em milhares de Euros)
Velhice e Sobrevivência	11 829 560
Saúde	11 255 886
Família	1 457 566
Desemprego	939 737
Exclusão Social	328 106
Habitação	6 050

Fonte: INE, *Estatísticas da Protecção Social 2001*.

8.13 – Total das Receitas e das Despesas Correntes com a Protecção Social

De acordo com os dados obtidos através das Estatísticas da Protecção Social do INE, constatamos no Quadro N.º 122, que em Portugal, as despesas e as receitas de protecção social sofreram um significativo aumento, entre 1995 e 2001.

As despesas aumentaram 13 181 milhões de Euros (42,8%) em 2001 face a 1995, registando-se em 2001 uma despesa per capita de 2 991 Euros.

Por sua vez, as receitas aumentaram 40% (11 760 milhões de Euros) entre 1995 e 2001, verificando-se uma receita per capita de 2 856 Euros. Ou seja verifica-se que as despesas de protecção social são superiores às receitas, o que nos leva a concluir que estamos perante um cenário de “estrangulamento” financeiro da Segurança Social.

Segundo Maria José Carrilho, o envelhecimento da população produzirá efeitos significativos na estrutura do consumo e, naturalmente sobre o próprio Sistema de Segurança Social. «No âmbito do consumo, o aumento das despesas com a saúde – medicamentos, assistência médica – e com o lazer, terá reflexos na própria actividade económica. Do mesmo modo, a Segurança Social e sobretudo o seu sistema aprofundará os problemas que já hoje equaciona, concretamente no que respeita a quotização»⁹⁴. Estão em causa problemas de grande impacto económico e social: idade de reforma, meios de subsistência dos idosos, qualidade de vida e financiamento das pensões.

Se tivermos presente que o financiamento das pensões dos inactivos está ligado às contribuições pagas pela população activa, temos de concluir que estamos perante um progressivo afunilamento do modelo

financeiro. Na opinião de Bruto da Costa⁹⁵, o estrangulamento financeiro da Segurança Social portuguesa, só poderá ser ultrapassado se as contribuições deixarem de se circunscrever aos rendimentos do trabalho e abarcarem todo o tipo de rendimento, independentemente da sua origem.

Quadro N.º 122 - Despesas e Receitas de Protecção Social, *per capita* em percentagem do PIB

Despesas e Receitas da Protecção Social	Ano						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Despesas de Protecção Social (10 ⁶ €)	17 607	18 895	20 635	23 275	25 769	27 794	30 788
Despesas per capita (€)	1 755	1 879	2 045	2 298	2 533	2 718	2 991
Despesas em % do PIB pm a preços correntes	21,8%	21,9%	22,2%	23,1%	23,9%	24,1%	25,0%
Receitas de Protecção Social (10 ⁶ €)	17 636	20 273	20 643	22 788	25 052	27 113	29 396
Receitas per capita(€)	1 758	2 016	2 046	2 250	2 463	2 651	2 856
Receitas em % do PIB pm a preços correntes	21,8%	24,2%	23,7%	25,0%	26,5%	27,8%	29,6%

Fonte: INE, *Estatísticas da Protecção Social 2001*.

No que concerne à execução orçamental da Segurança Social (Quadro N.º 123), no período em análise (Janeiro-Setembro 2004) as receitas (14 227 661 823,72 Euros) e as despesas (13 637 229 003,63 Euros) afectas à execução orçamental da Segurança Social aumentaram, em relação ao período homólogo.

Verificamos no período Janeiro-Setembro 2004, face ao período homólogo um acréscimo de receitas na ordem dos 7,53%, e das despesas na ordem dos 10,89%.

As receitas correntes (contribuições e cotizações; adicional ao IVA; rendimentos; e outras receitas) verificaram em Janeiro-Setembro de 2004, um acréscimo de 1,62% (face ao período homólogo). As despesas correntes (pensões de sobrevivência, invalidez e velhice; abono de família; subsídio por doença; subsídio de desemprego, apoio ao emprego; acção social; rendimento social de inserção; administração; acções de formação profissional; e outras prestações) sofreram um crescimento bastante mais significativo - 8,31%.

⁹⁴ Maria José Carrilho, "O processo de envelhecimento em Portugal: que perspectivas...?", in INE, *Estudos Demográficos*, N.º 31, 1993, p.75.

⁹⁵ Alfredo Bruto da Costa, "Pobres Idosos", in INE, *Estudos Demográficos*, N.º 31, Lisboa, 1993, p. 104.

Quadro N.º 123 – Orçamento da Segurança Social – Execução Orçamental de Janeiro a Setembro de 2004, face ao Período Homólogo (em Euros)

Rubricas	Execução Orçamental		Variação Período Homólogo (%)
	Jan.-Set. 2003	Jan.-Set. 2004	
Receitas – Total	13 231 017 169,62	14 227 661 823,72	7,53%
1 – Saldo do ano anterior	662 513 933,12	548 011 482,33	- 17,28%
2 – Receitas correntes	8 359 465 724,39	8 495 121 016,25	1,62%
3 – Receitas de capital	994 092 280,45	1 277 560 897,42	28,52%
4 – Transferências correntes	3 198 201 306,66	3 889 616 438,30	21,62%
Despesas – Total	12 298 441 805,32	13 637 229 003,63	10,89%
1 – despesas correntes	9 930 027 504,01	10 755 115 813,40	8,31%
2 – Despesas de capital	1 280 829 586,52	1 550 258 446,93	21,04%
3 – Transferências e subsídios correntes	1 082 583 414,79	1 326 677 853,30	22,55%
4 – Transferências de capital	5 001 300,00	5 176 890,00	3,51%

Fonte: MSST, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, *Orçamento da Segurança Social – 2004, Execução Orçamental de Janeiro a Setembro*.

8. 14 - Diagnóstico Estratégico

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Cobertura razoável de instituições/ respostas da rede solidária (carácter não lucrativo); - Correspondência entre o padrão de distribuição da população residente e a distribuição dos equipamentos: concelhos urbanos registam mais equipamentos e respostas; - Aumento das respostas sociais; - Elevada cobertura de respostas direccionadas para as crianças e jovens e para os idosos; - Razoável cobertura de respostas direccionadas para a deficiência; - Predominância das respostas dirigidas à Terceira Idade nos concelhos rurais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa cobertura de respostas dirigidas à família e comunidade, e às pessoas em situação de dependência (toxicodependentes, portadores de HIV/ Sida e sem-abrigo); - Níveis de despesas efectuadas pelo Estado Português com protecção social abaixo da média da UE-15;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do investimento na protecção social em Portugal; - Decréscimo significativo das despesas de protecção social com incapacidades temporárias resultantes de acidentes de trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento das despesas de protecção social (devido ao envelhecimento da população) superior ao aumento das receitas: previsão de cenário de “estrangulamento” financeiro da Segurança Social; - Aumento das prestações de protecção social com velhice e sobrevivência (associado ao envelhecimento demográfico), com desemprego, e com incapacidades permanentes resultantes de acidentes de trabalho; - Homens registam em média um maior montante de subsídio de desemprego, reflexo das desigualdades salariais entre géneros; - Elevado n.º de beneficiários do RSI, com maior incidência em Guimarães, Braga, V.N. de Famalicão e Celorico; maior incidência de mulheres jovens beneficiárias do RSI, e com idade inferior a 24 anos; prolongamento no tempo da situação de beneficiário do RSI, o que revela dificuldade em sair desta situação: pobreza persistente; - Diminuição do investimento público na prevenção das doenças profissionais;

9 – TECIDO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

9.1 – Associações Empresariais

Segundo o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), as associações empresariais são associações sem fins lucrativos, que representam e defendem os interesses de um determinado grupo de empresários ou de uma determinada actividade empresarial.

Visam essencialmente promover as actividades económicas de uma região, bem como os interesses dos empresários, cooperando activamente com entidades públicas e privadas. Numa perspectiva de melhoramento da envolvente empresarial, fomentam a interacção entre os diferentes sectores económicos, ao mesmo tempo que se assumem como entidades interventoras no desenvolvimento empresarial, regional e nacional.

Actualmente, continua a verificar-se um aumento do movimento do associativismo em Portugal. Cada vez mais os empresários recorrem aos seus serviços, sabendo que as associações disponibilizam um manancial de apoio a diversos níveis (nomeadamente, nas áreas da assistência técnica, apoio jurídico e formação), bem como possuem um papel activo como intermediárias nas relações com diversas entidades, dos sectores público e privado.

Quadro N.º 124 – Organizações Patronais Activas e Associados por Organização Patronal, em 2003, por Região (Portugal)

	Regiões NUTS II							Total
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A Açores	R.A Madeira	
Organizações Activas	101	37	216	11	8	3	8	384
N.º Médio de Associados por Organização	658	612	568	1 061	701	568	1 056	623

Fonte: INE, *Destaque*, “Organizações Patronais 2003”, 29 de Novembro de 2004.

Segundo dados divulgados pelo INE, existiam em 2003, em Portugal, 384 organizações patronais activas (358 Associações, 7 Uniões, 13 Federações e 6 Confederações). A maioria localiza-se nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (216) e no Norte (101) – Quadro N.º 124. Todavia, é no Alentejo (1 061) e na região Autónoma da Madeira (1056) que a média de associados por organização é mais elevada.

Em 2003, por referência ao ano anterior, registou-se um acréscimo no número de organizações patronais e de associados inscritos (+ 7 e + 1 227, respectivamente). O número médio de associados por organização é de 623, em 2003 (631 em 2002).

Quadro N.º 125 – Organizações Patronais, por Ramo de actividade, em 2003 (Portugal)

Ramos de Actividade	Organizações Activas	Associados
Agricultura, Prod. Animal, Caça e Silvicultura	24	13 835
Pesca	8	503
Indústria Extractiva	4	223
Indústria Transformadora	94	15 074
Construção	9	19 788
Comércio por Grosso e a Retalho	125	115 056
Alojamento e Restauração	14	19 158
Transportes, Armazenagem e Comunicações	17	16 559
Actividades Financeiras	4	587
Act. Imob., Aluguueres, Ser. Prestados às Empresas	19	6 627
Educação	7	1 490
Saúde e Acção social	13	1 447
Outras Act. De Serviços Colec., Sociais e Pessoais	24	8 264
Actividades Não Definidas	22	20 593
Total	384	239 204

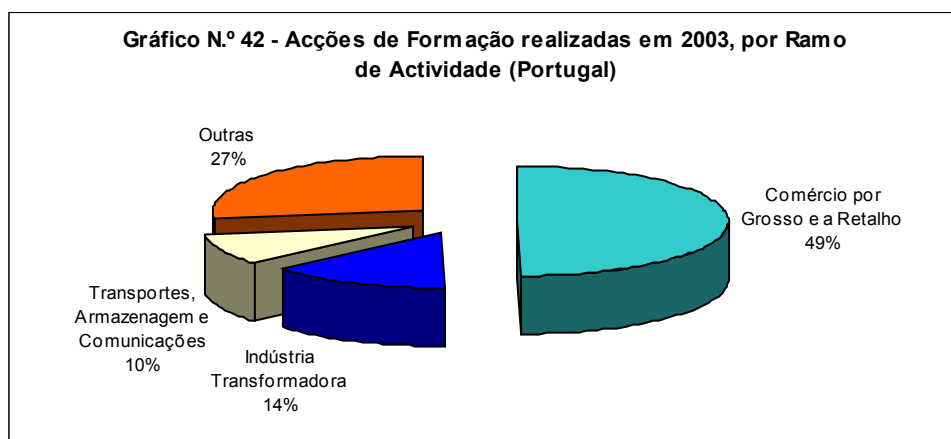
Fonte: INE, *Destaque*, “Organizações Patronais 2003”, 29 de Novembro de 2004.

A classificação da organização patronal por ramo de actividade é feita de acordo com a actividade principal da maioria das empresas associadas.

De acordo com o Quadro N.º 125, o número de organizações patronais é mais expressivo no “Comércio por Grosso e a Retalho” (32,6%) e na “Indústria Transformadora” (24,5%). No que concerne o número de associados, realça-se o “Comércio por Grosso e a Retalho” (48,1%) e a “Construção” (8,3%).

Em 2003, as organizações patronais realizaram 1 262 eventos (número de sessões de promoção de acções entre as quais 84 congressos, 549 colóquios ou conferências e 217 exposições), destacando-se na realização deste tipo de acções, as organizações patronais que representam as actividades do “Comércio por Grosso e a Retalho” (cerca de 460), seguindo-se a “Indústria Transformadora” (400), a “Construção” (90), a “Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura” (40). As organizações patronais afectas a outras actividades (não especificadas) realizaram cerca de 300 eventos.

Para além disso, em 2003, as organizações patronais promoveram a realização de 3 112 acções de formação profissional, abrangendo 56 174 formandos. Comparativamente a 2002, constata-se um acréscimo do número de formandos (+ 4 457). As actividades de Comércio por Grosso e a Retalho foram responsáveis pela realização de 49,7% do número total de acções de formação, que incidiram sobretudo, nas temáticas “Empresarial e Profissional”. Seguem-se as acções de formação realizadas no ramo da Indústria Transformadora (13,8%), e nos Transportes, Armazenagem e Comunicações (9,6%). As acções realizadas noutros tipos de actividade não especificada registaram 26,9% do total das acções realizadas em 2003 – Gráfico N.º 42.



9.2 – Sociedades Empresariais

As Sociedades são criadas por actos legais e visam a prática de actos comerciais, industriais e outros.

Em finais de 2002, o distrito registava um total de 20 407 sociedades empresariais (Quadro N.º 126), destacando-se as sociedades no âmbito da Indústria Transformadora (31,5%) e do Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico com 28%.

Seguem-se as sociedades empresariais no sector da Construção (13,7%) e no sector das Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (11,2%).

Os concelhos de Barcelos, Braga, Fafe, Guimarães e V. N. de Famalicão reuniam no total, 82,6% das sociedades sediadas nos distrito.

Quadro N.º 126 – Sociedades com Sede na Região, segundo CAE-Rev. 2 em 31.12.2002

	Total	A + B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	LaQ
	N.º											
Portugal	312 000	7 693	907	43 148	369	39 668	98 269	29 039	19 341	2 071	49 456	22 039
Norte	95 885	1 277	308	20 836	134	12 718	29 701	6 940	4 816	516	12 723	5 916
Distrito Braga	20 407	255	46	6 426	43	2 793	5 721	1 134	655	75	2 277	982
Amares	355	14	5	61	-	79	94	26	19	2	35	20
Barcelos	3 049	49	5	1 414	5	354	712	106	70	10	234	90
Braga	4 471	22	12	732	5	645	1 526	363	113	16	720	317
Cabeceiras de Basto	284	10	2	51	1	72	68	15	36	1	19	9
Celorico de Basto	270	11	1	46	-	79	55	15	35	-	15	13
Esposende	760	9	4	190	4	160	180	69	16	1	83	44
Fafe	1 273	7	-	512	3	203	290	47	48	2	112	49
Guimarães	4 513	38	8	1 662	14	425	1 327	236	96	19	481	207
Póvoa de Lanhoso	454	11	1	148	-	91	103	23	31	-	29	17
Terras de Bouro	88	3	1	7	-	17	14	20	12	-	6	8
Vieira do Minho	173	4	-	23	-	44	55	12	15	-	10	10
V. N. de Famalicão	3 551	53	3	1 184	10	423	1 008	146	115	19	444	146
Vila Verde	649	21	4	164	-	149	160	35	38	2	51	25
Vizela	517	3	-	232	1	52	129	21	11	3	38	27

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003.

Legenda (Segundo Nomenclaturas/ INE):

Classificação das Actividades Económicas – CAE-Rev.2

Secções

Secção A – Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura

Secção B – Pesca

Secção C – Indústrias Extractivas

Secção D – Indústrias Transformadoras

Secção E – Produção e Distribuição de Electricidade

Secção F – Construção

Secção G – Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico

Secção H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

Secção I – Transportes, Armazenagem e Comunicações

Secção J – Actividades Financeiras

Secção K – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas

Secção L – Administração, Defesa e Segurança Social Obrigatória

Secção M – Educação

Secção N – Saúde e Acção Social

Secção O – Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

Secção P – Famílias com Empregados Domésticos

Secção Q – Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais

9.3 – Empresas Industriais e de Serviços segundo o Sector de Actividade e Número de Trabalhadores

«De acordo com os resultados do Inquérito às Empresas harmonizado, em 2001, desenvolveram a sua actividade no país, 566 066 empresas que empregaram 3 043 567 pessoas tendo assegurado uma facturação de 270 893 105 mil Euros»⁹⁶. Considerando a importância relativa dos diferentes sectores de actividade (e tendo como referência as secções da CAE-Rev. 2) em termos de número de empresas assumiram papel destacado o “Comércio”, a “Construção”, e as “Indústrias Transformadoras”, com 38,3%, 12,9% e 12,8% do número total de empresas, respectivamente.

Para a variável pessoal ao serviço, apresentavam-se como mais relevantes as “Indústrias Transformadoras”, responsáveis por 29,9% do emprego, seguindo-se o “Comércio” e a “Construção” com 24,6% e 12,6% do pessoal ao serviço, respectivamente.

Dos restantes sectores de actividade destacaram-se, quanto ao número de empresas, por ordem decrescente de importância, o “Alojamento e Restauração” (11%), as “Actividades Imobiliárias (9,8%), a Agricultura (4,9%), e outras actividades (10,3%).

A estrutura empresarial do país caracteriza-se pela existência de um grande número de unidades de pequena dimensão – com menos de 20 pessoas ao serviço – que representavam 92,6% do número total de empresas, responsáveis por 40,7% do pessoal ao serviço e 26,5% do volume de negócios.

Por outro lado, parece evidenciar-se a importância das empresas com 20 ou mais pessoas ao serviço, que representando apenas 7,4% do número total ocupam 59,3% do emprego e contribuem com 73,5% para o volume de negócios global.

«Numa perspectiva regional, quer em termos da localização da sede das empresas, quer no que se refere ao pessoal ao serviço e volume de negócios, constatava-se uma forte concentração geográfica, representando as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro, no seu conjunto 86,2% do número total de empresas, 89,9% do pessoal ao serviço e 91,8% do volume de negócios»⁹⁷. As regiões do Alentejo e do

⁹⁶ INE, *Estatísticas do Emprego 2001*, p. 13.

⁹⁷ INE, *Inquérito ao Emprego 2001*, p. 14.

Algarve representavam 10,5% do número total de empresas, 6,8% do pessoal ao serviço e 4,6% do volume de negócios.

A estrutura do tecido produtivo do distrito de Braga é claramente marcada pelos Sectores Terciário (Comércio e Serviços) e Secundário (Indústria) quer sob o ponto de vista do número de empresas localizadas no território, quer sob o ponto de vista da estrutura do emprego (trabalhadores por conta de outrem/ emprego estruturado não público) - Quadros N.º 127 e N.º 128. Assim, o Sector Terciário é representado por cerca de 73,2% das empresas do distrito e responsável por 35,7% do emprego; por sua vez o Sector Secundário é representado por cerca de 21,7% do total das empresas do distrito estando afecto a este Sector 63,7% do emprego distrital, segundo o Anuário Estatístico da Região Norte 2003.

A estrutura empresarial é caracterizada pela forte presença de micro e pequenas empresas.

Em termos sectoriais, a estrutura empresarial é claramente dominada pelo Comércio por Grosso e a Retalho (35%), pela Indústria Transformadora (21,5%) e pelo sector da Construção (14%). Ainda com alguma representatividade surgem o sector do Alojamento e Restauração (8,9%), o sector das Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas (6,2%), e os sectores da Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pescas (5%).

A nível interno e sectorial, o agrupamento de concelhos do Ave (que abrange os concelhos de Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, V.N de Famalicão e Vizela, pertencentes ao distrito de Braga) aparece como região ligeiramente mais industrializada que a região do Cávado, concentrando cerca de 48,3% das empresas industriais do distrito. O Cávado reúne 47,9% das empresas sediadas no distrito.

Os concelhos do Cávado assumem, no interior do distrito e a nível global uma maior expressão nas actividades primárias, concentrando 60,3% das empresas existentes neste ramo de actividade.

De uma maneira geral, a estrutura produtiva do distrito, nomeadamente no que concerne ao número de empresas e estrutura do emprego está claramente representada pelo conjunto dos centros urbanos mais dinâmicos (Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão), concentrando este cerca de 69,6% do total das empresas do distrito e 80,8% do emprego. O peso dos concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto na estrutura produtiva distrital é extremamente pequeno concentrando apenas 6% do total das empresas do distrito e 2,2% dos trabalhadores registados. No entanto, nestes concelhos de águas abundantes e vales férteis, as Autarquias e operadores privados têm apostado no desenvolvimento e diversificação das ofertas turísticas – turismo rural, religioso, cultural e patrimonial – reforçando a gastronomia e o artesanato.

Quadro N.º 127 – Empresas com Sede na Região, segundo CAE-Rev. 2 em 31.12.2002

Área Geográfica	Total	A + B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
	N.º											
Portugal	1 085 004	85 789	1 896	113 446	393	184 735	374 014	95 826	32 032	36 932	105 964	53 977
Norte	334 916	20 058	660	52 607	146	48 949	120 066	28 845	8 532	11 401	28 201	15 451
Distrito Braga	69 317	3 522	152	14 915	45	9 746	24 260	6 147	1 312	2 014	4 323	2 881
Amares	1 455	122	9	146	-	331	440	201	40	34	71	61
Barcelos	10 966	1 024	15	3 692	5	1 199	3 319	609	150	234	416	303
Braga	13 603	262	53	1 656	5	1 845	5 316	1 366	199	654	1 521	726
Cabeceiras de Basto	1 333	132	3	125	1	300	430	155	70	26	44	47
Celorico de Basto	1 321	124	1	141	1	305	445	120	64	16	54	50
Esposende	2 972	402	21	487	4	525	883	289	39	55	150	117
Fafe	4 818	126	1	1 340	4	865	1 545	355	117	88	197	180
Guimarães	12 982	288	17	3 384	14	1 272	4 890	1 163	175	402	786	591
Póvoa de Lanhoso	1 803	124	7	362	-	377	557	164	52	30	72	58
Terras de Bouro	559	58	1	31	-	81	163	160	21	10	12	22
Vieira do Minho	1 005	83	-	81	-	221	332	152	31	23	40	42
V. N. de Famalicão	10 712	486	5	2 364	10	1 265	3 932	886	222	330	737	475
Vila Verde	3 634	256	17	533	-	876	1 238	293	96	71	143	111
Vizela	2 154	35	2	573	1	284	770	234	36	41	80	98

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003.

Quadro N.º 128 – Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede na Região, segundo CAE-Rev. 2 em 31.12.2002

Área Geográfica	Total	A + B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
	N.º											
Portugal	2 662 344	40 765	14 461	850 788	18 299	313 975	580 822	170 118	177 030	76 030	301 027	119 029
Norte	908 878	6 469	5 089	432 772	1 901	110 713	176 441	34 427	31 271	20 003	59 099	30 693
Distrito Braga	221 942	890	639	140 669	926	25 859	30 560	4 744	4 049	272	7 112	5 801
Amares	2 886	79	...	715	-	1 130	480	106	75	...	86	140
Barcelos	33 196	252	39	23 697	72	3 414	3 788	500	300	47	522	565
Braga	43 656	110	156	17 859	703	7 315	9 794	1 700	1 506	78	2 670	1 765
Cabeceiras de Basto	1 724	23	...	672	...	433	378	25	111	...	51	20
Celorico de Basto	1 462	38	...	486	-	638	185	27	49	-	12	...
Esposende	7 048	...	61	3 756	2	1 475	733	439	39	...	295	211
Fafe	10 857	41	-	7 339	...	1 056	1 467	132	100	...	380	304
Guimarães	56 454	146	349	41 548	92	3 390	6 682	933	913	65	1 382	954
Póvoa de Lanhoso	3 388	2 013	-	466	441	102	142	-	135	32
Terras de Bouro	745	101	-	374	33	96	63	-	10	55
Vieira do Minho	907	1	-	222	-	382	197	7	42	-	13	43
V. N. de Famalicão	45 953	143	34	32 807	57	4 168	4 969	449	573	71	1 311	1 371
Vila Verde	6 169	57	...	2 997	-	1 421	945	142	125	...	149	184
Vizela	7 497	...	-	6 457	...	197	468	86	11	11	96	157

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003.

9.4 - Diagnóstico Estratégico

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Forte dinamismo económico - Elevado n.º de organizações patronais; - Elevado n.º de sociedades empresariais destacando-se as sociedades no âmbito da Indústria Transformadora; - Sector Terciário representa a maior parte das empresas; - Sector Secundário reúne maior parte do emprego distrital; - Forte presença de micro e pequenas empresas: dinamismo empresarial; - Forte industrialização na região do Vale do Ave; - Concelhos urbanos são mais dinâmicos: Braga, Barcelos, Guimarães, V.N. de Famalicão (concentrando 70% do total das empresas e 81% do emprego); 	<ul style="list-style-type: none"> - A maioria das empresas são de micro ou pequena dimensão, o que revela maiores dificuldades em termos concorrenciais; - Peso extremamente pequeno dos concelhos rurais na estrutura produtiva distrital: concelhos economicamente deprimidos; - Irregular distribuição das empresas e consequentemente das ofertas de emprego: grandes assimetrias regionais;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do associativismo empresarial; - Preocupação crescente com qualificação e inovação empresarial: são exemplo disso, a realização de eventos (congressos, colóquios, conferências e exposições) e acções de formação profissional por parte de organizações patronais; - Sectores predominantes: Comércio por Grosso e a retalho, Indústria Transformadora, Construção; - Concentração na região do Cávado das empresas existentes no Sector da Agricultura; - Aumento do investimento/aposta no desenvolvimento e diversificação das ofertas turísticas nos meios rurais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberalização do mercado, encerramento de fábricas principalmente na região do Ave – falências; - Desemprego.

CONCLUSÕES

Com a realização deste estudo que incide sobre a caracterização sócio-económica do distrito de Braga, procurou-se, através de uma análise quer quantitativa (baseada em dados estatísticos provenientes de fontes oficiais), quer qualitativa, retratar o distrito, ao nível da população, saúde, educação, emprego e condições de trabalho, produto e rendimento, habitação, consumo e bem-estar, protecção social, tecido económico e empresarial, tendo em conta, sempre que possível, as especificidades e assimetrias patentes no território.

Pretendemos com a realização deste trabalho, por um lado, como já referido, caracterizar o território em análise, e por outro lado, identificar os problemas sociais de intervenção prioritária, inerentes aos fenómenos da pobreza e da exclusão social, com incidência no distrito. Procuramos, assim, contribuir para um diagnóstico dos problemas sociais que afectam o distrito, o que permitirá fundamentar e consolidar intervenções futuras, no sentido de actuar com base num melhor conhecimento da realidade social existente ao nível distrital, promovendo assim maior eficácia nas acções.

O distrito de Braga caracteriza-se por uma certa heterogeneidade, conseqüente não só da diversidade territorial administrativa existente, como também e particularmente da diversidade pautada por uma certa dicotomia entre concelhos de matriz mais urbana (Braga, V.N. de Famalicão, Guimarães, Barcelos, Esposende e Vizela) e concelhos de cariz mais rural (Terras de Bouro, Vieira o Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto) patente no território, com principal ênfase nos domínios da demografia, do grau de urbanização e das problemáticas sociais. Os restantes concelhos que constituem o distrito (Vila Verde, Amares, Póvoa de Lanhoso e Fafe), enquadram-se geograficamente numa posição peri-urbana ou semi-urbana.

Ao longo da última década (1991/2001) o distrito tem registado um crescimento populacional relativamente significativo (+ 6,5%), verificando-se uma irregular distribuição da população, motivada pelas condições naturais, e sobretudo pelas oportunidades de trabalho. Os concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho e Celorico de Basto (concelhos de cariz mais rural) revelam dinâmicas regressivas da população. Em contrapartida, os concelhos de Barcelos, Braga, Guimarães e V.N. de Famalicão, de carácter mais urbano, concentravam em 2001, 70% do total da população residente no distrito.

A população residente no distrito é relativamente mais jovem que o conjunto geral da população do Continente. Apesar de seguir a tendência generalizada em todo o território nacional de envelhecimento da população, o distrito de Braga é de todas as unidades territoriais (distritos), daquelas em que a situação se revela menos preocupante. Com efeito, a população com idade inferior a 25 anos (35,7%) era em 2001, superior à média nacional (30,3%) e, o escalão etário “65 e mais anos” (população idosa) aumentou no distrito 1,4%, sendo que ao nível nacional aumentou 2,8%.

Retomando a problemática da dicotomia rural/ urbano patente no território distrital, observa-se nos concelhos mais rurais, e em comparação com os outros concelhos de carácter mais urbano, um envelhecimento mais acelerado da população, efeito conjunto do número de idosos e da migração das camadas da população em idade activa e em idade de ter filhos, para os centros urbanos, mas também para o estrangeiro. Em 2001, os índices de envelhecimento da população, são particularmente elevados

nos concelhos de Terras de Bouro e Vieira do Minho, com valores de 132,3% e 115% respectivamente, o que significa que por cada 100 jovens com menos de 15 anos, havia em Terras de Bouro aproximadamente 132 idosos e em Vieira do Minho, 115 idosos.

O significativo peso da Igreja Católica nos hábitos e modos de vida das populações no distrito, evidencia-se pela baixa Taxa de Divórcio (1,3‰), pela elevada Taxa de Nupcialidade (6,6‰) e elevada proporção de casamentos católicos (76,6%). A Taxa de Mortalidade no distrito (9,1‰) é mais baixa que a verificada no Continente. No entanto a Taxa de Mortalidade Infantil (7,7‰) no distrito registava valor superior à média nacional (5,5‰).

A emigração ainda é um fenómeno marcado no distrito, embora em muito menor escala quando comparada com a que ocorreu nos anos 60 e 70. Verifica-se sobretudo nos concelhos empobrecidos, de carácter mais rural, uma forte tendência para os fenómenos da emigração e do êxodo rural. Recentemente o distrito tem verificado um crescimento da emigração, sobretudo por parte dos jovens que não encontram colocação no mercado de trabalho: em 2003, 5600 trabalhadores do distrito procuraram emprego no estrangeiro, sobretudo em países europeus.

No que concerne à imigração, residiam no distrito, no ano de 2001, 3612 estrangeiros, destacando-se em primeiro lugar os brasileiros, seguindo-se os imigrantes provenientes das ex-colónias portuguesas, da França, Espanha, Alemanha, mas também de países de Leste, como a Ucrânia, Roménia e Rússia. Podemos afirmar que comparativamente, por exemplo, aos distritos de Lisboa e Porto, a Taxa de Imigração no distrito de Braga é baixa.

No que concerne ao acesso aos cuidados de saúde, este não está unicamente dependente das carências económicas dos agregados familiares, mas também da desigual distribuição territorial das infra-estruturas e pessoal de saúde, que penaliza as populações que se encontram nos concelhos mais afastados geograficamente (exclusão territorial). Com efeito, os maiores centros populacionais de cariz mais urbano (Braga, Barcelos, Guimarães, V.N. de Famalicão, e Esposende) revelam-se mais apetrechados em termos de infra-estruturas de saúde, verificando-se o mesmo quanto aos recursos humanos disponíveis.

Em 2002, encontravam-se afectos ao Sistema Nacional de Saúde, no distrito de Braga, 525 médicos e 546 profissionais de enfermagem. À semelhança do que se verifica ao nível nacional, continuam a existir carências de profissionais na área da saúde no distrito, apesar do aumento de pessoal, verificado entre 2001 e 2002. Os estratos profissionais com maior carência de recursos humanos eram, em 2002, os médicos de Saúde Pública (-52%), e outros tipos de pessoal, nomeadamente dirigentes, técnicos superiores de Saúde e de Serviço Social, técnicos de diagnóstico, informática e capelães (- 46%). Verifica-se também a carência de médicos de Medicina Familiar, na ordem dos 14%, e de enfermeiros (12%). A taxa de feminização situava-se em 73%, atingindo os 90% na classe de enfermagem.

Relativamente aos casos notificados por doença transmissível de declaração obrigatória, num total de 315 casos em 2003, destacam-se a Tuberculose Respiratória (202 casos), outras Salmonelas (29 casos), e a Parotidite Epidémica (28 casos). À semelhança do que se verificou ao nível nacional, em 2002, os tumores malignos (21%), com maior incidência no sexo masculino, e as doenças do aparelho circulatório, cujo sexo feminino registou maiores valores, foram as principais causas de morte no distrito. Os óbitos por acidente de viação, causa de morte externa, registaram em 2003 (91 óbitos) um aumento de 48,4% face a 2000, ano

em que ocorreram 47 óbitos. Para além disso, registaram-se 10 casos de acidente de trabalho mortal, e 11 casos de suicídio e homicídio (em 2003). A Taxa de suicídios no distrito tem revelado baixos índices (em média 2 por cada 100 000 habitantes entre 1980 e 1995), contrastando com as elevadas taxas registadas no Sul do país (distritos de Beja, Faro, Portalegre, Évora e Santarém).

Parecem existir duas grandes tendências no consumo de álcool, em Portugal: por um lado, o consumo de vinho está mais associado às camadas etárias mais velhas, e por outro lado, os mais jovens consomem mais bebidas destiladas. No distrito, os problemas de alcoolismo são marcados, uma vez que muitas situações familiares problemáticas têm origem no consumo excessivo de álcool, sendo o consumo tradicional de vinho particularmente incidente nos concelhos rurais. Braga apresentava em 1996, uma taxa de bebedores excessivos de 11,3%, valor elevado apesar de se verificar taxas mais elevadas noutros distritos do país, como por exemplo, Guarda (15,2%), Castelo Branco (15,1%), Bragança (14,4%) e Vila Real (13,7%).

Em 2000, em média cada agregado familiar, na região Norte, despendia 642 Euros (4,6% do orçamento familiar) com cuidados de saúde, sendo a região NUTS II, onde menos as famílias gastavam. Cerca de 50% da despesa destinava-se a medicamentos, aparelhos e material terapêutico.

Ao nível das despesas públicas com Saúde, no que concerne ao financiamento da Sub-Região de Saúde de Braga, constata-se, como seria de esperar, que quase a totalidade (92%) tem origem na transferência do Orçamento de Estado, para além de 8% ter origem em receitas próprias (em 2002). Da análise da estrutura dos custos, existe uma predominância de transferência de verbas para o sector privado designadamente medicamentos (farmácias privadas) e convencionados (analistas, radiologistas, cardiologistas, etc.) representando cerca de 70% dos custos da Sub-Região de Saúde de Braga. Os indicadores de gestão demonstram que o custo total por habitante, e o custo de medicamentos por habitante no distrito, encontravam-se em 2002, abaixo da média da região Norte.

No que concerne à escolaridade da população, a Taxa de Analfabetismo no distrito em 2001 (10,6%) era superior a registada ao nível nacional (9%). Com maiores índices de analfabetismo encontravam-se os concelhos de Celorico de Basto (16,6%), Cabeceiras de Basto (16%), Terras de Bouro (15,6%) e Vieira do Minho (12,8%). Os concelhos de Braga (5,8%), V.N. de Famalicão (6,7%), Esposende (7,3%), Guimarães (7,4%), Barcelos (7,6%), e Vizela (7,9%) apresentavam Taxas de Analfabetismo inferiores à media nacional. Apesar dos significativos progressos alcançados no Ensino nas últimas décadas, os escalões mais baixos (1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico) registam no distrito percentagens mais elevadas quando comparadas com as médias nacionais. Em contrapartida, os escalões mais elevados (Ensino Secundário e Ensino Superior) registavam em 2001, percentagens inferiores às médias nacionais: 12,1% da população tinha atingido o Ensino Secundário e apenas 7,3% tinha atingido o Ensino Superior (sendo esta média ao nível nacional de 10,8%).

O Ensino Público detém o maior número de estabelecimentos, reunindo no distrito 1400. Apenas nos concelhos de Braga e Barcelos em 2001, se encontravam sediados estabelecimentos públicos do Ensino Superior, ao passo que o Ensino Superior privado existia nos concelhos de Braga, Fafe, Guimarães e V.N. de Famalicão, totalizando 8 estabelecimentos. No que diz respeito às Escolas Profissionais (públicas e privadas), os estabelecimentos encontravam-se bastante distribuídos pelo território em análise, localizando-

se em Barcelos, Braga, Esposende, Vila Verde, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, V.N. de Famalicão e Celorico de Basto.

No que diz respeito ao emprego e às condições de trabalho, o distrito possuía, em 2001, uma população economicamente activa de 414 384 indivíduos, dos quais 391 019 encontravam-se empregados e 23 365 desempregados. A Taxa de Actividade era de 49,8%. O emprego está principalmente afecto ao Sector Secundário. Apesar de recentemente muitas fábricas terem encerrado na região do Ave, os sectores dos Têxteis e do Vestuário destacam-se, ao reunir a maior parte do emprego industrial, destacando-se também o sector do Material Eléctrico e o sector da Construção. Os sectores Têxtil e do Vestuário empregam essencialmente mulheres, sendo a sua estrutura etária bastante jovem, embora a estrutura do emprego por sexos se apresente geralmente mais penalizadora do trabalho feminino.

Entre 2001 e Março de 2004, a população desempregada aumentou gradualmente no distrito, totalizando no 1º Trimestre de 2004, 44 456 desempregados. No Minho, inclusivé no distrito de Braga, o desemprego atinge principalmente os trabalhadores com mais de 50 anos de idade, principalmente dos sectores do Têxtil e do Vestuário. Tal resulta de casos de falência ou encerramento de empresas, em que estas escolhem para despedir, os mais velhos. Os índices de desemprego nos jovens também é preocupante, não só no que concerne à procura de primeiro emprego, mas também a procura de novo emprego, facto que não está alheio à actual conjuntura económica do país, que está a dificultar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Braga era em Março de 2004, o terceiro distrito do país com mais desempregados, logo a seguir a Porto e Lisboa (Março de 2004). Apenas os concelhos de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho apresentaram em Março de 2004, uma evolução favorável do mercado de trabalho, com um ligeiro decréscimo de inscritos no Centro de Emprego (de Fafe), em relação ao início do ano. O sexo feminino era mais afectado pelo desemprego, em todos os grupos etários, à excepção do grupo “de 45 a 64 anos” que evidenciava maior número de homens desempregados.

Em 2001, o peso dos desempregados de longa duração (DLD), no desemprego total no distrito, representava 27,5%, destacando-se com maiores índices, os concelhos de Fafe (31,2%), Guimarães (31%), Vizela (30,4%), Celorico de Basto (29%), Braga (28,1%), e V.N. de Famalicão (28%). Em números absolutos, o desemprego de longa duração atingia mais o sexo feminino – 3 410 mulheres contra 3 009 homens.

No que concerne ao número de horas de trabalho por semana, em 2001, 59,9% trabalhavam entre 40 a 44 horas semanais. No entanto, 20,7% (dos quais 14,8% eram trabalhadores por conta de outrem) trabalhavam mais de 45 horas por semana, destacando-se os sectores das Indústrias Transformadoras, Construção e Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico.

Verifica-se actualmente em Portugal, o crescimento da instabilidade, precariedade e segmentarização do mercado de trabalho, que se repercute no aumento dos contratos de trabalho com termo (entre 2001 e 2002, + 40 mil), no aumento das prestações de serviços/trabalho sazonal, pontual e ocasional (+ 10 mil), e na diminuição dos contratos de trabalho sem termo (- 30 mil). Num curto espaço de tempo, as formas de trabalho precário aumentaram significativamente, o que se prende com a actual conjuntura económica.

O trabalho infantil é um problema social no distrito, tendo sido detectado pela Inspeção Geral do Trabalho (IGT), em 2001, 24 casos de menores em situação de trabalho ilícito, principalmente nos ramos da Construção Civil, Hotelaria, Indústria Alimentar e Indústria do Vestuário. Nos distritos do Porto e Braga detectaram-se 51, 9% das situações ilícitas verificadas em 2001. As causas do trabalho infantil estão ligadas a ocorrências isoladas ou conjugadas de vários factores tais como pobreza, razões sócio-culturais, procura de mão-de-obra infantil (em certos casos agravada pela globalização), e escolaridade/ausência ou debilidade do sistema escolar e de formação.

Ao nível do Continente, o número de pessoas inscritas nos programas e medidas do Mercado Social de Emprego (MSE) sofreu um ligeiro crescimento entre 2001 e 2003, sendo que neste ano, registaram-se 58 851 pessoas inscritas (a maioria residente na região Norte). Surgiu uma maior diversificação dos programas e medidas, sendo que inclusivé, a partir de 1998 as verbas com os Programas Ocupacionais diminuiriam, crescendo as afectas a programas com uma componente de formação/emprego mais forte: Escolas-Oficinas e Empresas de Inserção.

A estrutura do tecido produtivo do distrito de Braga é claramente marcada pelos Sectores Secundário (Indústria) e Terciário (Comércio e Serviços), quer sob o ponto de vista do número de empresas localizadas no território, quer sob o ponto de vista da estrutura do emprego (trabalhadores por conta de outrem/emprego estruturado não público). Assim, em 2003, o Sector Secundário é representado por cerca de 21,7% do total das empresas do distrito estando afecto a este Sector 63,7% do emprego distrital. Por sua vez, o Sector Terciário é representado por cerca de 73,2% das empresas do distrito e responsável por 35,7% do emprego. A estrutura empresarial é caracterizada pela forte presença de micro e pequenas empresas.

Em termos sectoriais, a estrutura empresarial é claramente dominada pelo Comércio por Grosso e a Retalho (35%), pela Indústria Transformadora (21,5%) e pelo sector da Construção (14%). Ainda com alguma representatividade surgem o sector do Alojamento e Restauração (8,9%), o sector das Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas (6,2%), e os sectores da Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pescas (5%).

A nível interno e sectorial, a Região NUTS III do Ave (que abrange os concelhos de Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, V.N de Famalicão e Vizela, pertencentes ao distrito de Braga) revela-se ligeiramente mais industrializada que a Região do Cávado, concentrando cerca de 48,3% das empresas industriais do distrito. O Cávado reúne 47,9% das empresas sediadas no distrito.

Os concelhos do Cávado assumem uma maior expressão nas actividades primárias, concentrando 60,3% das empresas existentes no distrito, neste ramo de actividade.

De uma maneira geral, a estrutura produtiva do Distrito, nomeadamente no que concerne ao número de empresas e estrutura do emprego está claramente representada pelo conjunto dos centros urbanos mais dinâmicos (Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão), concentrando este cerca de 69,6% do total das empresas do distrito e 80,8% do emprego. O peso dos concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto na estrutura produtiva distrital é extremamente pequeno concentrando apenas 6% do total das empresas do distrito e 2,2% dos trabalhadores registados. No entanto, nestes concelhos, devido às suas características paisagísticas e patrimoniais, as autarquias e

operadores privados têm apostado no desenvolvimento e diversificação das ofertas turísticas - turismo rural, religioso, cultural e patrimonial.

Entendendo que as condições de habitação constituem indicador privilegiado para a detecção das fracções mais marginalizadas da população, esta dimensão também foi contemplada neste estudo. Apesar de nos últimos anos se ter assistido a uma melhoria das condições de habitação e de habitabilidade – electricidade, água canalizada, saneamento básico e instalações sanitárias – uma parte significativa da população portuguesa continua a viver desprovida de tais condições. Em 2001, 42 226 alojamentos no distrito não estavam dotados de água canalizada, e 784 de instalações eléctricas, destacando-se neste aspecto em termos absolutos os concelhos de Barcelos e Vila Verde. Para além disso, 17 034 (6,9%) dos alojamentos não possuíam banho ou duche, 50 609 (8%) não possuíam qualquer aquecimento, e 3 977 (6,3%) não tinham instalações sanitárias.

Num total de 561 665 alojamentos, o distrito registava 328 179 (58,5%) alojamentos familiares clássicos, 232 010 (41,3%) edifícios, 1 136 (0,2%) alojamentos familiares não clássicos (barracas, casas de madeira, caravanas e barcos, celeiros e garagens, entre outros), e 340 (0,06%) alojamentos colectivos. A grande maioria dos alojamentos familiares clássicos (90,3%) encontravam-se ocupados como residência habitual (83,3%) ou para uso sazonal/secundário (16,7%).

Em 2000, as despesas dos agregados familiares da região Norte, incidiam principalmente na habitação e despesas com água, luz, gás e outros (2 920 Euros), produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (2 696 Euros), e transportes (2 048 Euros). No que respeita às despesas com saúde, os agregados gastavam em média 642 Euros, e em lazer, distração e cultura 633 Euros, valores inferiores aos registados ao nível nacional. Em termos de práticas culturais, as visitas aos museus e exposições (31%), o cinema (30%) e os concertos de música popular/contemporânea (23%) reuniam a preferência dos portugueses. As despesas efectuadas com Ensino/Educação (154 Euros) representava a classe de despesas onde as famílias investiam menos.

Quanto à protecção social, verifica-se ao nível do distrito que a distribuição percentual dos equipamentos acompanha de perto o padrão de distribuição da população residente. Em 2001, o distrito reunia 439 equipamentos no âmbito da rede solidária (rede não lucrativa) e 16 pertencentes à rede lucrativa.

Num total de 756 respostas sociais (valências tradicionais, financiadas através de acordos de cooperação com o CDSS de Braga em Dezembro de 2000) a maioria destinavam-se as crianças e jovens em geral (52%), e aos idosos (36%). Acresce às respostas dirigidas as crianças e jovens em geral, as respostas destinadas às crianças com deficiência (1,9%), e às que se encontravam em situação de risco acrescido (3,4%). No conjunto das valências identificadas destacam-se o Centro de Actividades de Tempos Livres - ATL (22%), Apoio Domiciliário (16,7%), Jardim de Infância (14,9%), Creche (13,9%), Centro de Dia (8,7%), Lar de Idosos (7,9%), Lar de Jovens (2,6%), Centro de Convívio (2,2%) e Centro de Actividades Ocupacionais – CAO (2,2%). O concelho de Braga é aquele que apresenta mais respostas sociais, por exemplo, concentrava 14 dos 20 Lares de Jovens existentes no distrito, e apenas este concelho registava valências tradicionais para grupos de risco (toxicodependentes, sem-abrigo e portadores de HIV/SIDA).

Quanto às despesas de protecção social por grupo de funções, as prestações destinam-se principalmente à velhice e sobrevivência, doença e invalidez, seguindo-se a família, o desemprego e a exclusão social. Em

2003, o total de despesa de protecção social com invalidez, velhice e sobrevivência, no distrito foi de 533 129 milhares de Euros, destacando-se as pensões de velhice com 67,9% deste montante. A Segurança Social efectuou uma despesa total com a protecção social no desemprego, de 126 913 milhares de Euros. As mulheres foram as que mais beneficiaram deste tipo de subsídio. Em média cada beneficiário recebeu em 2003, um montante de 36 816 Euros, sendo que as mulheres (33 836 Euros) auferiram em média menos 7 612 Euros que os homens.

Em 2003, existiam no distrito, 19 366 Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), sendo que destes 43,3% auferiram uma prestação mensal situada entre os 50 e 200 Euros. Estes beneficiários caracterizavam-se como sendo predominantemente do sexo feminino, com idade inferior a 24 anos, pertencentes a famílias nucleares com filhos com rendimento mensal entre os 100 e 500 Euros, para além de auferiram uma prestação mensal do RSI situada entre os 50 e 200 Euros, sendo a duração desta de 13 a 60 Meses.

Em Portugal, as despesas e as receitas de protecção social sofreram um significativo aumento, entre 1995 e 2001. As despesas aumentaram 42,8% em 2001 face a 1995, registando-se em 2001 uma despesa per capita de 2 991 Euros. No entanto, também se constata que os níveis de despesas efectuadas pelo Estado Português com protecção social mantiveram-se sempre consideravelmente, abaixo da média da UE-15. Por exemplo, em 1999 a diferença rondava os 4%. Por sua vez, as receitas aumentaram 40% no mesmo período de tempo, verificando-se uma receita per capita de 2 856 Euros. Ou seja, verifica-se que as despesas de protecção social são superiores às receitas. Se tivermos presente que o financiamento das pensões dos inactivos está ligado às contribuições pagas pela população activa, temos de concluir que estamos perante um progressivo afunilamento do modelo financeiro da Segurança Social.

Em síntese, podemos afirmar que o distrito (à excepção do concelho de Braga, que apresenta características mais favoráveis de inclusão) possui factores de risco e de vulnerabilidade aos fenómenos da pobreza e exclusão social, destacando-se os seguintes: acentuado défice de integração escolar e de qualificações da população, que se reflecte no exercício de profissões desqualificadas; elevadas taxas de abandono escolar precoce; elevados índices de trabalho infantil; elevadas taxas de desemprego e de desemprego de longa duração; e elevado peso de alojamentos sobrelotados.

Em contrapartida, o distrito apresenta alguns factores favoráveis à inclusão tais como: baixa institucionalização; população relativamente jovem; percentagem reduzida de pessoas com deficiência; grande vitalidade demográfica e grande dinamismo económico de base industrial.

Com base nos dados apresentados, considera-se que deve dar-se particular atenção ao aumento do desemprego no distrito, às situações de pobreza, de solidão e de abandono vivenciadas por muitos idosos, às situações de alcoolismo que frequentemente têm repercussões irremediáveis nas famílias por ele afectadas, às crianças que vivem em famílias desestruturadas num contexto de risco acrescido, e às situações de degradação e más condições de habitação e habitabilidade a que muitas famílias estão sujeitas, pelo que entendemos que será necessário concentrarmos esforços de intervenção nestas áreas.

Defendemos para a atenuação destes problemas – desemprego, exclusão e pobreza nos idosos, alcoolismo, crianças e jovens em risco, e exclusão habitacional – considerados de intervenção prioritária, algumas medidas de intervenção.

No caso do combate ao desemprego sugerimos que será necessário: concentrar mais esforços no ajustamento das ofertas de formação profissional às necessidades do mercado de trabalho, desenvolvendo para tal estudos de diagnóstico e de avaliação; reforçar o apoio e as medidas de criação do próprio emprego; uma maior articulação entre os Centros de Emprego, as UNIVA's e as entidades empregadoras; maiores apoios e incentivos fiscais por parte do Governo às PME's e um maior ajustamento das vagas no Ensino Superior às reais necessidades do mercado.

Quanto à intervenção dirigida ao combate à pobreza e exclusão nos idosos, algumas medidas fazem todo o sentido, tais como: promover novas políticas e medidas activas de apoio às famílias para que possam cuidar dos seus idosos, como por exemplo, a promoção do trabalho a tempo parcial; desenvolver actividades de animação e de convívio inter-geracional nas instituições de solidariedade social; e proceder a mecanismos que facilitem aos idosos o desempenho de actividades úteis para a comunidade local.

Melhorar a intervenção nas situações de crianças e jovens em situação de risco acrescido pressupõe: maior acompanhamento e apoio junto dos pais (de outros familiares ou de terceiros), para que possam desempenhar a sua função natural e insubstituível; maior celeridade na resolução dos processos judiciais; melhorar as respostas alternativas existentes por parte dos Ministérios da Educação e do Emprego para os menores em idade escolar obrigatória ou profissionalizante; melhorar a interacção entre o ISS (Núcleo de adopções), equipas técnicas dos Centros de Acolhimento de Menores, e Justiça de Menores, com especial relevância do Ministério Público; recriar nos Tribunais de Família e Menores uma equipa técnica permanente de apoio ao Tribunal, com psicólogo clínico ou pedopsiquiatra e técnico social, para além da mediação familiar; e implementar outras redes de apoio no que concerne a prevenção, tais como a acção social, a escola ou a comunidade.

Combater o alcoolismo pressupõe: desenvolver acções dirigidas não só para o tratamento do doente alcoólico, mas também para o apoio e acompanhamento às famílias; continuar a apostar na intervenção preventiva; e apostar num maior desenvolvimento de estratégias de parceria local inter-ministerial e mutisectorial (Saúde, Educação, Segurança Social, Justiça, Administração Interna).

O combate à exclusão habitacional implica uma maior articulação e concentração de esforços entre as entidades públicas e privadas com responsabilidades directas na matéria, para além de uma maior co-responsabilização pelos fenómenos da pobreza, por parte da sociedade civil, e maior empenhamento e participação dos próprios beneficiários das medidas de política social no processo de melhoria da sua situação.

A auto-participação dos indivíduos em reinserção, assumindo responsabilidades e protagonizando o seu próprio processo de reinserção social é fundamental para o êxito das medidas de política social. A modalidade de participação de um projecto terá de procurar a participação das populações, que é fundamental em todos os momentos: na definição de objectivos, de estratégias, na implementação das acções e na avaliação dos resultados. Esta modalidade vai desde a auscultação das populações, até a convocação de reuniões, passando pela identificação de líderes, pela animação associativa ou pela realização de exposições que devolvem às populações a sua própria imagem.

BIBLIOGRAFIA

ARS NORTE, *Casos Notificados por Doença Transmissível de Declaração Obrigatória segundo Distribuição Geográfica*, 2003

ARS NORTE, SUB-REGIÃO DE SAÚDE DE BRAGA, *A Saúde que Temos – Síntese de Elementos Estatísticos*, 2002

ALMEIDA, João Ferreira, *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Ed., 1994

ALMEIDA, Vanessa, “Natalidade, mortalidade e esperança de vida à nascença nos concelhos portugueses: uma correlação pela estrutura etária”, in INE, *Cadernos Regionais*, N.º 12, 2001

CARVALHO, Maria Lucília; NATÁRIO, Isabel, “O Suicídio em Portugal: uma análise espaço-temporal”, in INE, *Revista de Estatística*, 3º Quadrimestre de 1998

CARRILHO, Maria José, “O processo de envelhecimento em Portugal: que perspectivas...?”, in INE, *Estudos Demográficos*, N.º 31, 1993

CDSSS BRAGA, *Listagem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Valências*, Dez. 2000

CENTRO REGIONAL DE ALCOOLOGIA DO PORTO, *Bebedores Excessivos por Distrito 1996/1998*

COMISSÃO EUROPEIA, *Relatório sobre a Inclusão Social 2003*

CORREIO DO MINHO, “Mais de 44 mil sem emprego no Distrito”, 30 de Abril de 2004

COSTA, Alfredo Bruto da, *Exclusões Sociais*, Gradiva, Fundação Mário Soares, 1998

COSTA, Alfredo Bruto da, “Pobres idosos”, in INE, *Estudos Demográficos*, N.º 31, 1993

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “Acidentes de trabalho”, 2 de Setembro de 2002

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “Coimbra é a cidade campeã das tentativas de parassuicídio”, 15 de Abril de 2004

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “Mais de 62 mil desempregados”, 2 de Janeiro de 2004

EUROSTAT, NEWCRONOS E INE – *Estatísticas da Protecção Social 1990-1999*

FERREIRA, Eduardo; RATO, Helena; MORTÁGUA, Maria João, *Viagens de Ulisses – Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Universidade Autónoma de Lisboa, 2004

FERREIRA, Pedro Lopes, “O Sistema português de Saúde”, *in* INE, *Cadernos Regionais*, 1998

FREITAS, Eduardo de, “O suicídio em Portugal no século XX: elementos empíricos para uma pesquisa”, *in* INE, *Centro de Estudos Demográficos*, 1980

GONÇALVES, Cristina, “Caracterização da população residente em alojamentos não clássicos nos Censos de 1991 e 2001”, *in* INE, *Revista de Estudos Demográficos*, 2004

IEFP, *Estatísticas do Emprego*, 3º Trimestre de 2003

IEFP, *Estatísticas do Emprego*, 4º Trimestre de 2002

IEFP, *Estatísticas Mensais*, Março de 2004

IEFP, *Estatísticas Mensais*, Outubro de 2004

IEFP, COMISSÃO NACIONAL PARA O MERCADO SOCIAL DE EMPREGO, *5 Anos de Acção Criando Emprego e Inclusão (1996-2001)*, 2002

ILO; SIETI; DETEFP, *Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar – Estatísticas em Síntese*, 2001

INE, *30 Anos de 25 de Abril – Um Retrato Estatístico*, 2004

INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*

INE, *Anuários Estatísticos Regionais, Um Retrato Territorial de Portugal*, 2002

INE, *Censos 2001*

INE, *Contas Nacionais – Base 1995*

INE, *Contas Nacionais Trimestrais – 1º Trimestre de 2004*

INE, *Destaque*, “As causas de morte em Portugal – 2000”

INE, *Destaque*, “Censos 2001, resultados definitivos”, 21 de Outubro de 2002

INE, *Destaque*, “Emigração em Portugal – 2002”, 17 de Junho de 2003

INE, *Destaque*, “Estatísticas da Saúde 2002”

INE, *Destaque*, “Estatísticas vitais – mortalidade infantil – resultados definitivos de 2002”, 27 de Junho de 2003

INE, *Destaque*, “Óbitos por diabetes 1999”

INE, *Destaque*, “Óbitos por doença de Alzheimer 2000”

INE, *Destaque*, “Organizações patronais 2003”, 29 de Novembro de 2004

INE, *Destaque*, “População estrangeira em Portugal, 2003”, 28 de Junho de 2004

INE, *Destaque*, “Portugal social”, 12 de Setembro de 2003

INE, *Estatísticas das Administrações Públicas 1998*

INE, *Estatísticas Demográficas 2000*

INE, *Estatísticas Demográficas 2002*

INE, *Estatísticas do Emprego 2001*

INE, *Estatísticas do Emprego – Região Norte (NUTS III) – 3º Trimestre de 2002*

INE, *Estatísticas da Protecção Social 1999*

INE, *Estatísticas da Protecção Social 2001*

INE, *Estatísticas da Saúde 2001*

INE, *Estatísticas da Saúde 2002*

INE, *Inquérito ao Emprego 2001*

INE, *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999*

INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000*

Instituto da Segurança Social I.P., *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Janeiro de 2004.

IGT, *Relatório do Trabalho de Menores em Situação Ilegal*, 2001

ITURRA, Raul, *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra*, Escher, s/d

MSST, INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, *Mercado Social de Emprego: Análise Comparada no Continente 2001-2003*

MSST, INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, *Mercado Social de Emprego em Portugal – 1º Trimestre de 2004*

MSST, INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, *Orçamento da Segurança Social - Execução Orçamental Janeiro-Setembro 2004*

MSST, INSTITUTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA DA SOLIDARIEDADE, *Estatísticas da Segurança Social*, 2002

MSST, INSTITUTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA DA SOLIDARIEDADE, *Estatísticas da Segurança Social*, 2003

MSST, INSTITUTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA DA SOLIDARIEDADE, *Estatísticas da Segurança Social*, Dez. de 2003

MSSFC, INSTITUTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA DA SOLIDARIEDADE, *Estatísticas da Segurança Social*, Set. 2004

ME, *Cartografia do Abandono e Insucesso Escolar*, Lisboa, 2001

ME, *Estatísticas da Educação 2002 – Ano Lectivo 2001/2002*

ME, *Estatísticas da Educação – Ano Lectivo 1999/2000 Acção Social Escolar*, 2003

ME, *Estatísticas da Educação – Ano Lectivo 1999/2000 Aproveitamento*, 2003

- ME, GABINETE DE GESTÃO FINANCEIRA, PIDDAC 2004 – *Regionalização, Outubro de 2003*
- ME - GABINETE DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO (GIASE), *Taxas de Sucesso – Ano Lectivo 1999/2000*
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA, GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS, *Despesas Públicas com Saúde em % do PIB, 2002*
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA, GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS, *Barómetro da Produtividade 2003*
- MS, DIRECÇÃO-GERAL DE SAÚDE, *Centros de Saúde e Hospitais – Recursos e Produção do SNS, Lisboa, 2001*
- MSST – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO (DEEP), *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório de 2001*
- MTS, *Estatísticas da Segurança Social 1997*
- MSST, DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO (DEEP), *Estatísticas em Síntese, Acidentes de Trabalho, 2000*
- PINTO, José Madureira, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos, Porto, Afrontamento, 1985*
- PÚBLICO, “Quase metade dos desempregados do Minho tem mais de 50 anos”, 2 de Dezembro de 2003
- ROSANVALON, Pierre, *La Nouvelle Quéstion Sociale, s.d.*
- SALEIRO, Emília; CAMPOS, Pedro, “As migrações internas na região Norte”, in INE, *Estatísticas & Estudos Regionais – Região Norte, N.º 6, Set.-Dez- 1994*
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF), *Estatísticas 2003*
- SOCIEDADE PORTUGUESA DE ALCOOLOGIA, *Alcoolismo na Família, 1993*
- TEIXEIRA, ZÉLIA, Centro Regional de Alcoologia do Norte (CRAN), in *Conclusões do Seminário “Problemas Ligados ao Álcool” promovido pela Associação Esposende Solidário.*

SIGLAS

ARS – Administração Regional de Saúde
ATL – Actividades de Ocupação dos Tempos Livres
CRAN – Centro Regional de Alcoologia do Norte
CRAP – Centro Regional de Alcoologia do Porto
CNETI – Conselho Nacional para a Exploração do Trabalho Infantil
CNASTI – Confederação Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil
CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
CAO – Centro de Actividades Ocupacionais
DETEFP – Departamento de Estatística do Trabalho Emprego e Formação Profissional
DGS – Direcção Geral da Saúde
DEEP – Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento
DLD – Desempregado de Longa Duração
DEPP – Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento
GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Ensino
IGT – Inspecção Geral do Trabalho
INE – Instituto Nacional de Estatística
IDICT – Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho
ISCTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
ISFLSF – Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
IIES – Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade
ILO – Internacional Labour Organization
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico
IRS – Instituto de Reinserção Social
MS – Ministério da Saúde
MSST – Ministério da Segurança Social e do Trabalho
ME – Ministério da Economia
ME – Ministério da Educação
MSSS – Ministério da Solidariedade e Segurança Social
MA – Ministério da Agricultura
MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MQE – Ministério para a Qualificação e o Emprego
MSE – Mercado Social de Emprego
MSSFC – Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança
MTS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade
OIT – Organização Internacional do Trabalho

PIDDAC – Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIB – Produto Interno Bruto

PEETI – Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PIBpm – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado

RSI – Rendimento Social de Inserção

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SMN – Salário Mínimo Nacional

SMO – Serviço Militar Obrigatório

SIETI – Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil

SEEF – Secretaria de Estado do Emprego e Formação

SET – Secretaria de Estado do Trabalho

UE – União Europeia

GLOSSÁRIO⁹⁸

ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Consideram-se quantidade e qualidade adequadas aquelas que satisfazem as exigências quantitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

ABSENTISMO: Ausências do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado independentemente das suas causas e de se converterem ou não em faltas justificadas.

ABANDONO ESCOLAR (PERCENTAGEM): Indivíduos em idade de escolaridade obrigatória (dos 6 aos 15 anos) que abandonaram a escola antes de completar o 9º ano de escolaridade, por cada 100 indivíduos dos 6 aos 15 anos

ACÇÃO FORMATIVA: Conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento exigidas para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de actividade económica.

ACÇÃO SOCIAL: "Forma" de protecção social, integrada no sistema de segurança social, destinada a prevenir determinadas situações de carência económica ou social e assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como a outras pessoas nas situações acima mencionadas, quando estas situações não sejam ou não possam ser superadas através dos regimes de segurança social.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Resultam de um conjunto de actividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. Consideram-se, as acções com duração igual ou superior a 4 horas, podendo estas assumir a forma de cursos, seminários, conferências, etc.

ACIDENTE COM VÍTIMAS: Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha ficado ferida ou morta.

ACIDENTE DE TRABALHO: Todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo os actos de violência derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou

⁹⁸ Fonte: www.ine.pt

no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma actividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

ACIDENTE DE TRAJECTO: Acidente que ocorre no trajecto habitualmente efectuado pelo trabalhador, qualquer que seja a direcção na qual se desloca, entre o seu local de trabalho ou de formação profissional ligada à sua actividade económica, e: i) a sua residência habitual ou ocasional; ii) o local onde toma normalmente as suas refeições, ou iii) o local onde recebe normalmente o seu salário, do qual resulta a morte ou lesões corporais.

ACIDENTE DE VIAÇÃO: Acontecimento fortuito, súbito e anormal ocorrido na via pública em consequência da circulação rodoviária, de que resultem vítimas ou danos materiais, quer o veículo se encontre ou não em movimento (inclusivamente à entrada ou saída para o veículo e ou no decurso da sua reparação ou desempanagem).

ACIDENTE MORTAL: Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha morrido.

ACOLHIMENTO FAMILIAR: Prestação de acção social que consiste em fazer acolher, temporária ou permanente, em famílias consideradas idóneas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio educativa, pessoas idosas ou pessoas adultas com deficiência. Conforme o estrato populacional a que se destina, assim a prestação se designa por "acolhimento familiar a crianças e jovens", "acolhimento familiar a idosos" e "acolhimento familiar a adultos com deficiência".

ACTIVIDADE ECONÓMICA: Resultado da combinação dos factores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos factores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a actividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

ACTIVIDADE SAZONAL: Actividade exercida, apenas numa determinada época do ano.

AGREGADO FAMILIAR: Para efeitos de atribuição ou de determinação do montante das prestações de Segurança Social em que o requerente tem que apresentar documentação comprovativa relativa aos seus recursos económicos, com o objectivo de se verificar se reúne as condições exigidas pela lei, considera-se, na generalidade, como agregado familiar o grupo de indivíduos, vinculados por relações jurídicas familiares, que vivem em comunhão de mesa e habitação com o requerente e em economia familiar com o mesmo.

ALOJAMENTO: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a habitação, na condição de, no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Por distinto e independente pretende-se significar o seguinte: Distinto - significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente - significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

ALOJAMENTO COLECTIVO: Local que, pela forma como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e que no momento de referência está ocupado por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes. Como alojamento colectivo entende-se os hotéis, pensões e similares e as convivências.

ALOJAMENTO FAMILIAR: Local distinto e independente que pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins. Os alojamentos familiares podem ser de dois tipos: alojamento familiar clássico e alojamento familiar não clássico.

ALOJAMENTO FAMILIAR CLÁSSICO: Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer directamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo.

ALOJAMENTO FAMILIAR NÃO CLÁSSICO: Todo o local que, no momento de referência está ocupado por pessoas e que não satisfaz inteiramente as condições de alojamento clássico. Estão compreendidos, nesta categoria: barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.).

ALOJAMENTO SUPERLOTADO: Alojamento com déficit de divisões em relação às pessoas que nele residem, de acordo com o índice de lotação.

ANALFABETO: Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

ÁREA TOTAL: Superfície total medida em quilómetros quadrados.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL: Associação sem fins lucrativos, que representa e defende os interesses de um determinado grupo de empresários ou de uma determinada actividade empresarial.

ALUNO MATRICULADO: Indivíduo inscrito num estabelecimento de ensino no final de cada ano lectivo.

BENEFICIÁRIO DE PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO: Total de beneficiários da Segurança Social a quem foi processada uma prestação de desemprego.

CAUSA DE MORTE EXTERNA (MORTE NÃO NATURAL): Factores externos responsáveis pelo estado patológico causador do óbito, nomeadamente por tipo de suicídio, tipo de acidente, tipo de homicídio, catástrofe natural e outros.

CONJUNTURA ECONÓMICA: Estimação e análise do movimento económico sobre o passado recente (seis meses a um ano) e o presente, e a previsão deste movimento num horizonte que pode ser igualmente de seis meses a um ano.

CAMAS DE INTERNAMENTO POR 1 000 HABITANTES: Número de camas de hospitais e de centros de saúde com internamento referido à população residente estimada par o final do ano.

CENTRO DE SAÚDE: Estabelecimento público de saúde, que visa a promoção da saúde, prevenção da doença e a prestação de cuidados, quer intervindo na primeira linha de actuação do serviço Nacional de Saúde, quer garantindo a continuidade de cuidados, sempre que houver necessidade de recurso a outros serviços e cuidados especializados. Dirige a sua acção de grupos e da comunidade, através dos cuidados que, aos seu nível, sejam apropriados, tendo em conta as práticas recomendadas pelas orientações técnicas em vigor, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua acção ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de internamento.

CONSULTAS MÉDICAS POR HABITANTE: Número de consultas médicas em hospitais e centros de saúde referido à população residente estimada para o ano.

COMÉRCIO A RETALHO: Compreende a actividade de revenda a retalho (sem transformação), de bens novos ou usados, feita em estabelecimentos, em feiras e mercados, ao domicílio, por correspondência, em venda ambulante e por outras formas, destinados ao consumo público em geral, empresas e outras instituições.

CASAMENTO: Contrato celebrado entre duas pessoas, de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida.

DENSIDADE POPULACIONAL: Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

DESEMPREGADO DE LONGA DURAÇÃO: Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição no Centros de Emprego.

DOENÇA DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA: Doença, constante de lista periodicamente revista e aprovada por diploma legal, que deve ser notificada à entidade competente por qualquer médico que a diagnostique, tanto em caso de doença como em caso de óbito.

DOENÇA PROFISSIONAL: Lesão, perturbação funcional ou doença resultante de causa que actue continuamente desde que seja consequência necessária e directa da actividade exercida pelos trabalhadores e não represente normal desgaste do organismo. Em geral as doenças profissionais encontram-se tipificadas numa lista organizada e publicada pelo Ministério da tutela do organismo com competências em matéria de protecção social nesta área.

DIVISÃO: Espaço num alojamento/fogo, delimitado por paredes tendo pelo menos 4 metros de altura, na sua maior parte. Embora possam satisfazer as condições de definição não considerados como tal: corredores, varandas, marquises, casa de banho, despensas e vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4 m.

DOENÇA PROFISSIONAL: Doença que afecta um trabalhador que tenha estado exposto ao respectivo risco pela natureza da actividade ou condições, ambiente e técnicas de trabalho habitual. Um trabalhador é reconhecido como doente profissional quando lhe é certificada uma doença profissional pelo Centro Nacional com base no parecer dos peritos médicos competentes.

DIVÓRCIO: Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento, conferindo às partes o direito de tornarem a casar.

EMPRESA: Corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, que constitui uma unidade organizacional de produção de bens e serviços usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais. Uma empresa pode corresponder a uma única entidade jurídica.

EDIFÍCIO: Construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação (com um ou mais alojamentos/fogos) ou outros fins.

EMPREGO: Compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma actividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.

EXTENSÃO DE CENTRO DE SAÚDE: Unidade periférica dos centros de saúde, situada em locais da sua influência, tendo em vista proporcionar uma proximidade e acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: Educação ministrada às crianças de 3 e mais anos que não atingiram ainda a idade escolar obrigatória.

ENSINO BÁSICO - 1º CICLO: Inclui o ensino primário (do 1º ao 4º ano de escolaridade).

ENSINO BÁSICO - 2º E 3º CICLOS: Inclui o ensino preparatório (5º e 6º anos de escolaridade) e o ensino unificado (7º, 8º e 9º anos de escolaridade).

ENSINO SECUNDÁRIO: Ensino secundário complementar (10º e 11º anos de escolaridade), o 12º ano de escolaridade, o ensino secundário liceal e o ensino secundário técnico-profissional.

ENSINO SUPERIOR: Inclui o ensino que exige como condição mínima de admissão o aproveitamento no 12º ano de escolaridade.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO POLITÉCNICO: Todos os cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino politécnico, incluindo os cursos das escolas superiores de educação integradas nos institutos superiores politécnicos.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO UNIVERSITÁRIO: Entendem-se todos os cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino universitário incluindo os cursos de formação de professores integrados nas Universidades.

ENSINO PROFISSIONAL (ESCOLAS PROFISSIONAIS): Cursos ministrados em Escolas Profissionais, destinados prioritariamente à qualificação técnica de mão de obra para o mercado de emprego local, com planos de formação com a duração de três anos lectivos, após o 9º ano de escolaridade. Conferem no final da formação um diploma de qualificação profissional de nível III e também um certificado de equivalência académica ao 12º ano de escolaridade. A componente de formação técnica, prática, artística e tecnológica pode atingir 50% do tempo total curricular. Acessoriamente organizam-se estes cursos para jovens sem o 3º ciclo completo do ensino básico, ou apenas com o certificado de conclusão do 6º ano de escolaridade. Estes cursos têm também três anos de duração, conferindo certificação profissional nível 2, e equivalência ao 9º ano de escolaridade (escolaridade básica obrigatória).

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: É uma instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à infância.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: A unidade que, funcionando em uma ou mais instalações, agrupa alunos para lhes ser ministrado o ensino por um ou mais professores, uns e outros colocados sob uma única direcção administrativa e/ou pedagógica. No mesmo estabelecimento pode ser ministrado mais do que um ensino, sendo neste caso contado tantas vezes quantas os ensinos que ministra.

ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA: número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas no momento (ano de observação).

FAMÍLIA NUCLEAR SEM FILHOS: Família composta pelo casal (homem e mulher).

FAMÍLIA NUCLEAR SEM FILHOS: Família composta pelo casal e seus filhos.

FAMÍLIA MONOPARENTAL: Mulher ou homem que coabita (unicamente) com os seus filhos.

FAMÍLIA EXTENSA: São famílias compostas por um núcleo (que pode ser monoparental ou não) que tem uma “extensão”, isto é, conta com a presença de outros elementos. A “extensão” pode ser ascendente (por exemplo: casal com filhos e avô ou avó); pode ser lateral (por exemplo casal com filhos e uma tia) ou pode, ainda, ser descendente (por exemplo: casal com filhos e sobrinhos). A extensão pode ainda conjugar várias situações das anteriormente referidas, mas nunca pode constituir um outro núcleo. No caso a classificação correcta será de família alargada.

FAMÍLIA ALARGADA: Diz respeito às situações em que coabitam dois ou mais núcleos familiares (conjugais ou monoparentais). Por exemplo: casal com um(a) filho(a), e o cônjuge deste(a) e seus filhos, dois irmãos casados e a respectiva descendência.

FARMÁCIA: Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, apenas a farmacêuticos. O exercício da sua actividade está devidamente regulamentado, cabendo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições especiais, um ou mais postos de medicamentos.

FARMÁCIAS POR 10 000 HABITANTES: Número de farmácias referido à população residente estimada para o final do ano.

FOGO: Edifício ou parte de um edifício destinado à habitação de uma só família. De um modo geral considera-se fogo a divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício, de carácter permanente ou uma parte distinta do edifício, do ponto de vista estrutural, que, considerando a maneira como foi construído, ampliado, transformado, se destina a servir de habitação privada.

HOSPITAL: Estabelecimento de saúde dotado de internamento, ambulatório e meios de diagnóstico e terapêutica, com o objectivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

HOSPITAL OFICIAL: Hospital que é tutelado administrativamente pelo Estado, independentemente da propriedade das instalações. Pode ser: público – tutelado pelo Ministério da Saúde ou secretarias Regionais de Saúde; militar – tutelado pelo Ministério da Defesa nacional; paramilitar – tutelado pelo Ministério da Administração Interna; prisional – tutelado pelo Ministério da Justiça.

HOSPITAL PARTICULAR: Hospital cujas propriedade e administração são pertença de instituição privada, com ou sem fins lucrativos.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO: Relação existente entre o número de idosos e a população jovem (número de residentes com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos).

MÉDICOS POR 1 000 HABITANTES: Número total de médicos por concelhos de residência referido à população residente estimada para o final do ano.

ÓBITO: Cessaçãõ irreversível das funções do tronco cerebral.

ÓBITO POR CAUSA EXTERNA: Morte provocada por envenenamento, suicídio, homicídio e todos os tipos de acidentes.

POPULAÇÃO RESIDENTE: Indivíduos independentemente de no momento de observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

POPULAÇÃO ACTIVA: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Inclui empregados (emprego civil e militares de carreira) e desempregados (à procura de 1º ou novo emprego).

POPULAÇÃO DESEMPREGADA: Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, não tinham trabalho remunerado nem outro qualquer; que estavam disponíveis para trabalhar num trabalho remunerado ou não; que tinham procurado um trabalho nos últimos 30 dias, remunerado ou não.

POPULAÇÃO DESEMPREGADA À PROCURA DE NOVO EMPREGO: Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, até ao período de referência, já tiveram emprego e que nessa altura estavam à procura de emprego.

POPULAÇÃO DESEMPREGADA À PROCURA DE 1º EMPREGO: Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, até ao período de referência, nunca tiveram emprego e que nessa altura estavam à procura de emprego.

POPULAÇÃO EMPREGADA: Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tenham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha de informação, mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontravam a trabalhar no período de referência.

PROFISSÃO: Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

POPULAÇÃO INACTIVA: Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que no período de referência não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO (PIB pm): Representa o resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes. É igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, mais os impostos líquidos dos subsídios aos produtos (que não são afectados aos sectores e ramos de actividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia.

PENSÃO: Prestação pecuniária de atribuição continuada nas eventualidades de morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.

PESSOAL DE ENFERMAGEM POR 1 000 HABITANTES: Pessoal de enfermagem por local de actividade referido à população residente estimada para o final do ano.

PENSÃO DE INVALIDEZ: Prestação pecuniária concedida em vida dos beneficiários que havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados para trabalhar na sua profissão.

PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA(NO REGIME GERAL DE SEGURANÇA SOCIAL, REGIME ESPECIAL DE SEGURANÇA SOCIAL DE ACTIVIDADES AGRÍCOLAS E REGIME SEGURO SOCIAL VOLUNTÁRIO): prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, pertencentes aos regimes acima referidos, excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições.

PENSÃO DE VELHICE: Prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano (excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições) e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Par o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994 evoluiu de 62 par 65 com um aumento de 6 meses por ano civil.

POSTO DE MEDICAMENTOS: Dependente de uma farmácia que lhe serve, sendo o seu funcionamento da responsabilidade do farmacêutico director-técnico da farmácia. Tem condições especiais devidamente regulamentadas de instalação e funcionamento.

POPULAÇÃO COM ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR: População residente com curso médio ou superior completo.

PESSOAL AO SERVIÇO (EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE): Profissionais que, no último dia do período de referência, participam na actividade do estabelecimento de saúde, independentemente da duração dessa participação, nas seguintes condições: pessoal ligado ao estabelecimento de saúde por um contrato de trabalho, com ou sem termo, recebendo em contrapartida uma remuneração; pessoal com vínculo a outras instituições que trabalha no estabelecimento de saúde, sendo por ele directamente remunerado; pessoal nas condições das alíneas anteriores temporariamente ausente por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença ou acidente de trabalho.

REMUNERAÇÕES DOS EMPREGADOS: Definem-se como o total de remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos empregados como retribuição do trabalho prestado por estes últimos no período de referência. Incluem: salários e ordenados brutos (dinheiro ou em espécie), contribuições sociais a cargo dos empregadores (efectivas e imputadas).

SAÍDA ANTECIPADA (Percentagem): Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos

SAÍDA PRECOCE (Percentagem): Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar o secundário (12º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO: Relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

SOCIEDADE EMPRESARIAL: Sociedade criada por actos legais que visa a prática de actos comerciais, industriais e outros.

SOCIEDADES CONSTITUÍDAS: Novas sociedades, criadas por actos legais, visando a prática de actos comerciais, industriais e outros.

TAXA DE ACTIVIDADE (POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA): Taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade).

TAXA DE ACTIVIDADE (POPULAÇÃO TOTAL): Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população (número de activos por 100 habitantes).

TAXA DE DESEMPREGO: Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa /número de desempregados por 100 activos).

TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM: Indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA: Indivíduo que exerce uma actividade independente, isolado, com um ou vários associados, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados e potenciais) provenientes de bens, serviços produzidos e que, habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser ou não, membros do agregado familiar.

TAXA DE DIVÓRCIO: Número de divórcios ocorridos durante o ano, referido à população residente desse ano (número de divórcios por 1 000 habitantes).

TAXA DE SUICÍDIO: Número de suicídios ocorridos durante o ano, por cada 100 000 habitantes.

TAXA DE ANALFABETISMO: Relação entre a população com 10 anos ou mais que não sabe ler e escrever e a população com 10 ou mais anos.

TAXA DE MORTALIDADE: Número de óbitos ocorridos durante o ano, referido à população média desse ano (número de óbitos por 1 000 habitantes).

TAXA DE NATALIDADE: Número de nados-vivos ocorridos durante o ano, referido à população desse ano (número de nados-vivos por 1 000 habitantes).

TAXA DE NUPCIALIDADE: Número de casamentos ocorridos durante o ano, referido à população desse ano (número de casamentos por 1 000 habitantes).

TAXA MÉDIA DE MORTALIDADE INFANTIL: Número de óbitos com menos de um ano referido ao número de nados-vivos do mesmo período (número de óbitos com menos de um ano por 1 000 nados-vivos ocorridos no mesmo período).

TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO: Quociente entre o acréscimo populacional num período intercensitário e a população residente no ano de partida, por 100 habitantes.

TAXA DE EMPREGO TOTAL (SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO ACTIVA): Número de empregados por 100 activos.

TURISMO EM ESPAÇO RURAL: Conjunto de actividades, e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados a turistas mediante remuneração e no espaço rural. Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados numa das seguintes modalidades: “turismo de habitação”, “turismo rural”, “agro-turismo”, “turismo de aldeia”, “casa de campo”, e “parques de campismo rurais”.

VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE (VABpb): Constitui o resultado líquido da produção avaliada a preços de base e diminuída do consumo intermédio avaliado a preços de aquisição.

ANEXOS

DOENÇAS DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA

A lista de doenças de declaração obrigatória foi publicada pela Portaria n.º 766/86, de 27 de Dezembro, sendo acrescentada pela Portaria n.º 40/93, de 11 de Janeiro.

CID-9

Lista Básica de Tabulação

A Lista Básica de Tabulação - LBT, apresentada no volume I da Classificação Internacional de Doenças, 9ª Revisão, às páginas 784 a 795, corresponde aos 56 agrupamentos de doenças (códigos 1 a 56), incluindo as rubricas para as **Causas Externas de Lesões e Envenenamentos** (códigos E47 a E56) e para os **Factores que exercem influência sobre o estado de saúde e de oportunidades de contado com os serviços de saúde** (código V00).

CID-9 - Lista Básica de Tabulação

Capítulo	Código	Descrição	Códigos da CID-9
Fonte: CID-9			
	01-07	Doenças infecciosas e parasitárias	001-139
	01	Doenças infecciosas intestinais	001-009
	02	Tuberculose	010-018
I	03	Outras doenças bacterianas	020-041
	04	Doenças virais	045-079
	05	Rickettsioses e outras doenças transmitidas por artrópodes	080-088
	06	Doenças venéreas	090-099
	07	Outras doenças infecciosas e parasitárias e efeitos tardios de doenças infecciosas e parasitárias	100-139
	08-17	Neoplasmas	140-239
	08	Neoplasma maligno do lábio, da boca e da faringe	140-149
	09	Neoplasma maligno dos órgãos digestivos e do peritônio	150-159
	10	Neoplasma maligno dos órgãos respiratórios e intratorácicos	160-165
	11	Neoplasma maligno dos ossos, do tecido conjuntivo, da pele e da mama	170-175
II	12	Neoplasma maligno dos órgãos geniturinários	179-189
	13	Neoplasma maligno de outras localizações e das não especificadas	190-199
	14	Neoplasma maligno dos tecidos linfático e hematopoético	200-208
	15	Neoplasma benigno	210-229
	16	Carcinoma in situ	230-234
	17	Outros neoplasmas e os não especificados	235-239
	18-19	Doenças das glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo e transtornos imunitários	240-279
III	18	Doenças endócrinas e metabólicas e transtornos imunitários	240-259, 270-279
	19	Deficiências nutricionais	260-269
IV	20	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos	280-289
V	21	Transtornos mentais	290-319
	22-24	Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	320-389
VI	22	Doenças do sistema nervoso	320-359
	23	Transtornos do olho e anexos	360-379
	24	Doenças do ouvido e da apófise mastóide	380-389
	25-30	Doenças do aparelho circulatório	390-459
	25	Febre reumática e doença reumática do coração	390-398
	26	Doença hipertensiva	401-405
VII	27	Doença isquêmica do coração	410-414
	28	Doenças da circulação pulmonar e outras formas de doença do coração	415-429
	29	Doença cerebrovascular	430-438
	30	Outras doenças do aparelho circulatório	440-459
	31-32	Doenças do aparelho respiratório	460-519
VIII	31	Doenças do trato respiratório superior	460-465, 470-478
	32	Outras doenças do aparelho respiratório	466, 480-519

	33-34	Doenças do aparelho digestivo	520-579	
IX	33	Doenças da boca, glândulas salivares e dos maxilares	520-529	
	34	Doenças de outras partes do aparelho digestivo	530-579	
	35-37	Doenças do aparelho geniturinário	580-629	
X	35	Doenças do aparelho urinário	580-599	
	36	Doenças dos órgãos genitais masculinos	600-608	
	37	Doenças dos órgãos genitais femininos	610-629	
	38-41	Complicações da gravidez, do parto e do puerpério	630-676	
XI	38	Aborto	630-639	
	39	Causas obstétricas diretas	640-646, 651-676	
	40	Causas obstétricas indiretas	647-648	
	41	Parto normal	650	
XII	42	Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	680-709	
XIII	43	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	710-739	
XIV	44	Anomalias congênitas	740-759	
XV	45	Algumas afecções originadas no período perinatal	760-779	
XVI	46	Sintomas, sinais e afecções mal definidas	780-799	
	47-56	Lesões e envenenamentos	800-999	
	47	Fraturas	800-829	
	48	Luxações, entorses e contusões	830-848	
	49	Lesões intracranianas e internas, incluindo nervos	850-869, 950-957	
	50	Ferimentos e lesões traumáticas dos vasos sanguíneos	870-904	
	51	Efeitos de corpos estranhos que penetram por um orifício natural	930-939	
	52	Queimaduras	940-949	
	53	Envenenamentos e efeitos tóxicos	960-989	
	54	Complicações de cuidados médicos e cirúrgicos	996-999	
	55	Outras lesões e complicações indiretas de traumatismos	910-929, 958-959, 990-995	
	56	Efeitos tardios de lesões, envenenamentos, tóxicos e de outras causas externas	905-909	
XVII	E47-E56	Classificação suplementar de causas externas de lesões e de envenenamentos	E800-E999	
	E47	Acidentes de transporte	E800-E848	
	E48	Envenenamento acidental	E850-E869	
	E49	Acidentes provocados em pacientes durante procedimento médico, reações anormais, complicações tardias	E870-E879	
	E50	Quedas acidentais	E880-E888	
	E51	Acidentes causados por fogo e chama	E890-E899	
	E52	Outros acidentes, incluindo efeitos tardios	E900-E929	
	E53	Efeitos adversos de drogas, medicamentos e substâncias biológicas usadas com finalidade terapêutica	E930-E949	
	E54	Suicídios e lesões auto-infligidas	E950-E959	
	E55	Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas	E960-E969	
	E56	Outras violências	E970-E999	
	Suplementar	V00	Classificação suplementar de fatores que exercem influência sobre o estado de saúde e de oportunidades de contato com serviços de saúde	V01-V82
	Ignorado	-	CID não especificado ou inválido	-

CID-10

Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

A 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças adoptou a denominação "Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde" sendo, na prática conhecida por "CID-10". Esta Classificação foi aprovada pela Conferência Internacional para a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças, convocada pela Organização Mundial de Saúde, realizada em Genebra no ano de 1989, tendo a CID-10 entrado em vigor apenas a 1 de Janeiro de 1993, após a necessária preparação de material de orientação e formação. A sua implementação em Portugal ocorreu antes do ano 2000, sendo já utilizada nas estatísticas oficiais de saúde.

O copyright da CID-10 pertence à Organização Mundial de Saúde - OMS.

Classificação Internacional de Doenças - Rev.10 (CID-10)

Capítulos

- Capítulo I: - Algumas doenças infecciosas e parasitárias (A00-B99)
- Capítulo II: - Tumores [Neoplasmas] (C00-D48)
- Capítulo III: - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e algumas alterações do sistema imunitário (D50-D89)
- Capítulo IV: - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (E00-E90)
- Capítulo V: - Perturbações mentais e de comportamento (F00-F99)
- Capítulo VI: - Doenças do sistema nervoso (G00-G99)
- Capítulo VII: - Doenças do olho e anexos (H00-H59)
- Capítulo VIII: - Doenças do ouvido e da apófise mastoideia (H60-H95)
- Capítulo IX: - Doenças do aparelho circulatório (I00-I99)
- Capítulo X: - Doenças do aparelho respiratório (J00-J99)
- Capítulo XI: - Doenças do aparelho digestivo (K00-K93)
- Capítulo XII: - Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo (L00-L99)
- Capítulo XIII: - Doenças do sistema ósteo-muscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)
- Capítulo XIV: - Doenças do aparelho geniturinário (N00-N99)
- Capítulo XV: - Gravidez, parto e puerpério (O00-O99)
- Capítulo XVI: - Algumas afecções originadas no período perinatal (P00-P96)
- Capítulo XVII: - Malformações congénitas e anomalias cromossómicas (Q00-99)
- Capítulo XVIII: - Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte (R00-R99)
- Capítulo XIX: - Lesões traumáticas, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (S00-T98)
- Capítulo XX: - Causas externas de morbilidade e de mortalidade (V01-Y98)
- Capítulo XXI: - Factores que influenciam o estado de saúde e motivos de contacto com os serviços de saúde (Z00-Z99)

Portaria n.º 258_2005, de 16 de Março

Diário da República, Nº 53, Iª série, Ministério da Saúde

Em Portugal, a tabela de doenças de declaração obrigatória está ordenada de acordo com o código da 10.ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças, conforme a deliberação n.º 131/97, de 27 de Julho, e constante da Portaria n.º 1071/98, de 31 de Dezembro.

Considerando que a monitorização e a projecção no curto e médio prazos da infecção por VIH é fundamental para a sua prevenção e controlo, o que apenas se torna exequível com o conhecimento do padrão epidemiológico da infecção do VIH em Portugal:

Manda o Governo, pelo Ministro da Saúde, o seguinte:

- 1.º A infecção pelo VIH passa a integrar a lista de doenças de declaração obrigatória, sendo por este meio alterada a tabela anexa à Portaria n.º 1071/98, de 31 de Dezembro.
- 2.º A declaração é obrigatória aquando do diagnóstico em qualquer estágio da infecção por VIH de portador assintomático (PA), complexo relacionado com a sida (CRS-LGP) e sida, e sempre que se verifique mudança de estadiamento ou óbito.
- 3.º É aprovado o modelo de folha de notificação relativa à vigilância epidemiológica da infecção por VIH, anexo a esta portaria e dela fazendo parte integrante.
- 4.º É revogada a Portaria n.º 103/2005, de 25 de Janeiro.
- 5.º A presente portaria produz efeitos desde a data da sua assinatura.

O Ministro da Saúde, Luís Filipe da Conceição Pereira, em 1 de Fevereiro de 2005.